



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

***RELATÓRIO E
PARECER PRÉVIO
SOBRE AS CONTAS DO
GOVERNO DO ESTADO***

Exercício de 1997

Conselheiro-Relator
HÉLIO SAUL MILESKI

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

R585r

Rio Grande do Sul Tribunal de Contas

Relatório e parecer prévio sobre as contas
do Governo do Estado exercício de 1997 / rel
Hélio Saul Muleski - Porto Alegre TCE/RS,
1998

378 p

1 Governo do Estado - RS - Contas -
1997 - Parecer Prévio I Muleski, Hélio
Saul, rel

CDU 336 126 351 94(816 5) "1997"

*Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do
Tribunal de Contas do Estado*

Conselheiros

PORFIRIO PEIXOTO - Presidente
HÉLIO SAUL MILESKI - Vice-Presidente
ALEXANDRE MACHADO DA SILVA
ALGIR LORENZON
GLENÓ RICARDO SCHERER
VÍCTOR JOSÉ FACCIONI
SANDRO DORIVAL MARQUES PIRES

Procurador-Geral

CELESTINO GOULART

Procuradores de Justiça

ROBERTO RUDOLFO CARDOSO EILERT
MARIO ROMERA

Auditores Substitutos de Conselheiro

JUDITH HOFMEISTER MARTINS COSTA
ADERBAL TORRES DE AMORIM
ROZANGELA MOTISKA BERTOLO
HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI
ROSANE HEINECK SCHMITT
VERGÍLIO PÉRIUS

EQUIPE RESPONSÁVEL

Conselheiro-Relator

Hélio Saul Mileski

Coordenador

Cont. Alcides José Tozzo

Contadores

Helena Perin

Jaime Silva

Maria Luiza Reginato

Rita Rosane Ketzer Schmitt

Economista

Alaide Mirta Diaz Sousa

Carlos Alberto Dornelles

Luiz Fernando Alcoba de Freitas

Revisão Gramatical

Bibl. Rossana de Lucena

Sistemas e Processamento de Dados

Cont. Claudio Gilmar Redivo

Digitação

Econ. Ana Carla Magni

Superintendente-Geral
Omar Jacques Amorim

Chefe do Gabinete da Presidência
João Leonel Rebés Guimarães

Superintendente de Controle Externo
Geraldo Otelo Selbach

Superintendente Administrativo
César Augusto Pinto Ribeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL	17
1 1 - GESTÃO ORÇAMENTARIA	17
1 1 1 - Relação entre a Receita e a Despesa Orçamentárias	20
1 1 2 - Receita	23
1 1 2 1 - Evolução das Receitas	24
1 1 2 2 - Receitas Correntes	30
1 1 2 2 1 - ICMS	30
1 1 2 2 2 - Transferências	33
1 1 2 2 3 - Aplicações Financeiras	33
1 1 2 3 - Receitas de Capital	34
1 1 2 3 1 - Operações de Crédito	35
1 1 2 4 - Receita Efetiva	36
1 1 3 - Despesa	37
1 1 3 1 - Evolução das Despesas	39
1 1 3 2 - Despesas Correntes	40
1 1 3 2 1 - Despesa com Pessoal - Análise segundo a Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96	49
1 1 3 3 - Despesas de Capital	50
1 1 4 - Programa de Reforma do Estado	56
1 1 4 1 - Fundamento Legal	56
1 1 4 1 1 - Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado	58
1 1 4 2 - Movimentação Financeira - Saldo e Aplicação	60
1 1 4 3 - Reflexos do Programa de Reforma do Estado	61
1 1 4 4 - Operações do Programa de Reforma do Estado na CEEE	64
1 1 4 5 - Operações do Programa de Reforma do Estado no BANRISUL	65
1 2 - GESTÃO FINANCEIRA	66
1 2 1 - Movimentação Financeira	66
1 2 2 - Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados	66
1 3 - GESTÃO PATRIMONIAL	68
1 3 1 - Patrimônio Financeiro	70
1 3 1 1 - Ativo Financeiro	70
1 3 1 2 - Passivo Financeiro	71
1 3 1 3 - Situação Líquida Financeira	73
1 3 2 - Patrimônio Permanente	75
1 3 2 1 - Ativo Permanente	75
1 3 2 1 1 - Participações	75
1 3 2 1 2 - Dívida Ativa	78
1 3 2 2 - Passivo Permanente	82
1 3 2 2 1 - Dívida Fundada	82
1 3 2 2 1 1 - Dívida Fundada Interna	84
1 3 2 2 1 2 - Dívida Fundada Externa	86
1 3 3 - Gestão da Dívida Pública	87
1 4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	94

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA	99
2 1 - FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	104
2 2 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA	129
2 3 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO	159
2 4 - FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE	184
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS	207
3 1 - AUTARQUIAS	211
3 1 1 - Análise Consolidada dos Balanços Orçamentários	211
3 1 2 - Análise Consolidada dos Balanços Financeiros	214
3 1 3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais	216
3 1 4 - Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais	220
3 1 5 - Recursos Transferidos da Administração Direta	222
3 2 - FUNDAÇÕES	229
3 2 1 - Análise Consolidada dos Balanços Orçamentários	229
3 2 2 - Análise Consolidada dos Balanços Financeiros	233
3 2 3 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais	235
3 2 4 - Análise Consolidada das Demonstrações das Variações Patrimoniais	238
3 2 5 - Recursos Transferidos da Administração Direta	242
3 3 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS	249
3 3 1 - Análise Consolidada dos Balanços Patrimoniais	250
3 3 2 - Análise Consolidada das Demonstrações do Resultado do Exercício	256
3 3 3 - Recursos Transferidos da Administração Direta	262
3 3 4 - Destaques	263
3 3 4 1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL	264
3 3 4 2 - Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	279
3 3 4 3 - Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT	299
3 3 4 4 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	317
SÍNTESE DO RELATÓRIO	339
CONCLUSÃO E VOTO	373
PARECER	377

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas, em atenção ao que prescreve o artigo 71 da Constituição Estadual, dando cumprimento às atribuições estatuídas no artigo 70 do mesmo texto constitucional, procedeu exame nas contas apresentadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, relativas ao exercício de 1997.

O presente Relatório abrange os resultados do acompanhamento da execução orçamentária, a análise do Balanço Geral do Estado, levantado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, bem como a conferência dos registros constantes da contabilidade da Secretaria da Fazenda, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Estadual no exercício de 1997 e, também, a observância aos princípios constitucionais de eficiência, eficácia e economicidade.

Assim, a análise foi dividida em três capítulos, processando-se exame genérico sobre os programas estabelecidos no orçamento aprovado pela Lei Estadual nº 10.889, de 19-12-96.

No Capítulo 1 - Análise das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Administração Direta Estadual - demonstra-se o comportamento da Receita, da Despesa, da Situação Líquida Global e da Dívida Pública do Estado no exercício examinado e no decênio 1988/1997.

Já no Capítulo 2 - Análise da Utilização dos Recursos nas Administrações Direta e Indireta - examina-se a aplicação dos recursos no atendimento ao interesse público, através da atuação do Governo nas áreas de interesse social e de infra-estrutura, nas funções de Defesa Nacional e Segurança Pública, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento e Transporte.

No Capítulo 3 - Análise das Gestões Orçamentária, Financeira e Econômica da Administração Indireta e Sociedades Controladas - efetua-se análise da situação econômico-financeira da Administração Indireta do Estado, que é constituída por 08 (oito) Autarquias, 17 (dezessete) Fundações, 15 (quinze) Sociedades de Economia Mista e suas 04 (quatro) Sociedades Controladas.

Para tanto, selecionou-se para um exame mais aprofundado, as seguintes entidades o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)

A análise consolidada, também procedida neste Capítulo, demonstra, em termos globais, o comportamento dos valores ativos e passivos das entidades, bem como o desempenho das mesmas, em termos operacionais

Por fim, apresenta-se a Síntese do Relatório, a qual contém os principais tópicos abordados no Trabalho, e a Conclusão, que indica medidas que deverão ser adotadas para a defesa do interesse público. Desta forma, o Egrégio Plenário deste Tribunal de Contas, estará em condições de emitir Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado, referentes ao exercício de 1997, para julgamento pela Assembléia Legislativa

CAPITULO I

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL

Neste Capítulo, busca-se oferecer uma análise da gestão dos recursos quanto a execução do orçamento, em termos econômicos e financeiros, não somente no que se refere às realizações de 1997, mas relacionando-as com os valores e índices mostrados em anos e gestões anteriores, abrangidos por uma série histórica que contempla os últimos 10 (dez) exercícios, com valores corrigidos até dezembro de 1997

1.1 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Diretrizes Orçamentárias para 1997), orientou a elaboração da proposta orçamentária da Administração Direta, consubstanciada na Lei Estadual nº 10 889, de 19-12-96, que alocou recursos na ordem de R\$ 6 374 822 mil, a preços de julho de 1996

A despesa geral do Estado, a preços de julho de 1996, foi fixada em R\$ 6 365 967 mil, resultando no superávit de previsão de R\$ 8 855 mil, decorrente de emendas parlamentares parcialmente vetadas pelo Governador, reduzindo dotações cujos recursos não foram realocados

O artigo 3º da Lei Orçamentária previu a atualização dos saldos das dotações da receita e da despesa pela variação acumulada do IGPM/FGV, se este atingisse ou superasse a 7%, contado a partir de janeiro de 1997

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1997

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	Em R\$ mil
		RELATIVO BASE FIXA
Lei Estadual nº 10 844/96	6 365 967	100,0
Créditos Especiais	171 288	2,7
Créditos Suplementares	5 148 401	80,8
Reduções	-1 036 615	-16,3
TOTAL AUTORIZADO	10 649 041	167,2

Fonte: Balanço Geral do Estado

Destaca-se que a proposta orçamentária para 1997 permitia, em seu artigo 4º, a abertura de créditos suplementares não sujeitos a limites, para atender às despesas relativas à aplicação ou transferência de receitas vinculadas, para suportar gastos com pessoal, encargos sociais e serviço da dívida. Para atender a "outras despesas correntes", o limite era de 15% do valor inicial atualizado de cada dotação orçamentária.

Resumidamente, o Balanço Orçamentário do Estado apresenta-se da seguinte forma:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996

				Valores em R\$ mil			
RECEITAS	1997	1996*	Var %	DESPESAS	1997	1996*	Var %
Receitas Correntes				Despesas Correntes			
IMC	3 856 958	4 186 096	7,86	Pessoal e Encargos	3 929 681	4 194 814	6,32
Outras Rec Correntes	1 977 500	1 795 607	10,13	Juros e Enc. da Dívida	276 342	253 841	8,86
				Transf. Const. a Municípios	1 276 468	1 347 853	5,30
				Outras Despesas Correntes	718 331	657 778	9,21
Total Receitas Correntes	5 834 458	5 981 703	2,46	Total Despesas Correntes	6 200 821	6 454 286	3,93
Receitas de Capital				Despesas de Capital			
Oper. Crédito (incluindo rolagem)	1 596 601	1 320 231	20,93	Investimentos	205 581	152 613	34,71
Alien. de Bens (Partic. Societ.)	1 810 260	916 773	97,46	Amortização da Dívida	1 430 166	1 101 856	29,79
Outras Receitas de Capital	335 006	241 854	38,52	Desp. de Capital	1 306 844	715 284	82,70
Total Receitas de Capital	3 741 867	2 478 858	50,95	Total Despesas de Capital	2 942 591	1 969 753	49,39
				Total das Despesas	9 143 412	8 424 049	8,54
				Superávit Orçamentário	432 913	36 512	1085,67
Total das Receitas	9 576 325	8 460 561	13,19	Total das Desp. e Superáv.	9 576 325	8 460 561	13,19

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Em valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Programa de Reforma do Estado (Receita de Alienação de Participações Societárias - Recurso nº 0133 e Receita de Alienação de Direitos de Subscrição - Recurso nº 0167), cujas operações geraram um resultado positivo, no exercício de R\$ 885 202 mil, contribuiu, decisivamente, para a geração do Superávit Orçamentário do Exercício no valor de R\$ 432 913 mil

Assim, caso não houvesse as referidas alienações, o Superavit transformaria-se em Déficit Orçamentário do Exercício no montante de R\$ 452 289 mil

Repetiu-se, neste exercício, a utilização de Recursos Vinculados, denominados componentes do Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado, correspondentes a R\$ 2 010 120 mil (incluso o resultado positivo de R\$ 885 202 mil retromencionado), para a cobertura de deficit do Tesouro do Estado

Tais valores constituem-se basicamente de parcelas de Recursos Vinculados, transferidos ao Estado através de convênios firmados com a União, ou recebidos através de Operações de Crédito, ou mesmo aqueles referentes a Fundos Especiais, e que, por força de lei, devem ser depositados em contas próprias, vinculadas. Esses recursos vêm sendo, sistematicamente, utilizados para suprir insuficiências de caixa do Tesouro. Tal procedimento obriga o Estado a empenhar os respectivos valores nos Programas a que se destinavam, ou seja, o chamado "Passivo Potencial", do qual a CAGE possui um registro paralelo, e cujo demonstrativo integra o Balanço Geral do Estado (fls. 119/129, vol. IV e 158 a 235, vol. I, BGE)

No exercício de 1997, tais valores, como já referido anteriormente, alcançaram R\$ 2 010 120 mil, apresentando a seguinte composição e movimentação

Em R\$ mil					
RECURSO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSO	DESPESA EMPENHADA	VALOR INCLUÍDO/ EXCLUÍDO (*)	SALDO A EMPENHAR
1 Estadual	737 577	3 641 234	2 585 878	17	1 792 950
2 Federal	138 071	261 919	217 561	40	182 389
3 Operação de Crédito	10 766	1 438 622	1 413 337	1 370	34 681
4 Inst. Privada	37	199	135	1	100
TOTAL	886 451	5 341 974	4 216 911	1 394	2 010 120

(*) Inclusão não considerada como receita vinculada e exclusão não considerada na despesa

Dentre os recursos estaduais, salienta-se a Receita de Alienação de Participações Societárias - R\$ 1 432 472 mil e o Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual - R\$ 89 873 mil

Dentre os recursos federais, destacaram-se os Recursos do Salário Educação - R\$ 133 425 mil (BGE, vol. IV, pags. 125 e 126)

1.1.1 - RELAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA ORÇAMENTÁRIAS

Conforme dados do Balanço Geral do Estado, as operações financeiras decorrentes da gestão orçamentária podem ser assim demonstradas, conforme sua origem

	Em R\$ mil	
RECEITA ARRECADADA		
Própria	6 988 891	
de Terceiros	2 587 434	9 576 325
	---	---
DESPESA REALIZADA		
Corrente	6 200 821	
de Capital	2 942 591	9 143 412
	---	---
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO		432 913

O resultado orçamentário, demonstrado a partir das previsões iniciais, é o seguinte

	Em R\$ mil	
RECEITA A MAIOR		
Receita Orçada	6 374 822	
(-) Receita Realizada	9 576 325	3 201 503
	---	---
DESPESA A MAIOR		
Despesa Fixada	6 365 967	
(+) Recursos referentes a veto que não foram realocados	8 855	
(-) Despesa do Exercício	9 143 412	2 768 590
	---	---
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO		432 913

Portanto, a Receita Arrecadada (R\$ 9 576 325 mil) superou em R\$ 3 201 503 mil os valores previstos, sendo suficiente para dar suporte aos gastos de competência do exercício, que alcançaram R\$ 9 143 412 mil

A tabela e o gráfico a seguir evidenciam a relação entre a Receita e a Despesa do Estado na forma como foram registradas nos últimos anos

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS
PERÍODO 1988/97

ANO	RECEITA		DESPESA		RECEITA SOBRE DESPESA %
	VALOR	RELATIVO BASE FIXA	VALOR	RELATIVO BASE FIXA	
1988	5 438 212	100,00	5 708 253	100,00	95,27
1989	6 035 835	110,99	5 983 415	104,82	100,88
1990	6 813 179	125,28	7 037 370	123,28	96,81
1991	5 552 662	102,10	5 747 481	100,69	96,61
1992	6 710 586	123,40	7 072 146	123,89	94,89
1993	6 767 572	124,44	6 938 383	121,55	97,54
1994	7 112 107	130,78	7 365 966	129,04	96,55
1995	6 873 918	126,40	7 471 442	130,89	92,00
1996	8 460 561	155,58	8 424 049	147,58	100,43
1997	9 576 325	176,09	9 143 412	160,18	104,73
Médias					
1º Q	6 110 095	112,35	6 309 733	110,54	96,84
2º Q	7 758 097	142,66	7 868 650	137,85	98,60
Decên	6 934 096	127,51	7 089 192	124,19	97,81

Fonte: Balanços Gerais do Estado

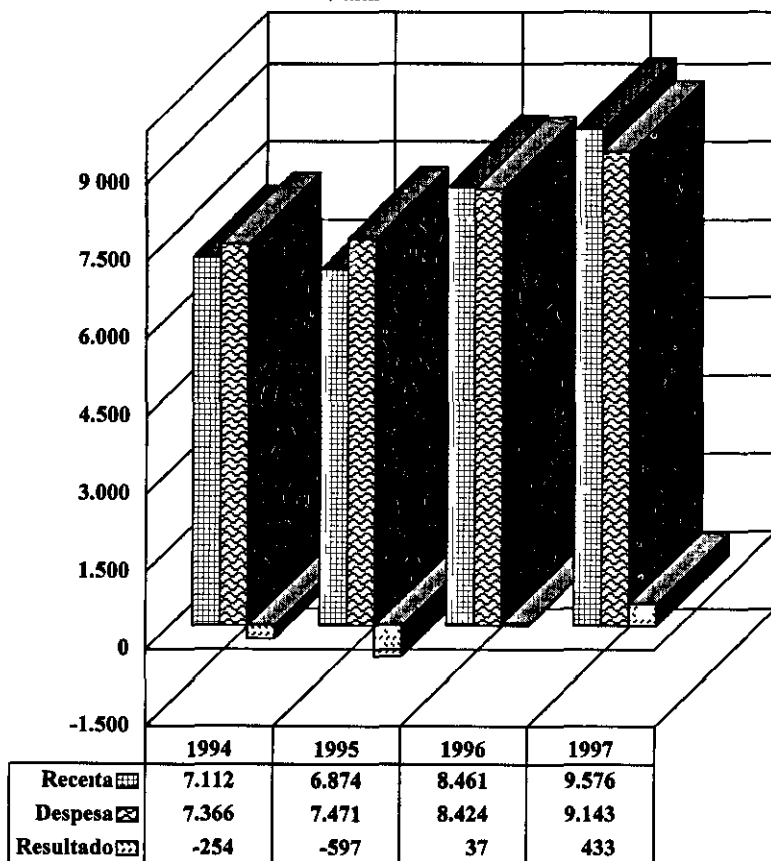
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PERÍODO 1994/1997

Em R\$ milhões*



Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Vs. Inflac pelo IGP-DI - FGV (médio)

A supremacia dos gastos sobre os ingressos, que caracterizou o período 1988/95 (exceto 1989), teve o seu ponto marcante no exercício de 1995, quando a Receita representou apenas 92,00% da Despesa. Em 1996 e 1997, verificaram-se os outros superávits do decênio, quando as Receitas foram superiores às Despesas em 0,43% e 4,73%, respectivamente.

A Receita Orçamentária apresentou tendência de crescimento, notadamente no último quinquênio, sendo que, no exercício em análise, apresentou o maior crescimento, 76,09% em relação ao ano-base (1988) e 13,19% em relação a 1996.

Da mesma forma, a Despesa Orçamentária registrou tendência de crescimento. No exercício em análise, ocorreu a maior elevação, ou seja, de 60,18% em relação ao ano-base (1988) e 8,54% em relação a 1996.

No primeiro quinquênio, o déficit financeiro médio foi de R\$ 199 638 mil, reduzindo-se para R\$ 110 553 mil nos últimos cinco anos da série. Nos dez anos analisados, verifica-se que o déficit médio ficou em R\$ 155 096 mil, sendo que, no exercício em exame, o resultado positivo foi de R\$ 432 913 mil, o melhor registrado no decênio.

Em relação ao desempenho da Receita, verifica-se que, em todas as oportunidades, dentro dos dez anos analisados, os valores foram inferiores ao verificado no exercício em análise.

Quanto à Despesa Orçamentária, constata-se que o maior valor apresentado também ocorreu no exercício em análise.

1.1.2 - RECEITA

A Receita Total do exercício de 1997 foi de R\$ 9 576 325 mil e, como já foi referido, apresentou um crescimento de 76,09% em relação a 1988 (primeiro ano da série) e crescimento de 13,19% em comparação com os valores arrecadados em 1996. A Receita Auferida em 1997 foi a maior registrada no decênio.

A Receita Total Média do segundo quinquênio (R\$ 7 758 097 mil) foi superior em 26,98% à verificada nos primeiros 05 (cinco) anos, evidenciando uma tendência de crescimento nos valores médios arrecadados.

Nos dez anos da série sob exame, a média da Receita Arrecadada foi de R\$ 6 934 096 mil, ou seja, em 1997 a receita superou a média em 38,11%. Observa-se, entretanto, que, se retiradas as receitas atípicas do Programa de Reforma do Estado (R\$ 2 090 912 mil), este percentual cai para apenas 7,95%.

Em 1997, 60,93% da Receita Total correspondiam às Receitas Correntes (R\$ 5 834 458 mil), e 39,07% referiam-se às Receitas de Capital (R\$ 3 741 867 mil)

Ao longo do decênio, verifica-se que a participação média das Receitas Correntes e de Capital, em relação à Receita Total, foi de 80,78% e 19,22%, respectivamente, conforme se demonstra a seguir

RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL												Em R\$ mil*		
PERÍODO 1988/97														
ANO	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITA TOTAL					
	VALOR	REL BASE FIXA	VARIA ÇÃO ANUAL	PARTIC %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIA ÇÃO ANUAL	PARTIC %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIA ÇÃO ANUAL			
1988	4 824 979	100,00		88,72	613 234	100 00		11 28	5 438 212	100 00				
1989	5 729 774	118 75	18,75	94,93	306 060	49 91	50 09	5 07	6 035 835	110 99	10 99			
1990	5 382 187	111 55	6,07	79 00	1 430 992	233 35	367 55	21 00	6 813 179	125 28	12 88			
1991	5 002 738	103 68	7,05	90,10	549 924	89 68	61 57	9 90	5 552 662	102 10	18 50			
1992	5 975 189	123,84	19,44	89 04	735 397	119 92	33 73	10 96	6 710 586	123,40	20 85			
1993	5 826 629	120 76	2,49	86 10	940 943	153 44	27 95	13 90	6 767 572	124,44	0 85			
1994	5 755 954	119 29	1,21	80 93	1 356 153	221 15	44 13	19 07	7 112 107	130 78	5 09			
1995	5 702 406	118,19	0,93	82 96	1 171 512	191 04	13 62	17 04	6 873 918	126 40	3 35			
1996	5 981 703	123 97	4 90	70 70	2 478 858	404 23	111 59	29 30	8 460 561	155 58	23 08			
1997	5 834 458	120 92	2 46	60 93	3 741 867	610 19	50 95	39 07	9 576 325	176 09	13 19			
MÉDIA														
1ºQuin	5 382 973	111 56	6 27	88,10	727 122	118 57	72 40	11 90	6 110 095	112,35	6 56			
2ºQuin	5 820 230	120 63	0 44	75 02	1 937 867	316 01	44 20	24 98	7 758 097	142 66	7 77			
Decênio	5 601 602	116 10	2 54	80 78	1 332 494	217 29	56 74	19 22	6 934 096	127 51	7 23			

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

1.1.2.1 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997

Em R\$ mil*

TÍTULO	1996	1997	Acréscimo	Acrésc. %
Receitas Tributárias	4 526 635	4 237 215	-289 420	6,40
Receitas de Contribuições	67 895	61 786	6 109	9,00
Outras Rec Correntes	1 387 172	1 535 457	148 285	10,69
Total Receitas Correntes	5 981 702	5 834 458	147 244	2,47
Receitas de Operações de Crédito	1 320 231	1 596 601	276 370	20,94
Receitas de Alienação de Bens	916 772	1 810 260	893 488	97,46
Receitas de Amort. de Emprést	226 475	324 374	97 899	43,23
Outras Rec de Capital	15 380	10 632	4 748	30,88
Total das Receitas de Capital	2 478 858	3 741 867	1 263 009	50,96
TOTAL GERAL	8 460 560	9 576 325	1 115 765	13,19

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Constata-se que a arrecadação de Receita Tributária apresentou uma significativa queda de R\$ 289 420 mil em valores constantes, fato que representa a substancial redução de 6,40%, em relação ao exercício anterior

A Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, Lei Kandir, que estabeleceu a não-incidência de ICMS sobre produtos industrializados e *semi-elaborados que se destinem ao exterior, bem como permitiu o crédito do imposto* incidente sobre bens destinados ao Ativo Permanente, é tida como a principal responsável pela queda de arrecadação do ICMS. Além disso, a mudança de sistemática do FUNDOPEM, que passou de incentivo financeiro para incentivo fiscal, mediante a concessão de “crédito presumido”, decorre como a segunda principal responsável

Diante disso, embora o IPVA tenha elevado sua arrecadação em R\$ 50 075 mil, em valores constantes, em relação ao exercício anterior, equivalente a 21,74% de acréscimo e, embora o PIB/RS tenha crescido 5,70% no ano, a Receita Tributária decresceu 6,40%

Através do quadro demonstrativo do ICM/ICMS, constante no item 1.1.2.2.1, observa-se uma menor arrecadação de R\$ 329 138 mil em valores constantes, gerando uma redução equivalente a 7,86% em relação ao exercício anterior

Conforme se observa, as Receitas de Capital foram as responsáveis pelo aumento da Receita Total, tendo crescido R\$ 1 263 009 mil, o que equivaleu a um acréscimo de 50,96% em relação ao exercício anterior

Dentre o incremento das Receitas de Capital, destacaram-se, na Receita de Alienação de Bens, as seguintes operações

	Em R\$ mil
Pagamento efetuado pela CADIP do saldo referente à alienação de 76 320 000 ações ON da CEEE	101 784
Alienação de 24 300 000 ações O N da CRT	23 539
Recebimento referente as diversas alienações de ações da CRT a seus funcionários	7 824
Alienação de 519 628 011 ações da Cia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica ao consorcio vencedor da licitação	1 635 000
Recebimento referente as diversas alienações de ações da CEEE a seus funcionários	41 245
TOTAL DAS OPERAÇÕES MENCIONADAS	1 809 392

Nas Receitas de Operações de Crédito

	Em R\$ mil
Rolagem dos títulos da dívida pública estadual (LFTs - RS)	1 322 106
Contratos firmados com a CEF, BIRD, FINEP e BID, referentes aos financiamentos dos Programas Pró Guaíba, Pró-Rural 2 000, PNAFE/PROMOFAZ, PDV, FAPERGS e da consolidação de ARO	274 495
TOTAL DAS OPERAÇÕES MENCIONADAS (B G E , vol IV fls 51, 109 e 110)	1 596 601

Referentemente aos R\$ 274 495 mil decorrentes de contratos firmados com instituições de crédito, o ingresso de recursos novos corresponde a R\$ 116 361 mil, sob o ponto de vista estritamente financeiro, já que os restantes R\$ 158 134 mil dizem respeito à consolidação de Empréstimos ARO em Dívida Fundada

Quanto às Receitas Correntes, que apresentaram no seu total um decréscimo de 2,47%, comparativamente ao exercício de 1996, com valores corrigidos pelo IGP-DI médio, destacam-se as Receitas Tributárias

	Em R\$ mil
Redução de arrecadação de ICMS, em relação ao exercício anterior em 7,86% (considerando-se apenas aquele registrado na conta código 1113 02 002, no total de R\$ 3 856 958 mil, em 1997 e R\$ 4 186 096 mil em 1996)	-329 138
Aumento de arrecadação do IPVA, no exercício, em 23,03% (considerando-se apenas aquele registrado na conta código 1112 05 001) (B G E , vol IV, fl 44)	50 708
TOTAL DA REDUÇÃO MENCIONADA	278 430

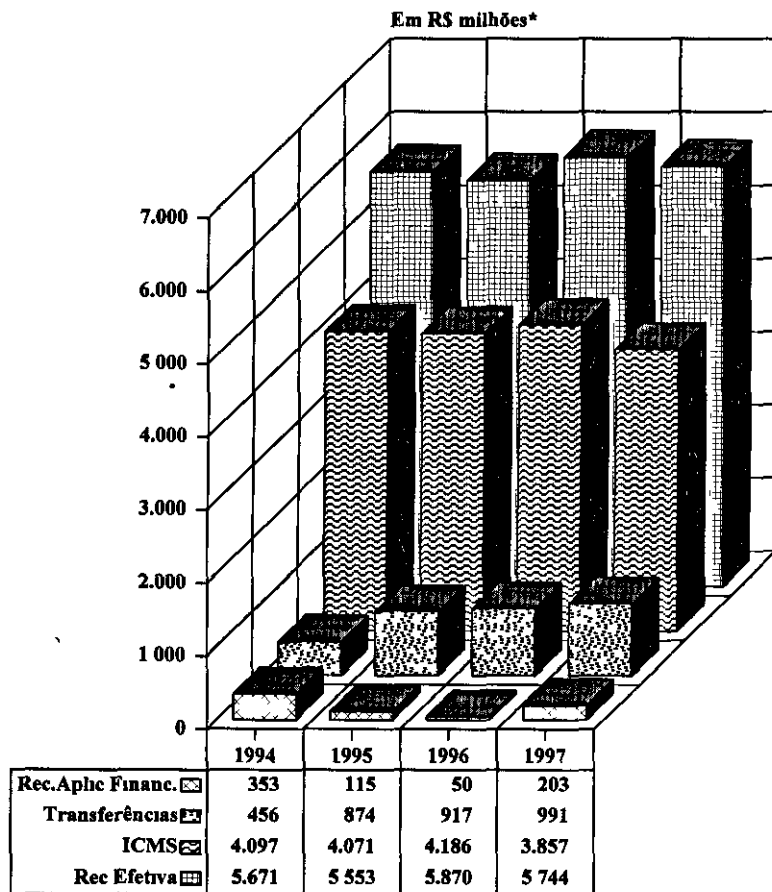
A evolução da Receita Própria Líquida do Estado pode ser assim demonstrada

RECEITA PRÓPRIA LÍQUIDA

	Em R\$ mil*
Receita Orçamentária Total	9 576 325
() Participações Constitucionais dos Municípios	1 233 553
(-) Operações de Créditos	1 596 601
Receita Própria Líquida - B G E /97, vol IV, fl 56	6 746 171
(-) Eliminação dos efeitos das alienações relacionadas com o Programa de Reforma do Estado	2 090 912
Receita Própria Líquida Ajustada	4 655 259
Receita Própria Líquida Ajustada do exercício de 1996	4 736 703
Decréscimo de Receita Própria Líquida Ajustada no exercício 1,72%	81 444
Fonte Balanços Gerais do Estado	
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)	
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS	

Os gráficos que seguem evidenciam a participação das Receitas de ICMS, Transferências e Aplicações Financeiras, em relação a Receita Efetiva, entendida como a Receita Orçamentária deduzida das suas Mutações Patrimoniais

ICMS, TRANSFERÊNCIAS, REC. APLIC.FINANC. x RECEITA EFETIVA PERÍODO 1994/1997

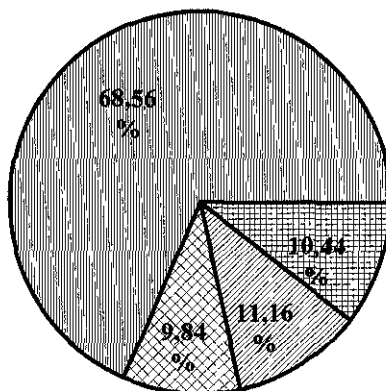


Fonte: Balanços Gerais do Estado

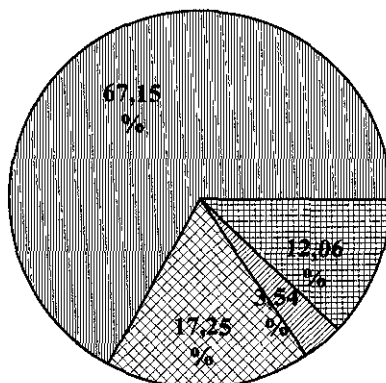
* Vls.inflac pelo IGP/DI - FGV (médio)

ICMS, TRANSFERÊNCIAS, REC.APLIC.FINANCEIRAS x RECEITA EFETIVA

MÉDIA DO DECÊNIO 1988/1997



EXERCÍCIO DE 1997



	ICMS
	Transferências
	Rec.Aplic.Financeiras
	Outros

Fonte: Balanços Gerais do Estado
Vls Inflac. pelo IGP-DI-FGV (médio)

1.1.2.2 - RECEITAS CORRENTES

No exercício sob exame, as Receitas Correntes alcançaram R\$ 5 834 458 mil, decrescendo 2,46% em relação ao ano anterior e aumentando 20,92% em comparação a 1988. Cabe ressaltar que a média do segundo quinquênio apresentou um crescimento na ordem de 8,12% em relação ao primeiro, e que o valor arrecadado em 1997 foi superior em 4,15% aos valores médios do decênio.

1.1.2.2.1 - ICMS

A parcela mais significativa das Receitas Correntes continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que, em 1997, respondeu por 66,11% do total arrecadado. A média verificada nos dez anos que compõem a série foi de 67,48%, conforme se verifica abaixo.

ICMS E TRANSFERÊNCIAS x TOTAL DE RECEITAS CORRENTES PERÍODO DE 1988/1997											
Em R\$ mil*											
ANO	ICM / ICMS				TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				RECEITAS CORRENTES		
	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. % NA REC. CORRENTE	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. % NA REC. CORRENTE	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1988	2 934 119	100,00		60,81	419 880	100,00		8,70	4 824 979	100,00	
1989	3 832 234	130,61	30,61	66,88	373 503	88,95	11,05	6,52	5 729 774	118,75	18,75
1990	4 167 409	142,03	8,75	77,43	790 844	188,35	111,74	14,69	5 382 187	111,55	6,07
1991	3 634 602	123,87	12,79	72,65	668 392	159,19	-15,48	13,36	5 002 738	103,68	7,05
1992	3 554 229	121,13	2,21	59,48	645 171	153,66	3,47	10,80	5 975 189	123,84	19,44
1993	3 467 249	118,17	-2,45	59,51	692 834	165,01	7,39	11,89	5 625 629	120,76	2,49
1994	4 096 890	139,63	18,16	71,18	750 053	178,63	8,26	13,03	5 755 954	119,29	1,21
1995	4 070 822	138,74	0,64	71,39	858 306	206,80	15,77	15,23	5 702 406	118,19	0,93
1996	4 186 096	142,67	2,83	69,98	901 599	214,73	3,83	15,07	5 981 703	123,97	4,90
1997	3 856 958	131,45	7,86	66,11	983 075	234,13	9,04	16,85	5 834 458	120,92	-2,46
Média											
1ºQuin	3 624 519	123,53	6,09	67,33	579 558	138,03	20,43	10,77	5 382 973	111,56	6,27
2ºQuin	3 935 603	134,13	2,01	67,62	839 174	199,86	8,86	14,42	5 829 230	120,63	0,44
Decênio	3 780 061	128,83	3,82	67,48	709 366	168,94	14,00	12,66	5 601 602	116,10	2,54

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que, em relação ao exercício anterior, enquanto o PIB/RS cresceu 5,70%, a arrecadação de ICMS sofreu redução no montante de R\$ 329.138 mil, em valores constantes, equivalente a 7,86%, tendo como principais fatores responsáveis por essa queda de desempenho, os arrolados a seguir:

* Lei Complementar Federal nº 87/96, Lei Kandir, gerando uma redução acima de R\$ 300 000 mil

* Isenções/Reduções de base de cálculo e menor atuação preditiva da fiscalização, fazendo com que a inadimplência e a sonegação aumentassem. Apenas para constar, as inscrições em Dívida Ativa cresceram R\$ 42 623 mil no exercício

* Mudança de sistemática do FUNDOPEM, que passou a funcionar como “incentivo fiscal” através da concessão de “crédito presumido”, produzindo uma menor arrecadação de, aproximadamente, R\$ 100 000 mil

No confronto do crescimento do ICMS com o Produto Interno Bruto - PIB/RS, constata-se que, na série 1988/1997, em 05 (cinco) exercícios (1989, 1990, 1994, 1995 e 1996), o ICMS experimentou acréscimo anual maior que o do PIB, conforme se observa na tabela seguinte

EVOLUÇÃO DO ICM ARRECADADO (1)
CRESCIMENTO DO ICMS x PIB/RS
PERÍODO 1988/1997

ANO	ARRECADADAÇÃO ICM/ICMS	RELATIVO BASE FIXA	Em R\$ mil*	
			CRESC ICMS	ANUAL (%) PIB/RS (2)
1988	3 003 176	100,00	-	-0,10
1989	3 895 817	129,72	29,72	0,70
1990	4 229 869	140,85	8,57	3,20
1991	3 753 064	124,97	-11,27	3,30
1992	3 554 229	118,35	5,30	8,60
1993	3 555 690	118,40	0,04	8,30
1994	4 198 882	139,81	18,09	2,90
1995	4 207 344	140,10	0,20	0,60
1996	4 333 652	144,30	3,00	0,00 **
1997	4 006 766	133,42	7,54	5,70 **

Fonte: Balanços Gerais do Estado

FEE/Núcleo de Contas Regionais

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

** Estimativa preliminar

(1) ICMS arrecadado a qualquer título

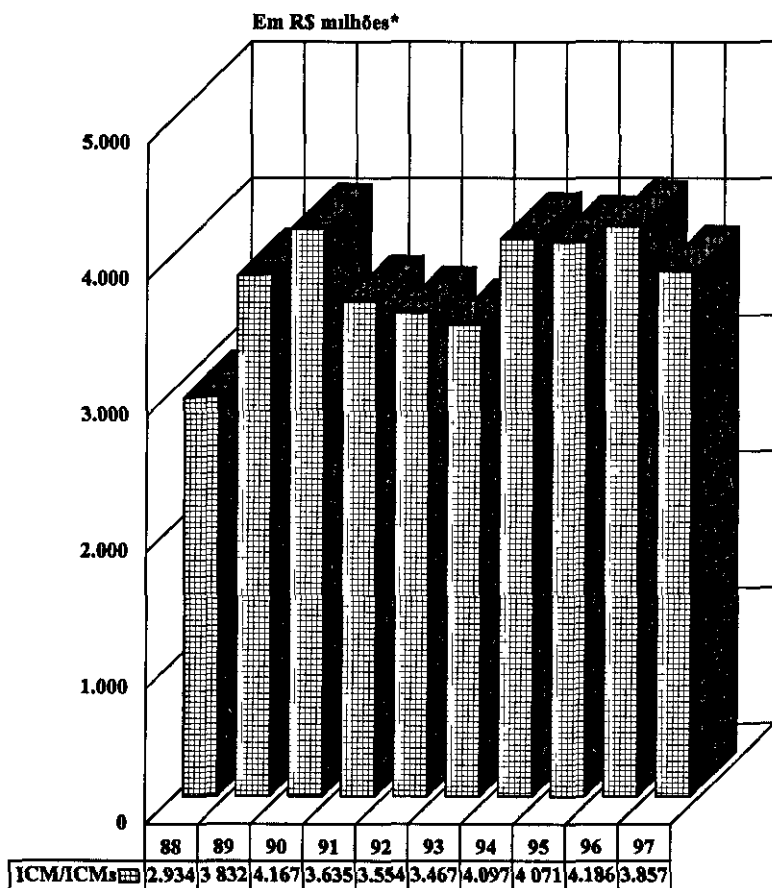
(2) Valores retificados pela FEE a partir de 1990

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1997, houve decréscimo de 7,54% na arrecadação do ICMS em relação ao ano anterior, enquanto o PIB/RS teve acréscimo de 5,70%

DO ICM/ICMs

PERÍODO 1988/1997



1.1.2.2.2 - TRANSFERÊNCIAS

As Transferências Correntes tiveram uma participação média de 12,66% nas Receitas Correntes no período 1988/97 e, no exercício de 1997, a participação foi de 16,85%

Em conjunto, apenas 02 (dois) itens de receita arrolados, quais sejam, ICMS e Transferências Correntes, responderam, em média, no mesmo período, por 80,14% das Receitas Correntes

Das transferências da União (R\$ 971 946 mil), destaca-se a participação da Quota-Parte Fundo de Participação do Estado (R\$ 230 874 mil), do Imposto de Renda Retido na Fonte s/ Remuneração dos Servidores da Administração Direta (R\$ 216 809 mil) e Quota-Parte do IPI - Estados Exportadores (R\$ 274 309 mil)

1.1.2.2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As Receitas de Aplicações Financeiras, que, em 1997, participaram com 2,12% do total da receita do Estado, tiveram o seguinte comportamento no período de 1988 a 1997

RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA X RECEITA TOTAL PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil*

ANO	ARRECADAÇÃO DO ESTADO	RENDIMENTOS FINANCEIROS			
		FGLTDP	OUTROS	TOTAL	PARTIC NA REC TOTAL
1988	5 438 212	1 093 080	2 203	1 095 283	20 14
1989	6 035 834	1 140 800	86 979	1 227 779	20 34
1990	6 813 179	74 603	58 842	133 445	1 96
1991	5 552 661	100 605	206 881	307 486	5 54
1992	6 710 586	987 286	390 330	1 377 616	20,53
1993	6 767 572	787 564	510 734	1 298 298	19 18
1994	7 112 106	185 841	167 224	353 065	4 96
1995	6 873 918	54 170	59 902	114 072	1 66
1996	8 460 561	18 749	31 363	50 112	0 59
1997	9 576 325	174 924	28 492	203 416	2,12

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Medio)

Calculos Equipe Técnica TCE/RS

Tais Receitas, que decorreram, até 1989, quase que unicamente dos rendimentos de aplicações por conta do Fundo de Garantia da Liquidez dos Títulos da Dívida Pública - FGLTDP, foram intensificadas no biênio 1992/93, perdendo, a partir de 1994, sua significação em relação à receita total

1.1.2.3 - RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital apresentaram acréscimos significativos nos dois últimos exercícios. Em 1997, totalizando R\$ 3 741 867 mil, tiveram um crescimento de 50,95% em relação a 1996. Tal fato decorreu das receitas oriundas do Programa de Reforma do Estado, atípicas, no total de R\$ 2.090 912 mil e do acréscimo dos ingressos via Operações de Crédito (20,93%). As Operações de Crédito responderam, em grande parte, pelas Receitas de Capital, representando 42,67% destas.

A participação média das Operações de Crédito, em relação à totalidade das Receitas de Capital, decresceu de 97,65%, no primeiro quinquênio da série sob exame, para 78,36% no segundo.

No mesmo período, as Transferências de Capital diminuíram sua participação média naquele total de 1,24% para 0,49%, como se demonstra a seguir.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO X TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL X RECEITAS DE CAPITAL PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil*

ANO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO				TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				RECEITAS DE CAPITAL		
	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1988	611 126	100,00		99,66	1 791	100,00		0,29	613 234	100,00	
1989	284 995	46,63	53,37	93,12	4 555	254,30	154,30	1,49	306 060	49,91	50,09
1990	1 418 444	232,10	397,71	99,12	12 302	686,73	170,05	0,86	1 430 992	233,35	367,55
1991	532 565	87,14	62,45	96,84	16 844	940,29	36,92	3,06	549 924	89,68	61,57
1992	731 747	119,74	37,40	99,50	3 537	197,46	79,00	0,48	735 397	119,92	33,73
1993	935 665	153,11	27,87	99,44	5 149	287,44	45,57	0,55	940 943	153,44	27,95
1994	1 337 283	218,82	42,92	98,61	7 860	438,76	52,65	0,58	1 356 153	221,15	44,13
1995	1 146 217	187,56	14,29	97,84	6 046	337,49	23,08	0,52	1 171 512	191,04	13,62
1996	1 320 231	216,03	15,18	93,26	15 375	858,30	154,32	0,82	2 478 858	404,23	111,59
1997	1 595 601	261,26	20,93	42,67	7 755	432,91	49,56	0,21	3 741 867	610,19	50,95
1º Quin	715 775	117,12	79,82	97,65	7 806	435,76	70,57	1,24	727 122	118,57	72,40
2º Quin	1 267 199	207,35	18,52	78,36	8 437	470,98	35,98	0,49	1 937 867	316,01	44,20
Decênio	991 487	162,24	45,77	88,01	8 121	453,37	51,35	0,87	1 332 494	217,29	56,74

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

1.1.2 3.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante previsto inicialmente e indicado a Assembléia Legislativa para cobertura do deficit orçamentário era de R\$ 187 786 mil (2,94% do orçamento) Ressalta--se que, em 1996, esta participação era de 11,04% Entretanto, em 1997, estas operações atingiram o montante de R\$ 1 596 601 mil, incluindo as receitas efetivamente recebidas e as das rolagens com títulos da Dívida Pública

Os recursos recebidos a título de Operações de Credito tiveram a seguinte finalidade

		Em R\$ mil
CEF	PNAFE/PROMOFAZ	613
CEF	Consolidação de ARO	158 134
BIRD	Programa de Reforma do Estado	53 805
FINEP	Programa Pró Guaíba	2 764
FINEP	FAPERGS	3 107
BID	Programa Pró Guaíba	51 005
BID	Programa Pró Guaíba	1 767
BIRD	Programa Pró-Rural 2000	<u>3 300</u>
RECEITA EFETIVA		274 495
Rolagem de LFTs RS		<u>1 322 106</u>
Total das Operações de Crédito		1 596 601

O reflexo dos valores obtidos através de Operações de Crédito e examinado no titulo referente a Dívida Pública

Cabe, ainda, salientar que as Operações de Credito responderam, em media, por 16,00% da Receita Total Arrecadada tanto em 1996 como em 1997

1.1.2.4 - RECEITA EFETIVA

As Receitas Efetivas, entendidas como as Receitas Totais deduzidas das Mutações Patrimoniais da Receita, apresentaram, em 1997, um decréscimo de 2,15% em relação a 1996

ICMS TRANSFERÊNCIAS RECEITA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS x RECEITA EFETIVA
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil*

ANO	ICM/ICMS		REC DE TRANSFER		RECEITA DE APLIC FINANCEIRAS			RECEITA EFETIVA		
	VALOR	PART %	VALOR	PART %	VALOR	VARIACÃO ANUAL	PART %	VALOR	REL BASE	VARIACÃO ANUAL FIXA
1988	2 934 119	62,18	252 529	5 35	1 091 711		23 14	4 718 795	100 00	
1989	3 832 234	67,48	227 598	4 01	1 223 775	12,10	21 55	5 678 907	120,35	20 35
1990	4 167 409	78 61	484 566	9,14	133 011	89 13	2 51	5 301 143	112 34	6 65
1991	3 634 602	73 52	415 985	8 41	306 483	130,42	6 20	4 943 558	104,76	6 75
1992	3 554 229	60 16	388 811	6,58	1 377 616	349 49	23 32	5 907 825	125 20	19 51
1993	3 467 249	60,34	418 885	7 29	1 299 266	5 69	22,61	5 746 077	121,77	2,74
1994	4 096 890	72 25	455 765	8 04	353 066	72 83	6 23	5 670 635	120,17	1 31
1995	4 070 822	73,31	874 352	15,75	115 510	67 28	2,08	5 553 071	117 68	2 07
1996	4 186 096	71 31	916 973	15 62	50 110	56,62	0 85	5 870 007	124 40	5 71
1997	3 856 958	67 15	990 830	17,25	203 416	305 94	3 54	5 743 995	121,73	2 15
Média										
1º Quin	3 624 519	68,26	353 898	6 66	826 519	100,72	15 57	5 310 046	112 53	6 61
2º Quin	3 935 603	68,84	731 361	12 79	404 274	20 70	7,07	5 716 757	121 15	0 51
Decênio	3 780 061	68 56	542 630	9 84	615 396	56,27	11 16	5 513 401	116 84	2,65

Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Em 1997, a participação do ICMS em relação à Receita Efetiva foi de 67,15%, sendo que a média do decênio foi de 68,56%. Em 1990, registrou-se a maior participação do período (78,61%)

As Receitas de Transferências representaram, em média, 9,84% das Receitas Efetivas ao longo do período sob exame

As Receitas de Aplicações Financeiras apresentaram significativas reduções no período 1993/1996

Tais reduções ocorreram, notadamente, nos exercícios de 1994, 1995 e 1996, quando o efeito inflacionário, fato gerador das altas remunerações dos capitais aplicados no mercado financeiro, sofreu significativa desaceleração, em função da estabilidade econômica experimentada no País neste período

Em 1997, entretanto, tais receitas tiveram uma variação positiva de 305,94%, passando de R\$ 50 110 mil para R\$ 203 416 mil. Tal fato deveu-se, fundamentalmente, ao aumento das receitas provenientes do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual (FGLTDPE), relativo à aplicação dos recursos oriundos das privatizações no setor telefônico e de energia elétrica, que passaram de R\$ 14 188 mil em 1996, em valores corrigidos, para R\$ 174 923 mil em 1997.

1.1.3 - DESPESA

A Despesa Realizada, efetivamente empenhada pela Administração Direta no exercício de 1997, atingiu o montante de R\$ 9 143 412 mil, representando um acréscimo de 43,63% sobre os R\$ 6 365 967 mil inicialmente fixados.

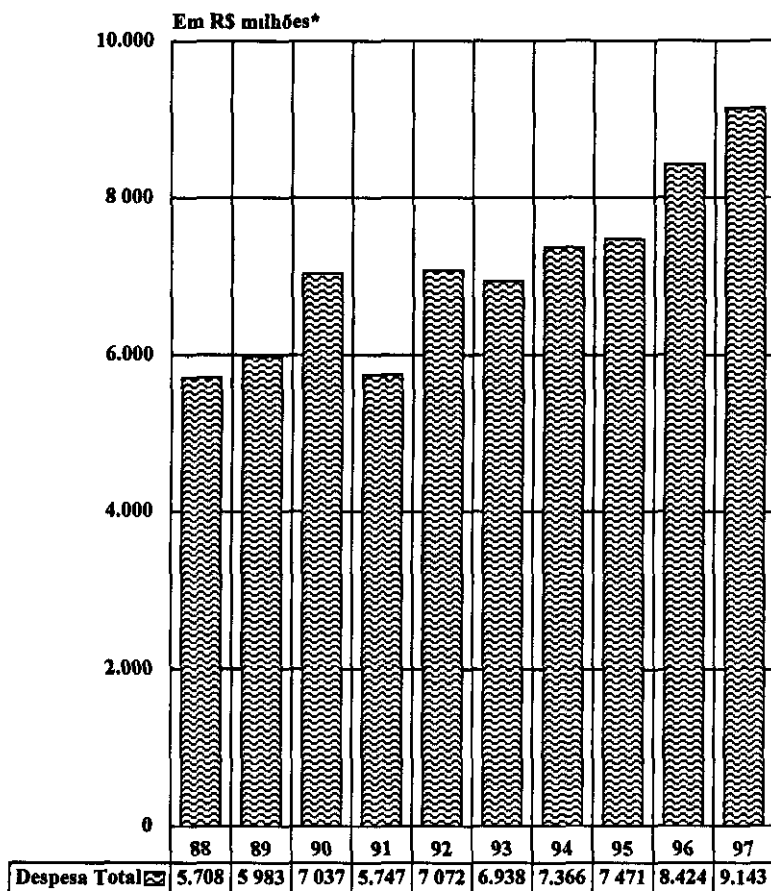
Os gastos correntes somaram R\$ 6 200 821 mil, enquanto que os de capital atingiram R\$ 2 942 591 mil, representando, respectivamente, 67,82% e 32,18% do total das despesas. As despesas, de acordo com a classificação econômica, assim se apresentaram em 1997:

		Em R\$ mil
DESPESAS CORRENTES		
Custeio	2 541 002	
Transferências	3 659 819	6 200 821
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimentos	205 581	
Inversões	922 456	
Transferências	1 814 554	2 942 591
		- - -
TOTAL		9 143 412

A evolução da Despesa Total Registrada, no período 1988/97, pode ser visualizada no gráfico e tabela que seguem.

DESPESA TOTAL REGISTRADA

PERÍODO 1988/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Vis. inflac. pelo IGP-DI - FGV (médio)

DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil*

ANO	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESA TOTAL		
	VALOR	REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	PART %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	PART %	VALOR	REL BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL
1988	4 484 684	100 00		78 56	1 223 569	100 00		21 44	5 708 253	100 00	
1989	4 387 111	97 82	2 18	73 32	1 596 304	130 46	30 46	26 68	5 983 415	104 82	4,82
1990	5 299 045	118 16	20 79	75 30	1 738 325	142 07	8 90	24 70	7 037 370	123 28	17 61
1991	4 619 688	103 01	12,82	80,38	1 127 793	92 17	35 12	19 62	5 747 481	100 69	18,33
1992	5 416 535	120 78	17 25	76 59	1 655 611	135 31	46 80	23 41	7 072 146	123 89	23 05
1993	5 290 249	117 96	2 33	76 25	1 648 135	134,70	0,45	23,75	6 938 383	121 55	1 89
1994	5 328 294	118 81	0 72	72 34	2 037 672	166 54	23 64	27 66	7 365 966	129 04	6 16
1995	5 743 750	128 07	7 80	76 88	1 727 692	141,20	15,21	23 12	7 471 442	130 89	1 43
1996	6 454 286	143 92	12 37	76 62	1 969 763	160 99	14 01	23 38	8 424 049	147 58	12,75
1997	6 200 821	138 27	3 93	67 82	2 942 591	240,49	49,39	32,18	9 143 412	160 18	8 54
Média											
1º Quin	4 841 413	107 95	5 76	76 73	1 468 320	120 00	12,76	23 27	6 309 733	110 54	6 79
2º Quin	5 803 480	129 41	2 93	73 75	2 065 170	168 78	14,27	26,25	7 868 650	137 85	5 40
Decênio	5 322 446	118 68	4 19	75 08	1 766 745	144 39	13 60	24 92	7 089 192	124 19	6 02

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Despesas de Capital vêm apresentando tendência de crescimento, comprovada pelo aumento do valor médio registrado no segundo quinquênio em comparação com o primeiro

1.1.3.1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EM 1996 E 1997

Em R\$ mil*

TÍTULO	1996	1997	CRESCIMENTO	Δ% 97/96
Pessoal e Encargos Sociais	4 194 814	3 929 681	265 133	6 32
Juros e Encargos da Dívida	253 840	276 314	22 474	8 85
Outras Despesas Correntes	2 005 630	1 994 826	-10 804	0,54
TOTAL DESPESAS CORRENTES	6 454 284	6 200 821	253 463	3 93
Investimentos	152 613	205 581	52 968	34,70
Amortização da Dívida	1 101 865	1 457 563	355 698	32,28
Outras Despesas de Capital	715 284	1 279 447	564 163	78,87
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	1 969 762	2 942 591	972 829	49,39
TOTAL	8 424 046	9 143 412	719 366	8,54

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Fazendo-se um comparativo com a evolução das receitas (item 1.1.2.1), verifica-se que o crescimento da Receita Total deveu-se, exclusivamente, ao acréscimo das Receitas de Capital (permutativas, equivalentes a 113% do incremento), já que as Receitas Correntes decresceram 2,47% em relação a 1996. Assim, enquanto as Despesas de Capital cresceram em R\$ 972 829 mil (49,34%), as Despesas Correntes decresceram em R\$ 253 463 mil (3,93%), resultando no acréscimo de R\$ 719 366 mil (8,54%), em relação ao exercício anterior.

Salienta-se que, embora o decréscimo verificado nas Despesas Correntes (R\$ 253 463 mil) tenha sido maior que o das Receitas Correntes (R\$ 147 244 mil), o mesmo não foi suficiente para cobrir o déficit corrente (R\$ 366 363 mil) resultante do confronto entre Despesas (R\$ 6.200 821 mil) e Receitas Correntes (R\$ 5 834 458 mil).

Por outro lado, embora a economia das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais tenha atingido o vultoso valor de R\$ 265 133 mil em valores constantes, equivalentes a 6,32 pontos percentuais, o mesmo não foi suficiente para suportar a redução de arrecadação do ICMS, que atingiu R\$ 329 138 mil, equivalente a 7,86%, aspecto que ocasionou a continuidade do déficit corrente retroinformado, extremamente prejudicial às finanças do Estado.

Dentre o incremento verificado nas Despesas de Capital, destacaram-se

INVESTIMENTOS

	Em R\$ mil
- Obras e Instalações	37 283

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

	Em R\$ mil
Resgate de títulos rolados	390 719

OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL

	Em R\$ mil
- Compra de Debêntures de Emissão da CADIP .	278 647
- Recompra de Ações da CEEE e CRT . . .	304 373

1.1.3.2 - DESPESAS CORRENTES

Tais despesas, que somaram R\$ 6 200 821 mil, no exercício de 1997, representam, historicamente, o segundo maior volume de gastos do governo.

Dentre as Despesas Correntes, destacaram-se as Despesas com Pessoal, que assim se apresentaram, no exercício

DESPESAS COM PESSOAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA		Em R\$ mil
EXERCÍCIO DE 1997		
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
Pessoal Civil Militar e Obrig Patronais		2 014 153
Inativos		1 484 355
Pensionistas		32 639
Salário Família		27 422
PASEP		42 839
Auxílio Funeral		1 690
Contribuições ao IPERGS		126 647
(+) Transferência p/Autoridades e Fundações		218 211
DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS		3 947 956
() Diárias de Viagem e Ajudas de Custo		36 370
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL		3 911 586

Assim estruturada, a Despesa Líquida com Pessoal representou, em 1997, 63,08% da totalidade das Despesas Correntes. No ano anterior (1996), tal participação foi de 62,73%

Para uma melhor análise do crescimento da Despesa de Pessoal de um exercício para outro, faz-se necessário a abertura das principais importâncias informadas no quadro das Despesas de Pessoal, a saber

ABERTURA DAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO POR ELEMENTOS						Em R\$ mil*
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	CRESCIM	VARIAÇÃO % 96/97	PARTICIPAÇÃO % S/ TOTAL	
3111 Pessoal Civil	1 714 400	1 608 482	105 918	6 17	79 86	
3112 Pessoal Militar	318 226	300 665	17 561	5 51	14 93	
Subtotal	2 032 626	1 909 147	123 479	6 07	94 79	
Demais Elementos	109 832	105 006	4 826	4 39	5 21	
TOTAL PESSOAL CIVIL MILITAR E OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2 142 458	2 014 153	128 305	5 99	100 00	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Analisando-se apenas os elementos 3111 - Pessoal Civil e 3112 - Pessoal Militar, observa-se que os mesmos equivalem a 94,79% do montante das despesas com pessoal civil, militar e obrigações patronais, e que estas rubricas tiveram uma redução no exercício de R\$ 123 479 mil, ou seja, 6,07%

ABERTURA DOS ELEMENTOS 3111 E 3112 POR ÓRGÃOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

						Em R\$ mil
ÓRGÃO	1996 (*)	1997	REDUÇÃO	VARIAÇÃO % 96/97	PARTICIPAÇÃO % DA REDUÇÃO S/TOTAL	
3 - Tribunal da Justiça	200 758	200 462	-296	-0,15	0,24	
12 - Secret da Just e Seg	491 983	462 776	-29 207	-5,93	23,66	
19 - Secret da Educação	691 719	691 057	-662	0,09	0,54	
SUBTOTAL	1 384 460	1 354 295	-30 165	-2,18	24,43	
Demais Órgãos	648 166	554 852	-93.314	-14,39	75,57	
TOTAL ELEM 3111 E 3112	2 032 626	1 909 147	-123 479	-6,07	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Estado

(*) Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Do decréscimo havido nos elementos 3111 e 3112 de R\$ 123 479 mil, 03 (três) órgãos participaram com R\$ 30 165 mil ou 24,43% da redução

Assim, todos os demais órgãos participaram com R\$ 93 314 mil, equivalentes a 75,57% do decréscimo ocorrido nas Despesas com Pessoal Ativo (Elementos 3111 e 3112)

Efetuando-se a análise do incremento havido no exercício dos proventos dos inativos, obtém-se, sucintamente, o seguinte resultado

ABERTURA DO ELEMENTO 3251 - INATIVOS, POR ÓRGÃOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

						Em R\$ mil*
ÓRGÃO	1996	1997	CRESCIM	VARIAÇÃO % 97/96	PARTICIPAÇÃO % DO CRESCIM S/TOTAL	
12 - Secret da Educação	473 230	490 859	17 629	3,72	58,76	
Demais Órgãos	981 124	993 496	12 372	1,26	41,24	
TOTAL INATIVOS	1 454 354	1 484 355	30 001	2,06	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O demonstrativo acima indica que, em relação aos inativos, a participação maior do incremento dos proventos ocorreu através da Secretaria da Educação, no valor de R\$ 17 629 mil, equivalente a 58,76% do total do crescimento dos gastos no referido elemento. Aos demais órgãos, couberam apenas R\$ 12 372 mil, equivalendo à participação de 41,24% do incremento verificado.

Informa-se, ainda, que a despesa com Pessoal Inativo teve sua participação aumentada em 2,06%, em relação ao total das despesas com pessoal, comparativamente ao ano anterior, como se demonstra

DESPESAS COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
						Em R\$ mil*
Classe	1996	%	1997	%	Δ% 96/97	
Inativos	1 454 354	35,92	1 484 355	37,95	2,06	
Desp Líq Pessoal	4 048 572	100,00	3 911 586	100,00	-3,38	
Fonte: Balanço Geral do Estado						
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)						
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS						

Conforme se verifica abaixo, a Despesa Líquida com Pessoal decresceu mais (3,38%) do que a Receita Corrente Líquida (2,03%)

DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EXERCÍCIO DE 1997					
Em R\$ mil*					
ANO	REC CORR LÍQUIDA (1)		DESP LÍQUIDA C/PESSOAL		
	VALOR	VARIACÃO ANUAL	VALOR	VARIACÃO ANUAL	
1996	4 686 758		4 048 572		
1997	4 591 805	2,03	3 911 586	-3,38	
Fonte: Balanço Geral do Estado					
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)					
(1) Receita Corrente Líquida = Receita Corrente deduzida das transferências constitucionais e legais aos Municípios					
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS					

O gasto com pessoal ativo, no período analisado, assim se apresentou

DESPESA COM PESSOAL ATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
PERÍODO 1988/97			
Em R\$ mil)*			
ANO	VALOR	TAXA CRESCIMENTO	% SOBRE DES- PESA TOTAL
1988	1 486 103	-	26,03
1989	1 815 557	22,17	30,34
1990	2 113 573	16,41	30,03
1991	1 827 592	-13,53	31,80
1992	2 038 283	11,53	28,82
1993	1 923 535	-5,63	27,72
1994	2 047 934	6,47	27,80
1995	1 956 002	-4,49	26,18
1996	2 142 458	9,53	25,43
1997	2 014 153	5,99	22,03
Médias			
1ºQuinq	1 856 221	9,14	29,40
2ºQuinq	2 016 816	-2,20	25,83
Decênio	1 936 519	4,05	27,61
* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)			
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS			

A despesa com pessoal ativo vem apresentando tendência indefinida ao longo da série, alternando acréscimos e reduções

Em 1997, verificou-se um decréscimo de R\$ 128 305 mil, ou seja, uma redução de 5,99% em relação a 1996, sendo que o valor despendido no exercício sob exame (R\$ 2 014 153 mil), ficou acima da média apurada no decênio, que foi de R\$ 1 936 519 mil. A participação da despesa com pessoal ativo, em relação à Despesa Total, tem-se mantido com relativa estabilidade ao longo dos dez anos analisados, com percentuais oscilando entre 25% a 32% e com uma média de 27,61%. Desta forma, o percentual registrado em 1997 (22,03%), ficou abaixo da média histórica verificada no decênio.

O dispêndio com inativos, em 1997, totalizou R\$ 1 484.355 mil, o que representou 16,23% da Despesa Total e 37,95% da Despesa Líquida com Pessoal, conforme se verifica a seguir

INATIVOS x DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL E TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
PERÍODO DE 1996/97

Em R\$ mil*

ANO	DESPESA TOTAL			DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (**)				DESPESA COM INATIVOS				
	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	% SOBRE TOTAL	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC	% SOBRE PESSOAL	% SOBRE TOTAL
1996	8 424 048	100 00		4 048 572	100 00		48 06	1 454 354	100 00		35 92	17 26
1997	9 143 412	108 53	8 53	3 911 586	96 62	3 38	42 78	1 484 355	102 06	2 06	37 95	16 23

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

** Despesa com Pessoal = Ativos + Inativos + Pensionistas

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O gasto com Inativos vem apresentando crescimento desde 1993, tendo aumentado, neste período, o correspondente a 57,24%

Em comparação a 1996, o crescimento foi de 2,06%

DESPESA C/PESSOAL ATIVO X DESPESA C/PESSOAL INATIVO
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
PERÍODO DE 1993/97

Em R\$ mil*

ANO	DESPESA C/PESSOAL ATIVO	DESPESA C/PESSOAL INATIVO	RELAÇÃO PERCENTUAL
1993	1 923 534	943 976	49 07
1994	2 047 933	1 058 923	51 71
1995	1 956 002	1 310 712	67 01
1996	2 142 458	1 454 354	67 88
1997	2 014 153	1 484 355	73 70

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica, no quinquênio 1993/1997, a relação percentual da Despesa com Pessoal Inativo, em relação aos gastos com Pessoal Ativo, em média, foi de 61,87%

Em 1997, a Despesa com Pessoal Ativo decresceu 5,99% em relação a 1996, e os gastos com Inativos aumentaram 2,06% no mesmo período

A comparação entre o crescimento do número de Servidores Ativos e Inativos encontra-se na tabela seguinte

INATIVOS E PENSIONISTAS x ATIVOS E RECEITA EFETIVA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
PERÍODO 1996/97

Em R\$ mil*

ANO	RECEITA EFETIVA (1)			ATIVOS			SERVIDORES CÍVIS E MILITARES							
											INATIVOS			
	VALOR	BASE FIXA %	TAXA CRESC.	NÚMERO (2)	BASE FIXA %	TAXA CRESC.	NÚMERO (2)	BASE FIXA %	TAXA CRESC.	% SOBRE ATIVO	VALOR (3)	BASE FIXA %	TAXA CRESC.	% SOBRE RECEITA
1996	5 670 007	100 00		167 736	100 00		89 733	100 00		53 50	1 464 354	100 00		24 77
1997	5 743 995	97 85	2 15	162 038	96 60	3 40	95 477	106 40	6 40	58 92	1 484 355	102 06	2 06	25 84

Fonte: Balanços Gerais do Estado - RBDP nº 826 e Demonstrativo do Tribunal de Justiça

(1) Receita Efetiva = Receita Total - Mutações

(2) Servidores em 31.12

(3) Despesa com Inativos Cívís e Militares

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que, em 1997, houve decréscimo do número de Servidores Ativos (5 698 pessoas), correspondente a 3,40% a menos do que havia em 1996

Com relação aos Servidores Inativos, verifica-se uma tendência constante de crescimento anual, registrando um aumento de 6,40%, comparativamente ao exercício anterior

GASTOS COM INATIVOS x TOTAL DE INATIVOS x RECEITA EFETIVA x DESPESA TOTAL E
SERVIDORES INATIVOS x ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
PERÍODO 1993/97

ANO	GASTO ANUAL POR INATIVO (Em R\$*)	COMPROMETIMENTO DOS GASTOS C/INATIVOS EM RELAÇÃO À RECEITA EFETIVA (Em %)	COMPROMETIMENTO DOS GASTOS C/INATIVOS EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL (Em %)	RELAÇÃO ENTRE SERVIDORES INATIVOS E ATIVOS (Em %)
1993	14 461,73	15 43	13,60	41 58
1994	14 993 86	18 67	14,37	44 49
1995	16 373,27	23,60	17 54	47 19
1996	16 207,58	24 77	17 26	53 50
1997	15 546 73	25 84	16 23	58 92

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O gasto médio anual por Inativo, no exercício em análise, foi de R\$ 15 546,73 mil, ou seja, decresceu em 4,08%, em relação ao exercício anterior. Entretanto, foi superior em 25,07% ao gasto médio por Servidor Ativo que, em 1997, alcançou o valor de R\$ 12 430,13 mil.

A relação entre o número de Servidores Inativos por Ativos encontra-se em constante crescimento, atingindo, no exercício, 58,92%, ou seja, para cada 100 (cem) Servidores Ativos, já existem, no Estado, quase 59 (cinquenta e nove) Servidores Inativos, com tendência de crescimento desta relação.

Igualmente, sob o aspecto financeiro, a relação percentual entre as Despesas com Pessoal Inativo e as Despesas com Pessoal Ativo revela-se em constante crescimento, atingindo, no exercício sob análise, 73,70%, ou seja, para cada R\$ 1,00 pago a Servidores Ativos, já são pagos R\$ 0,74 para Servidores Inativos.

Além disso, como já foi apontado na análise do exercício anterior, a Contribuição Previdenciária Suplementar, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 10 588, de 28 de novembro de 1995, correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, destinada a custear proventos de inatividade, revelou-se como medida ineficaz, visto que a importância arrecadada não foi depositada em conta bancária vinculada. Também não foi constituído e regulamentado o Fundo a que se referia a Lei retromencionada, constituindo-se, da forma como vem ocorrendo, em desvio de finalidade.

O acréscimo dos Gastos com Inativos, no valor de R\$ 30 001 mil, no exercício, a preços constantes, ou o total dos Gastos com Inativos no exercício, ou ainda as dificuldades financeiras do Estado não podem justificar a utilização dos recursos arrecadados para outros fins, visto que estes devem ser geridos segundo as regras de cálculos atuariais, de forma a garantir recursos para as inativações futuras.

Ressalta-se que, em 1996, foram arrecadados R\$ 49 071 mil e, em 1997, R\$ 61 044 mil por conta da referida Contribuição Previdenciária Suplementar.

Salienta-se, ainda, nas Despesas Correntes, as Transferências para os Municípios e os Encargos da Dívida Interna, conforme se visualiza na tabela seguinte.

TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA
X
DESPESAS CORRENTES
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ mil*

ANO	TRANSFERÊNCIAS PARA MUNICÍPIOS				ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA				DESPESAS CORRENTES		
	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART. %	VALOR	REL. BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1988	676 010	100 00		15 07	912 546	100 00		20 36	4 484 684	100 00	
1989	1 007 627	149 05	49 05	22 97	38 807	4 25	95 75	0 88	4 387 111	97 82	2 18
1990	1 145 434	169 44	13 68	21 62	174 258	19 10	349 04	3 29	5 299 045	118 16	20 79
1991	1 047 340	154 93	-8 56	22 67	183 226	20 08	5 15	3 97	4 619 688	103 01	12 82
1992	1 045 177	154 61	0 21	19 30	324 752	35 59	77 24	6 00	5 416 535	120 78	17 25
1993	1 071 487	158 50	2 52	20 25	541 581	59 35	66 77	10 24	5 290 249	117 96	2 33
1994	1 215 941	179 87	13 48	22 82	286 883	31 44	47 03	5 38	5 328 294	118 81	0 72
1995	1 233 647	182 49	1 46	21 48	217 885	23 88	24 05	3 79	5 743 750	128 07	7 80
1996	1 285 029	191 57	4 98	20 06	248 007	27 18	13 82	3 84	6 454 286	143 92	12 37
1997	1 233 553	182 48	-4 75	19 89	270 020	29 59	8 88	4 35	6 200 821	138 27	3 93
Média											
1ºQuin	984 317	145 61	13 49	20 33	326 718	35 80	83 92	6 75	4 841 413	107 95	5 76
2ºQuin	1 209 931	178 98	3 54	20 85	312 875	34 29	3 68	5 39	5 803 480	129 41	2 93
Decênio	1 097 124	162 29	7 96	20 61	319 797	35 04	39 34	6 01	5 322 446	118 68	4 19

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica, a partir de 1992, houve um crescimento contínuo das Transferências a Municípios, até 1996. Em 1997, apesar de ter decrescido em 4,75%, em relação ao exercício anterior, comparativamente ao primeiro ano da série (1988), apresentou um acréscimo de 82,48%. No decênio, a participação das Transferências no total das Despesas Correntes foi de 20,61%, enquanto que, em 1997, situou-se em 19,89%.

Quanto aos Encargos da Dívida Interna, a tendência é de redução da participação nas Despesas Correntes. No triênio 1993/95, registrou-se uma constante redução dos valores empenhados com Encargos da Dívida. Em 1997, ocorreu um decréscimo de 50,14% nos Encargos da Dívida, em relação ao exercício de 1993.

No exercício sob exame, os Encargos da Dívida (R\$ 270.020 mil) responderam com 4,35% das Despesas Correntes, ao passo que a participação média do decênio ficou em 6,01%, comprovando a tendência de redução desta despesa.

1.1.3.2.1- DESPESA COM PESSOAL - ANÁLISE SEGUNDO A LEI ESTADUAL Nº 10.844, DE 05-08-96

A Lei Complementar Federal nº 82, de 27-03-95, conhecida como Lei Camata, estabeleceu limites para os gastos com pessoal, ativo e inativo, em relação à Receita Corrente Líquida

No âmbito do Estado, a Lei Estadual nº 10.844, de 05-08-96 (Lei das Diretrizes Orçamentárias), introduziu, para o exercício de 1997, modificações significativas para o cálculo do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os gastos com pessoal, definindo, em seu artigo 26, as despesas totais com pessoal e encargos sociais e a Receita Corrente Líquida da seguinte forma

- despesas totais com pessoal e encargos - o somatório das despesas da administração direta, autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público estadual referentes a pessoal ativo e inativo, pensionistas, abono-família, encargos patronais e contribuição ao IPERGS para assistência médica,

- receita corrente líquida - o somatório da receita corrente da administração direta, das autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, deduzidas as transferências por participações constitucionais e legais dos Municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados e as transferências intragovernamentais

Dentro desta nova definição, têm-se a seguinte situação

DESPESA COM PESSOAL 1997				Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	ADM DIRETA	AUTARQUIA	FUNDAÇÃO	TOTAL
Pessoal Civil, Militar e Obrig. Patronais	2 012 724	83 863	107 038	2 203 625
Inativos	1 484 355	73 090		1 557 445
Pensionistas	32 639	296 095		328 734
Salário Família	27 422	1 100		28 522
PASEP	42 839	1 805	794	45 438
Auxílio Funeral	1 690			1 690
Contr. ao IPERGS Lei nº 8191/86	126 647	157		126 804
DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS	3 728 316	456 110	107 832	4 292 258
() Diárias de Viagem e Ajudas de Custo	36 370	9 911	1 017	47 298
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	3 691 946	446 199	106 815	4 244 960

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 1997

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$ mil			
	ADM DIRETA	AUTARQUIA	FUNDAÇÃO	TOTAL
Receita Corrente Total	5 834 458	821 716	200 823	6 856 997
() Transf Const a Municípios	1 233.537			1 233 537
() Transf Intragovernamentais	9 116	136 317	137 509	282 942
= Receita Corrente Líquida	4 591 805	685 399	63 314	5 340 518
Percentual entre Despesa Líquida com Pessoal/Rec Corrente Líquida	80,40	65,10	168 71	79,49

1.1.3.3 - DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital, no decênio analisado, experimentaram uma participação média na Despesa Total de 24,92%. Em 1997, esta participação foi de 32,18%, uma vez que o valor total das mesmas foi de R\$ 2 942 591 mil, o que representou um acréscimo de 49,39% em relação a 1996 e uma majoração de 140,49% em comparação com o primeiro ano da série

Destaca-se, ainda, que a participação das Despesas de Capital em 1997, em relação à Despesa Total, foi a maior do decênio

Dentre as Despesas de Capital, destacam-se as Transferências Intragovernamentais, a Amortização da Dívida Interna e as Inversões Financeiras, cujas participações no total da Despesa, no exercício de 1997, foram de, respectivamente, 3,21%, 15,64% e 10,09%, conforme se observa a seguir

DESPESAS DE CAPITAL
PRINCIPAIS ELEMENTOS
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil			
Nº	ELEMENTO	VALOR	% S/DESPESA TOTAL
4310	- Transferências Intragovernamentais	293 469	3,21
4350	- Amortização da Dívida Interna	1 430 166	15,64
4200	- Inversões Financeiras	922 456	10,09
4100	- Investimentos	205 581	2,25

A Amortização da Dívida Fundada Interna teve participação média de 13,14% do total despendido pela Administração Direta Estadual no período 1988/97, sendo que, no exercício de 1997, esta participação foi de 15,64%

Visualiza-se, também, que a participação mencionada foi crescente no período de 1991 a 1994, quando atingiu 19,05%, reduzindo-se em 1995 e 1996 e voltando a crescer em 1997

Cabe salientar que, em relação a 1988, houve um crescimento nos gastos com amortização na ordem de 172,95%, conforme se demonstra a seguir

DÍVIDA FUNDADA INTERNA AMORTIZAÇÃO X DESPESA TOTAL PERÍODO DE 1988/1997					
Em R\$ mil*					
EXERCÍCIO	DESPESA TOTAL	AMORTIZAÇÃO DIV FUND INT	PARTIC %	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL
1988	5 708 253	523 960	9 18	100 00	
1989	5 983 415	516 830	8 64	98 64	1 36
1990	7 037 370	603 498	8 58	115 18	16 77
1991	5 747 481	525 338	9 14	100,26	12 95
1992	7 072 146	907 589	12 83	173 22	72,76
1993	6 938 383	1 095 155	15 78	209 01	20 67
1994	7 365 966	1 403 134	19 05	267,79	28 12
1995	7 471 442	1 234 999	16 53	235,70	-11 98
1996	8 424 049	1 073 858	12 75	204,95	-13,05
1997	9 143 412	1 430 166	15 64	272 95	33 18
Media					
1º Quin	6 309 733	615 443	9 75	117 46	18 80
2º Quin	7 868 650	1 247 462	15,85	238 08	11 39
Decêmo	7 089 192	931 453	13 14	177,77	13 22

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Medio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As Transferências Intragovernamentais tiveram, em 1997, a seguinte destinação

TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS EXERCÍCIO DE 1997			Em R\$ mil
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	VALOR	% S/TOTAL	
Transferências a Autarquias	270 202	92,07	
Transferências a Fundações	17 354	5,91	
Contribuições a Fundos	4 420	0,51	
Contrib p/Despesas de Capital	1 493	1,51	
TOTAL	293 469	100,00	

Destacam-se, dentre elas, as Transferências a Autarquias para Despesas de Capital, que totalizaram, em 1997, R\$ 270 202 mil, assim distribuídos

TRANSFERÊNCIAS A AUTARQUIAS PARA DESPESAS DE CAPITAL EXERCÍCIO DE 1997			Em R\$ mil
AUTARQUIA	VALOR RECEBIDO	% S/TOTAL	
DAER	266 671	98,69	
DEPRC	3 500	1,29	
AGERGS	31	0,02	
TOTAL	270 202	100 00	

Portanto, verifica-se que o DAER foi o maior beneficiado pelas Transferências, sendo-lhe destinados R\$ 266 671 mil, equivalentes a 98,69% do total repassado às Autarquias para Despesas de Capital

Dentre as Transferências de Capital às Fundações, salientam-se os repasses efetuados à METROPLAN no montante de R\$ 10 798 mil

Em 1997, os Investimentos e as Inversões atingiram R\$ 1 128 037 mil, ou seja, 12,34% da Despesa Total, estando assim constituídos

		Em R\$ mil
INVESTIMENTOS		
Obras e Instalações	124 986	
Equip e Material Permanente	48 568	
Invest em Regime de Execução Especial	17 953	
Constituição ou Aumento do Capital	3 640	
Diversos Investimentos	10 434	205 581
INVERSÕES		922 456
		- -
TOTAL		1 128 037

A análise do comportamento dos gastos com Investimentos e Inversões Financeiras, no período 1988/97, indicou que 1997 foi o exercício com melhor desempenho da série, no que se refere ao montante e a participação no total dos gastos públicos, como se observa na tabela a seguir

INVESTIMENTOS E INVERSÕES x DESPESA TOTAL PERÍODO DE 1988/1997									
Em R\$ mil*									
ANO	DESPESA TOTAL	REL BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	INVESTIMENTOS			REL BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	PART
				INVEST	INVERS	TOTAL			%
1988	5 708 253	100 00		268 865	23 548	292 413	100 00		5 12
1989	5 983 414	104 82	4,82	448 524	125 741	574 266	196 39	96 39	9 60
1990	7 037 370	123 28	17 61	306 986	89 591	396 577	135 62	30 94	5 64
1991	5 747 482	100 69	18 33	144 868	34 212	179 079	61 24	54 84	3 12
1992	7 072 146	123,89	23 05	227 690	4 184	231 864	79 29	29 48	3 28
1993	6 938 383	121 55	1 89	155 129	50 532	205 660	70 33	11,30	2 96
1994	7 365 966	129 04	6 16	175 546	69 590	245 136	83 83	19 19	3 33
1995	7 471 442	130,89	1,43	89 741	167 183	256 924	87 86	4 81	3 44
1996	8 424 049	147 58	12 75	152 613	489 775	642 388	219 69	150 03	7 63
1997	9 143 412	160,18	8 54	205 581	922 456	1 128 037	385 77	75 60	12 34
Média									
1º Quin	6 309 733	110,54	6 79	279 384	55 455	334 840	114 51	10 02	5,31
2º Quin	7 868 650	137 85	5,40	155 722	339 907	495 629	169,50	47,67	6 30
Decêmo	7 089 192	124 19	6 02	217 553	197 681	415 234	142 00	30 93	5 86

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Medio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A participação dos Investimentos e Inversões, no total despendido pelo Estado, tem apresentado crescimento desde 1994, registrando, em 1997, percentual de 12,34%, o maior do decênio

Os valores gastos em 1997 (R\$ 1 128 037 mil) representaram uma majoração de 75,60% em relação a 1996 e de 285,77% em comparação ao primeiro ano da série (1988) Conjugados aos montantes investidos através das Autarquias, estes valores assim se apresentam no período 88/97

INVESTIMENTOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA + AUTARQUIAS
PERÍODO DE 1988/1997

							Em R\$ mil*
ANO	ADMINISTR DIRETA	AUTARQUIA	TOTAL	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	% SOBRE DESPESA TOTAL (1)	DESPESA TOTAL
1988	292 413	173 420	465 833	100,00		8,16	5 708 253
1989	574 265	419 131	993 396	213,25	113 25	16,80	5 983 415
1990	396 578	475 994	872 571	187,31	-12,16	12,40	7 037 370
1991	179 080	142 553	321 632	69 04	63,14	5,60	5 747 481
1992	231 863	147 902	379 764	81,52	18 07	5 37	7 072 146
1993	205 660	141 912	347 572	74,61	8 48	5,01	6 938 383
1994	245 136	233 769	478 905	102,81	37,79	6,50	7 365 966
1995	256 923	120 180	377 103	80,95	21,26	5,05	7 471 442
1996	642 388	211 401	853 789	183,28	126,41	10,14	8 424 049
1997	1 128 037	270 367	1 398 404	300,19	63,79	15 29	9 143 412

Fonte: Balanços das Autarquias

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

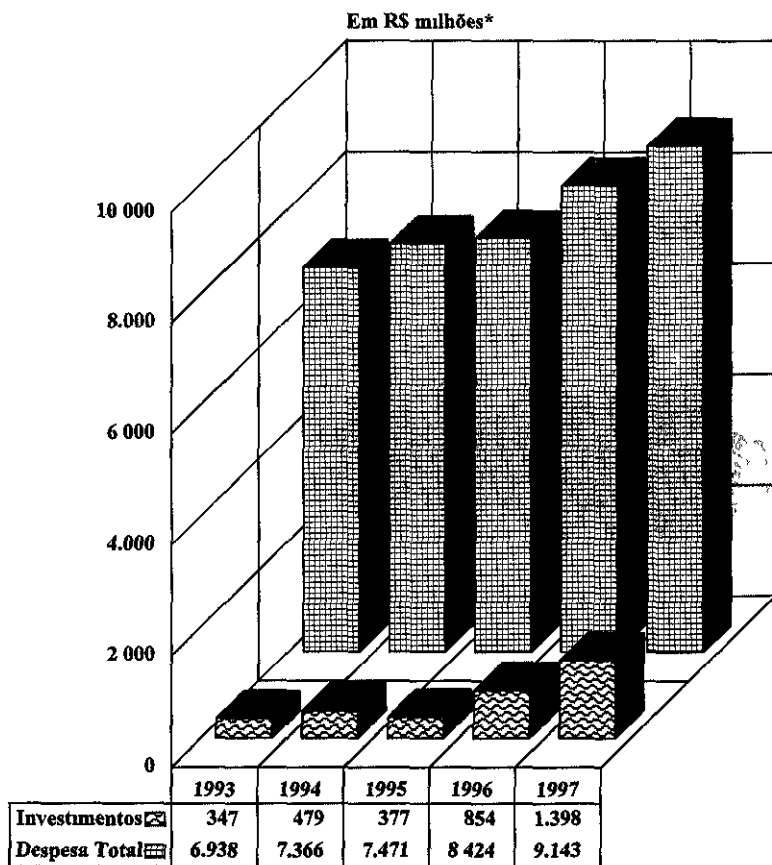
(1) Participação dos Investimentos Totais na Despesa da Administração Direta

Em 1997, os Investimentos da Administração Centralizada e Autárquica totalizaram R\$ 1 398 404 mil, o que representou um acréscimo de 63,79% em relação aos valores de 1996. A participação em relação à Despesa Total, em 1997, foi de 15,29%, em função, basicamente, do significativo acréscimo dos Investimentos realizados através da Administração Direta, que, de um ano para outro, cresceram 75,60%

Salienta-se que a participação média, no decênio, dessas despesas, em relação à Despesa Total, foi de 9,01%, em função dos desempenhos verificados nos biênios 89/90 (16,60% e 12,40%) e 96/97 (10,14% e 15,29%), que elevaram a média de forma decisiva

A evolução da participação dos Investimentos Totais, em relação à Despesa Total, pode ser visualizada através do gráfico que segue

INVESTIMENTOS (ADM.DIRETA+AUTÁRQUICA) x DESPESA TOTAL (ADM.DIRETA) PERÍODO 1993/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado e
Balanços das Autarquias

* Vs. inflac. pelo IGP-DI - FGV (médio)

1.1.4 - PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

1.1.4.1 - FUNDAMENTO LEGAL

A Lei nº Estadual nº 10 607, de 28-12-95, instituiu o Programa de Reforma do Estado - PRE, com os seguintes objetivos

- I reestruturar a exploração pelo Estado da atividade econômica,
- II contribuir para a redução da dívida pública no Estado,
- III permitir a retomada de investimentos nas sociedades e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada,
- IV permitir à administração pública concentrar seus esforços nas atividades em que a presença do Estado assegure o bem estar social

A referida Lei previu a desestatização de empreendimentos, sendo executada mediante as seguintes formas operacionais

- I alienação de participação societária, inclusive do controle acionário,
- II abertura de capital,
- III aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição,
- IV transformação, incorporação, fusão ou cisão,
- V alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens, direitos e instalações,
- VI dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a consequente alienação de seus Ativos

Esta Lei previu, ainda, a criação do Fundo de Reforma do Estado, a ser regulamentado por ato do Poder Executivo, cujo patrimônio será constituído por direitos ou títulos representativos da propriedade das ações e cotas de capital de sociedades em que o Estado possua participação, majoritária ou não, e pela totalidade das receitas decorrentes do Programa de Reforma do Estado

Os recursos oriundos do Programa de Reforma do Estado, disponíveis no respectivo Fundo, serão utilizados da seguinte forma

- I no Fundo de Promoção da Cidadania,
- II na redução da dívida mobiliária do Estado,
- III em investimentos necessários à implantação, no Estado, de empreendimentos estratégicos privados, que sejam de grande relevância e revestidos de ineditismo

A Lei Estadual nº 10 607, de 28-12-95, previu que o Fundo de Promoção da Cidadania seria regulamentado pelo Poder Executivo, destinado a empreendimentos nas áreas Social, de Educação, Saúde, inclusive Saneamento, Segurança Pública e Infra-Estrutura Básica, previstos no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento do Estado, cujo Patrimônio será constituído dos recursos repassados pelo Fundo de Reforma do Estado

O Decreto Estadual nº 36 756, de 27-06-96, regulamentou o Fundo de Reforma do Estado do Rio Grande do Sul - FRE/RS, com a finalidade de concentrar recursos resultantes das atividades do Programa de Reforma do Estado, para financiar ações do governo no Fundo de Promoção da Cidadania, na redução da dívida mobiliária do Estado, e em investimentos de empreendimentos estratégicos privados de caráter relevante e revestidos de ineditismo. O referido decreto previu que o patrimônio do FRE/RS é constituído

“ por direitos ou títulos representativos da propriedade das ações e cotas de capital de sociedades em que o Estado possua participação majoritária ou não e pela totalidade das receitas decorrentes do Programa de Reforma do Estado, ”

O referido Decreto, ainda, previu

- um sistema de subcontas vinculado aos programas prioritários do Programa de Reforma do Estado,

- que a movimentação financeira dos recursos do FRE/RS fosse feita através do Sistema Financeiro Estadual, em conta denominada “Fundo de Reforma do Estado do Rio Grande do Sul”,

- que o FRE/RS fosse administrado pelo Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado - COD/PRE, instituído pelo Decreto Estadual nº 36.437/96, alterado pelo Decreto Estadual nº 36 755/96

O Decreto também autorizou a criação de uma unidade orçamentária na Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

1.1.4.1.1- CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

O Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado autorizou a alienação de ações de empresas do Estado, bem como autorizou despesas, no exercício de 1997, na ordem de R\$ 945 108 mil. As receitas das alienações, em valores superiores às despesas autorizadas no exercício, e o destino destes recursos são tratados nos tópicos 1.1.4.2 a 1.1.4.5.

Ressaltamos algumas decisões do referido Conselho, além das autorizações e liberações de recursos, no exercício de 1997, que foram as seguintes

- autorização para o lançamento do processo licitatório, buscando a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços técnicos, visando a implantação e consolidação da reestruturação societária e patrimonial da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, e alienação das ações das empresas a serem criadas dessa reestruturação, conforme Lei Estadual nº 10 900, de 26/12/96 (Ata nº 04, Sessão de 08-01-97);

- aprovação da concessão de financiamento à empresa General Motors do Brasil Ltda. no valor de R\$ 253.296 mil (Ata nº 06, Sessão de 15-03-97),

- homologação do resultado da venda das ações de emissão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT aos empregados daquela Companhia no montante de R\$ 7 899 mil (Ata nº 08, Sessão de 07-07-97);

- autorização da transferência, aos empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, de 15.531.000 ações ordinárias vinculadas à referida Companhia, na forma estabelecida pelo Edital Internacional de Venda de Ações nº COD-04/96, com as restrições previstas no item 13.1 do mencionado instrumento convocatório (Ata nº 09, sessão de 18-08-97),

- aprovação da alienação de 571.590 812 ações ordinárias, correspondentes a 99,83% do capital votante da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, de propriedade do Estado do RGS, e 536.344 395 ações ordinárias, representativas de 100% do capital votante da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (Ata nº 10, Sessão de 17-09-97);

- ratificação dos atos praticados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco do Estado do RGS (**Ata nº 11, Sessão de 09-10-97**), em especial

- aprovação da assunção de contingências, pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, de compromissos assumidos pela Companhia União de Seguros Gerais, na qualidade de membro integrante da GESB, com objetivo de sanear financeiramente a empresa de seguros e obter o máximo valor de venda,
- aprovação de acordo operacional, cujo objeto é a venda de produtos de seguro, previdência e capitalização, próprios e de terceiros, conveniados com a Companhia União de Seguros Gerais, na rede e postos de serviços do BANRISUL, em regime de exclusividade,
- aprovação, em todos os seus termos, do edital de venda de 75 133 092 ações ordinárias de emissão da Companhia União de Seguros Gerais

- autorização da liberação de R\$ 333 670 mil, com aplicação destinada a atender compromissos assumidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (**Ata nº 12, Sessão de 27-10-97**),

- ratificação da decisão da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no sentido de autorizar a abertura de Capital Social da Companhia, com vistas ao lançamento de debêntures de emissão da Companhia (**Ata nº 13, Sessão de 10/11/97**),

- autorização da liberação de R\$ 14 150 mil com aplicação destinada a atender compromissos assumidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (**Ata nº 14, Sessão de 27-11-97**),

- autorização do lançamento do edital de licitação nº Cod-08/97, que trata da seleção de empresas especializadas para prestação de serviços técnicos de reavaliação econômico-financeira e modelagem de uma sistemática de venda, visando à alienação de ações da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (**Ata nº 15, Sessão de 11-12-97**)

1.1.4.2 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - SALDO E APLICAÇÃO

	Em R\$ mil
SALDO DO INÍCIO DO EXERCÍCIO	585 581
Receitas	
JANEIRO	
Recebimento da CADIP do saldo referente à alienação de 75 320 000 ações O N da CEEE	101 783
MAIO	
Alienação de 24 300 000 ações O N da CRT	23 539
AGOSTO	
Alienação de ações da CRT a seus funcionários	7 822
OUTUBRO	
Alienação de 519 628 011 ações O N da Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica	1 635 000
Recebimento referente à alienação de ações da CRT a seus funcionários	2
- Resgate de debêntures de emissão da CADIP que o Estado adquiriu do BNDESPAR	278 647
DEZEMBRO	
Recebimento referente à alienação de ações da CEEE a seus funcionários	41 245
Venda de Direitos de subscrição CRT/BNDES	2 874
(*) RECEITA DO EXERCÍCIO DE 1997	2 090 912
Despesas	
MARÇO	
Assessoramento e Consultoria CRT	1 699
OUTUBRO	
Compra de debêntures de emissão da CADIP junto ao BNDES/BNDESPAR	278 647
Encargos Contratuais do empréstimo BNDESPAR, relativo à operação CEEE/CADIP	50 508
Recompra de ações da CEEE junto à CADIP	278 647
Recompra de ações CRT junto à CADIP	25 726
NOVEMBRO	
Despesas de divulgação CEEE	17
DEZEMBRO	
Remuneração ações CO/MN CEEE	5 435
Assessoramento e Consultoria	198
- Despesas de divulgação CEEE	89
Assessoria e Consultoria Procegs/Corag	182
Subtotal 1 das Despesas	641 148
Aplicação por Função	
Indústria, Comércio e Serviços	322 431
Transporte	170 177
Saúde e Saneamento	35 558
Judiciária	13 498
Segurança Pública	9 226
Habitação e Urbanismo	5 306
- Assistência e Previdência	4 085
- Educação e Cultura	2 262
Administração e Planejamento	1 919
Trabalho	100
Subtotal 2 das Despesas	564 562
() TOTAL DAS DESPESAS	1 205 710
= SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	1 470 783

Convém ressaltar que a receita de alienação de participações societárias gerou baixas de Ativos Permanentes correspondentes e de igual importância por se tratarem de Receitas de Mutações Patrimoniais

Na aplicação dos recursos do Programa de Reforma do Estado, no valor de R\$ 564 562 mil, pode-se visualizar os principais projetos e objetivos da aplicação

PROJETO/ATIVIDADE	Em R\$ mil
2292 Atracção de Investimentos (*)	307 778
1466 Contribuição ao DAER para despesas de capital	160 881
2232-Hosp Pólos/referência	18 107
1341 Implantação e despesas espaços industriais	14 653
9011 Hospitais Municipais	5 462
2361-Conservação de Rodovias	6 111
Outros	51 570
(*) Destaca-se o financiamento à Empresa General Motors do Brasil Ltda no valor de R\$ 253 296 mil	

A movimentação dos recursos do Programa de Reforma do Estado, no exercício de 1997, anteriormente exposta, pode ser assim resumida

	Em R\$ mil
Ingresso de recursos do Programa de Reforma do Estado	2 090 912
(-) Recursos utilizados no exercício	1 205 710
= Saldo de recursos do exercício	885 202
(+) Saldo de recursos do exercício anterior	585 581
Saldo final de recursos	1 470 783

1.1.4.3- REFLEXOS DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

	Em R\$ mil		
	Receita	Despesa	Resultado
Recurso Vinculado	5 341 974	4 216 912	1 125 062
Recurso Não-Vinculado	4 234 351	4 926 500	-692 149
Resultado Financeiro	9 576 325	9 143 412	432 913

Do resultado da movimentação financeira dos recursos vinculados (superávit de R\$ 1.125 062 mil), R\$ 692 149 mil foram utilizados para financiar despesas não-vinculadas. Observa-se, ainda, que do referido resultado de R\$ 1 125.062 mil a quase totalidade dos recursos são oriundos do Programa de Reforma do Estado, como segue

Em R\$ mil				
RECURSOS	Receita	Despesa	Resultado	Partic %
Rec. Vinc (Total)	5 341 974	4 216 912	1.125 062	-
Rec Vinc. (PRE)	2.090 912	1 205 710	885 202	78,7

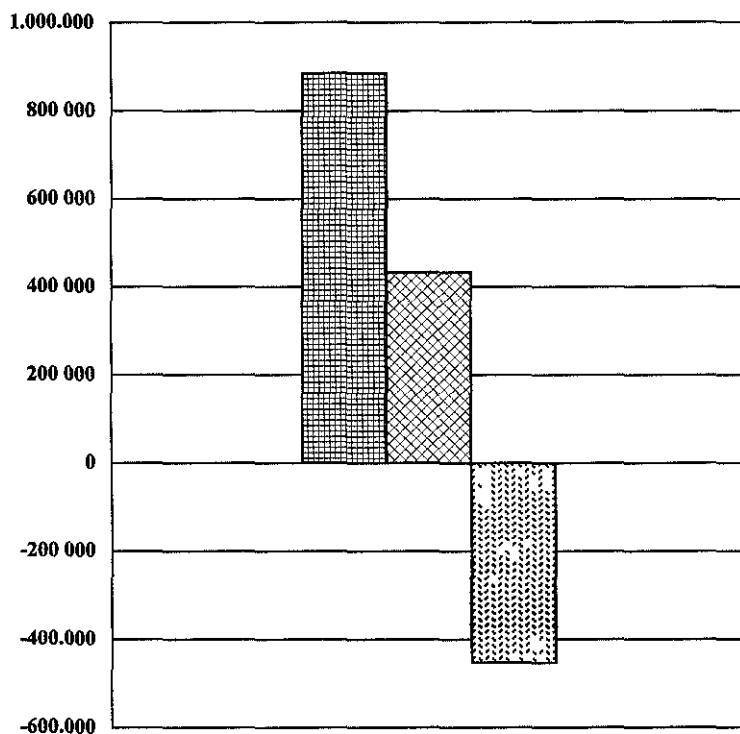
Portanto, os recursos financeiros do Programa de Reforma do Estado são utilizados em parte para financiar despesas não vinculadas ao Programa, além de possibilitarem um resultado orçamentário positivo, como se pode visualizar no quadro abaixo

EFEITO DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO		Em R\$ mil
Resultado Orçamentário(*)		432 913
(-) Resultado das Operações do Programa de Reforma do Estado		885 202
Resultado Orçamentário, excluídas as operações do Programa de Reforma do Estado		-452 289
(*) O valor da venda da Cia. Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e da Cia. União de Seguros Gerais não é considerado no efeito do Programa de Reforma do Estado (Administração Centralizada), visto que estes recursos são de propriedade da CEEE e do BANRISUL, respectivamente		

Graficamente, tal situação pode ser assim representada

EFEITOS DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO NO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 1997



RESULTADO ORÇAMENTARIO

PRE	RS 885 202 mil
Incluido o PRE	RS 432 913 mil
Excluido o PRE	RS (452.289) mil

Fonte: Balanços Gerais do Estado

1.1.4.4- OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO NA CEEE

Os recursos provenientes da alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, Receita da Companhia Estadual remanescente, nos termos da Ordem de Serviço nº 181/95, foram aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC. O valor da alienação da Distribuidora foi de R\$ 1 510 000 mil.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica utilizou, até 31-12-97, parcela destes recursos nos seguintes compromissos e obrigações

	Em R\$ mil
- Pagamento de adiantamento ao Banco Nac de Desenv Econôm e Soc -BNDES	71 414
- Resgate 7ª emissão de Debêntures	207 061
- Comissão CLC e BVES	756
- Causa Trabalhista Diferenças de periculosidade	24 448
- Déficit de caixa	30 000
- Outras utilidades	<u>18 107</u>
Total utilizado até 31 12 97	351 786

Os recursos aplicados no SIAC são utilizados no Fundo de Garantia para Liquidez da Dívida Pública Estadual. Tais recursos permitem a diminuição do custo do Serviço da Dívida, enquanto não utilizados pelo Tesouro ou pela CEEE.

Os recursos aplicados pela CEEE no SIAC serão utilizados pela Companhia de acordo com suas necessidades ou conforme as determinações do Conselho de Reforma do Estado (a utilização dos recursos por parte do Conselho sofre restrições, visto que os recursos são de propriedade da CEEE, embora o Estado seja acionista majoritário da Companhia). O Governo do Estado, para utilizar de forma permanente os recursos da CEEE, ou parte deles, deverá efetuar retiradas de recursos financeiros da Companhia através de redução do Capital Social da Companhia, juntamente com os acionistas minoritários.

Registra-se, como evento subsequente, que, na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04-03-98, foi aprovada a redução de Capital no valor de R\$ 415 000 mil, visando ao cumprimento da Lei Estadual nº 11 076, de 06-01-98, bem como à solicitação do acionista majoritário, expressa no Ofício nº 075/98-GSF, de 23 de janeiro de 1998, de restituição aos acionistas da parte do valor de suas ações.

1.1.4.5- OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO NO BANRISUL

A justificativa para a alienação das ações do Capital Social da Companhia União de Seguros Gerais foi que esta alienação enquadrava-se nos objetivos fundamentais estabelecidos pelo Programa de Reforma do Estado (PRE). O BANRISUL buscou, através da alienação (nos termos do capítulo 1, item 1.3 do edital de licitação/DOE - 10-10-97) de ações ordinárias da Cia União, melhorar sua situação financeira, além de expandir as atividades de seguro no Estado, e melhorar a competitividade da citada Companhia.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul vendeu 68 302 811 ações ordinárias nominativas, representativas de cerca de 71,45% do Capital Social da Companhia União de Seguros Gerais, por R\$ 50 100 mil ao Bradesco Seguros S.A. (o Conselho de Reforma do Estado aprovou, em sessão realizada em 27-10-97, ata COD-PRE nº 12, estas despesas).

Destaca-se que, através da cláusula terceira - Obrigações Especiais do Vendedor, inciso III, este responsabiliza-se, perante o novo grupo de controle, pelas obrigações remanescentes assumidas pela Companhia União, na qualidade de membro integrante do Grupo de Empresas Seguradoras Brasileiras - GESB, conforme item 4.4 do Edital.

Outro evento importante é o Acordo Operacional realizado em 1º de outubro de 1997, com vigência de cinco anos, cujo objeto é a venda de produtos de seguros, previdência e capitalização próprios ou de terceiros conveniados com a Companhia União, na rede de postos de serviços do BANRISUL, em regime de exclusividade.

1.2 - GESTÃO FINANCEIRA

1.2.1 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

O detalhamento da movimentação financeira conjuga as disponibilidades iniciais com os ingressos e desembolsos, de modo a evidenciar os valores numéricos existentes quando do término do exercício. As disponibilidades financeiras correspondem a 58,68% do saldo de Restos a Pagar.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		Em R\$ mil
SALDO DISPONÍVEL E VINCULADO EM 31/12/96		620 947
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		9 576 325
Receita Corrente	5 834 458	
Receita de Capital	3 741 867	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		9 143 412
Despesa Corrente	6 200 821	
Despesa de Capital	2 942 591	
RESULTADO DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		415 989
Formação de Dívidas	933 777	
Formação de Créditos	1 349 766	
SALDO DISPONÍVEL E VINCULADO EM 31/12/97		637 871
SALDO DE RESTOS A PAGAR, SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR E CONSIGNAÇÕES A PAGAR		1 087 057

1.2.2 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS VINCULADOS

A movimentação financeira dos Recursos Vinculados é representada pelos valores recebidos e sua respectiva aplicação, que, conjugados com os saldos do exercício anterior, resultam nos novos saldos que passam para o próximo exercício.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS VINCULADOS

Em R\$ mil				
RECURSO	RECEITA	DESPESA	AJUSTE	RESULTADO
Estadual	3 641 234	2 585 879	17	1 055 372
Federal	261 919	-217 561	40	44 318
Instituição Privada	199	- 135	1	63
Operação de Crédito	1 438 622	-1 413 337	-1 370	23 915
TOTAL	5 341 974	-4 216 912	1 394	1 123 668

Pela demonstração acima, ficou evidenciado um superávit da execução dos Recursos Vinculados no montante de R\$ 1 123 668 mil, ou seja, foram recebidos valores que não foram aplicados até o final do exercício, causando, assim, um aumento no Passivo Potencial

O saldo de Recursos Vinculados do exercício anterior, no montante de R\$ 886 451 mil, mais o resultado da movimentação financeira dos Recursos Vinculados do exercício, retroinformado, resultaram na nova situação potencial, denominada Balanço Financeiro Potencial, totalizando R\$ 2 010 120 mil (BGE, vol IV, fls 125 a 127)

Com a inclusão do saldo da movimentação financeira dos Recursos Vinculados não empenhados no exercício, temos a Situação Líquida Financeira Ajustada

SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA AJUSTADA

Em R\$ mil				
Ativo Financeiro	2 363 664			
Recursos Vinculados				
Recursos Oper. Crédito	1 834			
Ativo Financeiro Ajustado	2 365 498			
Passivo Financeiro	2 525 522			
Recursos Vinculados				
Recursos Estaduais	1 792 950			
Recursos Federais	182 388			
Rec Inst Priv /Oper Cred	36 616			
Passivo Financeiro Ajustado	- 4 537 476			
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA AJUSTADA	2 171 978			

1.3 - GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, demonstra os efeitos das variações sofridas pelo Patrimônio do Estado em consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Com a exclusão dos bens de uso comum, que não são incorporados ao Patrimônio do Estado, todos os fatos de natureza econômico-financeira concorrem para alterar a substância e a contra-substância patrimoniais, sejam estes fatos originados da Execução Orçamentária ou Extra-Orçamentária.

O Patrimônio do Estado é representado por componentes Ativos e Passivos, estruturados de forma a dividi-lo em duas áreas: Financeira, que compreende o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, e Permanente, subdividida em Ativo Permanente e Passivo Permanente. O Ativo Financeiro apresenta os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis, enquanto o Passivo Financeiro representa os compromissos exigíveis, cuja movimentação independe de autorização orçamentária. A movimentação de valores na área do Patrimônio Permanente depende de prévia autorização legislativa.

Resumidamente, o Balanço Patrimonial do Estado tem sua situação demonstrada, em 31 de dezembro de 1997, da seguinte forma:

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996							
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	VALORES			TÍTULOS	VALORES		
	1997	1996*	Var. % 97/96		1997	1996*	Var. % 97/96
Ativo Financeiro				Passivo Financeiro			
Disponível	46.109	333.241	86,16	Restos a Pagar Processados	699.059	469.511	48,89
Vinculado em C.C. Banc.	591.762	334.157	77,09	Restos a Pagar Não Processados	338.797	218.194	55,27
Realizável	1.725.793	404.158	327,01	Serviços de Dívida a Pagar	18.701	53.905	65,31
				Depósitos	1.465.987	848.904	72,69
	2.363.664	1.071.556	120,58	Débitos de Tesouraria		117.553	
				Diversos	2.978	2.756	8,06
					2.525.522	1.710.823	47,62
Ativo Permanente				Passivo Permanente			
Bens do Estado	259.124	129.710	99,77	Dívida Fundada Interna	10.761.096	9.366.873	14,88
Participações	2.093.337	1.847.974	13,28	Dívida Fundada Externa	252.274	170.286	48,15
Créditos	602.161	335.175	79,66				
Dívida Ativa	2.993.891	2.460.070	21,70		11.013.370	9.537.159	15,48
Diversos	158.514	98.196	61,43				
	6.107.027	4.871.125	25,47				
Passivo a Descoberto	5.068.201	5.305.301	4,47				
Total do Ativo	13.538.892	11.247.982	20,37	Total do Passivo	13.538.892	11.247.982	20,37

Fonte: Balanço Geral do Estado

* Em valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

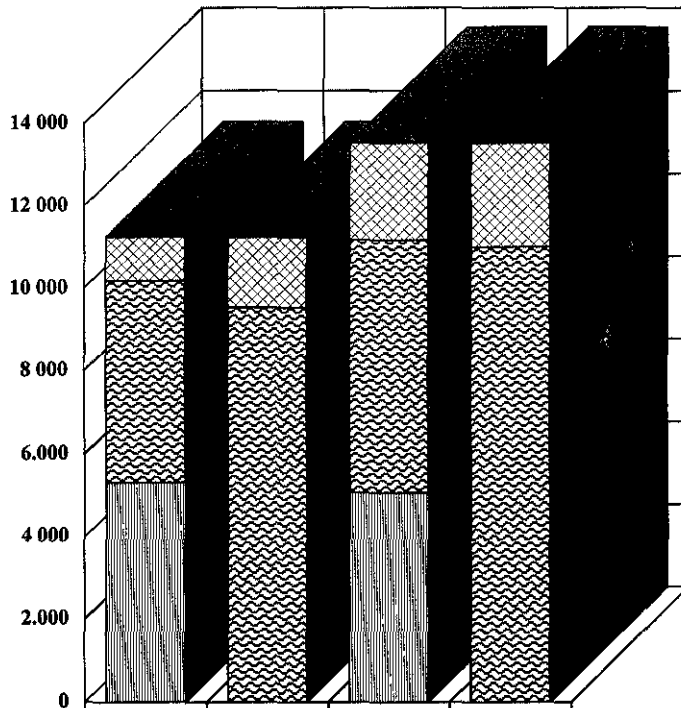
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Graficamente, os Balanços Patrimoniais ficam assim demonstrados

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997

Em R\$ milhões*



	Ativo-96	Passivo-96	Ativo-97	Passivo-97
Financieiro	1 072	1.711	2.364	2.526
Permanente	4 871	9.537	6.107	11.013
P. Descoberto	5.305	0	5.068	0

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Vis. inflac. pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

1.3.1 - PATRIMÔNIO FINANCEIRO

O Patrimônio Financeiro do Estado, em 31-12-7, segundo o Balanço Patrimonial, estava representado pelo Ativo Financeiro no valor de R\$ 2 363 664 mil e pelo Passivo Financeiro no valor de R\$ 2 525 522 mil. Os valores passivos superaram os valores ativos em R\$ 161 858 mil, ou seja, em 6,85%

A Situação Líquida Financeira Ajustada foi negativa, na ordem de R\$ 2 171 977 mil, conforme demonstrado no subitem 1.2.2

1.3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

A composição do Ativo Financeiro, nos exercícios de 1993 a 1997, em valores atualizados, é a seguinte

ATIVO FINANCEIRO PERÍODO 1993/97											Em R\$ mil*
TÍTULO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Disponível	68.770	32,11	81.998	25,72	260.106	49,41	333.241	31,10	46.109	1,95	
Vinculado	95.756	34,63	85.291	26,75	43.888	8,34	334.157	31,18	591.762	25,04	
Realizável	91.964	33,26	151.551	47,53	222.396	42,25	404.158	37,72	1.725.793	73,01	
TOTAL	276.490	100,00	318.840	100,00	526.400	100,00	1.071.556	100,00	2.363.664	100,00	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Ativo Financeiro compreende os valores cuja movimentação independe de autorização orçamentária. No exercício em análise, o Ativo Financeiro situou-se em R\$ 2 363 664 mil, sendo que se verificou um acréscimo percentual substancial nas contas representativas do Realizável (327,01%), em relação ao exercício anterior, fato que se refletiu no acréscimo percentual do saldo do Ativo Financeiro na ordem de 120,58%. Dessa forma, os valores do Realizável, que representavam 37,72% do total, em 1996, passaram a representar 73,01% em 1997.

O subgrupo Realizável acha-se composto, basicamente, por duas contas. Devedores, com 7,14% e FGLTDPE, com 91,61%.

O elevado crescimento observado no Ativo Financeiro Realizável, na conta FGLTDPE, proveio, principalmente, do recebimento e posterior aplicação no fundo de liquidez dos recursos oriundos da privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (BGE, vol IV, p 85).

A participação das Disponibilidades no Ativo Financeiro sofreu redução de 28,59% em relação ao exercício anterior

O subgrupo Vinculado reduziu sua participação, no total do Ativo Financeiro, de 31,18% para 25,04% no último exercício

Os Recursos Vinculados, por força de lei, devem ser depositados em contas próprias, vinculadas. No entanto, tais recursos vêm sendo utilizados para suprir insuficiências de caixa do Tesouro do Estado. Assim, cabe destacar que o saldo, em 31-12-97, de Recursos Vinculados não aplicados atingia o montante de R\$ 2 010 120 mil (BGE, vol IV, fls 123 a 127 e vol I, fls 158 a 246). Todavia, esta importância não encontrava correspondência com os saldos das contas bancárias vinculadas, registrados no Ativo Financeiro do Balanço Geral do Estado, uma vez que os depósitos em contas vinculadas totalizavam apenas R\$ 591 762 mil, restando, então, uma insuficiência de R\$ 1 418 358 mil.

Da situação acima exposta, infere-se que foram efetuados gastos com desvio de finalidade.

1.3.1.2 - PASSIVO FINANCEIRO

O Balanço Geral do Estado apresentou um Passivo Financeiro na ordem de R\$ 2 525 522 mil, integrado por obrigações de curto prazo que constituíam a Dívida Flutuante em 31-12-97, conforme se demonstra abaixo:

	Em R\$ mil	%
Restos a Pagar Processados	699 059	27,68
Restos a Pagar Não Processados	338 797	13,41
Serviço da Dívida a Pagar	18 701	0,74
Depósitos	1 465 987	58,05
Diversos	2 978	0,12
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2 525 522	100,00

Os Depósitos representaram 58,05 % do total do Passivo Financeiro, sendo que R\$ 1 426 992 mil correspondiam ao SIAC - Depósito do Sistema Integrado de Administração de Caixa (BGE, vol I, p 965).

Do montante depositado no SIAC, R\$ 1 158 092 mil (81,2%) pertenciam a CEEE, R\$ 102 550 mil (7,2%), a CRT e R\$ 92 949 mil (6,5%), a CADIP.

O saldo da conta Restos a Pagar representou 41,09% do total do Passivo Financeiro, sendo integrado por R\$ 699.059 mil processados e R\$ 338.797 mil não-processados. O referido grupo de contas registrou um acréscimo de 50,91%, a preços constantes, em relação ao exercício de 1996

Do total de Restos a Pagar Processados, 03 (três) subcontas abarcaram 65,02% do valor, quais sejam:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS SALDO EM 31-12-97			Em R\$ mil
SUBCONTA	VALOR		%
Contrib e Transf a Autarquias	97.267		13,91
Contrib e Transf a Fundações	180.975		25,89
Fornecedores de Bens e/ou Serviços	47.709		6,82
Folhas de Pessoal a Pagar	176.325		25,22
Precatórios Judiciais a Pagar	48.305		6,91
Indenizações e Rest a Pagar	32.778		4,69
Prefeituras, Imp Multas a Pagar	43.792		6,26
Outros	71.908		10,30
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	699.059		100,00

Dos Restos a Pagar Não-Processados, 02 (duas) contas contemplaram 80,97% do valor total, quais sejam

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SALDO EM 31-12-97			Em R\$ mil
SUBCONTA	VALOR		%
Fornecedores de Bens e/ou Serviços	194.385		57,38
Contratos e Convênios a Liquidar	79.934		23,59
Outras Contas	64.478		19,03
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	338.797		100,00

A participação da subconta Fornecedores de Bens e/ou Serviços foi de 57,38%

Os Restos a Pagar Não-Processados tiveram, no exercício em pauta, um acréscimo de 55,27%, a preços constantes, em relação ao exercício anterior

O demonstrativo que segue apresenta a evolução da Dívida Flutuante escriturada nos últimos 05 (cinco) exercícios

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DE BALANÇO PERÍODO 1993/1997													
TÍTULO	1993		1994		1995		1996		1997		PERCENTUAL		
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	1997/93	1997/96	
Restos a Pagar	183 078	54,37	337 254	68,21	869 469	68,73	687 705	40,20	1 037 856	41,09	466,89	50,92	
Serv. Div. Pagar	81 808	24,30	15 277	3,09	21 425	1,69	53 905	3,15	18 701	0,74	77,14	66,31	
Depósitos	69 402	20,61	135 283	27,36	157 704	12,47	848 904	49,62	1 465 967	58,05	2012,31	72,69	
Déb. Tesouraria	2 223	0,66			197 700	15,62	117 553	6,87					
Diversos	200	0,06	6 634	1,34	18 917	1,49	2 756	0,16	2 978	0,12	1389,00	8,06	
TOTAL	336 711	100,00	494 448	100,00	1 265 115	100,00	1 710 823	100,00	2 525 522	100,00	660,06	47,62	

Fonte: Balanços Gerais do Estado
 * Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)
 Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Pelos valores registrados, a Dívida Flutuante aumentou, em 1997, 47,62% em relação ao ano anterior, em decorrência, basicamente, do aumento dos Depósitos (72,69%), em especial, Depósitos do Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC (R\$ 1 426 992 mil)

1.3.1.3 - SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

O Balanço Geral do Estado demonstrou, em 1997, uma Situação Líquida Financeira negativa de R\$ 161 858 mil

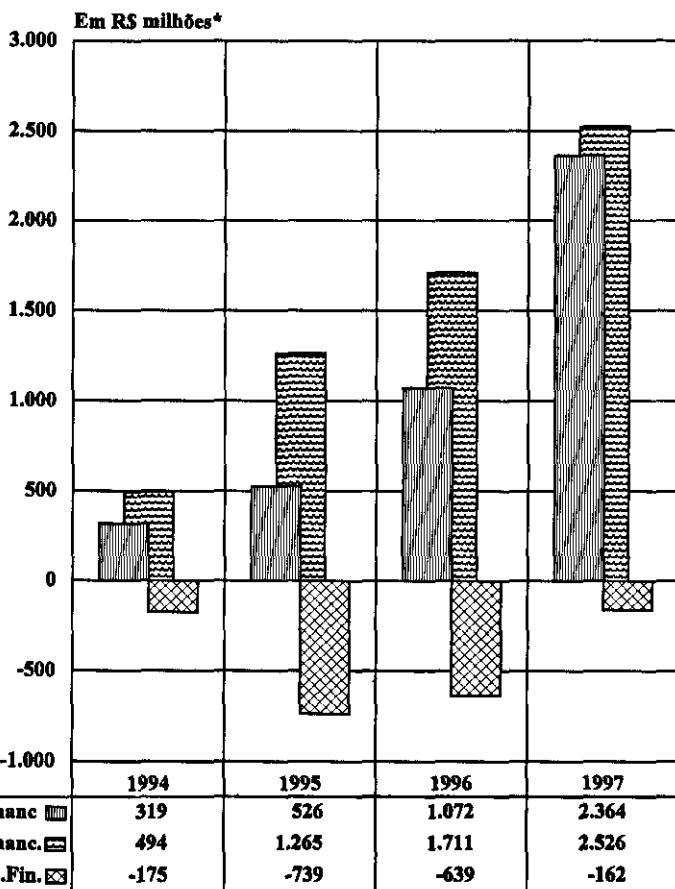
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL SALDO EM 31-12-97		Em R\$ mil
SALDO	VALOR	
Saldo Patrimonial Financeiro Anterior	594 771	
Superávit Financeiro do Exercício	432 913	
Saldo Patrimonial Financeiro Atual	161 858	

A origem do Superávit Financeiro do exercício, no valor de R\$ 432 913 mil, resultou do superávit dos Recursos Vinculados, no montante de R\$ 1 125 062 mil, e do déficit dos recursos do Tesouro do Estado, que somou R\$ 692 149 mil

O gráfico demonstra esta situação nos últimos 04 (quatro) exercícios

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

PERÍODO 1994/1997



Fonte. Balanços Gerais do Estado

* Vls.inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

1.3.2 - PATRIMÔNIO PERMANENTE

1 3.2.1- ATIVO PERMANENTE

Este grupo, que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, somava, em 31-12-97, R\$ 6 107 027 mil, apresentando um acréscimo real de 25,37% em relação a 1996, estando assim constituído

COMPOSIÇÃO ATIVO PERMANENTE EM 31-12-97

				Em R\$ mil*
ATIVO PERMANENTE	1996	1997	VARIAÇÃO % 97/96	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
Bens do Estado	129 710	259 124	99,77	4,24
Participações	1 847 974	2 093 337	13,28	34,28
Créditos	335 175	602 161	79,66	9,86
Dívida Ativa	2 460 070	2 993 891	21,70	49,02
Diversos	98 196	158 514	61,43	2 60
TOTAL	4 871 125	6 107 027	25,37	100,00

* Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGV (dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Assim como nos exercícios anteriores, os Bens Imóveis e de Natureza Industrial da Administração Direta não sofreram correção monetária, nem reavaliação, razão pela qual deixaram de ser analisadas

1 3.2.1.1 - PARTICIPAÇÕES

As participações do Estado somaram, no exercício, o valor de R\$ 2 093 337 mil, representando 34,28% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, dessa forma, no segundo subgrupo de saldo mais representativo do Ativo Permanente

No exercício sob análise, o Estado reduziu sua participação societária na CEEE em R\$ 960 330 mil, transferindo para a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica o valor de R\$ 387,744 mil, ainda sob o controle do Estado, e R\$ 572 586 mil para a Companhia Norte-Nordeste, hoje Rio Grande Energia S/A, alienada pelo Estado no valor de R\$ 1.635 000 mil

Considerando as principais participações do Estado, em relação ao Patrimônio Líquido das Empresas Controladas, temos que

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PL DAS EMPRESAS

Em R\$ mil					
EXERCÍCIO	PARTICIPAÇÕES RELAÇÃO AO PL*	VALOR REGIST CONTABILIDADE**	DIFERENÇA	MARGEM %	BGE, % IV
1995	5 736 783	1 818 298	3.918 485	215,50	111
1996	3 245 947	1 836 917	1 409 030	76,71	99
1997	2 773 356	2 083 128	690 228	33,13	96

*Valores inflacionados pelo IGP-DI (dezembro) FGV

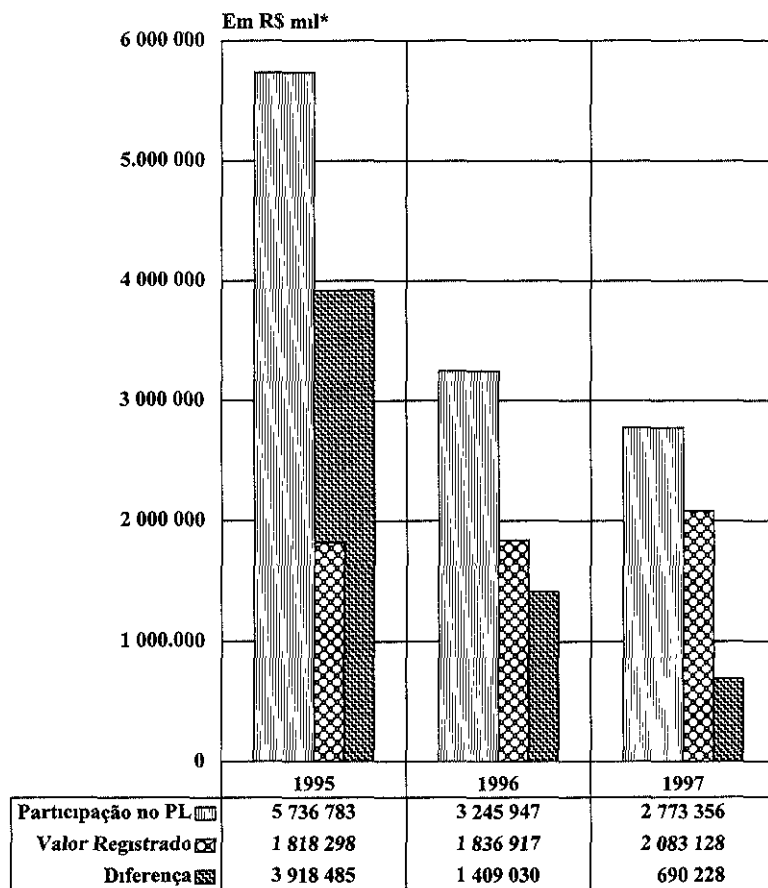
**Participações Societárias em Empresas sob controle do Estado

A margem de garantia entre o valor das participações do Estado no Patrimônio Líquido das empresas e o valor registrado na contabilidade, que apresentava um percentual de 215,50% no exercício de 1995, baixou para apenas 33,13% no exercício de 1997, refletindo, desse modo, a efetiva perda de valor ocorrida nas participações do Estado, embora esta perda de valor não transpareça na análise dos dados registrados na conta Participações do BGE

O gráfico a seguir demonstram as variações ocorridas na Participação do Estado em relação ao PL das Empresas

PARTICIPAÇÕES DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS

PERÍODO 1995/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Vls inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

1.3.2.1.2 - DÍVIDA ATIVA

Transcreve-se abaixo a movimentação ocorrida na conta Dívida Ativa no exercício de 1997, a saber

	Em R\$ mil	
	Bal Patr (1)	Relatório(2)
Saldo em 31-12-96		
- Tributária	2 284 361	2 284 507
- Prestação de Serviços	4 481	4 506
Total	2 288 842	2 289 013
Baixas por cobrança - 1997		
Dívida Ativa Tributária (4,59%)	104 852	105 514
- Dívida Ativa Não Tributária (4,66%)	209	209
Total	105 061	105 723
Baixas por cancelamento - 1997		
Dívida Ativa Tributária (8,46%)	193 342	193 111
- Dívida Ativa Não Tributária (3,79%)	171	171
Total	193 513	193 282
Inscrições 1997		
- Dívida Ativa Tributária	1 002 312	1 002 312
Dívida Ativa Não-Tributária	1 311	1 311
Total	1 003 623	1 003 623
Saldo em 31-12-97		
- Dívida Ativa Tributária	2 988 478	2 988 193
Dívida Ativa Não-Tributária	5 413	5 438
Total	2 993 891	2 993 631
(1) BGE, vol I, fl 54 e 971		
(2) BGE, vol IV, fl 101		

O Balanço Patrimonial apresentou um saldo de Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 1997, na ordem de R\$ 2 993 891 mil. Nos Relatórios da Divisão de Cobrança o saldo da Dívida Ativa (BGE, vol. IV, fl. 101) atingiu o valor de R\$ 2 993 631 mil, evidenciando, entre os Relatórios e a Contabilidade, uma diferença de R\$ 260 mil.

A Dívida Ativa Tributária somou R\$ 2 988 478 mil, representando 48,94% de todo o Ativo Permanente, constituindo-se, dessa forma, no subgrupo mais representativo do Ativo Permanente

Os relatórios do Departamento da Receita Pública Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado informam que os grandes devedores concentraram 51,79% dos valores inscritos em Dívida Ativa, considerando os 200 (duzentos) maiores devedores em 31-12-97

Em 1997, a inscrição de valores em Dívida Ativa atingiu o montante de R\$ 1 003 623 mil, sendo que apenas R\$ 244 679 mil referiam-se a Receita Lançada e Não-Arrecadada. Os restantes R\$ 758 944 mil foram oriundos de correção monetária, juros e multas. Estes valores, agregados às exclusões e ao saldo final de 1996, totalizaram R\$ 2 993 891 mil em 31-12-97.

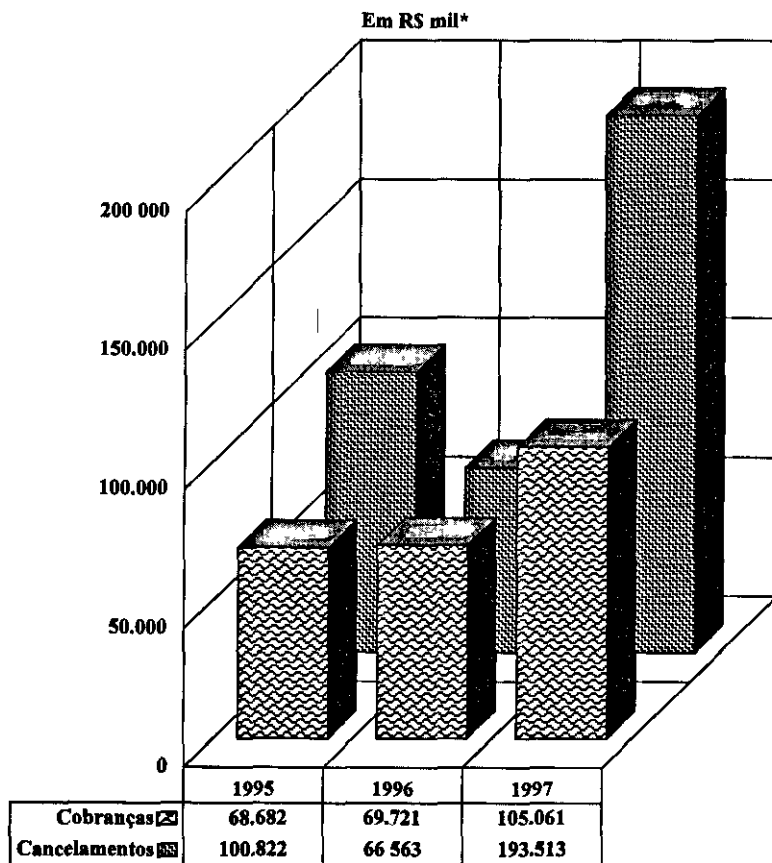
A cobrança registrada, por sua vez, incluindo-se as baixas por adjudicação de bens e por dação em pagamento, importou em R\$ 105 061 mil, sendo muito menor que o montante das exclusões realizadas no exercício, na ordem de R\$ 193 513 mil.

Embora os cancelamentos da Dívida Ativa tenham sido relevantes no exercício, o BGE omite quaisquer informações sobre os motivos preponderantes que determinaram os referidos cancelamentos, os quais equivaleram a 8,45% do saldo em 31-12-96 e cresceram 190% em relação aos cancelamentos do exercício anterior atualizados.

O gráfico a seguir demonstra a cobrança e os cancelamentos dos valores inscritos em Dívida Ativa nos exercícios de 1995, 1996 e 1997.

COBRANÇAS E CANCELAMENTOS DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

PERÍODO 1995/1997



Fonte. Balanços Gerais do Estado

* Vs. inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

A evolução dos saldos registrados nos Balanços Gerais do Estado, relativos aos créditos lançados em Dívida Ativa, no período de 1988 a 1997, consta a seguir

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA PERÍODO 1988/97			
Em R\$ mil*			
EXERCÍCIO	SALDO DE BALANÇO	BASE FIXA	BASE MÓVEL
1988	375 690	100,00	
1989	277 291	73,80	73 81
1990	371 630	98 91	134 02
1991	588 780	156,71	158,43
1992	822 308	218,87	139 66
1993	1 175 593	312 91	142 96
1994	1 187 597	316 11	101,02
1995	1 680 870	447,40	141 54
1996	2 460 070	654,81	146,36
1997	2 993 891	796,90	121,70

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A Dívida Ativa apresentou um crescimento de 21,70%, em comparação ao saldo final de 1996

Na página 99 do volume IV do Balanço Geral do Estado é demonstrada a composição da dívida, segundo as instâncias de cobrança, a saber

INSTÂNCIAS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA		
Em %		
ANO	COBRANÇA JUDICIAL	COBRANÇA ADMINISTRATIVA
1991	70 3	29,7
1992	79 0	21 0
1993	87 3	12 7
1994	90,0	10,0
1995	90 1	9,9
1996	86,5	13,5
1997	88,0	12 0

1.3.2.2 - PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente registra os saldos das Dívidas Fundadas Interna e Externa, oriundos de empréstimos ou de lançamento de títulos no mercado, com prazo superior ao exercício, decorrentes de Operações de Crédito autorizadas pelo Legislativo

Esta conta estava assim constituída em 1997

	Em R\$ mil
Dívida Fundada Interna	10 761 096
Dívida Fundada Externa	252 274
Total	11 013 370

1.3.2.2.1 - DÍVIDA FUNDADA

O Passivo Permanente, no Balanço Geral do Estado, somou R\$ 11 013 370 mil, sendo R\$ 10 761 096 mil relativos à Dívida Fundada Interna e R\$ 252 274 mil oriundos de Dívida Fundada Externa

Este saldo teve a seguinte composição:

	Em R\$ mil
Em títulos	8 144 173
Em contratos	2 859.948
Em renegociação	1.188
Débitos Parcelados	8 061
TOTAL	11.013.370

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, em andamento, que prevê a transformação da dívida composta em títulos para dívida contratual, alterará esta composição, ao mesmo tempo em que reduzirá a exigibilidade dos recursos do Fundo de Liquidez do Estado, gerido pelo Bannrisul

Destacamos, como evento subsequente, a aprovação pelo Senado Federal da Resolução nº 64, de 01-07-98, que autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, consubstanciadas no Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado com a União, em 15-04-98, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e no contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças, firmado em 15 de abril de 1998, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás e o Estado do Rio Grande do Sul, com a intervenção da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e da União. Quanto às condições da operação de crédito, salienta-se que do valor da dívida a ser adquirida pela União (R\$ 9 427 325 mil) será deduzida a parcela de R\$ 1 644 902 mil referente a subsídio concedido pela União ao Estado do Rio Grande do Sul. Assim sendo, foi refinanciado o valor de R\$ 7 782 423 mil da seguinte forma:

* R\$ 7 157 035 mil - correspondentes ao valor da dívida mobiliária existente em 31-03-96, ainda não paga, ou a que, constituída após essa data, consubstanciou sua simples rolagem, com atualização até 15-04-98,

* R\$ 625 388 mil - correspondentes aos saldos devedores dos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, existentes em 16-12-97, e sucedâneos, atualizados até 15-04-98.

Quanto aos encargos, os juros serão de 6% a a e a atualização do saldo devedor será pelo IGP-DI mensalmente. O prazo será de 360 prestações mensais e consecutivas. As garantias serão as receitas próprias do Estado, as transferências constitucionais e os créditos de que trata a Lei Complementar Federal nº 87, de 13-09-96.

As condições de pagamento serão as seguintes:

- amortização extraordinária

* R\$ 500 000 mil - mediante transferência de titularidade das ações da Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica para a União,

* R\$ 150 000 mil - mediante incorporação deste valor, que, no contrato, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás reconhece como crédito da União, em futuro aumento de capital da Eletrobrás a ser subscrito e integralizado pela União,

* R\$ 500 000 mil - que correspondem ao valor de dívidas da empresa Cia Estadual de Energia Elétrica - CEEE junto ao Governo Federal, que serão liquidadas até 30-11-98.

- amortização em 360 parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas ao dispêndio mensal de 1/12 de 13% da Receita Líquida Real do Estado - RLR

O descumprimento pelo Estado das obrigações constantes no Contrato de Refinanciamento, incluindo atrasos de pagamentos, assim como das metas fiscais e financeiras, acordadas em seu Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará, enquanto persistir o descumprimento, a substituição dos encargos financeiros referidos por encargos equivalentes ao custo médio de colocação da dívida mobiliária federal, acrescidos de juros moratórios de 1% a a, e a elevação do limite de dispêndio para 17% da RLR

1.3.2.2.1.1 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

A Dívida Fundada Interna, em 31-12-97, teve a seguinte origem e composição

		Em R\$ mil
SALDO EM 31-12-96	.	8 714 916
(+) Operações realizadas		
Por títulos	. 1 322 106	
Por contratos	. 164 619	1 486 725
(+) Reajustes efetuados		
Por títulos	. 1 616 985	
Por contratos	. 376 227	1 993 212
() Amortizações		
De títulos	. 1 338 040	
De contratos	. 95 717	1 433 757
SALDO EM 31 12-97	.	10 761 096

O saldo existente no final de 1997 sofreu acréscimo nominal de 23,48 % em relação ao saldo final de 1996

Verificou-se que as Operações com Títulos contribuíram com as maiores parcelas na formação da Dívida Fundada Interna (88,93 % das Captações e 81,12 % dos Reajustes), assim como no respectivo resgate (93,32% das Amortizações)

Enfocada sob o ângulo das Captações e Amortizações, esta Dívida assim se apresenta no decênio

DÍVIDA FUNDADA INTERNA CAPTAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PERÍODO 1988/97			
ANO	CAPTAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	CAPTAÇÃO S/ AMORTIZAÇÃO %
1988	47	57	82,46
1989	408	803	50,81
1990	62 121	26 639	233 20
1991	119 257	150 601	79,19
1992	1 782 496	2 250 496	79 20
1993	50 515 432	59 843 168	84 41
1994	655 721	698 922	93,82
1995	928 186	1 030 153	90,10
1996	1 217 948	989 351	123,11
1997	1 486 725	1 433 757	103,69

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em CR\$ mil, 1994 a 1997 em R\$ mil

No quadro que segue, tem-se a evolução da Dívida Fundada Interna no decênio

DÍVIDA FUNDADA INTERNA PERÍODO 1988/97			
Em R\$ mil*			
ANO	SALDO EM 31 12	VARIAÇÃO ANUAL	RELATIVO BASE FIXA
1988	3 842 794		100 00
1989	4 484 786	16,71	116,71
1990	4 205 914	6,22	109,45
1991	4 084 185	2,89	106 28
1992	5 044 052	23 50	131 26
1993	5 198 274	3 06	135,27
1994	5 604 074	7,81	145 83
1995	8 031 266	43 31	209 00
1996	9 366 873	16 63	243,75
1997	10 761 096	11 49	280,03

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Visualiza-se um crescimento na Dívida Fundada Interna de 1996 para 1997, inferior ao período 94/95. O aumento do saldo da Dívida Fundada Interna, em 1997, deveu-se, em primeiro lugar, ao fato de que as Captações foram superiores às Amortizações, e, em segundo lugar, aos reajustes efetuados no período.

1.3.2.2.1.2 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

As dívidas de longo prazo de origem externa apresentaram, no exercício de 1997, a seguinte movimentação:

	Em R\$ mil
SALDO EM 31-12-96	158 434
(+) Operações de crédito realizadas por contratos	109 876
(+) Reajustes efetuados	11 360
(-) Amortizações	27 396

SALDO EM 31 12 97	252 274

Observa-se que a Dívida Fundada Externa, no período de 1992 a 1996, apresentou significativas reduções, retomando seu crescimento em 1997, quando apresentou uma variação anual de 48,15%, conforme se demonstra

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA PERÍODO 1988/97

	Em R\$ mil*		
ANO	SALDO EM 31 12	VARIAÇÃO ANUAL	RELATIVO BASE FIXA
1988	593 066	-	100,00
1989	488 025	-17,71	82,29
1990	541 099	10,88	91,24
1991	618 885	14,38	104,35
1992	604 849	-2,27	101,99
1993	552 435	-8,67	93,15
1994	330 092	40,25	55,66
1995	196 414	40,50	33,12
1996	170 286	-13,30	28,71
1997	252 274	48,15	42,54

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores inflacionados p/IGP-DI/FGV (dez)

1.3.3 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela que segue traduz a evolução da Dívida Pública Total, englobando os compromissos de curto e longo prazos (Flutuante e Fundada), no decênio 1988/97, a preços constantes

DÍVIDA PÚBLICA TOTAL PERÍODO 1988/97				Em R\$ mil*
ANO	VALOR	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO ANUAL	
1988	5 062 969	100,00		
1989	5 146 527	101,65	1,65	
1990	5 170 027	102,11	0,46	
1991	5 073 723	100,21	-1,86	
1992	6 057 117	119,64	19,38	
1993	6 087 419	120,23	0,50	
1994	6 428 613	126,97	5,60	
1995	9 492 796	187,49	47,66	
1996	11 247 982	222,16	18,49	
1997	13 538 892	267,41	20,37	
Média 1º Quinq	5 302 072	104,72	4,90	
Média 2º Quinq	9 359 140	184,85	18,52	
Média Decêmo	7 330 606	144,78	12,47	

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (dezembro)

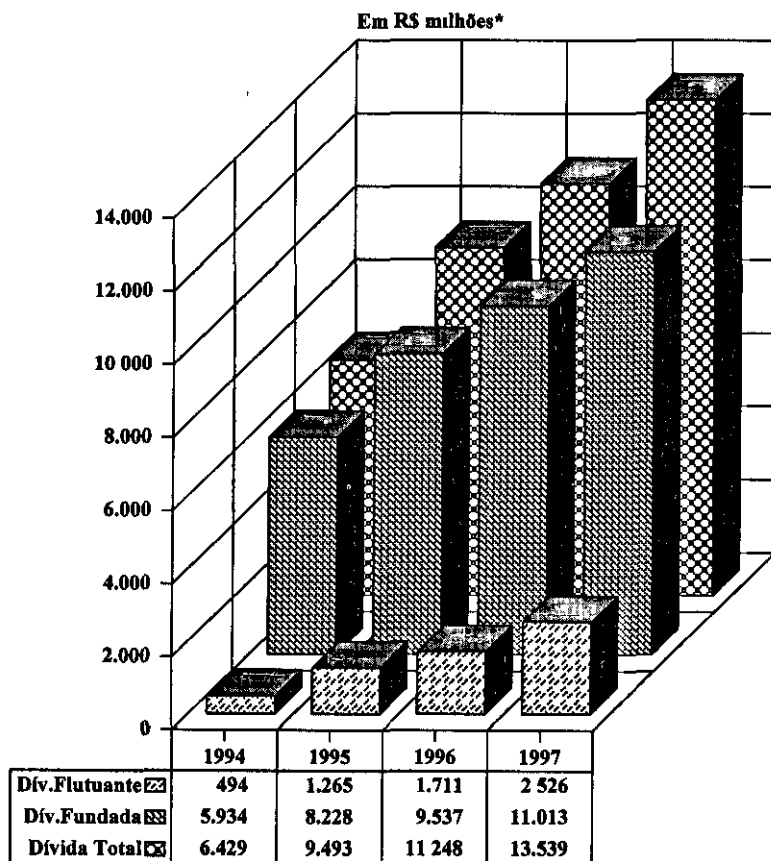
O saldo médio da Dívida Pública Total, no período 1988/97, em valores reais, atingiu o montante de R\$ 7 330 606 mil. Evidencia-se um acréscimo no montante médio desta dívida do primeiro para o segundo quinquênio da série.

A maior taxa de crescimento verificou-se no ano de 1995, quando alcançou 47,66% em relação a 1994.

Graficamente, a Dívida Pública Total fica assim representada

DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

PERÍODO 1994/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Vis inflac pelo IGP-DI - FGV (dezembro)

A composição da Dívida do Estado, no decênio 1988/97, bem como seu comportamento, em valores constantes, de acordo com o registrado nos respectivos Balanços Gerais do Estado, encontra-se na tabela que segue

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
PERÍODO 1988/97

Em R\$ mil*

ANO	DÍVIDA FLUTUANTE	PART %	VARIACÃO		DÍVIDA FUNDADA			PART %	VARIACÃO		TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA
			ANUAL	+	INTERNA	EXTERNA	TOTAL		ANUAL	+	
1988	627 109	12 39			3 842 794	593 066	4 435 860	87 61			5 062 969
1989	173 716	3 38	72 30		4 484 786	488 025	4 972 811	96 62	12 10		5 146 527
1990	423 014	8 18	143 51		4 205 914	541 099	4 747 013	91 82	4 54		5 170 027
1991	370 652	7 31	12 38		4 084 185	618 885	4 703 070	92 69	0 93		5 073 723
1992	408 216	6 74	10 13		5 044 052	604 849	5 648 901	93 26	20 11		6 057 117
1993	336 711	5 53	17 52		5 198 274	552 435	5 750 709	94 47	1 80		6 087 419
1994	494 447	7 69	46 85		5 604 074	330 092	5 934 166	92 31	3 19		6 428 613
1995	1 265 116	13 33	155 86		8 031 266	196 414	8 227 680	86 67	38 65		9 492 796
1996	1 710 823	15 21	35 23		9 366 873	170 286	9 537 159	84 79	15 92		11 247 982
1997	2 525 522	18 65	47 62		10 761 096	252 274	11 013 370	81 35	15 48		13 538 892
1º Quinq	400 541	7 60	17 24		4 332 346	568 184	4 901 531	92 40	6 68		5 302 072
2º Quinq	1 266 523	12 09	53 60		7 792 316	300 300	8 092 616	87 91	15 00		9 359 140
Decênio	833 532	9 85	37 44		6 062 331	434 742	6 497 073	90 15	11 30		7 330 606

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Pelos valores registrados, a Dívida de Curto Prazo (Dívida Flutuante), em 1997, cresceu 47,62% em relação ao ano anterior

A Dívida Fundada registrada em 1997, na importância de R\$ 11 013 370 mil, foi a maior do decênio. No segundo quinquênio da série, a Dívida Fundada cresceu a uma taxa média anual de 15,00%, semelhante ao acréscimo ocorrido no exercício em análise

No exercício sob exame, as participações dos débitos de curto e longo prazos, no total, foram de 18,67% e 81,35%, respectivamente, revelando uma tendência de concentração dos débitos no longo prazo, ou seja, de alongamento do perfil de prazos da dívida

O dispêndio com a Dívida Pública, no exercício de 1997, assim se apresentou

DÍVIDA PÚBLICA - GASTOS EXERCÍCIO DE 1997			
			Em R\$ mil
DÍVIDA	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL GASTO C/ A DÍVIDA PÚBLICA
DÍV FUNDADA INTERNA			
Títulos	1.338 040		1 338 040
Contratos	95 716	97 868	193 584
DÍV FUNDADA EXTERNA			
Contratos	27 397	6 321	33 718
DÍVIDA FLUTUANTE			
Enc Empr ARO		8 268	
Rem Dep SIAC		140 243	
Outros Encargos		23 820	172 331
TOTAL	1 461 153	276 520	1 737 673
Fonte: Balanços Gerais do Estado			

Em 1997, a exemplo do ano anterior, a grande concentração de recursos esteve voltada para a Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna, visto que este gasto representou 88,14% do total da despesa com a Dívida Pública

A relação entre os dispêndios contabilizados com o pagamento da Dívida Pública e a evolução da Despesa Pública Total, registrada nos Balanços Gerais do Estado, no decênio 1988/97, é demonstrada na tabela seguinte

SERVIÇO DA DÍVIDA x DESPESA TOTAL PERÍODO 1988/97					
					Em R\$ mil*
ANO	DESPESA TOTAL	SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA			
		VALOR	RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO ANUAL	PART %
1988	5 685 466	2 670 420	100 00		46 97
1989	5 959 529	999 853	37,44	-62,56	16 78
1990	7 009 277	1 296 581	48 63	29 88	18 53
1991	5 724 538	1 424 687	53 35	9 71	24 89
1992	7 043 915	2 083 334	78 02	46,23	29,58
1993	6 910 686	2 829 095	105 94	35,80	40 94
1994	7 336 562	1 613 334	60 41	42 97	21,99
1995	7 441 617	1 440 154	53,93	10,73	19 35
1996	8 390 421	1 343 665	50,32	6,70	16,01
1997	9 143 412	1 737 673	65 07	29 32	19,00
1º Quin	6 284 545	1 695 375	63,49	5,81	26,98
2º Quin	7 844 539	1 792 784	67,13	0,94	22,85
Decênio	7 064 542	1 744 079	65,31	3,10	24,69

Fonte: Balanços Gerais do Estado

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Os valores despendidos no Serviço da Dívida, bem como os percentuais de participação em relação ao total da despesa, sofreram acréscimo em relação ao exercício anterior

Tendência semelhante se constata no confronto do Serviço da Dívida com o respectivo saldo em 31 de dezembro de cada exercício, conforme se demonstra a seguir

DESPESAS COM A DÍVIDA FUNDADA x SALDO
PERÍODO 1988/97

ANO	SALDO DA DÍVIDA	PRINCIPAL		ENCARGOS		SERVIÇO DA DÍVIDA
		VALOR	% S/ SALDO	VALOR	% S/ SALDO	S/ SALDO %
1988	1 421	69	4 86	106	7 47	12 32
1989	27 197	842	3 10	89	0 33	3 42
1990	430 742	26 639	6 18	7 727	1 79	7 98
1991	2 273 330	150 603	6 62	43 467	1 91	8 54
1992	36 830 579	2 250 535	6 13	839 770	2 28	8 39
1993	1 039 180	60 407	5,81	32 279	3 11	8 92
1994	4 399 436	705 154	16 24	101 692	2 31	18 34
1995	7 001 300	1 055 716	15 08	150 379	2 15	17 23
1996	8 873 350	1 014 914	11 44	235 229	2,65	14 09
1997	11 013 370	1 461 153	13 27	276 520	2 51	15,78

Fonte Balanços Gerais do Estado

Ate 1992 em Cr\$ milhão 1993 em CR\$ mil 1994 a 1997 em R\$ mil

Após os decréscimos ocorridos no período 94/96, os pagamentos da Dívida Pública da Administração Direta registraram sensível acréscimo sobre o Saldo da Dívida no exercício de 1997, essencialmente destinados ao pagamento do Principal

Na tabela seguinte, é mostrada a evolução da Dívida Pública, no período 1989/97, e sua relação com a Receita de Impostos

RECEITA DE IMPOSTOS x DÍVIDA PÚBLICA PERÍODO 1989/97				
ANO	RECEITA DE IMPOSTOS (*)	DÍVIDA PÚBLICA	DP/RI %	NÚMERO DE MESES (**)
1989	6 064	27 197	448,45	54
1990	365 743	430 742	117,77	14
1991	852 745	2 452 494	287,60	34
1992	9 226 224	36 380 579	394,32	47
1993	196 258 202	1 039 580 193	529,70	63
1994	2 128 657	4 766 006	233,89	26
1995	3 568 763	8 077 843	226,35	27
1996	4 107 624	10 465 095	254,77	31
1997	4 152 480	13 538 892	326,04	39

* Valores Nominais

** N° de meses necessários ao pagamento da dívida a partir da Receita de Impostos

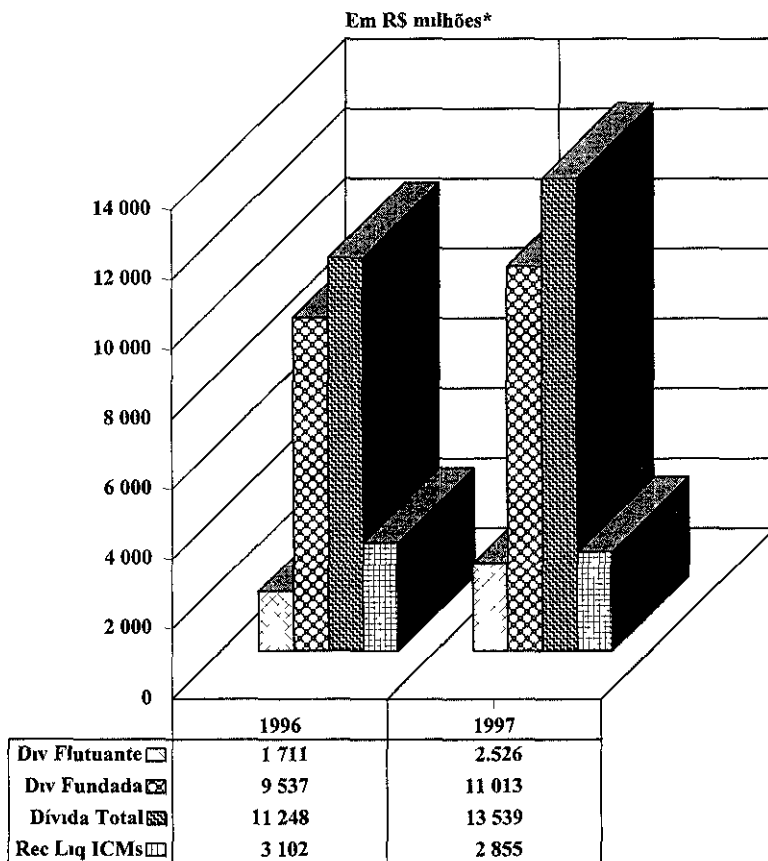
Até 1992, em Cr\$ milhão, 1993, em CR\$ mil, 1994 a 1997, em R\$ mil

Constata-se que a melhor relação da Dívida Pública com a Receita de Impostos foi obtida em 1990. No exercício de 96 para 97, o comprometimento integral da Receita Anual de Impostos na liquidação total da Dívida Pública Estadual mostrou-nos que o número de meses necessários à sua quitação elevou-se de 31 meses para 39 meses.

Graficamente, o Saldo da Dívida Pública, em relação à Receita Líquida de ICMS, assim se apresenta

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EM RELAÇÃO À RECEITA LÍQUIDA DE ICMS

PERÍODO DE 1996/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

*Vls inflac pelo IGP-DI - FGV (médio/dezembro)

1.4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resumidamente, a Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta-se da seguinte forma

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996							
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	VALORES			TÍTULOS	VALORES		
	1997	1996*	Var % 97/96		1997	1996*	Var % 97/96
Receita Orçamentária	5 834 468	5 981 703	2,46	Despesa Orçamentária	6 200 821	6 464 286	3,93
Receitas Correntes	3 741 867	2 478 858	50,95	Despesas Correntes	2 942 591	1 969 763	49,39
Receitas de Capital	9 576 325	8 460 561	13,19	Despesas de Capital	9 143 412	8 424 049	8,54
Mut. Patrimoniais da Despesa	2 555 019	1 657 002	54,20	Mut. Patrimoniais da Receita	3 832 329	2 590 555	47,93
Var. At. Indep. Exec. Orç.	4 062 533	3 178 538	27,81	Var. Pass. Indep. Exec. Orç.	3 350 298	2 935 742	14,12
Total da Receita	16 193 877	13 296 101	21,79				
Déficit do Exercício	132 162	654 245	79,80				
Total	16 326 039	13 950 346	17,03	Total	16 326 039	13 950 346	17,03

Fonte: Balanço Geral do Estado

*Em valores inflacionados pelo IGP DI/FB/ (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

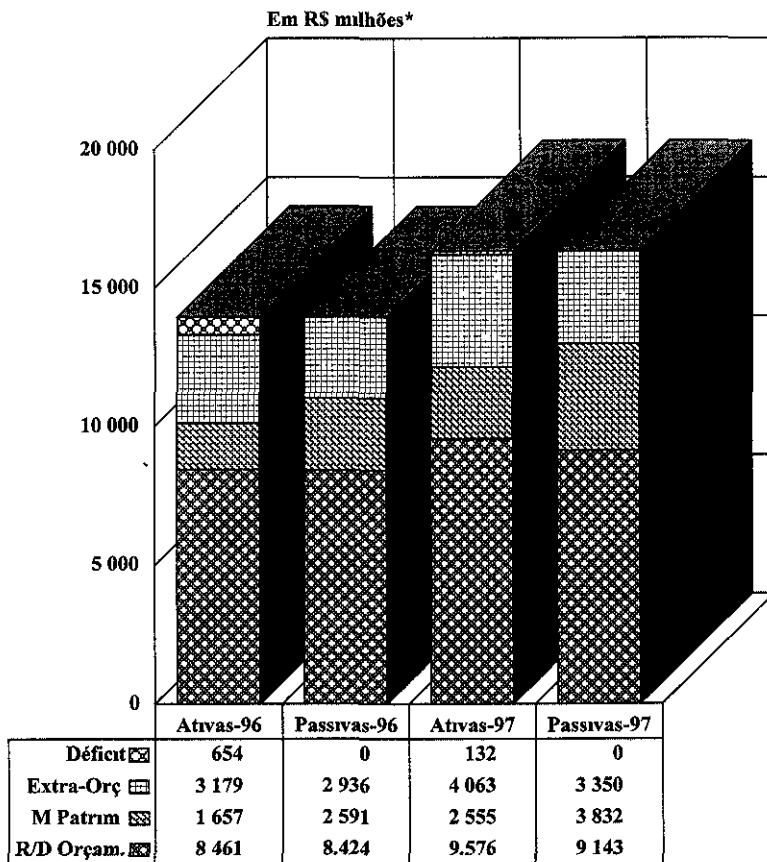
As Receitas de Capital apresentaram um acréscimo de 50,95%, e as Receitas Correntes decresceram em 2,46%. Da mesma forma, as Despesas de Capital tiveram crescimento de 49,39%, e as Despesas Correntes foram reduzidas em 3,93% em relação ao exercício anterior.

O Déficit do Exercício de 1997 apresentou redução de 79,80% em relação ao Déficit do Exercício de 1996.

Graficamente, a Demonstração das Variações Patrimoniais dos exercícios de 1997 e 1996, assim se apresenta

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS DE 1996 E 1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

Obs: Variações Ativas e Passivas Ajustadas

* Vls. inflac. pelo IGP-DI - FGV (médio)

As variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio do Estado acham-se discriminadas na Demonstração das Variações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial ou Econômico do Exercício de 1997, segundo o referido demonstrativo, apresentou um Déficit de R\$ 132 162 mil, que teve a seguinte origem

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

		Em R\$ mil
Receita Total	9 576 325	
() Mutação Patrim Receita	3 832 329	5 743 996
	
Despesa Total	9 143 412	
(-) Mutação Patrim Despesa	2 555 019	6 588 393
	
DÉFICIT	.	844 397

GESTÃO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas	4 062 533	
(+) Variações Passivas	3 350 298	
Superávit Indep de Exec Orçam		712 235
	
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (DÉFICIT)		132 162

O reflexo decorrente do resultado negativo do exercício na Situação Líquida Inicial, que configura o teste de relevação contábil do Saldo Patrimonial, assim se apresenta

	Em R\$ mil
PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31-12-96	4 936 039
Déficit Patrimonial do Exercício	132 162

PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31-12-97	5 068 201

As variações que determinaram o Resultado Patrimonial do Exercício provocaram uma melhoria na Situação Líquida Financeira no valor de R\$ 432 913 mil, que, conjugada ao decréscimo de R\$ 565 075 mil na Situação Líquida Permanente, totalizou um Déficit de R\$ 132 162 mil

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA ESTADUAL

Esta análise visa retratar o comportamento da execução orçamentária da despesa na Administração Direta, bem como, apresentar as repercussões físico-financeiras decorrentes da utilização de verbas públicas nos Órgãos da Administração Indireta Estadual

Para tanto, os gastos públicos foram examinados, tendo como referencial a Classificação Funcional-Programática, procedimento que se coaduna aos dispositivos legais, Lei Federal nº 4 320/64 e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Resolução nº 460, arts 67 e 68)

As Funções Governamentais, por agregarem o nível máximo de ações do Estado no cumprimento de seus objetivos socio-econômicos, foram alvo de um detalhamento mais minucioso. Assim, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselheiro-Relator, procedeu-se à seleção das Funções 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, 08 - Educação e Cultura, 13 - Saúde e Saneamento e 16 - Transporte para o exame da aplicação dos recursos da Administração Pública

Nesse sentido, dentro de cada uma das Funções selecionadas para análise, consideraram-se os Programas mais representativos e as Atividades e Projetos implementados no exercício de 1997

No primeiro momento, procurou-se evidenciar a execução das Funções com seus Programas em termos monetários, trabalho que teve como ferramental o Orçamento Anual de 1997, com suas alterações, e o Balanço Geral do Estado do mesmo ano, documentos responsáveis pelas demonstrações das dotações iniciais e das despesas realizadas. Dentro desse enfoque, elaboraram-se tabelas para ressaltar a evolução, bem como o comportamento dos gastos das Funções e Programas em relação à despesa total da Administração Direta Estadual na década de 1988/97.

Tendo em vista os reflexos monetários experimentados em cada Função e a relevância econômica e/ou social, a análise prosseguiu no sentido de demonstrar o impacto resultante nos Órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta devido à execução das Atividades e/ou Projetos no decorrer do exercício de 1997.

Entretanto, em alguns setores da Administração Pública, a avaliação de desempenho pretendida foi dificultada em virtude da impossibilidade de obtenção de dados precisos, seja por modificações nos sistemas cadastrais, seja devido à própria inexistência.

A Função 06 - Defesa Nacional e Segurança Pública, classificada na Área Social, com dispêndio total de R\$ 493 886 mil e participação de 5,40% nos gastos totais da Administração Direta Estadual, posicionou-se em quinto lugar dentre as Funções de Governo no consumo de recursos. Em valores constantes, o volume dos gastos na Função apresentou um acréscimo de 36,17% em relação ao ano-base da série (1988) e, em comparação ao ano anterior, constata-se uma redução de 8,68%.

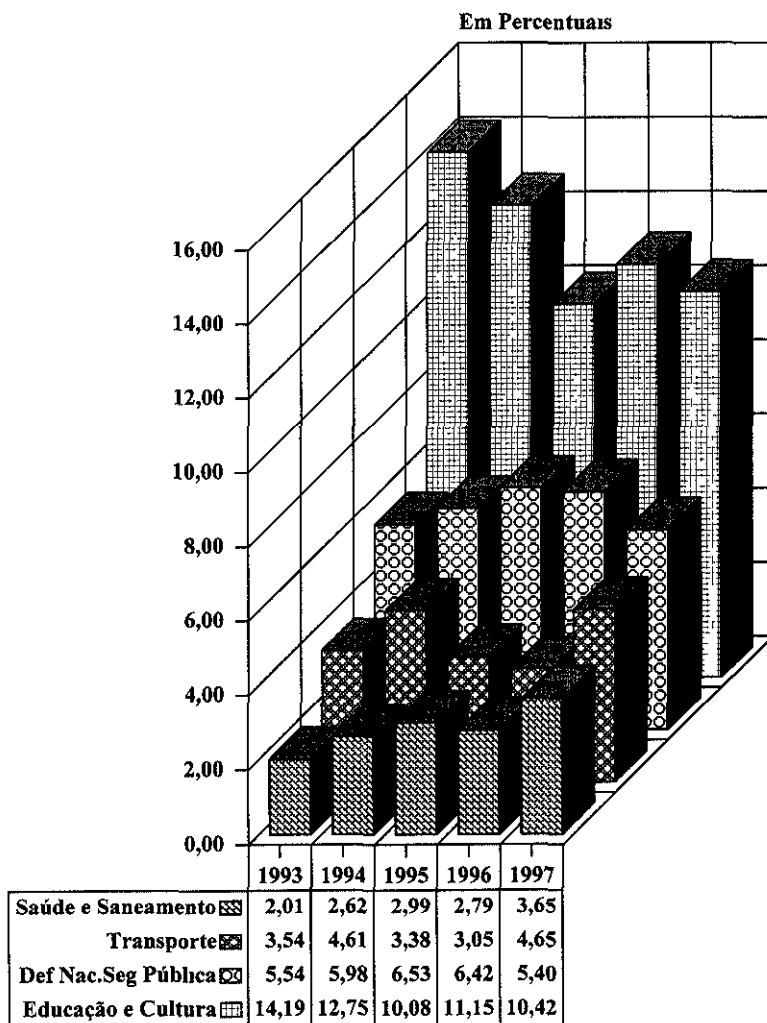
A Função 08 - Educação e Cultura, também classificada na Área Social, realizou R\$ 952 401 mil em despesa, ocupando o quarto lugar no consumo de recursos da Administração Direta Estadual e apresentando a participação de 10,42% no total despendido. Em comparação ao ano-base (1988), verifica-se um acréscimo de 10,08%, já em relação ao exercício anterior, constata-se um incremento de 1,41%.

A Função 13 - Saúde e Saneamento, ainda pertencente à Área Social, com 3,65% de participação no total dos gastos realizados pela Administração Direta Estadual, classificou-se em nono lugar na utilização de recursos. O total consumido (R\$ 333 477 mil), quando comparado ao ano-base (1988) e ao ano anterior, em valores constantes, registra um acréscimo de 260,80% e 41,68%, respectivamente.

A Função 16 - Transporte, classificada na Área de Infra-Estrutura, com despesa realizada de R\$ 425 111 mil, posicionou-se em sétimo lugar, atingindo 4,65% na participação total dos recursos despendidos pela Administração Direta Estadual. Tendo como balizador o ano de 1988, em valores constantes, o total de despesas executadas na Função experimentou aumento de 56,67%. Em relação ao ano anterior, verifica-se um incremento de 65,61%.

PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES SELECIONADAS NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL

PERÍODO 1993/1997



Fonte: Balanços Gerais do Estado

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PERÍODO DE 1988/1997

PERIODO DE 1988/1997											Em R\$ mil**
Nº	FUNÇÃO	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
01	Legislativa	71 846	87 325	88 150	96 346	108 344	116 215	108 927	137 448	150 536	149 596
02	Judiciária	252 168	313 442	342 476	323 705	375 877	414 278	373 365	456 718	472 861	488 881
03	Adm e Planej	1 817 424	795 026	1 070 140	1 190 739	1 916 523	2 089 418	2 121 422	1 913 057	2 432 070	2 759 214
04	Agricultura	93 314	97 040	120 015	107 649	150 644	139 706	134 838	95 276	128 251	104 123
05	Comunicações	5 341	22 933	5 628	23 123	109					
06	Def N Seg Públ	362 690	429 225	569 041	455 691	556 347	394 326	440 484	488 160	540 818	493 885
07	Des Regional	661 533	989 040	1 116 583	1 047 447	1 107 004	1 071 575	1 239 314	1 249 945	1 296 746	1 234 705
08	Educ Cultura	865 172	1 121 462	1 265 043	903 310	1 060 007	984 809	939 377	753 030	939 191	952 401
09	Energ R Miner	139 842	222 996	80 202	52 306	8 861	1 810	33 589	22 925	6 986	7 456
10	Hab Urbanismo	47 675	44 937	55 346	16 847	28 236	20 978	55 750	71 337	14 032	33 163
11	Ind Com Serv	25 629	106 176	235 466	15 776	27 710	36 837	28 178	119 190	36 883	354 763
12	Rel Exteriores				255					246	780
13	Saúde e Saíem	92 428	125 221	154 574	147 871	151 177	139 382	193 052	223 338	235 377	333 477
14	Trabalho	7 919	7 258	8 398	8 683	29 429	31 425	30 545	25 202	30 150	27 908
15	Assist Previd	994 302	1 126 376	1 264 205	1 094 084	1 239 874	1 261 858	1 327 728	1 663 225	1 883 214	1 777 937
16	Transporte	271 348	494 988	662 103	263 650	312 106	246 766	339 397	252 591	256 888	425 111
		5 708 630	5 983 432	7 037 390	5 747 482	7 072 146	6 938 383	7 365 966	7 471 442	8 424 049	9 143 412

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI FGV (Médio)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL SOBRE O TOTAL DA DESPESA
PERÍODO DE 1988/1997

PERÍODO DE 1988 A 1997											Em %
Nº	FUNÇÃO	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
01	Legislativa	1,26	1,46	1,25	1,68	1,53	1,67	1,48	1,84	1,79	1,64
02	Judiciária	4,42	5,24	4,87	5,63	5,31	5,97	5,07	6,11	5,61	5,35
03	Adm e Planej	31,84	13,29	15,21	20,72	27,10	30,11	28,80	25,60	28,87	30,18
04	Agricultura	1,63	1,62	1,71	1,87	2,13	2,01	1,83	1,28	1,52	1,14
05	Comunicações	0,09	0,38	0,08	0,40	0,00	0,00				
06	Def N Seg Públ	6,35	7,17	8,09	7,98	7,87	5,54	5,98	6,53	6,42	5,40
07	Des Regional	11,59	16,53	15,87	18,22	15,85	15,44	16,82	16,73	15,39	13,50
08	Educ Cultura	15,16	18,74	17,98	15,72	14,99	14,19	12,75	10,08	11,15	10,42
09	Energ R Miner	2,45	3,73	1,14	0,91	0,13	0,03	0,46	0,31	0,08	0,08
10	Hab Urbanismo	0,84	0,75	0,79	0,29	0,40	0,30	0,76	0,95	0,17	0,36
11	Ind Com Serv	0,45	1,77	3,35	0,27	0,39	0,53	0,38	1,60	0,44	3,88
12	Rel Exteriores					0,00					0,01
13	Saúde e Saíem	1,62	2,09	2,20	2,57	2,14	2,01	2,62	2,99	2,79	3,65
14	Trabalho	0,14	0,12	0,12	0,15	0,42	0,46	0,41	0,34	0,36	0,31
15	Assist Previd	17,42	18,82	17,96	19,04	17,53	18,19	18,03	22,26	22,36	19,45
16	Transporte	4,75	8,27	9,41	4,59	4,41	3,54	4,61	3,38	3,06	4,65
		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PERÍODO DE 1988/1997

Nº	FUNÇÃO	Relativo (Base 1988=100)									
		88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
01	Legislativa	100 00	121 55	122 69	134 10	150 80	161 76	151 61	191 31	209 53	208 22
02	Judiciária	100 00	124 30	135 81	128 37	149 06	164 29	148 06	181 12	187 52	193 88
03	Adm e Planej	100 00	43 74	58 88	66 52	105 45	114 97	116 73	105 26	133 82	151 82
04	Agricultura	100 00	103 99	128 61	115 36	161 33	149 71	144 50	102 10	137 44	111 58
05	Comunicações	100 00	429 33	105 37	432 90	2 04	0 00				
06	Def N Seg Públ	100 00	118 34	156 89	125 64	153 39	105 97	121 45	134 59	149 11	136 17
07	Des Regional	100 00	149 51	168 79	158 34	167 34	161 98	187 34	188 95	196 02	186 64
08	Educ Cultura	100 00	129 62	146 22	104 41	122 52	113 83	108 58	87 04	108 56	110 08
09	Energ R Miner	100 00	159 46	57 35	37 40	6 34	1 29	24 02	16 39	5 00	5 33
10	Hab Urbanismo	100 00	94 26	116 09	35 34	59 23	44 00	116 94	149 63	29 43	69 56
11	Ind Com Serv	100 00	414 28	918 83	61 55	108 12	143 73	109 95	466 06	143 91	1 384 23
12	Rel Externos				100 00					96 47	305 88
13	Saúde e Saneam	100 00	135 48	167 24	159 99	163 56	150 80	208 87	241 64	254 66	360 80
14	Trabalho	100 00	91 65	106 05	109 65	371 63	396 84	385 72	318 25	380 74	352 42
15	Assist Previd	100 00	113 28	127 14	110 04	124 70	126 91	133 53	167 28	189 40	178 81
16	Transporte	100 00	182 42	244 00	97 16	115 02	90 57	125 08	93 09	94 60	156 67
		100 00	104 81	123 28	100 68	123 89	121 54	129 03	130 88	147 57	160 17

Fonte: Balanços Gerais do Estado
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
PERÍODO DE 1988/1997

Nº	FUNÇÃO	Variação Percentual Ano a Ano									
		88	89	90	91	92	93	94	95	96	97
01	Legislativa		21 55	0 94	9 30	12 45	7 27	6 27	26 18	9 52	0 62
02	Judiciária		24 30	9 26	5 48	16 12	10 22	9 88	22 32	3 53	3 39
03	Adm e Planej		56 26	34 60	11 27	60 95	9 02	1 53	9 82	27 13	13 45
04	Agricultura		3 99	23 68	10 30	39 85	7 20	3 48	29 34	34 61	18 81
05	Comunicações		329 33	75 46	310 85	99 53	100 00				
06	Def N Seg Públ		18 34	32 57	19 92	22 09	30 92	14 61	10 52	10 79	8 68
07	Des Regional		49 51	12 90	6 19	5 69	3 20	15 05	0 86	3 74	4 78
08	Educ Cultura		29 62	12 80	28 59	17 35	7 09	4 61	19 84	24 72	1 41
09	Energ R Miner		59 46	64 03	34 78	83 06	79 57	1 755 47	31 75	69 53	6 73
10	Hab Urbanismo		5 74	23 16	69 56	67 60	25 70	166 75	27 96	80 33	136 33
11	Ind Com Serv		314 28	121 79	93 30	75 65	32 94	23 51	322 99	69 05	861 85
12	Rel Externos										
13	Saúde e Saneam		35 48	23 44	4 34	2 24	7 80	38 51	15 69	5 39	41 68
14	Trabalho		8 35	15 72	3 40	238 91	6 78	2 80	17 49	19 63	7 44
15	Assist Previd		13 28	12 24	13 46	13 33	1 77	5 22	25 27	13 23	5 59
16	Transporte		82 42	33 76	60 18	18 38	21 26	38 10	25 58	1 62	66 61
			4 81	17 61	18 33	23 05	1 89	6 16	1 43	12 75	8 54

Fonte: Balanços Gerais do Estado
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

2.1 - FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a garantia da segurança nacional e da preservação da ordem pública".

No âmbito estadual, a Secretaria da Justiça e da Segurança implementou integralmente as ações inerentes à Função Defesa Nacional e Segurança Pública, através de suas diversas unidades orçamentárias, sendo que os recursos financeiros direcionados a essa Função processaram-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública							
Em R\$ mil							
Nº	ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI	
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	%	%
12	Secretaria da Justiça e da Segurança	323 613	100,00	493 886	100,00	152	62
	TOTAL	323 613	100,00	493 886	100,00	152	62

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica TOE/RS

Os registros do quadro demonstram que a dotação inicial para a Função Defesa Nacional e Segurança Pública previu recursos no montante de R\$ 323 613 mil, ao passo que a despesa realizada chegou ao total de R\$ 493 886 mil, apontando, por conseguinte, um acréscimo de 52,62% acima do prefixado

Notadamente, sobre o total das despesas realizadas por conta da Função, a Brigada Militar e a Polícia Civil movimentaram recursos financeiros, na ordem de 96,42%, em 1997

O percentual supramencionado vincula-se apenas às despesas realizadas nas Unidades Orçamentárias 12 03 e 12 04. Se incluídos mais os gastos efetivados a favor do Fundo Especial da Segurança Pública (12 60), o total absorvido pelas Corporações alcançou o percentual de 98,92% do total das despesas da Função, como se demonstra a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS NA DESPESA REALIZADA NA
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DESP REAL / DOT IN (%)	PART % DESP REALIZ TOTAL
12	Secr da Justiça e da Segurança				
12 01	Sec Justiça Seg Pública (Gab)	2 650	5 300	200,01	1 07
12 03	Brigada Militar	198 315	324 101	163 43	65 62
12 04	Polícia Civil	103 425	152 134	147 10	30,80
12 10	Sec Justiça Transf Adm Indireta	3 050	0	0 00	0 00
12 60	Fundo Esp Seg Pública	16 173	12 351	76,37	2 50
TOTAL		323 613	493 886	152 62	100 00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Volume II
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Quanto a série estatística a seguir representada, compreendendo o período de 1988 a 1997, observa-se que os recursos direcionados à Função Defesa Nacional e Segurança Pública pela Administração Direta Estadual, oscilaram entre crescimentos e significativas reduções

No período analisado (1988-1997), referente aos gastos realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, em valores constantes, sobressaiu-se o exercício de 1988 como o de menor desempenho da série. O ápice da série, no entanto, em despesas executadas, foi atingido no ano de 1990. Em 1991, os recursos a ela alocados apresentaram-se reduzidos, comparativamente a 1990. O ano de 1992 demonstrou significativa recuperação de recursos, evidenciando, desse modo, a segunda maior aplicação no decênio. No exercício de 1993, os gastos realizados apresentaram-se bem aquém do executado em 1992. Nos anos de 1994, 1995 e 1996, as despesas efetivadas a favor da Função registraram crescimentos de, respectivamente, 14,61%, 10,82% e 10,79%, confrontando-se com os dispêndios realizados nos anos imediatamente anteriores aos mesmos

Em 1997, verifica-se que as despesas executadas na Função Defesa Nacional e Segurança Pública mostraram-se superiores em 36,17%, em relação ao ano-basilar da série (1988), sendo que, comparativamente ao ano anterior (1996), houve um decréscimo de 8,68%

Quanto à participação relativa no total dos gastos realizados pela Administração Direta Estadual, as despesas da Função registraram uma participação de 5,40%. Tal participação, entretanto, proporcionalmente, mostrou-se inferior em 1,02%, em relação à participação relativa alcançada em 1996. Ainda assim, ocupou a quinta posição dentre as 16 (dezesseis) outras Funções Orçamentárias priorizadas e executadas pelo Estado em 1997.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1988/1997
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública
Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	362 690	100,00		6,35
1989	429 225	118,34	18,34	7,17
1990	569 041	156,89	32,57	8,09
1991	455 691	125,64	19,92	7,93
1992	556 347	153,39	22,09	7,87
1993	384 326	105,97	30,92	5,54
1994	440 484	121,45	14,61	5,98
1995	488 160	134,59	10,82	6,53
1996	540 818	149,11	10,79	6,42
1997	493 886	136,17	8,68	5,40

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

A Função Defesa Nacional e Segurança Pública, durante 1997, foi movimentada tanto por Programas Típicos (Segurança Pública), na ordem de 98,91% dos recursos, quanto por Programas Atípicos (Ensino Superior, Fundamental e Administração), com os restantes 1,09%, como se observa a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

		Em R\$ mil					
Nº	PROGRAMA	PROJETO + PREV/EXEC	DESPESA REALIZADA NO PROJETO	ATIVIDADE + PREV/EXEC	DESPESA REALIZADA NA ATIVID	DESPESA REALIZADA TOTAL	PARTIC PERCENT S/TOTAL
7	Administração	/		1 / 1	5 300	5 300	1,07
30	Segurança Pública	7 / 2	1 971	12 / 8	486 544	488 515	98,91
42	Ensino Fundamental	/		1 /			0,00
44	Ensino Superior	/		1 / 1	71	71	0,01
	TOTAL	7 / 2	1 971	15 / 10	491 915	493 886	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os Projetos e Atividades previstos e realizados na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, são apresentados na tabela que segue, destacando-se a Atividade 2064 - Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva, que indicou um incremento de 71,16% sobre a dotação inicial e uma participação de 59,91% no total dos gastos efetivados na Função

Verificou-se, ainda, que dos 07 (sete) Projetos orçados, apenas 02 (dois) foram implementados, representando uma participação de tão-somente 0,40% no total investido na Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1016	Reaparelhamento Operacional da Brigada Militar	720	0 22			
1017	Reaparelhamento Operacional do Corpo de Bombeiros	2 500	0 77			
1796	Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da BM	2 280	0 70			
1797	Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da Polícia Civil	1 383	0 43			
1810	Reaparelhamento Operacional da Polícia Civil	698	0 22			
1814	Construção e Reforma de Unidades Policiais Civis	1 540	0 48	1 040	0 21	67 53
2064	Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva	172 866	53 42	296 871	59 91	171 16
2065	Manutenção dos Serviços de Saúde	409	0 13	100	0 02	24 37
2066	Manutenção do Ensino e da Pesquisa	472	0 15	71	0 01	15 04
2067	Manutenção dos Serviços de Bombeiros	12 955	4 00	28 059	5 68	216 59
2131	Coordenação Geral	2 650	0 82	5 300	1 07	206 01
2350	Manutenção dos Serviços da Polícia Civil	99 804	30 84	151 094	30 59	151 39
2713	Segurança nas Escolas	6 113	1 89			
2718	Contr. ao DETRAN p/Desps. com Pessoal e Encargos Sociais	2 000	0 62			
2719	Contr. ao DETRAN p/Outras Despesas Correntes	1 000	0 31			
2720	Contr. ao DETRAN p/Despesas de Capital	50	0 02			
8007	Manutenção e Resp. dos Serviços da Coordenadoria Geral de Perícias	664	0 21			
8020	Manutenção e Reaparelhamento da Brigada Militar	664	0 21	2 563	0 52	386 14
8021	Manutenção e Reaparelhamento da Polícia Civil	2 655	0 82	1 654	0 33	62 27
8022	Conselho Estadual de Entenpecentes	332	0 10	17	0 00	5 22
8023	Formulação e Coord. Política de Segurança Pública	1 858	0 57	7 186	1 46	386 77
9026	Integração de Transmissão de Dados e Telecomunicações	10 000	3 09	931	0 19	9 31
	TOTAL	323 613	100 00	493 886	100 00	152 62

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto à participação dos Elementos de Despesas, observou-se que os recursos humanos absorveram a quase totalidade dos gastos, como demonstram as despesas dos Elementos 3111, 3112, 3113, 3114, 3193 e 3293 que, em conjunto, atingiram 92,00% do total alocado a Função

Todavia, há que se mencionar que os gastos executados no Elemento 4120, relativamente a aquisição de Equipamentos e Material Permanente, só alcançaram 1,71% do montante investido na Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO 6 Defesa Nacional e Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	OR/DI %
3111	Pessoal Civil	111 068	34,32	148 668	30 10	133 85
3112	Pessoal Militar	143 587	44 37	274 563	55 59	191 22
3113	Obrigações Patronais	201	0 06	99	0 02	49 43
3114	Diárias e Ajuda de Custo	8 272	2 56	15 836	3 21	191 44
3120	Material de Consumo	12 264	3 79	10 833	2 19	88 33
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	184	0 06	27	0 01	14 84
3132	Outros Serviços e Encargos	24 182	7,47	17 799	3 60	73 60
3192	Despesas de Exercícios Anteriores			79	0 02	
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			15 202	3 08	
3211	Transferências Operacionais	3 000	0 93	365	0 07	12 17
3221	Transferências à União			94	0 02	
3231	Subvenções Sociais					
3254	Apoio Financeiro a Estudantes			92	0 02	
3259	Outras Transferências a Pessoas			10	0 00	
3292	Despesas de Exercícios Anteriores			130	0 03	
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			4	0 00	
4110	Obras e Instalações	1 630	0 50	1 647	0 33	101 01
4120	Equipamentos e Material Permanente	19 154	5 92	8 431	1 71	44 02
4192	Despesas de Exercícios Anteriores			1	0 00	
4210	Aquisição de Imóveis					
4260	Const. ou Aum. de Cap. de Emp. Comerc. ou Financ.	21	0 01	4	0 00	21 29
4311	Auxílios para Despesas de Capital	50	0 02			
	TOTAL	323 613	100 00	493 886	100 00	152 62

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

2.1.1 - PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA

"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas para a preservação e manutenção da ordem pública".

O Programa Segurança Pública foi desenvolvido na Função Defesa Nacional e Segurança Pública, da qual é característico, sendo executado pela Secretaria da Justiça e da Segurança, por intermédio da Brigada Militar (65,62%) e Polícia Civil (30,80%). As despesas efetivadas, por conta deste Programa, demonstraram comportamento, nos últimos dez anos (1988/1997), idêntico ao da Função na qual está inserido.

Em 1997, verificou-se que os recursos alocados ao Programa foram superiores em 35,07% àqueles aplicados no ano-base (1988), porém 8,86% inferiores em relação ao ano anterior (1996).

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

ANO	EM + VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	361 675	100 00		6 34
1989	428 325	118,43	18 43	7 16
1990	560 569	154,99	30 87	7 97
1991	449 997	124 42	19,72	7 83
1992	552 730	152 83	22 83	7,82
1993	380 410	105,18	31 18	5,48
1994	439 329	121,47	15 49	5 96
1995	486 797	134 59	10 80	6 52
1996	536 022	148 21	10,11	6,36
1997	488 515	135 07	8 86	5,34

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Salienta-se, ainda, que, dentre os 51 (cinquenta e um) Programas implementados pela Administração Direta Estadual, o Programa Segurança Pública alcançou o sexto lugar em despesas realizadas, pois atingiu o percentual de 5,34% de participação no total despendido

A dotação inicial previu recursos de R\$ 314 379 mil para o Programa. No entanto, a despesa realizada atingiu R\$ 488 515 mil, apresentando um acréscimo de 55,39% sobre a dotação prefixada, como se demonstra abaixo

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
12	Secretaria da Justiça e da Segurança	314 379	100 00	488 515	100 00	155 39
	TOTAL	314 379	100 00	488 515	100 00	155 39

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃO	PROJETO + PREV/EXEC	DESPESA REALIZADA NO PROJETO	ATIVIDADE + PREV/EXEC	DESPESA REALIZADA NA ATIVIDADE	DESPESA REALIZADA TOTAL	PARTIC PERCENT S/TOTAL
12	Secretaria da Justiça e da Segu	7 / 2	1 971	12 / 8	486 544	488 515	100 00
	TOTAL	7 / 2	1 971	12 / 8	486 544	488 515	100 00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Observa-se, pela tabela acima, que das 12 (doze) Atividades previstas, 8 (oito) foram implementadas, absorvendo recursos no montante de R\$ 486 544 mil, o que equivaleu a 99,60% do total despendido. Quanto aos Projetos, constatou-se que dos 07 (sete) programados no Orçamento, foram movimentados 02 (dois). O total despendido com os mesmos representou, apenas, 0,40% da despesa realizada no Programa. Essa pequena aplicação de recursos em Projetos prejudicou bastante o reaparelhamento operacional dos Órgãos Estaduais responsáveis pela Segurança Pública.

Abaixo, demonstra-se a participação dos Projetos e das Atividades no total gasto pelo Programa Segurança Pública.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1016	Reaparelhamento Operacional da Brigada Militar	720	0 23			
1017	Reaparelhamento Operacional do Corpo de Bombeiros	2 500	0 80			
1796	Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da BM	2 280	0 73			
1797	Renovação e Ampliação da Frota de Viaturas da Polícia Civil	1.383	0 44			
1810	Reaparelhamento Operacional da Polícia Civil	698	0 22			
1814	Construção e Reforma de Unidades Policiais Cíveis	1 540	0 49	1 040	0 21	67 53
2064	Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva	172 865	54 99	295 871	60 57	171 16
2065	Manutenção dos Serviços de Saúde	409	0 13	100	0 02	24 37
2067	Manutenção dos Serviços de Bombeiros	12 955	4 12	28 059	5 74	216 59
2250	Manutenção dos Serviços de Polícia Civil	99 804	31 75	151 094	30 93	151 39
2718	Contr. ao DETRAN p/Desps. com Pessoal e Encargos Sociais	2 000	0 64			
2719	Contr. ao DETRAN p/Outras Despesas Correntes	1 000	0 32			
2720	Contr. ao DETRAN p/Despesas de Capital	50	0 02			
8007	Manutenção e Rep. dos Serviços da Coordenadoria Geral de Perícias	664	0 21			
8020	Manutenção e Reaparelhamento da Brigada Militar	664	0 21	2 563	0 52	386 14
8021	Manutenção e Reaparelhamento da Polícia Civil	2 655	0 84	1 054	0 34	62 27
8022	Conselho Estadual de Entorpecentes	332	0 11	17	0 00	5 22
8023	Formulação e Coord. Políticas de Segurança Pública	1 858	0 59	7 186	1 47	386 77
9026	Integração de Transmissão de Dados e Telecomunicações	10 000	3 18	931	0 19	9 31
	TOTAL	314 379	100 00	488 515	100 00	155 39

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Reparou-se que apenas 03 (três) Atividades executadas concentraram 97,24% dos recursos destinados ao Programa, o que significou um total de R\$ 475 024 mil. A Atividade nº 2064 - Manutenção dos Serviços de Polícia Ostensiva, desenvolvida pela Brigada Militar, foi destinatária da maioria dos recursos aplicados, ou seja, 60,57%. As Atividades nºs 2350 - Manutenção dos Serviços de Polícia Civil e 2067 - Manutenção dos Serviços de Bombeiros administraram, respectivamente, 30,93% e 5,74% daquele valor.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 30 Segurança Pública

Nº	ELEMENTO	Em R\$ mil					
		DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %	
3111	Pessoal Civil	109 823	34 93	145 909	29 87	132 86	
3112	Pessoal Militar	137 660	43 79	274 385	56 17	199 32	
3113	Obrigações Patronais	193	0 06	96	0 02	49 67	
3114	Diárias e Ajuda de Custo	8 216	2 61	15 690	3 21	190 97	
3120	Material de Consumo	11 850	3 77	10 626	2 18	89 67	
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	180	0 06	3	0 00	1 48	
3132	Outros Serviços e Encargos	22 712	7 22	15 920	3 26	70 09	
3192	Despesas de Exercícios Anteriores			76	0 02		
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			15 152	3 10		
3211	Transferências Operacionais	3 000	0 95	365	0 07	12 17	
3221	Transferências à União			94	0 02		
3254	Apoio Financeiro a Estudantes			92	0 02		
3259	Outras Transferências a Pessoas			10	0 00		
3292	Despesas de Exercícios Anteriores			7	0 00		
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			4	0 00		
4110	Obras e Instalações	1 630	0 52	1 647	0 34	101 01	
4120	Equipamentos e Material Permanente	19 043	6 06	8 431	1 73	44 28	
4192	Despesas de Exercícios Anteriores			1	0 00		
4210	Aquisição de Imóveis						
4260	Const. ou Am. de Cap. de Emp. Comerc. ou Financ.	21	0 01	4	0 00	21 29	
4311	Auxílios para Despesas de Capital	50	0 02				
	TOTAL	314 379	100 00	488 515	100 00	155 39	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Examinando-se a composição dos elementos de despesas utilizados na implementação do Programa, fica evidenciado que os recursos humanos, que, inclusive em quantidade, mostraram-se insuficientes para o cumprimento dos objetivos do mesmo, absorveram a quase totalidade do valor despendido, ou seja, as despesas com Pessoal Civil e Militar - Elementos 3111, 3112, 3113, 3114, 3193 e 3293 somaram recursos no valor de R\$ 451 236 mil, que equivaleram a 92,37% do total. Concomitantemente, os recursos destinados a Material de Consumo e a Equipamento e Material Permanente, nos montantes de R\$ 10 626 mil e R\$ 8 431 mil, alcançaram tão-somente 2,18% e 1,73%, respectivamente, do aplicado/ano no Programa.

BRIGADA MILITAR

A atribuição exclusiva da Brigada Militar é o policiamento ostensivo em todo território do Rio Grande do Sul, com o objetivo de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos

O Comando de Policiamento da Capital - CPC, o Policiamento de Áreas - CPA/1-6, o Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual - BPRv, o Comando do Corpo de Bombeiros - CCB, todos com autonomia, porém com subordinação direta ao Comando-Geral, conjuntamente somaram, em 31/12/97, um efetivo de 22 756 policiais militares. Incluindo-se os 2 252 policiais desempenhando atividades em Órgãos de Apoio, constata-se um efetivo total de 25 008 policiais

A evolução do efetivo da Brigada Militar, em confronto com a da população do Estado, apresenta-se como segue

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR
E DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL
PERÍODO DE 1988/1997

EFETIVO DA BRIGADA MILITAR (*)				POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL			
ANO	Nº	RELATIVO		Nº DE HABITANTES	RELATIVO		
		BASE FIXA	BASE MÓVEL		BASE FIXA	BASE MÓVEL	
1988	22 684	100,00	100,00	8 708 692	100,00	100,00	
1989	23 618	104,12	104,12	8 826 965	101,36	101,36	
1990	24 128	106,36	102,16	8 941 318	102,67	101,30	
1991	29 962	132,08	124,18	9 135 479	104,90	102,17	
1992	29 352	129,39	97,96	9 251 307	106,23	101,27	
1993	29 044	128,03	98,95	9 384 358	107,76	101,44	
1994	28 560	125,90	98,33	9 502 416	109,11	101,26	
1995	27 467	121,08	96,17	9 619 416	110,46	101,23	
1996	25 774	113,62	93,84	9 624 529	110,52	100,05	
1997	25 008	110,24	97,02	9 718 154	111,59	100,97	

Fontes: Brigada Militar - Assessoria Jurídica

FEE - Estimativa Populacional por Município/RS 1997

(*) Incluído efetivo existente em Órgãos de Apoio e BPRv

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No período de 1988 a 1990, notam-se acréscimos pouco expressivos no efetivo da Brigada Militar. No ano de 1991, todavia, o mesmo apresentou o maior crescimento da série ao atingir 32,08%, em relação ao ano-base (1988), e 24,18%, comparativamente ao ano anterior (1990). Nos anos seguintes ao pico (1991), verifica-se gradativa e contínua diminuição no número de policiais militares. No exercício em

análise, o efetivo sofreu uma redução de 766 policiais, que significou uma perda de 2,97% em relação a 1996

A relação número de policiais militares por mil habitantes mostrou fraco crescimento no ano de 1989, confrontando-se com 1988, prosseguindo a mesma tendência até o ano de 1990. Em 1991, a relação atingiu o pico da série (3,28). Depois, passa a registrar contínua diminuição, alcançando o menor índice da série em 1997, quando mostra 2,57 policiais/mil habitantes, como a seguir se demonstra

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POLICIAIS
MILITARES POR MIL HABITANTES
1988/1997

ANO	Nº DE POLICIAIS POR MIL HABITANTES
1988	2,60
1989	2,68
1990	2,70
1991	3,28
1992	3,17
1993	3,09
1994	3,00
1995	2,86
1996	2,68
1997	2,57

Fontes: Brigada Militar Assessoria
Jurídica e FEE Estimativa
Populacional/RS 1997
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A respeito da distribuição do efetivo da Brigada Militar, em 31/12/97, constata-se que 82,52% dos policiais estavam lotados na atividade-fim. Quanto à atividade-meio, verifica-se que na Capital, onde está localizado o Comando da Corporação, existiu a maior concentração, conforme dados abaixo

BRIGADA MILITAR EFETIVO EM 31.12.97

LOTAÇÃO +	ATIVIDADE				TOTAL		PART % (2)
	MEIO	PART % (1)	FIM	PART % (1)	QUANT	PART % (1)	
Capital	2 576	58 93	3 746	18 15	6 322	100 00	25 28
Interior	1 795	41 07	16 891	81 85	18 686	100,00	74 72
TOTAL	4 371	17 48	20 637	82 52	25 008	100 00	100 00

(1) Sobre o total da atividade

(2) Sobre o total do efetivo no Estado

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Concernentemente à evolução do efetivo da Brigada Militar na Capital e no Interior, observa-se um acentuado decréscimo no da Capital, tendência esta que começou a partir do ano de 1992, quando a Capital detinha 31,04% dos policiais contra 68,96% lotados no Interior. No exercício em análise, a Capital contou com 6.322 policiais, ou seja, 25,28% do total, enquanto no Interior encontravam-se lotados 18.686, equivalendo a 74,72%, tal qual se mostra a seguir:

BRIGADA MILITAR - EVOLUÇÃO DO EFETIVO
PARTICIPAÇÃO (%) SOBRE TOTAL
1992/1997

LOTAÇÃO	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Capital	31,04	30,75	27,37	27,51	26,79	25,28
Interior	68,96	69,25	72,63	72,49	73,21	74,72
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Brigada Militar - Assessoria Jurídica
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Por conveniente, há que se registrar que o efetivo legalmente previsto da Brigada Militar alcança o total de 33.650 policiais. No entanto, apenas 74,32% dos cargos previstos em lei estavam preenchidos em 1997, o que evidencia uma defasagem de 25,68%, como confirmam os dados da tabela abaixo:

EFETIVO DA BRIGADA MILITAR
1996/1997

ANO	EFETIVO		% GRAU DE OCUPAÇÃO (B/A)	% DEFASAGEM DO EFETIVO (B/A)
	PREVISTO (A)	EXISTENTE (B)		
1996	33.650	25.774	76,59	23,41
1997	33.650	25.008	74,32	25,68

Fonte: Relatório de Atividades da Brigada Militar - 1997
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR COMANDO
1997

CARGO	PREVISTO	EXISTENTE	% S/ TOTAL EXISTENTE
Policamento Ostensivo	25.637	18.929	75,69
Bombeiros	4.221	2.894	11,57
Rodoviário	1.056	933	3,73
Órgãos de Apoio	2.736	2.252	9,01
TOTAL	33.650	25.008	100,00

Fonte: Relatório de Atividades da Brigada Militar - 1997
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto à frota de veículos da Brigada Militar, verifica-se a existência de 2 380 veículos no exercício em análise, tipificados como segue

BRIGADA MILITAR VEÍCULOS DISPONÍVEIS EM 31-12-97			
TIPO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Ônibus	003	002	005
Microônibus	025	036	061
Caminhões	009	025	034
Automóveis	181	1 316	1 517
Utilitários	070	217	287
Motocicletas	080	156	236
Outros	182	078	260
TOTAL	550	1 830	2 380
%	23	77	100

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A frota de veículos a disposição da Brigada Militar, para o atendimento tanto da atividade-fim como da atividade-meio, em 1997, cresceu 5,36%, confrontando-se com os dados apresentados no ano anterior. No tocante à distribuição dos veículos entre o Interior e a Capital, observou-se que 77% dos veículos da Brigada Militar achavam-se lotados no Interior, enquanto a Capital detinha os 23% restantes.

Verifica-se, ainda, que a frota da Capital cresceu 12 veículos, ou seja, 2,23% em relação a 1996. No Interior, todavia, aumentou 109 veículos, o que representou um acréscimo de 6,33%, como segue:

EVOLUÇÃO DA FROTA DA BRIGADA MILITAR
1990/1997

ANO +	Nº DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS						
	CAPITAL	PERC	S/TOTAL	INTERIOR	PERC	S/TOTAL	TOTAL
1990	534		28	1 348		72	1 882
1991	502		27	1 381		73	1 883
1992	829		38	1 349		62	2 178
1993	475		22	1 670		78	2 145
1994	779		33	1 561		67	2 340
1995	649		28	1 658		72	2 307
1996	538		24	1 721		76	2 259
1997	550		23	1 830		77	2 380

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No quadro a seguir, evidencia-se que 69,12% do total da frota compõe-se de viaturas com mais de cinco anos de uso. No Interior do Estado, esta situação atingiu 72,65% da frota. Na Capital e Região Metropolitana, o percentual caiu para 58,17%. Convm salientar que a vida útil para veículos utilizados nesse tipo de atividade, de forma intensiva, e de no máximo 4 anos.

BRIGADA MILITAR
FAIXA ETÁRIA DAS VIATURAS EM 31.12.97

FAIXA ETÁRIA	EXISTÊNCIA		TOTAL	%	ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO
	CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA	INTERIOR			
0 A 2 ANOS	56	174	230	9,66	BOM
2 A 5 ANOS	187	318	505	21,22	REGULAR
6 A 10 ANOS	180	642	822	34,54	MAU
MAIS DE 10 ANOS	158	665	823	34,58	MAU
TOTAL	581	1.799	2.380	100,00	

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O registro de ocorrências efetivadas pela Brigada Militar, no período compreendido entre 1988/97, mostra o que segue

BRIGADA MILITAR
EVOLUÇÃO DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS
1988/1997

ANO		DE TRANSITO	CONTRA OS COSTUMES	CONTRA O PATRIMÔNIO	CONTRA A PESSOA	CONTRA O MEIO AMBIENTE	OUTRAS OCORRÊNCIAS
1988	Número Relativo(*)	430 230 100	61 862 100	25 947 100	40 787 100	n 1	n 1
1989	Número Relativo	416 787 97	64 026 103	30 773 119	45 760 113	n 1	n 1
1990	Número Relativo	452 911 109	69 675 109	31 467 102	49 164 107	n 1	n 1
1991	Número Relativo	521 451 121	79 574 129	33 132 128	52 271 128	n 1	n 1
1992	Número Relativo	552 475 128	90 407 146	39 774 153	54 655 134	n 1	n 1
1993	Número Relativo	472 200 110	86 071 139	31 149 120	42 125 103	n 1	13 287
1994	Número Relativo	591 266 137	91 489 148	130 117 501	38 234 94	n 1	9 792
1995	Número Relativo	809 855 188	82 649 135	31 457 121	33 517 82	n 1	15 355
1996	Número Relativo(**)	794 009 185	72 713 118	28 047 108	29 069 71	512	13 195
1997	Número Relativo	645 952 150	66 429 107	27 627 106	26 337 65	1 898	13 893

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica

(*) Cálculo percentual realizado sobre o ano base (1988)

(**) Ajustadas quantidades de acordo com Relatório da Brigada Militar 1997 (pág. 12 errata)

Através da tabela retromencionada, observa-se que as Ocorrências registradas Contra os Costumes, Contra o Patrimônio e Contra a Pessoa diminuíram, no exercício de 1997, em relação ao anterior (1996), permanecendo a tendência de queda verificada em 1993 Quanto às Ocorrências de Trânsito, que apresentavam propensão ao crescimento, verifica-se decréscimo de 18,65%, em relação a 1996

Confrontando-se os dados de 1997 com os do ano-base (1988), temos que as Ocorrências de Trânsito cresceram 50%, as Contra os Costumes 7% e as Contra o Patrimônio 6% Excetuaram-se as Ocorrências Contra a Pessoa, que decresceram 35% no mesmo período

Na tabela abaixo, verifica-se a natureza das ocorrências

BRIGADA MILITAR NATUREZA DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO RIO GRANDE DO SUL 1996/1997					
DISCRIMINAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS		1996	1997	% 1997 S/ TOTAL CATEG	% 1997 S/ TOTAL GERAL
Acidentes de Trânsito	Com danos materiais	46 215	45 573	7 06	5 83
	Com lesões corporais	17 134	14 909	2 31	1 91
	Com morte de pessoas	634	654	0 10	0 08
	Infração de trânsito	728 613	582 451	90 17	74 49
	Conflito de circulação	651	343	0 05	0 04
Atropelamento de pessoa		762	2 022	0 11	0 26
Total		794 009	645 952	100 00	82 58
Contra os Costumes	Ato obsceno	1 016	972	1 46	0 12
	Embriaguez	4 344	3 876	5 83	0 50
	Desordem	62 705	50 775	76 43	6 49
	Pert trab e sos alheio	4 648	10 806	16 27	1 38
Total		72 713	66 429	100 00	8 50
Contra o Patrimônio	Dano	4 361	4 758	17 22	0 61
	Furto de veículo	2 614	2 262	8 19	0 29
	Furto simples	6 939	6 492	23 50	0 83
	Abrigo	762	614	2 22	0 08
	Furto qualificado	13 371	13 501	48 87	1 73
Total		28 047	27 627	100 00	3 53
Contra a Pessoa	Roubo	7 982	9 712	36 88	1 24
	Agressão com lesões	8 590	7 756	29 45	0 99
	Homicídio	395	349	1 33	0 04
	Encontro de cadáver	1 917	1 764	6 70	0 23
	Roubo a banco	179	276	1 05	0 04
	Sequestro	72	72	0 27	0 01
	Res desobediência des	599	433	1 64	0 06
Porte ilegal de armas		9 335	5 975	22 69	0 76
Total		29 069	26 337	100 00	3 37
Contra o Meio Ambiente	Contra a fauna/pesca	218	836	44 05	0 11
	Contra a flora	219	718	37 83	0 09
	Polluição	75	344	18 12	0 04
Total		512	1 898	100 00	0 24
Outras	Incêndio	8 033	833	6 00	0 11
	Risco Excepcional	228	6 677	48 06	0 86
	Infrações contra consum	886	1 053	7 56	0 13
	Tóxicos	3 830	4 426	31 86	0 57
	Inundação	187	512	3 69	0 07
	Vendaval	124	266	1 91	0 03
	Desabamento	70	93	0 67	0 01
	Deslizamento	30	35	0 25	0 00
	Naufrágio	7			
Total		13 195	13 893	100 00	1 78
TOTAL GERAL		937 545	781 936		100,00

Fonte: Relatório da Brigada Militar
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

1997 (pág 12 errata)

Pelas informações da tabela, apura-se que, em 1997, houve predomínio, sobre as demais categorias, do evento vinculado a Acidentes de Trânsito, sendo que nesta categoria as Transgressões tomaram posição de destaque

Na categoria Contra os Costumes, as infrações pertinentes a Desordens salientaram-se

O Furto Qualificado distinguiu-se na categoria Contra o Patrimônio E eventos ligados a Roubo sobressaíram-se na categoria Contra a Pessoa, seguido por Agressões com Lesões, em quantidade registrada

Analisando-se os Serviços Prestados e as Providências Tomadas pelos policiais militares, no período 1988/1997, resultantes das ocorrências registradas, elaborou-se a seguinte tabela evolutiva.

BRIGADA MILITAR
EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS/PROVIDÊNCIAS TOMADAS
1988/1997

ANO	SERVIÇOS PRESTADOS (1)	PROVIDÊNCIAS TOMADAS (1)
1988	Número 316 692	723 515
	Relativo(*) 100	100
1989	Número 313 997	715 751
	Relativo 99	99
1990	Número 282 133	773 837
	Relativo 89	107
1991	Número 283 228	859 900
	Relativo 89	119
1992	Número 299 754	841 950
	Relativo 95	116
1993	Número 264 836	790 123
	Relativo 84	109
1994	Número 340 127	844 804
	Relativo 107	117
1995	Número 235 572	1 200 732
	Relativo 74	166
1996	Número 208 745	1 226 784
	Relativo(**) 66	170
1997	Número 208 015	961 716
	Relativo 66	133

Fonte: Brigada Militar Assessoria Jurídica
(*) Calculado percentual sobre o ano base (1988)
(**) Ajustadas quantidades de acordo com Relatório da Brigada Militar - 1997 (pág 12 errata)
(1) Discriminação em Tabela específica Togo abaixo

No período em análise, os Serviços Prestados pela Brigada Militar expressam números relativos, que mostram uma tendência decrescente, comparativamente ao ano-base da série Assim, em 1997, os serviços representaram 66% do efetivado no ano-base (1988) Confrontando-se, todavia, com o realizado em 1996, observa-se uma queda de 0,35%

Quanto as Providências Tomadas, a série estudada evidenciou movimentos crescentes ao longo do período, comparando-se com a quantidade registrada no ano de 1988 No exercício de 1997, certifica-se que foram superiores em 33% ao indicado no ano-base Comparativamente ao ano anterior (1996), as Providências Tomadas apresentaram uma redução de 21,61%

BRIGADA MILITAR
NATUREZA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS
1996/1997

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	% 1997 S/CATEG	% 1997 S/TOTAL	% 1997/96
Abastecimento	1 513	1 094	0 53	0 09	27 69
Apoio à autoridade	10 476	9 679	4 65	0 83	7 61
Salvamento de pessoas	3 824	2 658	1 28	0 23	30 49
Salvamento de animais	415	267	0 13	0 02	35 66
Esgotamento	169	153	0 07	0 01	9 47
Remoção de fonte perigosa	9 007	6 754	3 25	0 58	25 01
Resgate	100	57	0 03	0 00	43 00
Buscas	636	309	0 15	0 03	51 42
Lavagem de pista	1 031	730	0 35	0 06	29 19
Combate a incêndio (25/38)	5 321	4 222	2 03	0 36	20 65
Patrulhamento	1 727	1 695	0 81	0 14	1 85
Serviços	8 271	9 908	4 76	0 85	19 79
Assistência	58 419	62 954	30 26	5 38	7 76
Prestados	6 306	5 221	2 51	0 45	17 21
Guarda em estabelecimentos	61 835	65 163	31 32	5 57	5 38
Inspeção de locais	10 224	14 667	7 05	1 25	43 46
Pol em estabelecimento de ensino	10 580	5 754	2 77	0 49	45 61
Pol em locais de div públ	3 043	2 356	1 13	0 20	22 58
Pol em Dist Pas Sol e Proc	1 085	906	0 44	0 08	16 50
Pol em praças desportivas	2 154	1 451	0 70	0 12	32 64
Perm em locais interditados	85	83	0 04	0 01	2 35
Escolta ou diligência	3 911	3 313	1 59	0 28	15 29
Ativ prev de bombeiros	3 794	4 150	1 99	0 35	9 38
Operações de policiamento	4 183	3 726	1 79	0 32	10 93
Apoio ou reforço	636	755	0 36	0 06	18 71
Total Serviços	208 745	208 025	100 00	17 78	0 34
Recolhimento de veículo	68 970	43 727	4 55	3 74	36 60
Desarmamento	15 905	9 412	0 98	0 80	40 82
Encaminhamento de incapaz	13 894	9 582	1 00	0 82	31 03
Avertigação	91 627	105 919	11 01	9 05	15 60
Policiamento de local	33 161	22 913	2 38	1 96	30 90
Encaminhamento de menor	12 371	10 196	1 06	0 87	17 58
Advertência	16 958	13 510	1 40	1 15	20 33
Compos e or de partes	186 511	174 926	18 19	14 95	6 21
Prisão	29 833	21 719	2 26	1 86	27 20
Notif p/infr de trânsito	744 851	542 431	56 40	46 37	27 18
Encaminhamento de OMI	12 703	6 694	0 70	0 57	47 30
Encaminhamento ao JEC		687	0 07	0 06	
Apr prod ut inf c meio amb					
Total Providências	1 226 784	961 716	100 00	82 22	21 61
TOTAL GERAL	1 435 529	1 169 741		100 00	18 51

Fonte: Relatório da Brigada Militar 1997
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Observando-se a natureza dos Serviços Prestados pela Brigada Militar, tem-se que as Inspeções de Locais distinguiram-se em quantidade, seguidas imediatamente por Assistência.

Relativamente às Providências Tomadas, os registros evidenciam que as Notificações por Infrações de Trânsito sobressaíram-se entre as demais

Ao finalizar-se a análise do efetivo e atuação da Brigada Militar, entende-se que a atuação da Corporação acha-se prejudicada pelo decréscimo de seu efetivo, agravada pelo elevado número de policiais concentrados na atividade-meio (17,48% do total) Na Capital, os dados mostram que 40,75% dos policiais desempenham funções na atividade-meio, isto é, 2 576 de um total de 6 322 Outras circunstâncias que merecem ser salientadas dizem respeito ao fato de que 69,12% do total dos veículos possuem faixa etária superior a 5 anos de uso e 90,34% dos mesmos apresentam estado de conservação entre regular e mau Tais fatores contribuem para que a atuação da Brigada Militar não se desenvolva de forma plenamente satisfatória

POLÍCIA CIVIL

À Polícia Civil incumbe o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, exceto as militares Para a consecução desta finalidade, contou, no ano de 1997, com 5 973 policiais civis, assim distribuídos

POLÍCIA CIVIL DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR REGIÃO 1997

CATEGORIA FUNCIONAL	CAPITAL	% (*)	ÁREA METROP	% (*)	INTERIOR	% (*)	TOTAL	% (*)
Delegado de Polícia	91	32,50	36	12,86	153	54,64	280	100,00
Comissário Polícia	174	62,37	17	6,09	88	31,54	279	100,00
Com Divers Públicas	7	100,00					7	100,00
Inspetor Polícia	820	32,68	354	14,11	1 335	53,21	2 509	100,00
Insp Divers Públicas	9	100,00					9	100,00
Escrivão Polícia	738	34,53	205	9,59	1 194	55,87	2 137	100,00
Investigador	388	51,60	119	15,82	245	32,58	752	100,00
TOTAL DO EFETIVO	2 227	37,28	731	12,24	3 015	50,48	5 973	100,00
POPULAÇÃO	1 285 019	13,22	1 990 499	20,48	6 442 636	66,29	9 718 154	100,00

Fonte: Relatório da Polícia Civil/1997 DIPLANCO e FEE Estimativa Populacional/RS 1997

(*) Os percentuais apurados referem-se ao total de cargos providos na respectiva categoria funcional
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Os registros da tabela evidenciam que o Interior do Estado concentrou 50,48% do efetivo total da Polícia Civil. A Capital contou com 37,28%, contrastando com a Área Metropolitana (excluindo Porto Alegre), que somou os 12,24% remanescentes. Em 1997, a Capital, com uma população inferior em 35% da existente na Área Metropolitana, obteve 205% mais policiais do que o resto da mesma. Registra-se, ainda, por oportuno, que ao relacionar-se as ocorrências policiais havidas na Capital e Área Metropolitana com os respectivos números de policiais lotados nessas regiões, constatou-se que, para cada policial lotado na Capital, foram relacionadas 104 ocorrências, enquanto que na Área Metropolitana 246. No Interior do Estado, este indicador mostra 144 ocorrências e, computando-se essas três regiões, constata-se que, em nível de Estado, a relação é de 141 ocorrências por policial civil, como segue:

POLÍCIA CIVIL										
EVOLUÇÃO DO EFETIVO, NÚMERO DE OCORRÊNCIAS E OCORRÊNCIAS POR POLICIAL POR REGIÃO 1994/1997										
REGIÃO + DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL					REGIÃO METROPOLITANA				
	1994	1995	1996	1997	VAR (%) 97/96	1994	1995	1996	1997	VAR (%) 97/96
Nº Políc (1)	2 099	2 263	2 242	2 227	0,67	481	741	823	731	11,18
Nº Ocorr (2)	190 531	209 417	228 685	231 732	1,33	107 883	117 089	190 382	180 088	5,41
Ocorr p/Pol	90,77	92,54	102,00	104,05	2,01	224,28	158,01	231,32	246,36	6,50

REGIÃO + DISCRIMINAÇÃO	INTERIOR					TOTAL DO ESTADO				
	1994	1995	1996	1997	VAR (%) 97/96	1994	1995	1996	1997	VAR (%) 97/96
Nº Políc (1)	3 016	2 980	3 192	3 015	5,55	5 596	5 984	6 257	5 973	4,54
Nº Ocorr (2)	443 881	456 672	444 865	436 223	1,94	742 295	786 178	863 932	848 043	1,84
Ocorr p/Pol	147,17	153,25	139,37	144,68	3,81	132,65	131,38	138,07	141,98	2,83

Fonte: DIPLANCO. Relatórios Polícia Civil 1994 a 1997.

(1) Do Quadro de Servidores da Polícia Civil, considerado apenas o Quadro Policial.

(2) Incluídas todas as categorias de ocorrências (criminal + trânsito + outras).

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS.

O efetivo total da Polícia Civil mostrou, em 1997, um decréscimo de 4,54% (menos 284 policiais) em relação ao ano anterior, assim distribuído: na Área Metropolitana, diminuiu 11,18% (92 policiais), no Interior do Estado, 5,55% (177 policiais), e, na Capital, 0,67% (15 policiais).

Quanto ao número de ocorrências, os dados mostram a seguinte evolução: na Capital, um aumento de 1,33%, na Área Metropolitana, um decréscimo de 5,41% e, no Interior, também, um decréscimo de 1,94%.

O elevado número de ocorrências atendidas por policial civil, principalmente na Área Metropolitana e no Interior, tem como efeito uma menor possibilidade de eficácia na consecução dos objetivos da Polícia Civil.

Conforme comentário anterior, em 1997, a maior carga de ocorrências por policial aconteceu na Área Metropolitana (246,36). No entanto, considerando-se a quantidade de ocorrências registradas por mil habitantes/ano, verifica-se que a Capital concentrou o maior número por cada grupo de mil habitantes/ano, alcançando 180, enquanto a Área Metropolitana, 90 e o Interior, 67. Tais informações evidenciam, em parte, a necessidade de um maior número de policiais na Capital para atender à demanda da população por proteção policial.

Nº DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS
POR MIL HABITANTES

ANO (*)	CAPITAL	ÁREA METROPOLITANA	INTERIOR	TOTAL
1996	177,79	97,65	69,63	89,76
1997	180,33	90,47	67,71	87,26

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

(*) Optou-se pela análise das ocorrências totais não apenas criminais

A tabela seguinte indica que, do total de ocorrências registradas pela Polícia Civil, 21,24% corresponde à Área Metropolitana, 27,32%, à Capital e 51,44%, ao Interior.

POLÍCIA CIVIL
OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR REGIÃO E CATEGORIA
1997

DISCRIMINAÇÃO DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS(*)		CAPITAL	ÁREA METROPOL (**)	INTERIOR	TOTAL	% S/ TOTAL
OCORRÊNCIAS CRIMINAIS	Arrombamentos	4 773	7 646	25 778	38 197	4,50
	Furtos de Veículos	5 569	3 707	5 168	14 444	1,70
	Furtos em Veículos	4 057	2 711	9 701	16 469	1,94
	Abigeatos	198	633	3 851	4 682	0,55
	Outros Furtos	22 212	13 225	39 310	74 747	8,81
	Roubos	10 989	12 097	8 198	31 284	3,69
	Tóxicos	1 521	829	1 969	4 319	0,51
	Estelionatos	2 573	1 992	7 261	11 826	1,39
	Homicídios	547	482	1 045	2 074	0,24
	Lesões Corporais	12 595	10 800	34 113	57 508	6,78
Total de Ocorrências Criminais		65 034	54 122	136 394	255 550	30,13
ACIDENTES DE TRÂNSITO	Com morte	315	325	1 226	1 866	0,22
	C/ lesões corporais	8 084	7 587	15 887	31 558	3,72
	C/ danos materiais	40 930	11 299	40 262	92 491	10,91
Total de Acidentes de Trânsito		49 329	19 211	57 375	125 915	14,85
Outras Ocorrências (1)		117 369	106 755	242 454	466 578	55,02
TOTAL GERAL DE OCORRÊNCIAS		231 732	180 088	436 223	848 043	100,00
% DA REGIÃO SOBRE TOTAL		27,32	21,24	51,44	100,00	-

Fonte: DIPLANCO Relatório da Polícia Civil 1997

(*) Incluindo todas as categorias de ocorrências

(**) 1ª, 2ª e 3ª DRMs

(1) Vide tabela logo abaixo especificada

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

POLÍCIA CIVIL
OCCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO TOTAL DO ESTADO/RS
1996/1997

DISCRIMINAÇÃO DE OCCORRÊNCIAS	1996	1997	% S/ TOTAL	% 1997/96
Arrombamentos	38 009	38 197	4 50	0,47
Furtos de veículos	11 889	14 444	1 70	21 49
Furtos em veículos	15 562	16 469	1 94	5 83
Abigeato	4 480	4 682	0 55	4 51
Outros Furtos	78 121	74 747	8 81	4 32
Roubos	28 937	31 284	3 69	8 11
Tóxicos	3 767	4 319	0 51	14 65
Estelionato	12 625	11 826	1 39	6 33
Homicídios	1 177	2 074	0 24	76 21
Lesões Corporais	61 928	57 508	6 78	7 14
TOTAL OCCORRÊNCIAS CRIMINAIS	256 496	255 550	30 13	0 37
Acidentes de Trânsito	2 098	1 866	0 22	11 06
Com morte	31 618	31 558	3 72	0 19
Com danos materiais	96 152	92 491	10 91	3 81
TOTAL ACIDENTES DE TRÂNSITO	129 868	125 915	14 85	3 04
OUTRAS OCCORRÊNCIAS (1)	476 497	466 578	55 02	2 08
TOTAL GERAL DE OCCORRÊNCIAS	862 860	848 043	100 00	1 72

Fonte: Polícia Civil DIPLANCO
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS
(1) Vide tabela específica abaixo

CATEGORIA "OUTRAS OCCORRÊNCIAS" POLÍCIA CIVIL
1997

DISCRIMINAÇÃO	Nº OCOR	% S/TOTAL
Apropriação Indébita	3 098	0 66
Contra a Administração Pública	10 642	2 28
Contra os Costumes	4 888	1 05
Contra a Família	5 655	1 21
Com Arma de Fogo	294	0 06
Suicídio	860	0 18
Afogamentos	348	0,07
Incêndio	628	0 13
Desaparecimentos	2 660	0 57
Perda de Documentos Afins	100 930	21 63
Contravenção no Trânsito		
Outras	336 575	72 14
TOTAL	466 578	100 00

Fonte: Polícia Civil DIPLANCO
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Observando-se as informações da tabela "Ocorrências Registradas por Região e Categoria", tem-se que, do total de ocorrências registradas no Estado, pela Polícia Civil, 55,02% dizem respeito a ocorrências classificadas em Outras, 30,13%, a Criminais e 14,85%, a Acidentes de Trânsito. Verifica-se, ainda, que, do total de 848 043 ocorrências apontadas no ano de 1997, houve um decréscimo de 1,72% em relação a 1996.

É preciso destacar que a principal atividade da Polícia Civil é a investigação criminal, servindo o inquérito policial como instrumento importante para a preservação da cidadania dentro do Estado de Direito. Desse modo, analisando-se as atividades cartorárias da Polícia Civil, verificou-se que os inquéritos policiais instaurados decresceram 27,19%, comparativamente a 1996, e os Remetidos à Justiça, 34,86%, como se demonstra a seguir

POLÍCIA CIVIL
ATIVIDADES CARTORÁRIAS NO TOTAL DO ESTADO/RS
1996/1997

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	% s/1996
Ocorrências registradas	862 860	848 043	-1,72
Inquéritos instaurados (*)	249 111	180 661	27,19
Inquéritos remetidos (*)	273 297	178 029	34,86
Inquéritos em andamento	42 986	45 449	5,73
Prisões preventivas solicitadas	2 173	2 254	3,73
Flagrantes elaborados	5 171	5 308	2,65
Termos circunstanciados remetidos	89 091	60 869	31,69

Fonte DIPLANCO Relatório Anual da Polícia Civil 1997

Cálculo Equipe Técnica TCE/RS

(*) Vide tabela abaixo

POLÍCIA CIVIL
NATUREZA DOS INQUÉRITOS INSTAURADOS E REMETIDOS
1996/1997

DISCRIMINAÇÃO DOS INQUÉRITOS	INQUÉRITOS INSTAURADOS		INQUÉRITOS REMETIDOS	
	1996	1997	1996	1997
Abigeatos	358	256	273	268
Arranbamentos	4 165	3 672	4 642	3 570
Furto de Veículos	749	579	601	429
Outros Furtos	11 379	9 450	12 390	8 550
Roubos	3 934	4 111	3 885	3 565
Tóxicos	4 221	4 711	4 306	4 217
Estelionato	12 500	7 243	13 024	5 988
Homicídios	2 261	1 940	2 439	1 899
Lesões Corporais	47 487	31 968	57 580	34 152
Acid Trânsito c/ Morte	2 121	1 895	2 439	1 676
Acid Trânsito c/ Lesões	25 157	12 038	29 402	12 081
Outros contra o Patrim	6 369	5 195	6 489	5 206
Outros contra a Pessoa	39 028	40 878	40 672	40 245
Outras Ocorrências	89 382	56 725	95 155	56 183
TOTAL	249 111	180 661	273 297	178 029

Fonte DIPLANCO - Relatório Anual da Polícia Civil - 1997

A variação do efetivo da Polícia Civil, em relação à evolução populacional do Estado, apresenta-se a seguir

EFETIVO DA POLÍCIA CIVIL
1988/1997

ANO	EFETIVO				POPULAÇÃO	
	PREVISTO (A)	EXISTENTE (B)	REL (1)	% GRAU DE OCUPAÇÃO (B/A)	HABITANTES (C)	REL (2)
1988	7 858	5 629	100	71,63	8 708 692	100
1989	7 858	5 511	98	70,13	8 826 965	101
1990	7 856	5 679	101	72,28	8 941 318	103
1991	7 855	5 443	97	69,29	9 135 479	105
1992	12 449	5 289	94	42,48	9 251 307	106
1993	12 449	5 408	96	43,44	9 384 358	108
1994	12 541	5 596	99	44,62	9 502 416	109
1995	12 549	5 984	106	47,69	9 619 416	110
1996	12 549	6 257	111	49,86	9 624 529	111
1997	10 888	5 973	106	54,90	9 718 154	112

Fontes: DIPLANCO - Relatórios Polícia Civil - 1988 a 1997 e
FEE Estimativa Populacional por Município/RS 1997)

(1) o número relativo foi calculado sobre a coluna (B)

(2) o número relativo foi calculado sobre a coluna (C)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As informações existentes na tabela indicam que o efetivo da Polícia Civil decresceu no período compreendido entre 1989 a 1994, confrontando-se com o registrado no ano-basilar da série (1988). Em 1996, demonstrou crescimento de 11,16% em relação a 1988. No exercício em análise, o efetivo aumentou 6%, confrontando-se com o existente em 1988, e decresceu 4,54%, com o registrado em 1996.

Nos anos da série estudada, a população total do Estado cresceu de forma moderada e contínua, se comparada com a existente em 1988. Desse modo, a relação habitantes/policial passou de 1 547, em 1988, para 1 627, em 1997, o que revela que cada policial civil, neste período, obteve carga de responsabilidade de 80 pessoas a mais. Constatou-se, ainda, que somente 54,90% dos cargos previstos em lei, foram efetivamente preenchidos, em 1997, pela Polícia Civil.

Tanto no exercício de 1997 como no de 1996, a Polícia Civil fez significativa utilização de estagiários no desempenho de atividades administrativas, conforme consta no Balanço Geral do Estado/97 e Relatório Anual da Polícia Civil/97.

O custo anual apurado, em razão da utilização de 895 estagiários (FDRH e FGTAS), alcançou o montante de R\$ 2 771 mil (Unidade Orçamentária 12.04 - elemento de despesa 3132 0620) em detrimento de uma maior profissionalização e melhor continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Corporação

Constatou-se que essa despesa superou, em 166,00%, o total investido em Obras e Instalações (elemento 4110) E confrontando-se, ainda, o total despendido, em 1997, com Combustíveis (3120 0053), Serv Cons Veículos (3132 0347) e Material para Conservação de Veículos (3120 0151), na Unidade Orçamentária 12 04, conclui-se que a despesa com estagiários mostrou-se superior em, respectivamente, 38,00%, 2 268,00% e 599,00%

Com vistas a que seja dado amplo conhecimento do trabalho implementado pela Polícia Civil, também no cumprimento de suas atribuições administrativas, tem-se que, em 1997, foram expedidos 912 433 documentos, inferiores em 23,75% ao registrado em 1996, como se mostra abaixo

POLÍCIA CIVIL
DOCUMENTOS EXPEDIDOS
1995/1997

DOCUMENTO	1995	1996	1997	% 1997/1996
Cédulas de Identidade	267 832	315 641	213 152	32,47
Carteira Nacional de Habilitação	386 917	379 745	275 930	27,34
Atestados	30 794	23 894	21 557	-9,78
Registro de Veículos	349 567	405 374	337 696	-16,70
Portes de Armas	40 839	32 436	26 762	17,49
Registro de Armas	41 063	39 596	37 336	5,71
TOTAL	1 117 012	1 196 686	912 433	-23,75

Fonte DIPLANCO Relatório Anual da Polícia Civil - 1997
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Relativamente às receitas geradas por meio de atividades desenvolvidas pela Polícia Civil, no exercício sob análise, foram arrecadados R\$ 59.487 mil, valor este 29,68% mais elevado que o realizado em 1996, como segue

POLÍCIA CIVIL
ARRECADAÇÃO DE RECEITAS
1995/1997

					Em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	% 1997/1996	
DAME/DINP	176	466	412	-11,59	
Seções de Armas	697	1.140	1.236	8,42	
Postos de Identificação	389	194	1.942	900,00	
Trânsito					
Multas	13.405	18.939	17.746	6,30	
Outros	11.865	18.478	29.345	58,81	
Diversos	4.192	6.655	8.806	32,32	
TOTAL	30.724	45.872	59.487	29,68	

Fonte: DIPLANCO - Relatório Anual da Polícia Civil - 1997
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que diz respeito à frota de veículos, observa-se que o ano de 1990 atingiu o pico da série ao registrar 1.104 viaturas. No ano de 1997, constata-se um acréscimo de 11,05% (mais 103) em relação ao ano anterior.

Cabe assinalar que a frota mínima necessária para um eficiente desempenho das atividades policiais, conforme indica o Relatório da Polícia Civil - 1997, seria de, aproximadamente, 1.652 viaturas, o que demonstra, objetivamente, a existência de um déficit de 617 veículos.

POLÍCIA CIVIL
EVOLUÇÃO DA FROTA
1988/1997

EXERCÍCIO	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Numero de Veículos	878	846	1.104	899	856	965	937	995	932	1.035

Fonte: Relatórios Polícia Civil - 1988 a 1997 - DIPLANCO

Quanto ao ano de fabricação das viaturas que compõem a frota da Polícia Civil constituída por 1.035 veículos, constata-se que 7,83% deveriam ser desativados por apresentarem data de fabricação anterior ao ano de 1987. Evidencia-se, ainda, que 65,00% das viaturas encontram-se na faixa etária de 4 a 9 anos, aproximando-se, desse modo, do limite técnico de 04 (quatro) anos recomendado como vida útil para veículos que atuam nesse tipo de atividade. Agrega-se a isso, a escassez de recursos financeiros para a manutenção da frota, o que compromete mais a situação vigente.

POLÍCIA CIVIL
ANO FABRICAÇÃO FROTA

NÚMERO DE VIATURAS	VIATURAS EXISTENTES ANO FABRICAÇÃO						FROTA MÍNIMA NECESSÁRIA
	ANTERIOR A 1987	1987 A 1994	1995	1996	1997	TOTAL	
	81	671	53	74	156	1 035	1 662

Fonte Relatório da Polícia Civil/1997 - DIPLANCO, pág 24

Quanto ao armamento em disponibilidade pela Polícia Civil, no período de 1991/97, observa-se moderado crescimento na quantidade empregada pelo efetivo. Todavia, em 1997, a Polícia Civil contou com menos 112 armas do que dispunha em 1996, o que significou uma diminuição de 1,14% na quantidade.

POLÍCIA CIVIL
ARMAMENTO - 1991/1997

ANO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Armamento Total	7 560	8 560	9 082	8 086	8 279	9 777	9 665

Fonte Relatório Polícia Civil - 1991 a 1997 - DIPLANCO

2.2 - FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações do governo voltadas à formação intelectual, moral, cívica e profissional do homem, visando a sua preparação para o exercício consciente da cidadania, assim como a sua habilitação para uma participação eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social, à difusão e preservação da cultura"

A Secretaria de Educação foi responsável por 97,21% das despesas realizadas na Função, o restante, 2,79%, desenvolveu-se através de outros órgãos da Administração Estadual, situação que se comprova no quadro a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Nº	ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		+	+	+	+	
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
11	Secretaria da Cultura	24 424	2 42	25 797	2 71	105 62
13	Secretaria da Coordenação e do Planejamento	1 741	0 17	580	0 06	33,30
19	Secretaria da Educação	981 617	97 37	925 868	97 21	94 32
27	Conselho Estadual de Educação	383	0 04	157	0 02	40 95
	TOTAL	1 008 165	100 00	952 401	100 00	94 47

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Orçamento Anual de 1997 destinou R\$ 1 008 165 mil para dotação inicial da Função 8. No entanto, as despesas realizadas atingiram o montante de R\$ 952 401 mil, 5,53% a menos que o previsto. Tal procedimento resultou em um saldo de R\$ 55 764 mil não utilizados na Função.

Considerando o período de 1988 até 1997, em 1995, as despesas realizadas na Função atingiram o menor valor da série analisada, ao passo que, no exercício em exame, em valores constantes, constatou-se um incremento de apenas 1,41% em relação ao ano anterior, como se verifica a seguir:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1988/1997
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES *	RELATIVO BASE FIXA	VARIACÃO % ANO A ANO	PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	865 172	100,00	-	15,16
1989	1 121 452	129,62	29,62	18,74
1990	1 265 043	146,22	12,80	17,98
1991	903 310	104,41	28,59	15,72
1992	1.060 007	122,52	17,35	14,99
1993	984 809	113,83	-7,09	14,19
1994	939 377	108,58	-4,61	12,75
1995	753 030	87,04	-19,84	10,08
1996	939 191	108,56	24,72	11,15
1997	952 401	110,08	1,41	10,42

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Com relação à participação desta Função na despesa total da Administração Direta, observa-se a manutenção da tendência de redução apresentada desde 1989. Nota-se, ainda, que, em 1997, esta participação apresentou decréscimo de 0,73 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Neste sentido, o índice registrado no exercício em exame só não foi inferior ao de 1995, ano em que, em valores constantes, a despesa realizada apresentou menor valor.

Durante o exercício de 1997, a Função Educação e Cultura foi executada por 14 (quatorze) Programas, onde os recursos utilizados apresentaram o comportamento descrito na tabela a seguir.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMA	PROJETO	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT
		+ PREV EXEC	+ REALIZADA NO PROJETO	+ PREV EXEC	+ REALIZADA NA ATIVID	+ REALIZADA TOTAL	
7	Administração	1 / 1	440	2 / 2	64 237	64 678	6 79
9	Planejamento Governamental	/		1 / 1	157	157	0 02
22	Telecomunicações	/		3 / 2	6 538	6 538	0 69
41	Educação da Criança de 0 a 6 Anos	/		1 / 1	13	13	0 00
42	Ensino Fundamental	1 / 1	139	1 / 1	590 834	590 973	62 05
43	Ensino Médio	1 / 1	31	3 / 3	107 615	107 645	11 30
44	Ensino Superior	/		1 / 1	6 555	6 555	0 69
45	Ensino Supletivo	/		1 / 1	3 810	3 810	0 40
46	Educação Física e Desportos	/		1 / 1	8 081	8 081	0 85
47	Assistência a Educandos	/		3 / 3	30 393	30 393	3 19
48	Cultura	8 / 8	2 848	10 / 10	16 411	19 259	2 02
49	Educação Especial	1 / 1	55	4 / 4	3 237	3 292	0 35
75	Saúde	/		1 / 1	38 767	38 767	4 07
81	Assistência	/		2 / 2	72 241	72 241	7 59
	TOTAL	12 / 12	3 514	34 / 33	948 888	952 401	100 00

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Os Programas Típicos Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Supletivo, Educação Física e Desportos, Assistência a Educandos, Cultura e Educação Especial consumiram 80,85% do total desenvolvido na Função

Ressalta-se, porém, que, em 1997, a Função 8 - Educação e Cultura apresentou os valores pagos aos programas de Saúde (75) e de Assistência (81) de forma discriminada, sendo que a soma destes representou 11,66% do despendido na Função. Este valor adicionado ao citado anteriormente, resultou em 92,51% do realizado na Função.

Destaca-se, ainda, que as despesas realizadas no Programa Saúde corresponderam à atividade Contribuições ao IPE, enquanto as do Programa Assistência referiram-se as despesas efetuadas através das atividades Vale-Refeição e Abono-Família.

A Função Educação e Cultura apresentou movimentações nos 12 (doze) Projetos contemplados com recursos orçamentários para o exercício de 1997. No que tange às Atividades, no total de 34 (trinta e quatro) com dotação inicial, apenas uma não apresentou desenvolvimento, conforme se observa a seguir.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC X	DESPESA REALIZADA	PARTIC X	DR/DI X
1148	Contr. à Fundação Ospe para Despesas de Capital	147	0 01	335	0 04	227 94
1149	Contr. à Fundação IGTF para Despesas de Capital	734	0 07	433	0 05	59 02
1150	Contr. à Fundação Cultural P R TV p/Desp de Capital	150	0 01	78	0 01	52 07
1151	Contr. à Fundação Teatro São Pedro para Despesas de Capital	2	0 00	2	0 00	89 61
1510	Contr. à FADERS para Despesas de Capital	60	0 01	55	0 01	92 11
1519	Contr. à Fund. Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desp Capital	1 031	0 10	31	0 00	2 96
1794	Ponto dos Casais	500	0 05	500	0 05	100 00
1795	Incentivo à Cultura	3 250	0 32	841	0 09	25 89
1831	Primeira Bienal de Artes Visuais do Mercosul	200	0 02	583	0 06	291 50
1832	Piano Turístico e Cultural das Missões	76	0 01	76	0 01	99 54
2116	Contr. à Fundação Teatro São Pedro p/Despesas com Pessoa	366	0 04	373	0 04	101 80
2117	Contr. à Fundação Teatro São Pedro p/Outras Despesas Correntes	177	0 02	226	0 02	127 36
2119	Conservação do Patrimônio Cultural	620	0 06	2 869	0 30	462 00
2120	Administração no Órgão Central e Inst. Culturais Subordinadas	5 167	0 51	5 961	0 63	115 37
2121	Formulação da Política e Ação Cultural	1 167	0 12	787	0 08	67 44
2125	Contribuição à Fundação Ospe p/Despesas com Pessoa	3 939	0 39	4 209	0 44	106 87
2126	Contribuição à Fundação Ospe p/Outras Despesas Correntes	352	0 03	452	0 05	128 44
2127	Contr. à Fundação IGTF p/Despesas com Pessoa	792	0 08	861	0 09	108 66
2128	Contr. à Fundação IGTF p/Outras Despesas Correntes	224	0 02	174	0 02	77 52
2129	Contr. à Fund CPRTV p/Despesas com Pessoa	5 846	0 58	5 852	0 61	100 13
2130	Contr. à Fund CPRTV p/Outras Despesas Correntes	466	0 05	686	0 07	147 20
2176	Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Mãos Dadas	4 000	0 40	4 000	0 42	99 99
2363	Administração do Sistema Educacional	59 337	5 89	60 840	6 39	102 53
2364	Educação Infantil	580	0 06	13	0 00	2 22
2365	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	589 985	58 52	590 834	62 04	100 14
2368	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio	121 350	12 04	99 864	10 49	82 29
2371	Integração com o Ensino Superior	16 104	1 60	6 555	0 69	40 70
2372	Alfabetização de Jovens e Adultos	10 389	1 03	3 810	0 40	36 67
2373	Assistência ao Aluno	14 073	1 40	26 323	2 76	187 04
2374	Desenvolvimento da Educação Especial	1 200	0 12	168	0 02	13 98
2405	Coordenação Geral da Educação Física e do Desporto	32 310	3 20	8 081	0 85	25 01
2434	Contr. à FADERS para Despesas com Pessoa	2 140	0 21	2 249	0 24	105 06
2436	Contr. à FADERS para Outras Despesas Correntes	444	0 04	577	0 06	129 82
2437	Contr. à Fund. Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desp c/Pessoa	5 851	0 58	7 518	0 79	128 48
2438	Contr. à Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Outras Desp Cor	70	0 01	233	0 02	333 66
2458	Ordenamento e Normatização do Sistema Estadual de Ensino	383	0 04	157	0 02	40 95
2462	Publicidade	400	0 04	3 397	0 36	849 24
2557	Publicidade	160	0 02	499	0 05	312 02
2694	Contr. ao SPE	40 300	4 00	38 767	4 07	96 20
2695	Vale-Alimentação	76 311	7 57	56 311	5 91	73 79
2717	Abono Família	5 438	0 54	15 930	1 67	292 91
2723	Contr. à FRIE TVE p/pag. de Precatórios	90	0 01			
2724	Contr. à FADERS p/pag. de Precatórios	174	0 02	244	0 03	140 31
2739	Casas de Estudantes Autônomas	70	0 01	70	0 01	100 00
9111	Treinamento de Recursos Humanos SCP/FDPH Pró Quê/iba	801	0 08	440	0 05	54 96
9118	Educação Ambiental Secretaria da Educação Pró Quê/iba	940	0 09	139	0 01	14 83
	TOTAL	1 008 165	100 00	952 401	100 00	94 47

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No que concerne aos Projetos, destacam-se as seguintes situações

1795 - Incentivo a Cultura - a despesa realizada, no montante de R\$ 841 mil (25,89% inferior à dotação inicial), teve uma participação de 0,09% no total da Função,

1831 - Primeira Bienal de Artes Visuais do Mercosul - a despesa realizada, no montante de R\$ 583 mil (291,50% acima da dotação inicial), teve uma participação de 0,06% no total da Função,

1794 - Porto dos Casais - o projeto consumiu na integralidade sua dotação inicial de R\$ 500 mil, participando do total da Função na taxa de 0,05%,

1149 - Contribuição à Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - a despesa de capital apresentou despesa realizada de R\$ 433 mil,

Como fato em comum entre os Projetos retrodestacados, os quais foram responsáveis por maiores índices de participação nas despesas da Função, destaca-se que todos estão vinculados à Cultura

Quanto às Atividades, as mais representativas foram

2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - a despesa realizada, no montante de R\$ 590 834 mil (0,14% acima da dotação inicial), teve uma participação na ordem de 62,04% no total da Função,

2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio - a despesa realizada, no montante de R\$ 99 864 mil (82,29% da dotação inicial), teve uma participação na ordem de 10,49% no total da Função,

2363 - Administração do Sistema Educacional - a despesa realizada, no montante de R\$ 60 840 mil (2,53% superior à dotação inicial), teve uma participação na ordem de 6,39% no total da Função,

2695 - Vale-Refeição - a despesa realizada, no montante de R\$ 56 311 mil (73,79% da dotação inicial), teve uma participação de 5,91% no total da Função,

2694 - Contribuição ao IPE - a despesa realizada, no montante de R\$ 38 767 mil (96,20% da dotação inicial), teve participação de 4,07% no total da Função,

2373 - Assistência ao Aluno - a despesa realizada, no montante de R\$ 26 323 mil (87,04% acima da dotação inicial), teve uma participação na ordem de 2,76% no total da Função,

2717 - Abono-Família - a despesa realizada, no montante de R\$ 15 930 mil (192,91% acima da dotação inicial), teve participação 1,67% no total da Função

No exame das atividades que participaram na despesa da Função 8 - Educação e Cultura, verificou-se que a Atividade 2371 - Integração com o Ensino Superior, responsável pela concessão de bolsas rotativas de estudos através do crédito educativo - PROCRED, cuja dotação orçamentária era de R\$ 16 104 mil, realizou apenas R\$ 6 555 mil, ou seja, 40,70% do previsto

Ainda quanto a este aspecto, ressalta-se que a Constituição Estadual, artigo 201, parágrafo 3º, dispõe que o Estado deve aplicar meio por cento da Receita Líquida de Impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário, o que foi regulamentado com o Programa de Crédito Educativo (PROCRED), criado através da Lei Estadual nº 10 713, de 16 de janeiro de 1996

Assim, considerando-se que no exercício de 1997 a Receita Líquida de Impostos do Estado alcançou a cifra de R\$ 3 796 665 mil, comprova-se que o Executivo Estadual não cumpriu o dispositivo Constitucional, ficando aquém do previsto (R\$ 18 983 mil) em R\$ 12 428 mil, ou seja, realizou apenas 34,53% do valor indicado na Lei Maior

DESPESA COM ENSINO SUPERIOR - PROCRED

	Em R\$ mil
1 Receita Líquida de Impostos*	3 796 665
2 Artigo 201, parágrafo 3º da CE (0 5% do item 1)	18 983
3 Valor realizado através da Atividade 2371	6 555
4 Valor realizado a menor do que o previsto na legislação (2-3)	12 428

* Fonte BGE, vol I, fls 101 a 135

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO 8 Educação e Cultura

Em R\$ mil

Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	749 326	74 33	695 627	73 04	92 83
3113	Obrigações Patronais	44	0 00	119	0 01	271 63
3114	Diárias e Ajuda de Custo	2 675	0 27	685	0 07	25 62
3120	Material de Consumo	7 327	0 73	3 540	0 37	48 32
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1 507	0 15	640	0 07	42 43
3132	Outros Serviços e Encargos	57 086	5 66	75 913	7 97	132 98
3192	Despesas de Exercícios Anteriores			692	0 07	
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			7 788	0 82	
3211	Transferências Operacionais	20 667	2 05	23 409	2 46	113 27
3213	Contribuições Correntes	40 300	4 00	38 767	4 07	96 20
3214	Contribuições a Fundos					
3221	Transferências à União	100	0 01	100	0 01	100 00
3223	Transferências a Municípios	13 357	1 32	23 186	2 43	173 58
3231	Subvenções Sociais	20 926	2 08	11 579	1 22	55 33
3242	Transferências a Organismos Internacionais					
3253	Salário Família	5 438	0 54	15 330	1 67	292 91
3254	Apoio Financeiro a Estudantes	300	0 03	2	0 00	0 52
3291	Sentenças Judiciais	264	0 03	244	0 03	92 37
3292	Despesas de Exercícios Anteriores			1 864	0 20	
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			22	0 00	
4110	Obras e Instalações	40 668	4 03	22 463	2 40	56 22
4120	Equipamentos e Material Permanente	38 083	3 78	13 862	1 46	36 40
4192	Despesas de Exercícios Anteriores			4	0 00	
4210	Aquisição de Imóveis	456	0 05			
4270	Concessão de Empréstimos			6 470	0 68	
4311	Auxílios para Despesas de Capital	2 124	0 21	934	0 10	43 98
4321	Transferências da União			1 575	0 17	
4323	Transferências a Municípios	7 508	0 74	5 231	0 55	69 67
4331	Auxílios para Despesas de Capital	10	0 00			
4392	Despesas de Exercícios Anteriores			1 357	0 14	
	TOTAL	1 008 166	100 00	952 401	100 00	94 47

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TGE/RS

Em nível de elementos, os maiores dispêndios realizados na Função ocorreram em Pessoal Civil (73,04% do total da Função), seguido de Outros Serviços e Encargos (7,97%), Contribuições Correntes (4,07%), Transferências a Municípios (2,43%), Obras e Instalações (2,40%) e Equipamentos e Material Permanente (1,46%)

Em análise estatística do quadro acima, verifica-se que o exercício de 1997 apresentou relevante defasagem, entre os valores das dotações iniciais e os realizados, nos elementos 4110 - Obras e Instalações (56,22% do previsto) e 4120 - Equipamentos e Material Permanente (36,40% do previsto)

De outra forma, no exame do total despendido pela Administração Direta no Elemento 4110 - Obras e Instalações, verificou-se que no exercício em exame foi aplicado na Função Educação e Cultura o percentual de 18,29%, enquanto que nos exercícios de 1996, 1995, 1994 e 1993 estes percentuais ficaram, respectivamente, em 48,51%, 29,17%, 94,14% e 93,97%, demonstrando, assim, que após o pequeno acréscimo ocorrido no ano de 1996, a tendência ao declínio da participação deste elemento na Função voltou a ser executada. Nota-se, ainda, que o percentual do exercício de 1997 é o mais baixo apresentado até então

	Em R\$ mil	
	PREVISTO	REALIZADO
Total na Despesa da Adm Direta Estadual	111 672	124 986
Total na Despesa da Função 8 - Educ e Cultura	40 668	22 863
Participação da Função 8 s/Total Adm Direta (%)	36,42	18,29

Fonte Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A Lei Fundamental do Estado, parágrafo 2º, artigo 202, dispõe que não menos de 10 (dez) por cento dos recursos destinados ao ensino, previsto no "caput" do artigo, devem ser aplicados na manutenção e conservação das Escolas Públicas Estaduais, de forma a criar condições que lhe garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade

	Em R\$ mil
1 Receita Líquida de Impostos	3 796 665
2- Art 202 da CE - 35% do item 1	1 328 832
3- Parágrafo 2º - 10% do item 2	132 883
4- Valor realizado através do elemento 4110	22 863

Neste sentido, verifica-se que o elemento 4110 - Obras e Instalações, onde devem ser inscritos os dispêndios relativos aos procedimentos retrocitados, registrou que a despesa realizada no ano de 1997 alcançou apenas R\$ 22 863 mil, ou seja, o montante realizado representa 1,72% de R\$ 1 328 832 mil e 17,21% do valor que a Constituição Estadual preconizou como obrigatório (R\$ 132 883 mil)

Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O percentual mínimo fixado pela Constituição Federal, em seu art 212, para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público, é de 25% da receita resultante de impostos, incluídos os provenientes de transferências da União e excluídas as receitas que o Estado deve transferir aos Municípios por determinação constitucional Já a Constituição Estadual, no art. 202, determina o mínimo de 35%

Para o exercício de 1997

	Em R\$ mil
1 Receita Líquida de Impostos	3 796 665
1 1 - Art 212 da CF (25% do item 1)	949 166
1 2 - Art 202 da CE (35% do item 1)	1 328 832

Fonte BGE, vol I, fls 101 a 135

De acordo com os dados apresentados no B G E (vol I), o Estado aplicou, no exercício sob exame, a quantia de R\$ 1 318 066 mil, assim discriminada

Em R\$ mil		
FUNÇÃO	TOTAL DA DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO DO RECURSO 002
08 Educ e Cultura	952 401	823 665
13-Secret Coord e Planej	4 127	565
15-Assist e Previd	492 580	492 580
Total do Recurso 002 Manut e Desenv do Ensino		
(+)Amort e Custeio Op Credito Relac com Ensino		1 316 981
		1 085
TOTAL APLIC NA MANUT E DESENV DO ENSINO PÚBLICO		1 318 066
Fonte BGE vol I, fls 108 a 134, vol IV fls 73 e 74		

Na totalidade do Recurso 002 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, estão incluídos os gastos realizados com o mesmo na Função 15 - Assistência e Previdência, os quais se constituem em Encargos Financeiros do Estado e não guardam relação com a atividade operacional. No entanto, destaca-se que tais dispêndios foram adicionados aos gastos com Educação, tendo como suporte o Parecer nº 8 648/91 - PGE, com posição favorável à vigência da Lei Federal nº 7 348/85, que, em seu art 6º, § 1º e alíneas, definiu as despesas a serem consideradas em "manutenção e desenvolvimento do ensino".

O montante de R\$ 492 580 mil referente aos proventos dos inativos da SEC representou 37,37% do valor global aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No exercício em exame, o Estado aplicou R\$ 1 318 066 mil, montante que corresponde a 34,72% da Receita Líquida de Impostos (R\$ 3 796 665 mil), na manutenção e desenvolvimento do ensino público. O valor aplicado ficou 0,28 pontos percentuais aquém do estabelecido na Constituição Estadual e 9,72 além do estabelecido na Constituição Federal.

Em relação ao exercício anterior, quando as despesas somaram R\$ 1 118 166 mil, constatou-se um aumento de 17,87% no total despendido.

2.2.1 - PROGRAMA 42 - ENSINO FUNDAMENTAL

"Este Programa envolve o conjunto de ações que visam proporcionar o ensino regular de primeiro grau destinado à formação da criança e do pré-adolescente, independentemente de sua aptidão física ou intelectual".

Como verificado anteriormente, este programa contou com dotação inicial de R\$ 589 985 mil (58,52% dos recursos totais da Função 8 - Educação e Cultura). Entretanto, na despesa realizada, os dispêndios com o Ensino Fundamental somaram R\$ 590 834 mil (62,04% dos R\$ 952 401 mil consumidos na Função)

Constatou-se, também, que quase a totalidade da execução deste Programa realizou-se através da Secretaria da Educação (99,98%), e o restante coube à Secretaria da Coordenação e do Planejamento (0,02%). A Secretaria da Justiça e da Segurança, embora apresentasse dotação inicial no valor de R\$ 6 113 mil, correspondente a 1,02% dos recursos previstos, não efetuou despesas

Observou-se, ainda, que as despesas realizadas através da Secretaria da Coordenação e do Planejamento ficaram 85,17% aquém do previsto, enquanto as efetivadas pela Secretaria da Educação superaram 0,14% a dotação inicial

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Nº	ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
12	Secretaria da Justiça e da Segurança	6 113	1 02			
13	Secretaria da Coordenação e do Planejamento	940	0,16	139	0 02	14 83
19	Secretaria da Educação	589 985	98 82	590 834	99 98	100 14
	TOTAL	597 037	100 00	590 973	100 00	98 98

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No Orçamento Anual de 1997, estava previsto que o programa contaria com a participação das seguintes Funções. Função 6 - Defesa Nacional e Segurança Pública, sem movimentação no exercício e Função 8 - Educação e Cultura, com despesas no valor de R\$ 590 973 mil

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Em R\$ mil

Nº	FUNÇÃO	PROJETO + - - - - PREV EXEC	DESPESA REALIZADA NO PROJETO	ATIVIDADE + - - - - PREV EXEC	DESPESA REALIZADA NA ATIVID	DESPESA REALIZADA TOTAL	PARTIC PERCENT S/TOTAL
6	Defesa Nacional e Segurança Públ	/		1 /			0 00
8	Educação e Cultura	1 / 1	139	1 / 1	590 834	590 973	100 00
	TOTAL	1 / 1	139	2 / 1	590 834	590 973	100 00

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

As despesas no Programa Ensino Fundamental, nos últimos dez anos, quando analisadas em valores constantes e tendo por base o ano de 1988, demonstraram que os menores dispêndios ocorreram nos anos de 1994 e 1995, sendo este último o de pior desempenho

Neste aspecto, observou-se que a despesa realizada no exercício de 1997 apresentou declínio de 11,20% em relação ao ano anterior. Notou-se, também, que o valor despendido no ano em exame retornou às cifras realizadas no ano-base, ou seja, o de dez anos atrás

Quanto à participação do Programa nos dispêndios totais do Estado, constatou-se que o ano de 1997 registrou a volta da tendência declinante apresentada a partir do ano 1989, situação que se evidencia com a redução de 1,44 pontos percentuais em relação ao ano anterior e com o registro do menor índice de participação da série em tela (6,46%)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	589 488	100 00		10 33
1989	776 594	131 74	31 74	12 98
1990	897 379	152,23	15 55	12 75
1991	606 230	102 84	32,44	10 55
1992	765 761	129 90	26 32	10 83
1993	695 415	117 97	9,19	10 02
1994	561 410	95 24	19 27	7,62
1995	489 031	82 96	12 89	6 55
1996	665 520	112 90	36,09	7 90
1997	590 973	100 25	11 20	6 46

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS
*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

No Programa Ensino Fundamental, destaca-se a Atividade 2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental com 99,98% do total das despesas realizadas, como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	Em R\$ mil				
		DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
2365	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	589 985	98,82	590 834	99,98	100,14
2713	Segurança nas Escolas	6 113	1,02			
9118	Educação Ambiental - Secretaria da Educação - Pró-Guaíba	940	0,16	139	0,02	14,83
	TOTAL	597 037	100,00	590 973	100,00	98,98

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Neste Programa, o Elemento Pessoal Civil representou 83,62% em relação ao volume de recursos realizados, seguido de Outros Serviços e Encargos (7,73%), Transferências a Municípios (2,53%) e Obras e Instalações (2,41%), conforme o demonstrativo a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 42 Ensino Fundamental

Nº	ELEMENTO	Em R\$ mil				
		DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	502 322	84,14	494 185	83,62	98,38
3112	Pessoal Militar	5 866	0,98			
3113	Obrigações Patronais	24	0,00	72	0,01	297,23
3114	Diárias e Ajuda de Custo			212	0,04	
3120	Material de Consumo	902	0,15	52	0,01	5,71
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	109	0,02	223	0,04	205,34
3132	Outros Serviços e Encargos	41 457	6,94	45 685	7,73	110,20
3192	Despesas de Exercícios Anteriores			50	0,01	
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			6 078	1,03	
3223	Transferências a Municípios	10 057	1,68	14 936	2,53	148,52
3231	Subvenções Sociais			175	0,03	
3242	Transferências a Organismos Internacionais					
3254	Apoio Financeiro a Estudantes			2	0,00	
3292	Despesas de Exercícios Anteriores			203	0,03	
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			19	0,00	
4110	Obras e Instalações	7 418	1,24	14 251	2,41	192,10
4120	Equipamentos e Material Permanente	25 500	4,27	11 259	1,91	44,15
4192	Despesas de Exercícios Anteriores			3	0,00	
4210	Aquisição de Imóveis	182	0,03			
4321	Transferências da União			1 575	0,27	
4323	Transferências a Municípios	3 200	0,54	1 995	0,34	62,34
	TOTAL	597 037	100,00	590 973	100,00	98,98

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Com a finalidade de observar o desempenho do Estado no setor educacional, no que se refere ao Ensino Fundamental, examinou-se o comportamento de algumas variáveis físicas e organizacionais registradas no exercício de 1997, e comparou-se com os dados apresentados nos últimos anos.

A seguir, de forma sucinta, demonstra-se a tabulação e análise dos dados disponíveis. Este trabalho analisou em partes do universo em exame, sem considerar a divisão existente entre áreas urbanas e rurais, e, na medida do possível, avaliando as principais variáveis selecionadas.

ENSINO FUNDAMENTAL

A evolução das matrículas, a aplicação dos recursos organizacionais e as taxas de evasão e reprovação dos exercícios compreendidos no período entre 1992 e 1997 podem ser observadas a seguir.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO					
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Matrículas Iniciais (nº)	880 010	904 585	952 145	947 943	961 878	954 287
Prof. em Exercício (nº) *	69 797	58 109	61 015	59 563	86 114 *	81 568
Regente de Classe (nº)	51 557	47 694	52 518	51 820	57 305	53 543
Prof. sem Regência (nº) **	18 230	10 415	8 417	13 378		
Estab. de Ensino (nº)	3 211	3 441	3 380	3 316	3 292	3 220
Salas de Aula (nº) ***	35 263	36 926		38 711	38 638	37 928
Taxa de Evasão (%)	17,04	14,32	13,37	7,33	7,15	6,0
Taxa de Reprovação (%)				20,93	18,94	15,86
Relação Aluno/Regente	17	19	18	18	17	18
Relação Aluno/Sala de Aula	25	25		24	25	25

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

* A partir de 1996 - informado apenas o total de professores

** A partir de 1996 - não foi informado

*** Considerados os três turnos

Não informados

As Matrículas Iniciais da dependência estadual, no exercício de 1997, totalizaram 954 287, registrando decréscimo de 0,79% em relação a 1996.

DADOS CONSOLIDADOS ENSINO REGULAR DE 1º GRAU (FUNDAMENTAL) MATRÍCULAS INICIAIS PERÍODO DE 1988/97

ANO	MATRÍCULAS INICIAIS						PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
	ESTADUAL		PARTICULAR		TOTAL		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANTIDADE	VAR. %	QUANTIDADE	VAR. %	QUANTIDADE (**)	VAR. %		
1988	755 889	3,18	222 527	2,81	1 477 021	3,65	51,18	15,07
1989	791 298	4,68	215 648	3,09	1 531 265	3,67	51,68	14,08
1990	811 670	2,57	216 363	0,33	1 575 379	2,88	51,52	13,73
1991	826 903	1,88	213 631	1,26	1 623 141	3,03	50,94	13,16
1992(*)	880 010	6,42	187 444	12,26	1 668 341	2,78	52,75	11,24
1993(*)	904 585	2,79	179 348	4,32	1 675 386	0,42	54,00	10,70
1994(*)	952 145	5,25	174 546	2,68	1 709 738	2,05	55,69	10,21
1995(*)	947 943	0,44	183 470	5,11	1 716 863	0,42	55,21	10,69
1996	961 878	1,47	178 416	2,75	1 738 014	1,23	55,34	10,27
1997	954 287	0,79	170 563	4,40	1 743 913	0,34	54,72	9,78

Fonte: Secretaria da Educação - Unidade de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C (Calendário Rotativo)

(**) Inclui dependência Federal e Municipal

Verificou-se, no período de 1994 a 1997, que a distribuição percentual das Matrículas Iniciais do Ensino Fundamental apresentou pouca oscilação entre os mantenedores, ou seja, Estado, Município, União e Entidades Privadas

MANTENED	MATRÍCULAS INICIAIS				ENSINO FUNDAMENTAL			
	1994(*)	%	1995(*)	%	1996	%	1997	%
ESTADUAL	932 679	55,18	941 192	55,09	961 878	55,34	954 287	54,72
PARTICULAR	174 546	10,33	183 470	10,74	178 416	10,27	170 563	9,78
MUNICIPAL	581 415	34,40	582 243	34,08	596 857	34,34	618 164	35,45
FEDERAL	1 632	0,10	1 515	0,09	863	0,05	899	0,05
TOTAL	1 690 272	100,00	1 708 420	100,00	1 738 014	100,00	1 743 913	100,00

Fonte: Secretaria da Educação Unidade de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C (Calendário Rotativo) O número de matrículas iniciais diverge da tabela do ano anterior devido a alterações dos dados que foram realizadas pela SEC no decorrer deste exercício

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Nas tabelas anteriores, constata-se tendência crescente no total das Matrículas Iniciais No exercício em exame, o acréscimo sobre o ano anterior foi de 0,34%, já, em relação ao ano-base (1994), o incremento foi de 3,17%

No ano de 1995, último em que o Ensino Público contou com o calendário rotativo, os estabelecimentos Privados registraram significativo aumento no número de Matrículas Iniciais No entanto, nos anos subseqüentes, observam-se sucessivas quedas, sendo que, no exercício de 1997, houve uma redução de 4,40% em relação ao ano anterior

A dependência Estadual vinha incrementando suas matrículas, anualmente, desde 1987, sendo que, no exercício de 1992, com a implantação do calendario rotativo, houve crescimento de 6,42% em relação ao ano de 1991 Com o final deste sistema no ano de 1995, constatou-se decréscimo de 0,44% em relação ao ano anterior O ano de 1996 apresentou um aumento de 1,47%, enquanto 1997 registrou, novamente, uma diminuição nas Matrículas Iniciais (0,79%)

Dos quadros retrodestacados, ressalta-se que os estabelecimentos vinculados ao Estado foram responsáveis por mais da metade das Matrícula Iniciais do Ensino Fundamental (54,72%), seguidos pelos mantidos com recursos Municipais, com participação de 35,45%, e os Particulares com 9,78%

A partir de 1996, conforme informação da Secretaria de Educação, através do Departamento de Planejamento - Divisão de Informática, o número de professores

em exercício passou a ser coletado de forma a abranger o total real (Pré-Escolar + 1º e 2º Graus) e não da maneira tabulada até 1995, ou seja, professor em exercício por grau escolar. Com relação aos professores sem regência de classe, não existe mais a coleta deste dado por parte da Secretaria. Dessa forma, fica prejudicado o estudo da série até então apresentada (exercício de 1995)

REGENTES DE CLASSE
ENSINO FUNDAMENTAL
PERÍODO DE 1988/97

ANO	REGENTES DE CLASSE				ALUNOS POR REGENTE	
	ESTADUAL		PARTICULAR		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %		
1988	51 642	1 41	10 967	0 27	14 64	20,29
1989	52 003	0 70	10 719	2 26	15 22	20 12
1990	55 686	7 08	10 835	1 08	14 58	19 97
1991	51 307	7 86	10 688	1 36	16 12	19 99
1992(*)	51 567	0 51	10 523	1 54	17 07	17 81
1993(*)	47 694	7 51	10 146	3 58	19 00	18 00
1994(*)	52 519	10 12	10 039	1,05	18 13	17 39
1995(*)	51 820	1 33	10 610	5 69	18 29	17 29
1996	57 305	10 58	11 700	10 27	16 79	15 25
1997	53 543	6 56	11 555	1 23	18 00	15 00

Fonte: Secretaria da Educação - Unidade de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Sobre esse aspecto, destaca-se que Regente de Classe é o professor que exerce função docente (professor em sala de aula). Pelo demonstrativo acima, pode-se observar que o aumento na quantidade de regentes apresentado no exercício de 1996 não se manteve no ano em análise. Pelo contrário, constatou-se um decréscimo de 6,56%.

Quanto à relação Aluno/Regente de Classe, que representa o número de alunos por professor em sala de aula, a série em análise mostra que 1997 voltou a apresentar aumento no índice, enquanto em dependências Particulares a tendência decrescente continuou em evidência.

De outra forma, ao comparar os números retrocitados com o espectro geral do Ensino Fundamental, no período 1994 a 1997, observa-se que o Estado é o mantenedor com maior redução de professores regentes no ano de 1997. Já, as dependências Particulares apresentaram uma pequena queda, enquanto as pertencentes à rede Municipal mantiveram a tendência crescente.

ENSINO FUNDAMENTAL												
ANO	REGENTES DE CLASSE								ALUNOS/REGENTES			
	EST	%	PART	%	MUN	%	FED	%	EST	PART	MUN	FED
1994	51 519		10 039		36 418		128		18	17	16	13
1995	51 447	0,14	10 610	5,69	35 410	0,02	105	18,00	18	17	16	14
1996	57 305	11,39	11 700	10,27	38 616	9,05	166	58,10	17	15	15	5
1997	53 543	6,56	11 555	1,24	38 922	0,79	85	49,00	18	15	16	11

Fonte: Secretaria de Educação - Unidade de Informática

Neste sentido, cabe observar que a promulgação da Lei Federal nº 9 394, responsável pela regulamentação de novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ocorrida em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu que os Municípios devem oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental (art 11, inciso V)

O Estado, segundo a mesma Lei, ficou com a atribuição de assegurar o Ensino Fundamental e, com prioridade, o Ensino Médio (art 10, inciso VI)

Portanto, em face das novas condições que a Lei impôs aos Governos Municipais e Estaduais, ressalta-se que nos próximos anos devem ocorrer modificações substantivas na aplicação dos recursos destinados ao Ensino

TAXA DE EVASÃO ENSINO FUNDAMENTAL PERÍODO DE 1988/97					
ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1988	8,37	10,73	10,19	7,95	2,98
1989	8,36	17,72	10,19	8,10	2,17
1990	7,35	12,77	9,02	6,96	1,99
1991	7,11	11,48	8,98	6,42	1,62
1992	6,68	13,08	17,04	6,28	1,12
1993	6,67	9,62	14,32	6,11	1,11
1994	12,88	10,72	13,37	5,67	1,01
1995	5,86	9,31	7,34	4,88	1,15
1996	5,69	1,39	7,15	4,71	0,95
1997	4,72	0,11	6,00	3,81	0,70

Fonte: Secretaria de Educação - Unidade de Informática

A tabela anterior demonstra a Taxa de Evasão de alunos matriculados no Ensino Fundamental em todas as dependências

A análise em tela demonstra que as maiores Taxas de Evasão encontraram-se nas dependências Estadual e Municipal, seguidas pela rede Particular e, por fim, com as menores Taxas de Evasão, aparece a rede Federal. As duas últimas com taxas inferiores a 1% (um por cento).

Verifica-se, ainda, que a Taxa Total de Evasão no Ensino Fundamental atingiu o ápice no ano de 1994, enquanto que nos estabelecimentos estaduais, o maior índice foi registrado em 1992, fato que foi atribuído a soma das taxas isoladas que aconteceram nos três calendários.

Por fim, destaca-se que, no confronto do exercício em exame com o anterior, todas as mantenedoras de estabelecimentos de Ensino registraram queda na Taxa de Evasão Escolar, situação que se reflete na obtenção da menor Taxa Total de Evasão do período em análise.

2.2.2 - PROGRAMA 43 - ENSINO MÉDIO

"Conjunto de ações que visam assegurar ao jovem a habilitação profissional de nível médio, objetivando a formação de mão-de-obra qualificada e o acesso ao ensino superior".

A execução do Programa Ensino Médio foi efetuada, na sua totalidade, pela Secretaria de Educação, através de 01 (um) Projeto e 03 (três) Atividades.

Para a execução deste Programa foram previstos, inicialmente, recursos no montante de R\$ 128 302 mil. Durante o exercício de 1997, as despesas realizadas atingiram o valor de R\$ 107 645 mil.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1997 PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO PROGRAMA 43 - Ensino Médio

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	
19	Secretaria da Educação	128 302	100 00	107 645	100 00	83 90
	TOTAL	128 302	100 00	107 645	100 00	83 90

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Do Programa Ensino Médio, participou somente a Função Educação e Cultura, através de 01 (um) Projeto e 03 (três) Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

Nº	FUNÇÃO	PROJETO	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC
		+ PREV EXEC	REALIZADA NO PROJETO	+ PREV EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	
8	Educação e Cultura	1 / 1	31	3 / 3	107 615	107 645	100 00
	TOTAL	1 / 1	31	3 / 3	107 615	107 645	100 00

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

A participação do Programa Ensino Médio no total despendido pela Administração Direta Estadual, no período de 1988/97, demonstrou tendência decrescente de 1989 a 1995, sendo que, em 1996, ocorreu recuperação (0,07 pontos percentuais sobre o ano anterior) e, no período em análise, uma nova queda (0,14 pontos em relação ao ano anterior)

Quando analisada em termos de valores constantes, considerando como base o ano de 1988, constata-se que após o significativo aumento apresentado no ano de 1996 (18,86%), em 1997, a despesa realizada no Programa 43 - Ensino Médio apresentou redução de 3,27% em comparação ao ano anterior

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	105 773	100 00		1 85
1989	148 926	140 80	40 80	2,49
1990	147 128	139 10	1,21	2,09
1991	104 231	98 54	29 16	1 81
1992	106 055	100 27	1 75	1 50
1993	106 786	100 96	0 69	1 54
1994	100 882	95 38	5 53	1,37
1995	93 626	88 52	7 19	1 25
1996	111 287	105 21	18 86	1 32
1997	107 645	101 77	3,27	1,18

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS
*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

O Programa Ensino Médio foi desenvolvido através dos seguintes Projetos e Atividades

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1519	Contr. à Fund. Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Desps Capital	1 031	0 80	31	0 03	2 96
2368	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio	121 350	94 58	99 864	92 77	82 29
2437	Contr. à Fund. Liberato Salzano Vieira da Cunha p/Desps c/Pessoal	5 851	4 56	7 518	6 98	128 46
2438	Contr. a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha P/Outras Desp Cor	70	0 05	233	0 22	333 66
	TOTAL	128 302	100 00	107 645	100 00	83 90

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Em face da tabela em exame, observa-se que a despesa realizada de R\$ 107 645 mil representou 83,90% da dotação inicial, sendo que desta R\$ 99 864 mil (92,77%) foram despendidos através da Atividade 2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio, e os restantes R\$ 7 782 mil (7,33%) foram gastos em Projetos e Atividades ligadas à Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha

Atividade nº 2 368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio

"... visa manter os recursos humanos necessários para o funcionamento da rede estadual de ensino médio".

Nessa Atividade, observa-se que a participação mais significativa foi a do Elemento 3111 - Pessoal Civil no montante da despesa realizada à conta do Programa Ensino Médio, em 1997, na ordem de 83,30%, conforme se verifica na tabela que segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO PROGRAMA 43 Ensino Médio

Em R\$ mil

Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	108 013	84 19	89 667	83 30	83 01
3113	Obrigações Patronais	5	0 00	14	0 01	289 30
3120	Material de Consumo	340	0 26	5	0 00	1 47
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	100	0 08	91	0 08	91 35
3132	Outros Serviços e Encargos	2 145	1 67	4 486	4 17	209 08
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			832	0 77	
3211	Transferências Operacionais	5 921	4 61	7 751	7 20	130 90
3231	Subvenções Sociais			125	0 12	
3242	Transferências a Organismos Internacionais			2	0 00	
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			2 701	2 51	108 05
4110	Obras e Instalações	2 500	1 95	1 941	1 80	23 54
4120	Equipamentos e Material Permanente	8 247	6 43	31	0 03	2 96
4311	Auxílios para Despesas de Capital	1 031	0 80			
	TOTAL	128 302	100 00	107 645	100 00	83 90

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A seguir, analisa-se o desempenho estadual no Ensino Médio. Alerta-se, entretanto, que foi utilizada a mesma metodologia e indicadores empregados na avaliação do Ensino Fundamental com as mesmas limitações.

Sabenta-se que ficou prejudicada a continuidade da análise realizada nos trabalhos anteriores em decorrência da mudança de metodologia adotada na coleta de dados por parte da Secretaria de Educação.

ENSINO MÉDIO

No quadro a seguir registra-se a evolução das matrículas iniciais, a utilização de recursos humanos e físicos, e taxas que possibilitem inferir sobre a qualidade do Ensino Médio no período de 1992 a 1997.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO					
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Matrículas Iniciais (n°)	183.166	200.507	223.117	231.932	261.407	286.144
Prof. em Exercício (n°) *	21.526	17.798	19.379	19.112	86.114 *	81.568*
Regente de Classe (n°)	14.161	13.213	15.108	15.088	15.757	15.240
Prof. sem Regência (n°) **	7.365	4.586	4.271	5.269		
Estab. de Ensino Utilizados (n°)	540	557	568	551	548	578
Salas de Aula Utilizadas (n°)	6.018	6.710		7.559	8.157	8.631
Taxa de Evasão (%)	33,63	25,37	22,37	16,90	15,97	13,62
Taxa de Reprovação (%)				23,42	20,82	14,99
Relação Aluno/Regente	12,93	15,17	14,77	15,37	16,59	18,78
Relação Aluno/Sala de Aula	30,44	29,88		30,68	32,04	33,15

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

* A partir de 1996 fornecido em totais

** A partir de 1996 não foi fornecido

Não informados

As Matrículas Iniciais registradas na dependência Estadual tiveram um incremento na ordem de 9,46%, de 1996 para 1997, sendo que neste último atingiram a soma de 286.144 matrículas.

DADOS CONSOLIDADOS ENSINO MÉDIO
MATRÍCULAS INICIAIS
PERÍODO DE 1988/97

ANO	MATRÍCULAS INICIAIS						PARTICIPAÇÃO NO TOTAL(%)	
	ESTADUAL		PARTICULAR		TOTAL		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANTIDADE	VAR %	QUANTIDADE	VAR %	QUANTIDADE(**)	VAR %		
1988	134 286	6,76	66 172	1 68	212 546	4 29	63,18	31 13
1989	142 535	6,14	63 143	4 58	218 202	2 66	65 32	28 94
1990	146 972	3,11	62 468	1 07	221 318	1 43	66 41	28 22
1991	152 894	4,03	61 210	2,01	227 300	2 70	67 26	26 93
1992(*)	183 166	19 80	57 713	5,71	254 148	11 81	72 07	22 71
1993(*)	200 507	9 47	61 373	6 34	276 356	8,74	72 55	22 21
1994(*)	223 117	11 28	66 001	7 54	303 671	9 88	73 47	21,73
1995(*)	231 932	3,95	75 157	13 87	321 463	5 86	72 15	23 38
1996	261 407	12 71	80 764	7,46	357 604	11,24	73 10	22 58
1997	286 144	9 46	84 854	5 06	387 416	8 33	73 86	21,90

Fonte: Secretaria da Educação Departamento de Planejamento/Divisão de Informática

(*) Inclui calendários A, B e C

(**) Inclui dependências Federal e Municipal

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Na tabela acima, observa-se a evolução e comportamento das Matrículas Iniciais no Ensino Médio nas dependências Estadual e Particular e a respectivas participações no Total do Estado

Das tabelas retrodestacadas, salienta-se que o ano de 1992 caracterizou-se por ser o de maior incremento percentual em relação ao anterior (11,81%). Tal fato pode ter sido originado pela soma indiscriminada das Matrículas Iniciais dos três calendários que foram implementados naquele exercício

A seguir, apresenta-se a distribuição das Matrículas Iniciais entre as diversas mantenedoras que se responsabilizam pelo Ensino Médio no Estado, ou seja, as Entidades Particulares, as Escolas Municipais e as pertencentes ao governo Estadual e Federal, no intervalo de 1994 a 1997

MATRÍCULAS INICIAIS ENSINO MÉDIO									
MANTENED	1994	%	1995	%	1996	%	1997	%	
ESTADUAL	217 060	72 93	230 304	72 01	261 407	73 10	286 144	73 86	
PARTICULAR	66 001	22 18	75 157	23 50	80 764	22 58	84 854	21 90	
MUNICIPAL	4 745	1 59	4 916	1,54	5 342	1 49	5 760	1 49	
FEDERAL	9 808	3 30	9 458	2 96	10 091	2,82	10 658	2 75	
TOTAL	297 614	100 00	319 835	100 00	357 604	100 00	387 416	100,00	

Fonte: Secretaria da Educação Unidade de Informática

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Assim sendo, observa-se que nesse nível de ensino as Matrículas Iniciais Totais são historicamente bem inferiores ao ensino fundamental. No entanto, no período de 1994 a 1997, houve um incremento no número de matrículas na ordem de 30,17%. O Estado, que respondeu por 73% das matrículas (em média), foi o que, quantitativamente, mais contribuiu na obtenção desse índice, visto que as escolas estaduais registravam um acréscimo de 31,82% no período.

Em relação ao ano anterior, constata-se que o número de Matrículas Iniciais apresentou crescimento em todas as mantenedoras, destacando-se as Escolas Estaduais com 9,46% e as Entidades Particulares com 5,06%, que, juntas, correspondem a 95% do total.

Embora a participação total das duas maiores mantenedoras venha se mantendo estável no período em exame (em torno de 95%), identifica-se que, no último decênio, o acréscimo de pontos percentuais na participação das Matrículas Iniciais de Ensino Médio do Estado ocorreu na medida em que se reduzia a participação das Entidades Particulares.

PARTICIPAÇÃO NAS MATRÍCULAS INICIAIS DO ENSINO MÉDIO 1988 1997			
ANO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)		
	ESTADUAL	PARTICULAR	EST + PART
1988	63,18	31,13	94,21
1997	73,86	21,90	95,76

Quanto à verificação do número de professores que não estão atuando em sala de aula, reforça-se o comentário realizado quando da análise do Ensino Fundamental. Ocorre que, a partir de 1996, conforme informa a Secretaria de Educação, através do Departamento de Planejamento - Divisão de Informática, o número de professores em exercício passou a ser coletado abrangendo o total real (Pré-Escolar + 1º + 2º Graus) e não da maneira até então tabulada, ou seja, professor em exercício por Grau de Ensino. Com relação aos professores sem regência de classe, não existe mais a coleta deste dado. Dessa forma, fica inviabilizada a sequência do estudo da série apresentada até o exercício de 1995.

REGENTES DE CLASSE
ENSINO MÉDIO
PERÍODO DE 1988/97

ANO	REGENTES DE CLASSE				ALUNOS POR REGENTE	
	ESTADUAL		PARTICULAR		ESTADUAL	PARTICULAR
	QUANT	VAR %	QUANT	VAR %		
1988	12 135	2 18	5 859	3,30	11 07	11,29
1989	12 779	5 31	5 731	2,18	11 15	11,02
1990	14 233	11 38	5 762	0 54	10 33	10,84
1991	13 408	5,80	5 700	1,08	11,40	10 74
1992(*)	14 161	5 62	5 798	1 72	13 00	10 00
1993(*)	13 213	6 69	5 871	1 26	15 17	10 45
1994(*)	15 108	14 34	6 094	3 80	14 77	10 83
1995(*)	15 088	0,13	6 399	5 00	15 37	11,75
1996	15 757	4,43	7 179	12,19	16,59	11,25
1997	15 240	3,28	7 454	3,83	18,77	11,38

Fonte Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/
Divisão de Informática

(*) Inclui calendários A B e C

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Acima, encontra-se a demonstração dos Regentes de Classe do Ensino Médio Estadual e Particular e do número de Alunos por Regente

Em termos absolutos, observa-se uma tendência crescente de Regentes de Classe na dependência Estadual até 1990, passando a oscilar a partir de 1991. Já na dependência Particular, visualiza-se uma oscilação negativa até 1991, ano que atinge a menor quantidade de professores regentes

Na análise do exercício de 1997 em relação ao ano anterior, verifica-se que o Estado apresentou um decréscimo de 3,28% de professores regentes, enquanto as Escolas Particulares registraram um aumento de 3,83%

Com referência à relação Alunos por Regente, percebe-se que, na dependência Estadual, este número, no decênio demonstrado, tendeu ao aumento, enquanto que, na rede Particular, esta relação foi mais ou menos estável. O exercício de 1997 registrou aproximadamente, 19 Alunos/Regente na dependência Estadual e 11 na Particular

TAXA DE EVASÃO
ENSINO MÉDIO DE 2º GRAU
PERÍODO DE 1988/97

ANO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR

1988	16,93	10,15	21,10	21,70	9,02
1989	18,80	10,52	23,39	17,19	9,62
1990	17,78	9,85	22,01	22,54	8,49
1991	16,10	12,95	19,82	15,00	7,01
1992	15,12	9,84	33,63	13,27	5,18
1993	15,32	10,09	25,37	15,45	5,58
1994	12,88	9,62	13,71	14,45	4,80
1995	13,96	10,34	16,91	13,52	5,20
1996	12,95	7,57	15,97	10,61	3,80
1997	11,11	8,09	13,62	6,17	3,21

Fonte: Secretaria da Educação - Departamento de Planejamento/
Divisão de Informática

Pelas Taxas de Evasão demonstradas acima, observa-se o alto número de estudantes que abandonam ou são levados a abandonar os estudos no Segundo Grau em todas as dependências

Ao longo da série supramencionada, verifica-se que esse índice tem sido mais acentuado nas dependências pertencentes ao Estado, circunstância que pode encontrar explicação no fato de o Estado ser o responsável pelo atendimento da classe menos favorecida da população

De outra forma, ao observar o total de matrículas iniciais registradas no ensino Fundamental e Médio, percebe-se a expressividade das atribuídas ao Estado, o que significa aumento de responsabilidade do Governo na formação e preparação de seus cidadãos

Já no exercício sob exame, a Taxa Total de Evasão coletada foi a mais baixa do período em tela, sendo que, com exceção das Escolas Federais, todas as dependências escolares registraram redução na taxa

Ainda sobre essa matéria, denota-se que o índice mais elevado da Taxa de Evasão escolar permaneceu nos estabelecimentos mantidos pelo Estado (13,62%), seguido pelos estabelecimentos Federais (8,09%), Municipais (6,17%) e Particulares (3,21%)

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

Utilização dos recursos físicos (salas de aula)

ANO	TURNO	SALAS DE AULA			
		EXISTENTES	UTILIZADAS	OCIOSAS	OCIOSIDADE(%)
1	MANHÃ	24 379	20 449	3 930	16 12
9	TARDE	24 379	19 058	5 321	21 83
9	NOITE	24 379	5 485	18 894	77 50
2	TOTAL	73 137	44 992	28 145	38 48
	M+T	48 758	39 507	9 251	18 97
1	MANHÃ	25 544	21 402	4 142	16 22
9	TARDE	25 544	20 002	5 542	21 70
9	NOITE	25 544	6 684	18 860	73 83
3	TOTAL	76 632	48 088	28 544	37 25
	M+T	51 088	41 404	9 684	18 96
1	MANHÃ	26 641	22 356	4 285	16 08
9	TARDE	26 641	21 161	5 480	20,57
9	NOITE	26 641	6 708	19 933	74,82
4	TOTAL	79 923	50 225	29 698	37,16
	M+T	53 282	43 517	9 765	18 37
1	MANHÃ	26 802	22 692	4 110	15 33
9	TARDE	26 802	21 230	5 572	20 79
9	NOITE	26 802	6 646	20 156	75 20
5	TOTAL	80 406	50 568	29 838	37 11
	M+T	53 604	43 922	9 682	18 06
1	MANHÃ	27 305	23 037	4 268	15 63
9	TARDE	27 305	21 791	5 514	20 19
9	NOITE	27 305	7 188	20 117	73 68
6	TOTAL	81 915	52 016	29 899	36 50
	M+T	54 610	44 828	9 782	17 91
1	MANHÃ	27 320	22 896	4 334	15 86
9	TARDE	27 320	21 869	5 431	19 95
9	NOITE	27 320	7 485	19 835	72 60
7	TOTAL	81 960	52 340	29 620	36 14
	M+T	54 640	44 855	9 785	17 91

Fonte: Secret. da Educação / Deptº de Planejamento / Divisão de Informática

Obs 1 Não estão computadas as salas utilizadas em outros estabelecimentos

2 Considerados todos os níveis (Pré escolar 1ºG 2ºG e outros)

3 Considerados os calendários A B e C para salas de aula utilizadas
1992 1993 1994 e 1995

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Os estabelecimentos/salas de aula estaduais de ensino existentes, em que pese desconhecer-se as condições de utilização e a distribuição geográfica, comportam a demanda atual. Sabe-se, ainda, que existe capacidade disponível, pois, aproximadamente 37% das salas de aula, computados todos os níveis nos três turnos, não foram utilizadas no ano de 1997, conforme dados fornecidos pela Secretaria da Educação.

Utilização de Recursos Humanos (Professores)

O Departamento de Planejamento/Divisão de Informática da Secretaria da Educação não realiza o controle de professores não regentes desde 1995, procedimento que em muito prejudica a análise das despesas realizadas efetivamente com o Ensino. Mais ainda, quando se observa a falta de discriminação do nível de ensino ao qual o professor não regente está vinculado.

O Sistema PGRH, do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria, registra que, no exercício de 1997, os professores especialistas estavam alocados da seguinte forma:

PROFESSORES / ESPECIALISTAS					
REGENTES (EXR)		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (EXR)		A DISP DE DE OUTROS ÓRGÃOS	
EFETIVOS	55 888	EFETIVOS	34 423	COM ÔNUS	1 955
C EMERG	3 411	C EMERG	285	SEM ÔNUS	110
TOTAL	59 299	TOTAL	34 708	TOTAL	2 065

Conforme a tabela, constata-se que os Serviços Administrativos da Secretaria utilizaram-se de 34 423 professores efetivos e 285 com contratos emergenciais.

Sobre os números retrodestacados, ressalta-se a possibilidade de professores regentes também realizarem serviços administrativos, o que pode proporcionar sua presença nas duas colunas.

Assim sendo, sobre a utilização de professores em serviços administrativos, verifica-se que o Departamento de Planejamento - Unidade de Informática registra 81 568 professores em atividade no exercício de 1997, para todos os níveis (Pré-Escola, 1º Grau e 2º Grau). Em face deste fato, constata-se que, dos 81 568 professores registrados na Secretaria de Educação, 34 708, ou seja, 42,55% exerceram atividades ligadas a serviços administrativos.

Por fim, no final do ano de 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional nº14 e a entrada em vigor das Leis Federais nº 9 394 e nº 9.424, ocorreu

um novo regramento para as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, fato que deve ser considerado quando da identificação das despesas com professores, pois, nos últimos dois anos, com a falta de controle da Secretaria da Educação sobre a utilização de professores no primeiro e no segundo grau, e os que não atuam em regência de classe, tal levantamento ficou inviabilizado

DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O exercício de 1997, devido à promulgação da Emenda Constitucional nº14 e de Leis pertinentes à implementação da reforma do ensino Lei Federal nº 9 394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Federal nº 9 424 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magisterio, ocorridas no final do ano de 1996, transformou-se em um marco para a Educação Nacional

A Emenda Constitucional nº 14, em seu artigo 5º, faz referência a inserção de novos dispositivos no artigo 60 do ADCT. O "caput" indica que não menos de 60% dos recursos previstos no artigo 212 devem ser alocados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, tendo como objetivo a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

Da mesma forma, o parágrafo 1º registra que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, a ser criado nos Estados e no Distrito Federal, assegurará a distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios, na forma do disposto no artigo 211 da Constituição Federal (CF).

No parágrafo segundo, a Emenda aponta os recursos que constituirão o Fundo e indica que a sua distribuição deve ocorrer proporcionalmente ao número de alunos atendidos nas respectivas redes de Ensino Fundamental.

O parágrafo 3º registra que o Governo Federal complementará os recursos, sempre que os Estados e o Distrito Federal não alcancem o valor mínimo por aluno, enquanto o parágrafo 4º define o prazo de cinco anos como o período para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se ajustem progressivamente.

Ressalta-se, também, que o parágrafo 5º obriga que no mínimo 60% dos recursos provenientes do Fundo devam ser empregados na remuneração de professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

Segundo o previsto no parágrafo 6º, esta emenda deveria entrar em vigor em primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação, ou seja, em 1997.

Da Lei Federal nº 9 424, de 24 de dezembro de 1996, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, cabe observar com mais atenção os dispositivos arrolados a seguir

O artigo 8º dispõe que a instituição do Fundo previsto na Lei, e a correspondente aplicação de seus recursos não isentam os Estados, Distrito Federal e os Municípios da obrigatoriedade de aplicar, na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma prevista no artigo 212 da Constituição Federal

Destaca, em seu artigo 9º, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam elaborar um novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no prazo de seis meses a contar da vigência desta Lei (este artigo foi questionado no STF)

No artigo 10º aponta as obrigações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em comprovar o efetivo cumprimento do artigo 212 da CF, a apresentação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério no prazo referido no artigo 9º e as informações solicitadas por ocasião do censo escolar. Já o artigo 11º dispõe que os órgãos responsáveis pelo sistema de ensino, assim como os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, criarão mecanismos para fiscalizar o cumprimento do artigo 212 da CF e desta Lei

Ressalta-se que a Medida Provisória nº 1.565, em seu artigo 2º, dispõe que a quota estadual do Salário-Educação, prevista no artigo 15º, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 9 424, teria sua distribuição regulamentada em Lei Estadual

Já a Lei Federal nº 9 394, sancionada pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1996, é responsável pelo estabelecimento de novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde, entre outros artigos, destacam-se os mencionados a seguir:

“Art 69 A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, das receitas resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público (grifo nosso)”

Art 70 Considerar-se-ão como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, a

I- remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da Educação,

II- aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino,

- III- uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino,*
- IV- levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino,*
- V- realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino,*
- VI- concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas,*
- VII- amortização e custeio de operações de créditos destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo,*
- VIII- aquisição de matéria didático-escolar e manutenção de programa de transporte escolar,*

Art 71 Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com

- I- pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão,*
- II- subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural,*
- III- formação de quadros especiais para Administração Pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos,*
- IV- programas suplementares de alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social,*
- V- obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar,*
- VI- pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino "*

POSIÇÃO DO ESTADO FRENTE À REFORMA DO ENSINO

Ao analisar as despesas efetuadas pelo Executivo Estadual com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, verificou-se que, no exercício de 1997, o Estado não empreendeu as alterações necessárias para adequação às novas normas estabelecidas na legislação retrocitada

Neste sentido, ressalta-se que a Lei Federal nº 9 394, responsável pelo estabelecimento das novas diretrizes e bases da educação nacional, definiu claramente os dispêndios que constituem, ou não, despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Assim sendo, constata-se que este diploma legal, ao contrário da Lei Federal nº 7 348, vigente até a promulgação desta, não contempla as despesas referentes aos pagamentos de proventos dos inativos da Secretaria e as realizadas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, circunstâncias que não foram observadas pelo Executivo na execução financeira do Estado

Outra situação a ressaltar, prende-se ao fato de o Estado do Rio Grande do Sul não ter editado, no ano de 1997, a Lei que regulamenta a distribuição dos recursos do salário-educação, conforme previsto na Medida Provisória nº 1 565-10. Tal procedimento ganha relevância quando se constata que a utilização dos recursos provenientes do salário-educação, no exercício de 1997, apresentou o seguinte desempenho

	Em R\$ mil
Saldo de Recursos vinculados exerc 1996	103 952
Receita do ano de 1997	109 239
Despesa realizada no exerc 1997	79 766
Saldo de Recursos vinculado a empenhar no próx exerc	133 425

Evidencia-se que o Executivo Estadual dispendeu apenas 73,02% da receita auferida através do salário-educação no exercício de 1997. Da mesma forma, verifica-se que o ano encerrou com saldo a empenhar de R\$ 133 425 mil, valor superior a 10% do total aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino público estadual, no período em exame, e superior ao total das despesas realizadas com recursos vinculados no exercício (R\$ 95 243 mil)

2.3 - FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo que visam à melhoria do nível de saúde da população, bem como a preservação, controle e uso adequado dos elementos naturais".

Cumpra registrar, prioritariamente, na análise da Função Saúde e Saneamento, que a Lei Estadual nº 10 844, de 05 de agosto de 1996, que tratou das diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 1997, em seu artigo 20, estabeleceu que o montante de recursos alocados na Secretaria da Saúde e Meio Ambiente (SSMA) não deveria ser inferior a **10% da Receita Tributária Líquida**, desconsideradas as transferências da União, relativas a convênio com o SUS e aos pagamentos dos prestadores de serviços de saúde

Assinala-se que, no final do exercício de 1997, as despesas totais executadas pela SSMA alcançaram R\$ 269 559 mil, incluindo recursos do SUS, como demonstram informações existentes no Balanço Geral do Estado de 1997

Em decorrência, portanto, do que foi determinado no artigo 20, parágrafo único, da Lei supra-referida, tem-se que a Administração Estadual não alocou os recursos legalmente exigidos, tendo apenas aplicado 7,16% da Receita Tributária Líquida, como se demonstra abaixo

	Em mil
Discriminação dos Títulos	R\$
Receita Tributária	4 237 215
() Participação dos Municípios	1 100 235
ICMS (25%)	964 240
IPVA (50%)	135 439
ITBI (50%)	557
Receita Tributária Líquida	3 136 980
Despesa Total da SSMA	269 559
() Recursos SUS	45 107
Recursos alocados na SSMA pela Administração Estadual	224 452
Relação percentual entre RTL e recursos alocados na SSMA	7 16%
Fonte Balanço Geral do Estado - 1997, vol I (fls 158 a 235) e vol IV (fls 74 e 75)	

Também, apresenta-se oportuno informar que a Função Saúde e Saneamento, neste exercício, apresentou despesas totais de R\$ 333 477 mil. Todavia, excluindo-se os recursos provenientes do SUS (R\$ 45 107 mil), verifica-se um total de R\$ 288 370 mil, que equivaleu a 9,19% da Receita Tributária Líquida.

A execução financeira da Função Saúde e Saneamento, durante 1997, mostra que 80,56% do total de recursos a ela alocados foram executados pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, 0,83%, pela Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH e 18,61%, pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, como se demonstra a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento							
		DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		Em R\$ mil	
Nº	ÓRGÃO	VALOR	PART %	VALOR	PART %	OR/DI	%
	SEC. DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO SCP	72 232	15,79	62 045	18 61	85 90	
13 84	Fundo Pró Guefba	63 687	13,92	50 076	15 02	78 63	
13 90	FUNDOPIMES	8 545	6 92	11 969	3 59	140 07	
	SEC. DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE SSMA	368 958	80 67	268 639	80 56	72 81	
20 01	Gab. Secretário SSMA	249 906	54 64	169 048	50,69	67 64	
20 10	Transf. Adm. Indireta SSMA	4 975	1 09	7 238	2 17	145 49	
20 33	Encargos Gerais da SSMA	46 302	10 12	37 126	11,13	80 18	
20 95	Fundo Estadual de Saúde PES	67 775	14,82	55 227	16 56	81,49	
	SEC. OBRAS PÚBLICAS, SANEAM. E HABITAÇÃO SOPSH	16 200	3,54	2 793	0 83	17,24	
	TOTAL	457 390	100 00	333 477	100 00	72,91	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Verifica-se que a dotação inicial de recursos para a Função foi fixada em R\$ 457 390 mil, porém as despesas realizadas posicionaram-se inferiores à previsão inicial em 27,09%, só atingindo R\$ 333 477 mil.

As despesas realizadas na Função, no período 1988/1997, como se ilustra na tabela abaixo, examinadas por método comparativo, evidenciaram uma alternância de gastos que mostraram quedas e recuperações. No ano de 1988, houve a menor aplicação de recursos, atingindo uma participação relativa de 1,62% na despesa total efetivada pela Administração Direta Estadual. Em 1997, os gastos realizados superaram os do ano-basilar da série (1988) em 260,80% e, em relação a 1996, 41,68%. Referentemente à participação das despesas da Função no total executado pela Administração Direta Estadual, verifica-se que a mesma atingiu 3,65%, caracterizando-se como a maior do decênio.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES 1988/1997
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO % ANO A ANO	PARTIC % NA DESPESA TOTAL
1988	92 428	100 00		1 62
1989	125 221	135 48	35 48	2 09
1990	154 574	167 24	23 44	2 20
1991	147 871	159 99	4 34	2 57
1992	151 177	163 56	2 24	2 14
1993	139 382	150 80	7 80	2 01
1994	193 052	208 87	38 51	2 62
1995	223 338	241 64	15 69	2 99
1996	235 377	254 66	5 39	2 79
1997	333 477	360 80	41 68	3 65

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

A tabela abaixo evidencia que a Função Saúde e Saneamento, durante o exercício de 1997, desenvolveu-se por Programas Típicos e Atípicos. Os primeiros participaram com 99,94%, e os segundos, com 0,06% do total despendido pela função, como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMA	PROJETO + PREV EXEC	DESPESA REALIZADA NO PROJETO	ATIVIDADE + PREV EXEC	DESPESA REALIZADA NA ATIVID	DESPESA REALIZADA TOTAL	PARTIC PERCENT S/TOTAL
7	Administração	/		1 / 1	213	213	0 06
60	Serviços de Utilidade Pública	1 /		/			0 00
75	Saúde	16 / 11	19 567	23 / 19	243 163	262 730	78 79
76	Saneamento	7 / 5	56 535	2 / 2	1 771	58 305	17 48
77	Proteção ao Meio Ambiente	4 / 4	6 681	1 / 1	5 548	12 229	3 67
	TOTAL	28 / 20	82 782	27 / 23	250 695	333 477	100 00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que diz respeito aos Projetos e Atividades previstos e realizados na Função Saúde e Saneamento, destaca-se a Atividade 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos, que, no final do exercício, apresentou um incremento de 1 655,44% sobre a dotação inicialmente prevista, perfazendo, desse modo, 16,88% dos gastos executados. Todavia, cumpre evidenciar que essa Atividade ao ser orçada contava com recursos cuja participação atingia tão-somente 0,70% do total das despesas previstas para a Função.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NA
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	Em R\$ mil	
						DR/DI	%
1057	Programa de Ação Social em Saneamento						
1076	Polo de Capacitação para Saúde da Família						
1560	Contrib. à Fund. Est. de Pesquisa e Produção em Saúde p/Desp. de Capital	285	0 06	700	0 21	245 27	
1588	Municipalização dos Serviços de Saúde	50 799	11 11	65	0 02	0 13	
1771	Implementação do Programa de Saneamento Básico Comunitário PROSAN	6 510	1 42	1 596	0 48	24 52	
1774	Ampliação de Hospitais Públicos	860	0 19				
1777	Plano de Erradicação do Vetor do Dengue no Rio Grande do Sul	1 037	0 23				
1800	Programa Estadual de Saneamento Rural	3 020	0 66	866	0 25	28 68	
1850	PIA 2000 Programa de Garantia e Reabilitação Nutricional	9 209	2 01	4 127	1 24	44 81	
1853	Sistema Estadual de Saneamento	700	0 15				
1854	Drenagem Urbana e Proteção Contra as Cheias	10 400	2 27	304	0 09	2 92	
1858	Implementação do Programa de Doação de Órgãos e Transplantes	24	0 01				
1859	Progr. de Atenção a Pessoas Portad. de Deficiências ou de Altas Habilid	3 824	0 84	2 959	0 89	77 38	
2177	Apoio ao Programa de Parceria Comunitária Mãos Dadas	4 000	0 87	4 000	1 20	100 00	
2332	Implementação de Hospitais Polo e de Referência Regional	22 200	4 85	19 107	5 73	96 07	
2481	Formulação e Coordenação do Sistema Único de Saúde	36 132	7 90	15 575	4 67	43 11	
2485	Desenvolvimento de Recursos Humanos	3 207	0 70	56 290	16 88	1 756 44	
2486	Implementação das Ações de Saúde através de Convênios e Contratos	8 842	1 93	21 194	6 36	239 71	
2487	Publicidade	300	0 07	213	0 06	70 84	
2488	Apoio Operacional às Ações de Saúde	19 154	4 19	7 928	2 38	41 39	
2490	Contrib. à Fund. de Proteção Ambiental p/Desps. com Pessoal	3 691	0 81	5 548	1 66	150 33	
2491	Assistência Médica Sanitária em Geral	40 996	8 96	6 291	1 89	15 35	
2492	Controle e Vigilância Epidemiológica	585	0 13				
2497	Manutenção Operação Litoral	1 500	0 33	2 346	0 70	156 37	
2499	Manutenção do Programa de Saneamento Básico Comunitário PROSAN	1 025	0 22	148	0 04	14 41	
2501	Assistência Médica Hospitalar Hospital Psiquiátrico São Pedro	17 297	3 78	11 807	3 54	68 26	
2502	Assistência Médica Hospitalar Hospital Sanatório Partenon	6 144	1 34	5 704	1 71	92 84	
2503	Assistência Médica Hospitalar Hospital Colônia Itapoá	4 601	1 01	3 066	0 92	66 63	
2504	Assistência Médica Hospitalar Hospital Alexandre Lisboa	481	0 11	165	0 05	34 27	
2507	Assistência Médica Hospitalar Hospital de Alvorada	5 146	1 13	3 913	1 17	76 04	
2508	Assistência Médica Hospitalar Hospital de Cachoeirinha	5 927	1 30	2 541	0 76	42 86	
2509	Manutenção do Conselho Estadual de Saúde	108	0 02	15	0 00	14 20	
2537	Contrib. à Fund. Est. de Prod. e Pesq. em Saúde p/Despesas com Pessoal	10	0 00				
2538	Contrib. Fund. Est. de Prod. e Pesq. em Saúde p/outras Desp. Correntes	989	0 22	989	0 30	100 00	
2551	Constr. de Pólos e Ações no Interior do Estado	2 080	0 45	1 623	0 49	78 02	
2693	Pag. de Encargos c/Inativos de SSM	37 710	8 24	37 121	11 13	98 44	
2696	Contrib. ao IPE	4 900	1 07				
2697	Vale Refeição	3 420	0 75				
2721	Abono Família	272	0 06				
8510	Apoio ao Sistema Único de Saúde SUS	37 034	8 10	45 107	13 53	121 80	
9011	Conclusão de Hospitais Municipais	9 203	2 01	5 462	1 64	59 35	
9012	Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon	1 266	0 28				
9013	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	1 253	0 27				
9105	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravataí CORS	27 672	6 05	40 820	12 24	147 51	
9106	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos DNAE Pró-Gratiba	17 691	3 87	2 575	0 77	14 55	
9107	Sistema de Resíduos Sólidos em Porto Alegre DMU Pró-Gratiba	500	0 11				
9108	Sistema de Manejo e Contr. de Contam. por Agrotóxic. EWATER Pró-Gratiba	8 634	1 89	3 940	1 18	45 64	
9114	Plano de Ações p/Contrib. da Poluição Ind. da Bacia Hidrográf. do Gratiba	3 617	0 79	2 135	0 64	59 03	
9117	Rede de Monitoramento Ambiental REPAN/CORSAN/DNAE Pró-Gratiba	3 989	0 87	597	0 18	14 97	
9119	Aquisição de Terrenos FZB/DNAR/CORSAN	1 585	0 35	8	0 00	0 52	
9207	Desenv. de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente	8 545	1 87	11 969	3 59	140 07	
9562	Reestruturação de Rede de Unidades Assistenciais	7 590	1 66	1 497	0 45	19 72	
9566	Construção, Aquisição e Equipagem Hosp. de Caxias do Sul	7 651	1 67	2 761	0 83	36 09	
9582	Programa Estadual de Sangue e Hemoderivados	822	0 18	50	0 01	6 05	
9589	Prevenção e Controle da AIDS	2 957	0 65	75	0 02	2 54	
	TOTAL	467 391	100 00	333 477	100 00	72 91	

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Verifica-se, através da tabela, que os 28 (vinte e oito) Projetos orçados somaram 41,47% do previsto para a Função Saúde e Saneamento. No entanto, só foram executados 20 (vinte) que, no final de 1997, alcançaram 24,82% dos recursos movimentados na Função. Dentre os executados, destaca-se o Projeto 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos - Cachoeirinha/Gravataí - CORS, cuja despesa

realizada, no final do exercício, alcançou 12,24% do total investido na Função. Registra-se, ainda, o desempenho do Projeto 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente, que participou com 3,59% no cômputo das despesas executadas na Função.

Analisando-se as 27 (vinte e sete) Atividades orçadas, destacam-se, em termos de gastos executados, as seguintes:

- 2485 - Desenvolvimento de Recursos Humanos, como antes salientado, mostrou uma participação de 16,88% nas despesas totais da Função, e um incremento de 1 655,44% sobre a dotação inicialmente prevista,
- 8510 - Apoio ao Sistema Unificado de Saúde - SUS, com uma participação de 13,53% no total das despesas implementadas. Essa Atividade superou em 21,80% os recursos orçados.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NA
FUNÇÃO 13 Saúde e Saneamento

Em R\$ mil

Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTEC %	DESPESA REALIZADA	PARTEC %	DR/DI
3111	Pessoal Civil	78 446	17 15	83 893	25 16	106 94
3113	Obrigações Patronais	12 635	2 76	1 440	0 43	11 40
3114	Diárias e Ajuda de Custo	1 858	0 41	856	0 26	46 08
3120	Material de Consumo	46 123	9 87	31 196	9 36	69 14
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1 543	0 34	985	0 30	63 81
3132	Outros Serviços e Encargos	31 125	6 80	19 222	5 76	61 76
3191	Sentenças Judiciais			130	0 04	
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	503	0 11	1 607	0 48	319 41
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			811	0 24	
3211	Transferências Operacionais	5 090	1 11	6 567	1 97	129 01
3212	Subvenções Econômicas					
3213	Contribuições Correntes	4 900	1 07	796	0 24	16 04
3221	Transferências à União	400	0 09	1 523	0 46	380 83
3223	Transferências a Municípios	49 507	10 82	12 192	3 66	24 63
3224	Transferências a Instituições Multigovernamentais	262	0 06	11	0 00	4 10
3231	Subvenções Sociais	11 147	2 44	22 568	6 77	202 46
3233	Contribuições Correntes	2 030	0 44			
3251	Inativos	37 710	8 24	37 121	11 13	98 44
3253	Salário Família	272	0 06	5	0 00	1 94
3254	Apoio Financeiro a Estudantes					
3259	Outras Transferências a Pessoas	4 705	1 03	1 711	0 51	36 36
3291	Sentenças Judiciais			52	0 02	
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	1	0 00	46	0 01	4 634 51
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoal			1	0 00	
4110	Obras e Instalações	20 399	4 46	4 682	1 40	22 95
4120	Equipamentos e Material Permanente	26 230	5 73	4 844	1 45	18 47
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	357	0 08			
4210	Aquisição de Imóveis	1 585	0 35			
4260	Const. ou Aum. de Cap. de Emp. Comerc. ou Financiamento	100	0 02	1	0 00	1 12
4270	Concessão de Empréstimos	8 545	1 87	57 224	17 16	669 68
4311	Auxílios para Despesas de Capital	285	0 06	836	0 25	293 03
4312	Contribuições para Despesas de Capital			197	0 06	
4321	Transferências da União			20	0 01	
4323	Transferências a Municípios	78 521	17 17	36 646	10 99	46 67
4324	Transferências a Inst. Multigovernamentais	27 672	6 05			
4331	Auxílios para Despesas de Capital	300	0 07	6 253	1 88	2 084 48
4332	Contribuições para Despesas de Capital	5 651	1 24			
4392	Despesas de Exercícios Anteriores	521	0 11	50	0 01	9 60
	TOTAL	457 391	100 00	333 477	100 00	72 91

Quanto à participação dos elementos de despesa na Função Saúde e Saneamento, os registros existentes na tabela indicam que além do elemento 3111 - Pessoal Civil, que participou com 25,16% (R\$ 83 893 mil) do total executado, distinguíram-se, também, os elementos 4270 - Concessão de Empréstimos e 3251 - Inativos, ambos atingindo 28,29% (R\$ 94 345 mil) nas despesas realizadas na Função

Com referência ao elemento 4323 - Transferências a Municípios, tem-se que representou 10,99% (R\$ 36 646 mil) na despesa total executada. E o elemento 3120 - Material de Consumo, representou 9,36%, ou seja, R\$ 31 198 mil no global das despesas da Função

2.3.1 - PROGRAMA 75 - SAÚDE

"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde".

Constatou-se que as despesas efetivadas para a implementação do Programa Saúde foram administradas em 68,49% pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, em 17,89% por Encargos Gerais do Estado, em 10,11% pela Secretaria da Educação, em 2,94% pelo Tribunal de Justiça e os 0,57% restantes pelo Ministério Público

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO PROGRAMA 75 Saúde

Nº	ÓRGÃO	Em R\$ mil			
		DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA	
		+	+	+	DR/DI
		VALOR	PART %	VALOR	%
03 33	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10 210	2 27	11 296	2 94
09 33	MINISTÉRIO PÚBLICO	2 644	0 59	2 183	0 57
19 33	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	40 300	8 95	38 767	10 11
20	SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE	363 943	80 86	262 730	68 49
20 01	SSMA Gabinete do Secretário	248 582	55 22	168 688	43 97
20 10	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	1 285	0 29	1 689	0 44
20 33	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	46 302	10 29	37 126	9 68
20 95	Fundo Estadual de Saúde	67 774	15 06	55 227	14 40
33 01	ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO	33 048	7 34	68 647	17 89
	TOTAL	450 145	100 00	383 623	100 00
					85 22

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O total de R\$ 383 623 mil gasto no Programa Saúde, no exercício sob análise, representou um decréscimo de 14,78% em relação à dotação inicialmente prevista, conforme evidenciam os dados da Tabela acima

Salienta-se, também, que, do total de recursos financeiros aplicados na Função Saúde e Saneamento, igual a R\$ 333 477 mil, as despesas do Programa Saúde, direcionadas especificamente à Função, atingiram o total de R\$ 262 730 mil, importando numa participação relativa de 78,78% no cômputo das despesas realizadas na referida Função

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997							
PARTICIPAÇÃO DAS FUNÇÕES NO							
PROGRAMA 75 Saúde							
Em R\$ mil							
Nº	FUNÇÃO	PROJETO + PREV EXEC	DESPESA REALIZADA NO PROJETO	ATIVIDADE + PREV EXEC	DESPESA REALIZADA NA ATIVID	DESPESA REALIZADA TOTAL	PARTIC PERCENT S/TOTAL
8	Educação e Cultura	/		1 / 1	38 767	38 767	10 11
13	Saúde e Saneamento	16 / 11	19 567	23 / 19	243 163	262 730	68 49
15	Assistência e Previdência	/		5 / 5	82 126	82 126	21 41
	TOTAL	16 / 11	19 567	29 / 25	364 057	383 623	100 00

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Merece esclarecer que a soma das despesas realizadas nesse Programa, como nos exercícios anteriores, suplantou o montante investido na própria Função. Essa situação tem ocorrido porque no Programa Saúde são inseridas despesas que se vinculam a outras diferentes Funções. No exercício sob análise, este Programa absorveu despesas da Função 08 - Educação e Cultura no valor de R\$ 38 767 mil, que equivaleram a 10,11%, e da Função 15 - Assistência e Previdência igual a R\$ 82 126 mil, tendo significado uma participação relativa de 21,41% no total das despesas efetivadas no Programa.

Em 1997, englobando dispêndios das funções retromencionadas, o total investido no Programa alcançou o montante de R\$ 383 623 mil, superando em R\$ 50 146 mil as despesas anuais realizadas na Função Saúde, já que importaram em R\$ 333 477 mil.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS - 1988/1997
PROGRAMA 75 Saúde

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	VARIACÃO % SOBRE BASE FIXA	VARIACÃO % SOBRE ANO ANTERIOR	Em R\$ mil
				PARTICIPACÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	86 169	100 00		1 51
1989	95 591	110,93	10 93	1 60
1990	121 097	140,54	26,68	1,72
1991	101 398	117 67	16,27	1,76
1992	108 744	126 20	7 25	1 54
1993	164 557	190,97	51,32	2,37
1994	177 610	206,12	7,93	2,41
1995	256 772	297,99	44,57	3,44
1996	288 298	334,57	12,28	3,42
1997	383 623	445,20	33,06	4,20

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Ainda, no exercício sob análise, as despesas efetivadas por conta do Programa revelaram um crescimento de 345,20% em relação ao investido no ano-basilar, e, confrontando-se com as despesas executadas no ano anterior (1996), um crescimento de 33,06%

Registra-se que, do total gasto no Programa, 31,51% (R\$ 120 893 mil) foram utilizados nas Funções Educação e Cultura e Assistência e Previdência

Inferese, pois, que a inclusão dos dispêndios das Funções Educação e Cultura e Previdência e Assistência no Programa Saúde, que é próprio da Função Saúde e Saneamento, elevou a sua participação para mais 1,33% na despesa total realizada pela Administração Direta Estadual. Ao ser excluído o valor de R\$ 120 893 mil, a participação do Programa, de 4,20%, baixou para 2,87%

Alguns Projetos orçados pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, típicos do Programa Saúde, não foram implementados, comentando-se o que segue

1 Projeto 1774 - Ampliação de Hospitais Públicos - objetivava ofertar leitos e consultas ambulatoriais nos hospitais públicos de Alvorada e de Cachoeirinha, reduzindo os encaminhamentos de pacientes para Porto Alegre, dotando essas Unidades de maior resolutividade,

2 Projeto 1777 - Plano de Erradicação do Vetor do Dengue no Rio Grande do Sul - visava a evitar ocorrência de casos autóctones no Estado,

3 Projeto 1858 - Implementação do Programa de Doações de Órgãos - pretendia apoiar e incentivar a retirada de órgãos e a realização de transplantes no Estado, conforme Lei Estadual nº 8 750/88,

4 Projeto 9012 - Reestruturação do Hospital Sanatório Partenon, em Porto Alegre - previa reformar a estrutura física do Hospital, transformando-o em Hospital especializado em tratamento de doenças infecto-contagiosas e de referência no tratamento da AIDS e tuberculose no Estado

Voltando-se ao já comentado, na análise da Função Saúde e Saneamento, tem-se que a Atividade 2485 -Desenvolvimento de Recursos Humanos mostrou uma dotação inicial de R\$ 3 207 mil (0,71%) Todavia, no final de 1997, revelou um acréscimo de 1 655,44%, em termos de despesa realizada sobre dotação prevista, significando uma aplicação de recursos igual a R\$ 56 290 mil que, em termos relativos, representou uma participação de 14,67% no total dos recursos despendidos no Programa Saúde

Ainda, sobre a Atividade 2485, cabe registrar que por meio dessa Atividade Orçamentária são movimentados os recursos humanos da SSMA, bem como assessorados os Municípios na área de RH para implantação do SUS

Vale salientar que, do total de R\$ 383 623 mil gastos no Programa Saúde, R\$ 120 893 mil dizem respeito às Funções Assistência e Previdência e Educação e Cultura, executados nos Projetos e Atividades Atípicos da Função Saúde, conforme se demonstra na tabela abaixo

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 75 Saúde

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1076	Polo de Capacitação para Saúde da Família					
2018	Contribuição ao IPE Abono Família e Auxílio Funeral dos Inativos	3 455	0 77	3 875	1 01	112 14
2019	Contr. ao IPE Abono Família e Auxílio Funeral Servidores Inativos	887	0 20	714	0 19	80 45
2668	Contr. ao IPE para Assistência Médica	33 048	7 34	68 647	17 89	207 72
2679	Contr. ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos	6 755	1 50	7 421	1 93	109 86
2684	Contribuição ao IPE para Assistência Médica dos Servidores Ativos	1 758	0 39	1 470	0 38	83 63
2694	Contr. ao IPE	40 300	8 95	38 767	10 11	96 20
	PROJETOS/ATIVIDADES ANALISADOS NA FUNÇÃO 13	351 843	78 16	262 730	68 49	74 67
	TOTAL	450 145	100 00	383 623	100 00	85 22

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Então, dos R\$ 262 730 mil restantes empregados no Programa Saúde, através da Função Saúde e Saneamento, tem-se que a origem dos recursos procedeu do Fundo Estadual da Saúde - FES em 17,47% (R\$ 45 917 mil) e da Administração Direta Estadual em 82,52% (R\$ 216 813 mil), como demonstra a tabela abaixo

DESPESAS PROGRAMA 75 (SAÚDE)
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil			
	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	ADM DIRETA ESTADUAL SSMA	TOTAL
Total	45 917	216 813	262 730

Fonte: Balanço Geral do Estado-1997 - Vol I e III

O Fundo Estadual da Saúde-FES, que tem por objetivo apoiar supletivamente Programas vinculados à saúde e ao meio-ambiente, desenvolvidos e coordenados pela SSMA, não dispôs de recursos próprios em 1997. Os recursos registrados, constantes na tabela abaixo, procederam de convênios com a União (SUS e Outros), representando 100% do total realizado

RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil			
ORIGEM	UNIÃO		TOTAL
	SUS	OUTROS(*)	
Total	37 235	8 682	45 917

Fonte: Balanço Geral do Estado Vol I 1997

(*) Recursos vinculados aos Projetos 9562, 9566, 9589 9013 e 9582 e à Atividade 8510

Como no ano anterior, em 1997, para executar o Programa Saúde, parte dos recursos utilizados pela Administração Direta Estadual derivou-se de convênios com o SUS/RS, num total de R\$ 35 884 mil, que adicionados ao saldo de 1996 (R\$ 14 194 mil), perfizeram o montante de R\$ 50 078 mil, como consta na tabela seguinte

RECURSOS SUS/RS 1997										Em R\$ mil	
SALDO DE 1996 (a)	TRANSFERÊNCIA (b)	REC APLIC FINANCEIRA (c)	RECEITA DE SERVIÇOS (d)	RESTITUIÇÕES (e)	MULTAS CONTRATUAIS (f)	ANULAÇÕES (g)	SUBTOTAL (a+b+c+d+e+f+g)	TOTAL EMPENHADO EM 1996 ATIV 8510 (2)	SALDO A EMPENHAR (1) (2)		
14 194	1 270	5 109	28 484	672	20	329	50 078	37 235	12 843		

Fonte: Balanço Geral do Estado Vol I 1997

Desse modo, do total de R\$ 50 078 mil, foi empenhado na Atividade 8510 - Apoio ao SUS a importância de R\$ 37 235 mil, ficando R\$ 12 843 mil em saldo a empenhar (Passivo Potencial). Este saldo a empenhar representou cerca de 25,65% do total geral dos recursos destinados ao Programa Saúde.

Quanto à participação dos elementos de despesa no Programa Saúde, verifica-se que o 3111 - Pessoal Civil, que originalmente contava com 17,30% dos recursos, atingiu, no final do exercício, um incremento de 7,73%, calculando-se despesas realizadas sobre dotação inicial, visto que, no total dos gastos realizados pelo Programa, mostrou uma participação de 21,87%. Todavia, mais relevante foi a participação do elemento 3213 - Contribuições Correntes, que absorveu 28,74% do montante dos recursos investidos no Programa, integralmente aplicado na Função Assistência e Previdência, como antes analisado.

Os elementos 3233, 4192 e 4332, vinculados a contribuições correntes, despesas de exercícios anteriores e contribuições para despesas de capital, apesar de contarem com dotação orçamentária, não foram movimentados em 1997.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 75 Saúde

Nº	ELEMENTO	Em R\$ mil		Em R\$ mil	
		DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %
3111	Pessoal Civil	77 865	17 30	83 884	21 87
3113	Obrigações Patronais	12 570	2 79	1 440	0 38
3114	Diárias e Ajuda de Custo	1 760	0 39	841	0 22
3120	Material de Consumo	38 738	8 61	30 741	8 01
3131	Remuneração de Serviços Pessoais	1 543	0 34	985	0 26
3132	Outros Serviços e Encargos	24 660	5 48	17 387	4 53
3191	Sentenças Judiciais			130	0 03
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	503	0 11	1 607	0 42
3193	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoa			811	0 21
3211	Transferências Operacionais	1 399	0 31	1 018	0 27
3212	Subvenções Econômicas				
3213	Contribuições Correntes	90 811	20 17	110 262	28 74
3221	Transferências à União	400	0 09	1 523	0 40
3223	Transferências a Municípios	49 507	11 00	12 192	3 18
3231	Subvenções Sociais	11 147	2 48	22 568	5 88
3233	Contribuições Correntes	2 000	0 44		
3251	Inativos	37 710	8 38	37 121	9 68
3253	Salário Família	328	0 07	95	0 02
3254	Apoio Financeiro a Estudantes				
3258	Outras Transferências a Servidores e Segurados	111	0 02	197	0 05
3259	Outras Transferências a Pessoas	4 760	1 06	1 711	0 45
3291	Sentenças Judiciais			52	0 01
3292	Despesas de Exercícios Anteriores	1	0 00	2 074	0 54
3293	Despesas de Exerc. Ant. Relativas a Pessoa	70	0 02	8 316	2 17
4110	Obras e Instalações	6 999	1 55	4 674	1 22
4120	Equipamentos e Material Permanente	19 720	4 38	1 358	0 35
4192	Despesas de Exercícios Anteriores	357	0 08		
4260	Const. ou Am. de Cap. de Equip. Comerc. ou Financiamento	100	0 02	1	0 00
4311	Auxílios para Despesas de Capital	285	0 06	836	0 22
4321	Transferências da União			20	0 01
4323	Transferências a Municípios	60 330	13 40	35 476	9 25
4331	Auxílios para Despesas de Capital	300	0 07	6 253	1 63
4332	Contribuições para Despesas de Capital	5 651	1 26		
4392	Despesas de Exercícios Anteriores	521	0 12	50	0 01
	TOTAL	450 145	100 00	383 623	100 00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Para se verificar o desempenho da Função Saúde e Saneamento no contexto do Estado, foram utilizadas informações que mostram o comportamento de algumas variáveis disponibilizadas para análise. Essas variáveis serviram para fundamentar a construção de indicadores. Todavia, antes de qualquer análise, registra-se que, de 1992 em diante, as informações existentes na tabela seguinte foram acrescidas da categoria hospitais universitários, porque, segundo a SSMA, os hospitais assim denominados têm vínculo público e privado, caracterizando-se como Hospitais-Escola, preenchendo, desse modo, uma série de quesitos indispensáveis para o recebimento de recursos financeiros adicionais.

UNIDADES HOSPITALARES, LEITOS E INTERNAÇÕES EM PORTO ALEGRE E INTERIOR
PERÍODO DE 1988/1997

ANO	Nº	LOCALIZAÇÃO											
		PORTO ALEGRE				INTERIOR				TOTAL/ESTADO			
		PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERSITÁRIO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERSITÁRIO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERSITÁRIO	TOTAL
1988	HOSPITAIS	7	34		41	26	351		377	33	385		418
	LEITOS	2 590	6 775		9 365	1 886	25 069		26 945	4 476	31 834		36 310
	INTERNAÇÕES	37 688	200 620		238 308	62 251	995 405		1 057 656	99 939	1 196 025		1 295 964
1989	HOSPITAIS	11	29		40	31	342		373	42	384		413
	LEITOS	3 710	5 013		8 723	2 203	24 443		26 646	5 913	29 456		35 369
	INTERNAÇÕES	83 781	150 409		234 190	79 303	978 706		1 058 009	163 084	1 129 115		1 292 199
1990	HOSPITAIS	11	29		40	35	340		375	46	369		415
	LEITOS	3 842	5 006		8 848	2 686	24 031		26 617	6 428	29 037		35 465
	INTERNAÇÕES	91 136	147 657		238 793	90 511	994 201		1 084 712	181 647	1 141 658		1 223 505
1991	HOSPITAIS	11	29		40	41	327		368	52	356		408
	LEITOS	3 845	4 769		8 614	2 851	23 709		26 560	6 686	28 478		35 174
	INTERNAÇÕES	116 773	155 349		272 122	101 763	902 192		1 003 955	218 536	1 057 541		1 276 077
1992	HOSPITAIS				32				387				419
	LEITOS				8 375				25 221				34 596
	INTERNAÇÕES	88 924	49 379	91 055	229 358	12 989	738 993	24 927	776 909	101 913	788 372	115 982	1 006 267
1993	HOSPITAIS	6	13	11	30	13	360	8	381	19	373	19	411
	LEITOS	1 661	2 384	4 075	8 120	832	23 132	1 918	25 862	2 483	25 516	5 993	34 002
	INTERNAÇÕES	35 913	42 000	147 564	225 477	12 057	725 291	34 960	772 308	47 970	767 291	182 524	997 786
1994	HOSPITAIS	4	13	13	30	14	362	8	384	18	375	21	414
	LEITOS	1 353	2 384	4 730	8 467	857	23 403	1 930	26 190	2 210	25 787	6 660	34 657
	INTERNAÇÕES	2 489	33 945	181 396	217 840	11 817	664 766	57 210	733 792	14 316	698 710	238 606	951 632
1995	HOSPITAIS	3	13	12	28	15	359	8	382	18	372	20	410
	LEITOS	1 314	2 384	4 210	7 908	896	23 279	1 928	26 103	2 210	25 663	6 138	34 011
	INTERNAÇÕES	2 424	24 682	162 670	189 976	10 645	576 905	54 641	642 391	13 269	601 587	217 511	832 367
1996	HOSPITAIS(*)	4	11	12	27(*)	21	329	8	358(*)	25	340	20	385(*)
	LEITOS	311	1 296	4 174	5 781	1 045	15 033	1 630	18 708	1 356	17 329	5 804	24 489
	INTERNAÇÕES	2 721	24 047	159 018	185 786	22 453	541 132	56 191	619 776	25 174	565 179	215 209	805 562
1997	HOSPITAIS(*)	4	11	12	27	2	344		354	6	356	20	381
	LEITOS	312	1 296	4 174	5 782	356	16 622	1 628	18 606	668	17 918	5 802	24 388
	INTERNAÇÕES	2 425	25 548	153 738	181 711	27 058	536 038	54 403	617 499	29 483	561 586	208 141	799 210

Fonte: DASA/DHAP/SSMA

(*) Recadastramento realizado no período de 12/96 até 03/96 pela DASA/SSMA

Utilizando-se as informações da tabela acima, registra-se que a expressiva diminuição quantitativa dos hospitais existentes no Estado em 1996, principalmente nos localizados no Interior, teve como fundamento informações incorretas repassadas pela DATASUS/MS para a fonte (SSMA)

O cadastro da DATASUS/MS, fonte alimentadora de registros estatísticos utilizados até então pela SSMA, mostrava que o Estado/RS dispunha de 410 hospitais em 1995. Entretanto, em 1996, pelo levantamento realizado pela DASA/SSMA, a rede hospitalar estadual efetivamente contava com 385 hospitais, conveniados com o SUS. A análise comparativa de crescimento, estagnação ou de diminuição, em termos relativos, do comportamento da rede hospitalar do Estado/RS, no exercício de 1996, apresentou-se prejudicada, como ainda, por consequência, a análise referente aos leitos hospitalares disponibilizados para o SUS.

Relativamente a 1997, considerando-se os registros antes apresentados, tem-se o que segue

• **Quanto aos hospitais:**

Observando-se a natureza jurídica da rede hospitalar estadual, no exercício sob análise, constatou-se que, dos 381 hospitais existentes, 1,57% (6) são públicos, 5,25% (20), universitários e 93,18% (355), privados. Também, verificou-se que 14,81% dos hospitais da Capital são públicos, enquanto que no Interior o percentual é de 0,56%

Tomando-se por base o ano de 1988, tem-se que o número total de hospitais do Estado, em 1997, decresceu 8,85%, o que evidencia uma rede hospitalar com 37 (trinta e sete) hospitais a menos. A participação da Capital no número total de hospitais do Estado, no ano de 1988, era de 9,81%. Todavia, a partir daí, verifica-se que essa participação decresceu de forma contínua, passando para 7,64% em 1992, 7,24% em 1994 e 7,01% em 1996.

Em 1997, a Capital não registrou perdas de unidades hospitalares, comparativamente a 1996, demonstrando, por essa razão, uma participação de 7,09%, superior em 0,08% ao atingido em 1996, porque no total do Estado, neste exercício, houve diminuição de 4 unidades.

• **Quanto aos leitos hospitalares:**

Em razão da atualização de dados cadastrais efetivada pela SSMA, através da DASA/DAHA, entre dezembro/95 e março/96, o número total de leitos hospitalares à disposição do SUS, em 1996, mostrou-se reduzido em 9 522 unidades, confrontando-se com os existentes em 1995.

Desse modo, levando-se em conta a quantidade de leitos apresentados em 1988, verifica-se, no exercício sob análise, uma diferença a menor de 11 922 leitos hospitalares/SUS, ou seja, de 36.310 passou a registrar 24 388.

Em termos percentuais, tem-se que o número de leitos à disposição do SUS no RS diminuiu 32,83%, comparando-se com o informado em 1988. Relativamente a 1996, a redução alcançou tão-somente 0,41%.

Registra-se ainda que, em 1997, dos 24 388 leitos/SUS existentes no Estado, a Capital dispôs de 23,70% (5 782) e o Interior, de 76,29% (18 606).

• Quanto às internações hospitalares.

O numero total de internações realizadas no Estado/RS, em 1997, pelo SUS (799 210), cotejando-se com os dados de 1988 (1 295 964), demonstrou uma queda de 38,33% (496 754) Em relação a 1996, verificou-se também redução, porem no percentual de 0,79% (6 352)

Ainda, observou-se que, do total de internações ocorridas no Estado, a participação maior foi a da rede de hospitais privados, com 70,27%, depois, a dos universitários com 26,04% e, por último, a da rede hospitalar publica que atingiu 3,69% É conveniente salientar que as internações havidas em hospitais publicos, em 1997, demonstraram crescimento de 17,12%, confrontando-se com o informado em 1996

Especificamente sobre os Coeficientes de Leitos Hospitalares por mil (1000) habitantes no Estado, tem-se, a seguir, a situação no decênio

POPULAÇÃO/RS NUMERO DE LEITOS E COEFICIENTE DE LEITOS (P/1 000 hab)
1988/1997

ANO	POPULAÇÃO			LEITOS SUS			COEFICIENTE DE LEITOS (por 1 000 habitantes)		
	INTERIOR (1)	CAPITAL	TOTAL	INTERIOR (1)	CAPITAL	TOTAL	INTERIOR (1)	CAPITAL	TOTAL
1988	7 488 627	1 220 065	8 708 692	26 945	9 365	36 310	3 60	7 68	4 17
1989	7 594 949	1 232 016	8 826 965	26 646	8 723	35 369	3 50	7 08	4 01
1990	7 697 729	1 243 589	8 941 318	26 617	8 848	35 465	3 46	7 11	3 97
1991	7 875 267	1 263 403	9 138 670	26 560	8 614	35 174	3 37	6 82	3 85
1992	7 971 140	1 280 167	9 251 307	26 221	8 375	34 596	3 29	6 54	3 74
1993	8 119 476	1 264 882	9 384 358	25 882	8 120	34 002	3 19	6 42	3 62
1994	8 238 462	1 263 954	9 502 416	26 190	8 467	34 657	3 18	6 70	3 65
1995	8 348 467	1 270 949	9 619 416	26 103	7 908	34 011	3 13	6 22	3 54
1996	8 338 278	1 286 251	9 624 529	18 708	5 781	24 489	2 24	4 49	2 54
1997	8 433 135	1 285 019	9 718 154	18 606	5 782	24 388	2 21	4 50	2 51

Fonte: FEE Estimativas Populacionais por Município 1997 e DASA/DAHA/SSMA
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS
(1) Incluindo Região Metropolitana

O Coeficiente de Leitos Hospitalares (por 1 000 habitantes) indica o numero de leitos que o Estado dispõe para cada grupo de mil habitantes Segundo a Organização Mundial da Saude - OMS, o coeficiente mínimo exigível é de 05 (cinco) leitos hospitalares para cada grupo de 1 000 habitantes

No total do Estado, os coeficientes apresentaram-se declinantes ao longo de toda série, sendo que os mais elevados foram atingidos no ano de 1988 com 4,17 leitos por mil habitantes. Tem-se, portanto, que a população total do Estado cresce continuamente, enquanto o número de leitos hospitalares decresce de forma bem acentuada.

No exercício de 1997, para uma população total do Estado de 9 718 154 habitantes, o coeficiente alcançou apenas 2,51, apresentando-se como o mais baixo da série (1988-1997).

Na Capital, até 1995, os coeficientes, mesmo com tendência decrescente, situavam-se em níveis superiores ao mínimo recomendado pela OMS. Entretanto, a partir daí, os coeficientes passaram a posicionar-se em níveis aquém do tecnicamente indicado. No Interior do Estado, ao longo da série, estabeleceram-se ao redor de 50% do atingido pela Capital, portanto, bastante inferiores aos recomendados pela OMS.

A análise desse indicador limita-se ao contexto Estadual, pois a ausência de dados em relação a outras capitais do País, dificulta um estudo mais adequado da matéria. Contudo, pode-se inferir que, no Interior do Estado, não há apropriada estrutura hospitalar, confrontando-se com a existente na Capital. Valendo registrar que o fato deste coeficiente estar em queda, tanto no Interior quanto na Capital, preocupa sobremaneira, pois o baixo Coeficiente de Leitos Hospitalares por mil habitantes, que apresenta o Interior do Estado, manifesta-se como fator propulsor da excessiva procura por leitos na Capital, motivando não só a superlotação como a escassez dos mesmos.

TEMPO MÉDIO DE OCUPAÇÃO DE LEITOS
PERÍODO DE 1988/1997

ANO	(**) TEMPO MÉDIO DE OCUPAÇÃO DOS LEITOS (em dias)											
	CAPITAL				INTERIOR + REG. METROPOLITANA				TOTAL			
	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERS	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	UNIVERS	TOTAL
1988	25,09	12,33		14,34	11,06	9,19		9,30	16,35	9,72		10,23
1989	16,16	12,17		13,59	10,14	9,12		9,19	13,23	9,52		9,99
1990	15,39	12,37		13,52	10,43	8,83		8,96	12,92	9,28		9,78
1991	12,02	11,20		11,55	10,23	9,59		9,66	11,18	9,83		10,06
1992(**)				13,33				12,32				12,55
1993	16,88	20,72	10,08	13,14	25,19	11,64	20,03	12,23	18,97	12,14	11,98	12,44
1994	197,62	25,64	9,52	14,19	26,47	12,85	12,31	13,03	56,35	13,47	10,19	13,29
1995	197,94	35,26	9,43	15,19	30,16	14,73	12,88	14,83	60,79	15,57	10,30	14,91
1996	41,71	19,68	9,58	11,36	16,98	10,81	10,59	11,02	19,67	11,19	9,85	11,10
1997	46,97	18,52	9,91	11,61	4,80	11,32	10,92	10,98	8,27	11,65	10,18	11,14

Fonte: DASA/DAMA/SSMA

(*) = 365 dias + (nº internações + nº de leitos)

(**) Não informado

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Tempo Médio de Ocupação de Leitos indica a quantidade de dias (em média) que os leitos foram ocupados em cada internação no ano. Este indicador tem relação com a rotatividade dos leitos, isto é, quanto maior for a rotação (ocupação), menor será o tempo médio de utilização dos mesmos. É o caso dos hospitais universitários que têm apresentado o menor coeficiente.

No Interior do Estado, o Tempo Médio de Ocupação de Leitos apresentou-se mais homogêneo, sugerindo que a capacidade instalada estava em plena utilização. Na Capital, todavia, a queda deste indicador, até 1991, acentuada na rede pública, indicou, considerando o número de internações, que o crescimento da procura por leitos hospitalares públicos foi composta, em grande parte, pela demanda desatendida no Interior do Estado.

Torna-se necessário referir, antes de iniciar a análise das Unidades Prestadoras de Serviços, Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório, que, em razão do ingresso do Município de Porto Alegre no SUS/RS, coube ao Estado, no contexto da área municipal de Porto Alegre, a função de coordenar o SUS, não administrando mais as Unidades Prestadoras de Serviços da SSMA, porque a responsabilidade operacional sobre as mesmas passou a ser do Município.

Desse modo, dentre as funções do Estado destacam-se as ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação, de coordenação da política de alto custo de assistência complementar das referências estaduais e regionais, de coordenação da vigilância sanitária e epidemiológica, de ações de saúde voltadas ao trabalhador, de ações de nutrição, de coordenação do sistema de informações de saúde referente ao Plano de Investimentos, e de promoção da articulação interinstitucional, intermediando obrigatoriamente as negociações de gestor a gestor.

Assim sendo, em 1997, de acordo com informações existentes na próxima tabela, observa-se, quanto ao aspecto quantitativo, que as Unidades Prestadoras de Serviços atuantes na Capital, administradas pelo Município, passaram a ser 94 unidades.

Todavia, verifica-se que essas Unidades Prestadoras de Serviços, existentes atualmente na Capital, representaram apenas 55% do registrado em 1988, ano-base da série.

No que diz respeito às Consultas Médicas e Encaminhamentos ao Laboratório ocorridos na Capital, no exercício de 1997, constatarem-se decréscimos de 1,67% e 1,21%, respectivamente, em relação ao ano anterior (1996). Entretanto, analisando-se o número de Procedimentos em Odontologia efetivados, verificou-se um aumento de 6,16%.

SUS - UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS, CONSULTAS MÉDICAS, PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA E ENCAMINHAMENTOS AO LABORATÓRIO - 1988/1997
NA CAPITAL

ANO	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS SUS		CONSULTAS MÉDICAS SUS		PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA SUS		ENCAMINHAMENTO AO LABORATÓRIO SUS	
	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)
1988	172	-	458 487	-	76 036	-	10 430	-
1989	176	2,33	317 659	30,72	46 389	33,99	10 040	3,74
1990	175	0,57	243 861	23,23	38 235	17,58	8 232	18,01
1991	165	5,71	231 629	5,02	32 884	14,00	8 176	0,68
1992	152	7,88	214 000	7,61	22 636	31,16	11 186	36,82
1993	151	0,66	200 654	6,24	23 347	3,14	11 269	0,74
1994(*)	-	-	6 028 942	2 904,65	595 972	2 452,67	4 035 089	35 706,98
1995	58	61,59	6 103 889	1,24	68 958	88,43	4 970 367	23,18
1996(**)	94	62,07	5 517 944	9,60	663 856	862,70	4 271 141	14,07
1997	94	0,00	5 426 014	1,67	704 746	6,16	4 219 480	1,21

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(*) Em 1994 não foi informada a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços. No restante dos dados, ocorreu mudança de critérios de apuração, devido à implantação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

(**) Excluídas as demais Unidades Prestadoras de Serviços, não pertencentes à SSMA.

(1) Cálculo realizado sobre o ano anterior.

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No Interior do Estado, tratando-se especificamente sobre a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços administradas, ainda, pela SSMA, observa-se que, em 1997, conforme tabela abaixo, o número total de unidades continuou sendo o mesmo de 1996.

Quanto às Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório realizados no Interior do Estado, em 1997, pelo SUS/RS, os dados mostraram crescimento de 3,75%, 5,56% e 13,95%, respectivamente, em comparação com o registrado em 1996.

NO INTERIOR

ANO	SSMA UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS		CONSULTAS MÉDICAS SUS		PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA SUS		ENCAMINHAMENTO AO LABORATÓRIO SUS	
	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)
1988	748	3 89	2 820 049	22,59	595 723	7 01	79 242	46 64
1989	788	5 35	2 607 425	7,54	612 349	2 79	89 829	13,36
1990	786	0 25	2 103 709	19 32	506 527	17 28	75 411	16 05
1991	779	0 89	1 973 722	6 18	531 829	5 00	82 026	8 77
1992	756	2 95	1 790 922	9 26	441 044	17 07	76 069	7 26
1993	761	0 66	1 930 157	7,77	464 307	5,27	85 162	11 95
1994(*)			13 129 113	580 21	3 623 584	680 43	5 108 871	5 899,00
1995	410	46 12	12 344 462	5 98	4 211 517	16 23	4 754 550	6 94
1996(**)	310	24 39	11 135 929	9 79	3 221 534	23 51	4 582 665	3 62
1997	310	0 00	11 553 334	3,75	3 400 659	5 56	5 221 729	13 95

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(*) Em 1994 não foi informada a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços. No res-
tante dos dados ocorreu mudança de critérios de apuração devido à implantação do
Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

(**) Excluídas todas as demais Unidades Prestadoras de Serviços não pertencentes à SSMA.

(1) Cálculo realizado sobre o ano anterior.

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No total do Estado, em 1997, verifica-se uma queda de 23,27% na quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços administradas pela SSMA, comparativamente a 1996. Isto decorreu porque o Município de Porto Alegre aderiu ao SUS, absorvendo, desse modo, todas as Unidades da SSMA localizadas na Capital.

Todavia, considerando os dados existentes no ano-basilar da série (1988), quanto à administração da SSMA, constata-se uma acentuada diminuição de 610 unidades (66,30%), devido a muitos Municípios do Estado terem optado pelo SUS nas condições de Gestão Incipiente, Parcial e/ou Semiplena.

NO TOTAL DO ESTADO

ANO	SSMA UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS		CONSULTAS MÉDICAS SUS		PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA SUS		ENCANTINHAMENTO AO LABORATÓRIO SUS	
	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)	QUANT	VAR % (1)
1988	920	3,72	3 278 536	21,21	671 759	5,37	89 672	44 14
1989	964	4 78	2 295 084	30 00	658 738	-1,94	99 869	11,37
1990	961	0,31	2 347 570	2,29	544 762	17,30	83 643	16 25
1991	944	1,77	2 436 978	3,81	564 713	3,66	90 202	7,84
1992	908	3,81	2 004 922	17,73	463 680	17,89	87 255	3 27
1993	912	0,44	2 130 811	6 28	487 654	5,17	96 431	10 52
1994(**)	925	1,43	19 158 055	799 10	4 219 556	765 28	9 143 960	9 382,39
1995	468	-49,41	18 448 351	3,70	4 280 475	1,44	9 724 917	6 35
1996(***)	404	13,68	16 653 873	9 73	3 885 390	9,22	8 853 806	8 96
1997	310	23,27	16 979 348	1,95	4 105 405	5 66	9 441 209	6,63

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(*) Ocorreu mudança de critérios de apuração, devido à implantação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS

(**) Excluídas as demais Unidades Prestadoras de Serviços não pertencentes à SSMA

(1) Cálculo realizado sobre o ano anterior

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Cabe, todavia, salientar que a quantidade de Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde vinculadas ao SUS/RS, independentes, portanto, do gerenciamento direto realizado pela SSMA, chega a mais de 5 000 (cinco mil) no contexto estadual, conforme registros a seguir

SUS
UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO TOTAL DO ESTADO
1995/1997

ANO	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS VINCLADAS AO SUS	Var % ano a ano	UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DA SSMA NO ESTADO	Var % ano a ano	TOTAL NO ESTADO DE UNIDADES PRESTADO RAS DE SERVIÇOS (2)	Var % ano a ano
1995	4 942	-	468	-	5 410	-
1996	5 170	4 61	404	13,68	5 574	3,03
1997	5 264 (1)	1 82	310	23,27	5 574	0 00

Fonte: DASA/SSMA

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

(1) Incluindo as Unidades da SSMA da Capital que passaram ao SUS

(2) Considerando SUS + SSMA

A natureza jurídica das Unidades vinculadas ao SUS/RS apresenta-se diversificada, englobando entidades filantrópicas, privadas, públicas, municipais, universitárias, sindicais e outras

No que se relaciona a Consultas Médicas, Procedimentos em Odontologia e Encaminhamentos ao Laboratório praticados no contexto estadual, em 1997, pelo SUS, constata-se crescimento de, respectivamente, 1,95%, 5,66% e 6,63%, confrontando-se com o apresentado no ano anterior (1996)

Quanto ao custo médio dos procedimentos antes arrolados, verifica-se o que segue

NÚMERO DE INTERNAÇÕES E VALORES PAGOS EM PORTO ALEGRE INTERIOR E TOTAL DO ESTADO SUS 1997			
Valores em R\$ mil			
DISCRIMINAÇÃO DOS HOSPITAIS	INTERNAÇÕES (a)	VALORES (b)	CUSTO MÉDIO (b/a)
PORTO ALEGRE			
Públicos	2 425	707	0 29
Privados	25 548	8 554	0 33
Universitários	153 738	108 191	0 70
TOTAL	181 711	117 452	0 65
INTERIOR			
Públicos	27 058	5 296	0 20
Privados	536 038	109 708	0 20
Universitários	54 403	31 006	0,57
TOTAL	617 499	146 010	0 24
TOTAL DO ESTADO			
Públicos	29 483	6 003	0 20
Privados	561 586	118 262	0 21
Universitários	208 141	139 197	0 67
TOTAL	799 210	263 462	0 33

Fonte: Arquivos RDRS/97 DATASUS/MS DASA/DAHA/SSMA
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A tabela acima demonstra que, em 1997, o custo total das 799 210 internações ocorridas no Estado, através do SUS, sob controle administrativo e financeiro da SSMA, atingiu o valor total de R\$ 263 462 mil, redundando num custo médio por internação de R\$ 0,33 mil, ou seja, igual a R\$ 330,00

Além disso, constata-se que o custo médio por internação na Capital apresentou-se superior em R\$ 0,41 mil ou R\$ 410,00 do registrado no Interior do Estado. Entretanto, a quantidade de internações havidas na Capital atingiu tão-somente 30% do total realizado no Interior

Levando em conta a natureza jurídica, tem-se que o custo médio das internações havidas em hospitais classificados como universitários, no total do Estado, em 1997, foi mais elevado do que o de todas as internações ocorridas na Capital, como ainda ao de todas as internações havidas no Estado

Outra situação, que merece ser evidenciada, relaciona-se ao custo das internações dos hospitais públicos, uma vez que atingiu apenas 2,28% do total pago por internações no Estado e 4,31% do alcançado pelos hospitais tipificados como universitários

CUSTO MÉDIO CONSULTAS MÉDICAS PROCEDIMENTOS EM ODONTOLOGIA E ENCAMINHAMENTOS AO LABORATÓRIO EXERCÍCIO DE 1997						Valores em R\$ mil
PROCEDIMENTO	Nº atendi- (a)	% s/ total (*)	Custo total (b)	% s/ total (**)	Custo Médio (R\$) (b/a X 1000)	
CAPITAL	Consultas médicas	5 426 014	17,78	12,464	17,54	2,29
	Proc odontologia	704 746	2,31	935	1,32	1,32
	Enc laboratório	4 219 480	13,82	15,436	21,72	3,66
	SUBTOTAL	10 350 240	33,91	28 835	40,58	2,79
INTERIOR	Consultas médicas	11 553 334	37,85	25 041	35,24	2,17
	Proc odontologia	3 400 659	11,14	4 746	6,68	1,40
	Enc laboratório	5 221 729	17,11	12 436	17,50	2,38
	SUBTOTAL	20 175 722	66,09	42 223	59,42	2,09
TOTAL	Consultas médicas	16 979 348	55,62	37 505	52,78	2,21
	Proc odontologia	4 105 405	13,45	5 681	7,99	1,38
	Enc laboratório	9 441 209	30,93	27 872	39,22	2,95
	TOTAL	30 525 962	100,00	71 058	100,00	2,33

Fonte: DASA/DAHA/SSMA

(*) Procedimento sobre o total de atendimentos

(**) Valor pendido no procedimento sobre o total gasto na região

Evidencia-se que o custo médio das Consultas Médicas realizadas na Capital, Interior e Total do Estado atingiu R\$ 2,21. Os Procedimentos em Odontologia situaram-se ao redor de R\$ 1,38 nas áreas analisadas.

Quanto aos Encaminhamentos ao Laboratório, o custo médio por procedimento na Capital, Interior e Total do Estado alcançou valores de R\$ 3,66, R\$ 2,38 e R\$ 2,95, respectivamente.

2.3.2 - PROGRAMA 76 - SANEAMENTO

"Conjunto de ações que visa ao abastecimento d'água de boa qualidade às populações, ao destino final dos esgotos domésticos e despejos industriais e à melhoria das condições sanitárias das comunidades".

O Programa Saneamento foi executado, em 1997, pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, com 0,25% dos recursos destinados ao mesmo, pela Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação, com 4,79% e os restantes 94,96% pela Secretaria de Coordenação e do Planejamento, através do Fundo Pró-Guaíba e FUNDOPIMES

A dotação indicada para o Programa no Orçamento registrava recursos na ordem de R\$ 71 133 mil. No final do exercício, as despesas realizadas atingiram apenas R\$ 58 305 mil, apresentando-se inferior, portanto, em 18,03% do inicialmente previsto

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI
		+	+	+	+	
		VALOR	PART %	VALOR	PART %	%
13	Secretaria da Coordenação e do Planejamento	53 908	75 78	55 364	94 96	102 70
13 84	Fundo Pro Guaíba	45 363	63 77	43 395	74 43	95 66
13 90	FUNDOPIMES	8 545	12 01	11 969	20 53	140 07
20	Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	1 025	1 44	148	0 25	14 41
22	Secretaria de Obras Públicas Saneamento	16 200	22 77	2 793	4 79	17 24
	TOTAL	71 133	100 00	58 305	100 00	81 97

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O Programa Saneamento foi executado integralmente na Função Saúde e Saneamento, sendo previsto para o mesmo 07 (sete) Projetos e 02 (duas) Atividades, conforme demonstra tabela a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NO
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

Nº	ÓRGÃO	PROJETO	DESPESA	ATIVIDADE	DESPESA	DESPESA	PARTIC PERCENT S/TOTAL
		+ PREV EXEC	REALIZADA NO PROJETO	+ PREV EXEC	REALIZADA NA ATIVID	REALIZADA TOTAL	
13	Secretaria da Coordenação e do	3 / 3	55 364	/		55 364	94,96
20	Secretaria da Saúde e do Meio A	/		1 / 1	148	148	0,25
22	Secretaria de Obras Públicas S	4 / 2	1 170	1 / 1	1 623	2 793	4,79
	TOTAL	7 / 5	56 535	2 / 2	1 771	58 305	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No decênio (1988/1997), no que tange à participação do Programa Saneamento na despesa total efetivada pela Administração Direta, apresentada na tabela seguinte, constata-se que a maior taxa alcançada (0,67%) registrou-se no ano de 1994. Inversamente, o exercício de 1993, apresentou a menor, aproximando-se de 0,01%. Em nenhum dos exercícios, ao longo de toda série, os gastos com saneamento demonstraram participação igual ou superior a 1,00% sobre o total dos gastos implementados pela Administração Direta Estadual.

No exercício em análise, as despesas realizadas com o Programa atingiram uma participação de 0,64% no total das despesas, apresentando-se como a segunda maior da série estudada.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	5 661	100,00		0,10
1989	15 213	268,71	168,73	0,25
1990	21 961	387,92	44,36	0,31
1991	8 929	157,72	59,34	0,16
1992	1 324	23,39	85,17	0,02
1993	339	5,99	74,39	0,00
1994	49 575	875,69	14523,89	0,67
1995	36 570	645,96	26,23	0,49
1996	30 897	545,76	15,51	0,37
1997	58 305	1029,88	88,71	0,64

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS
*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Analisando-se os Projetos e Atividades executados no Programa Saneamento, destacam-se, em quantidade de recursos aplicados, os Projetos 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos - Cachoeirinha/Gravatá - CORS com 70,01% do total realizado no Programa e o 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente com 20,53%

Ainda, salienta-se que não foram movimentados os Projetos 1057 - Programa de Ação Social em Saneamento e o 1853 - Sistema Estadual de Saneamento

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1057	Programa de Ação Social em Saneamento					
1800	Programa Estadual de Saneamento Rural	3 020	4 25	866	1 49	28 68
1853	Sistema Estadual de Saneamento	700	0 98			
1854	Drenagem Urbana e Proteção Contra as Cheias	10 400	14 62	304	0 52	2 92
2499	Manutenção do Programa de Saneamento Básico Comunitário PROSAN	1 025	1 44	148	0 25	14 41
2551	Constr. de Poços e Açudes no Interior do Estado	2 080	2 92	1 623	2 78	78 02
9105	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravatá CORS	27 672	38 90	40 820	70 01	147 51
9106	Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos DMAR Pró Qualiba	17 691	24 87	2 575	4 42	14 55
9207	Desenv. de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente	8 545	12 01	11 969	20 53	140 07
	TOTAL	71 133	100 00	58 305	100 00	81 97

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto às despesas realizadas por elemento, observa-se que os maiores dispêndios ocorreram no 4270 - Concessão de Empréstimos, absorvendo 94,96% do executado

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO PROGRAMA 76 Saneamento

Em R\$ mil

Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil	580	0 82	9	0 02	1 55
3113	Obrigações Patronais	64	0 09			
3114	Diárias e Ajuda de Custo			15	0 03	
3120	Material de Consumo	660	0 93	457	0 78	69 18
3131	Remuneração de Serviços Pessoais					
3132	Outros Serviços e Encargos	2 140	3 01	1 289	2 21	60 26
4110	Obras e Instalações	13 400	18 84			
4120	Equipamentos e Material Permanente	380	0 53			
4270	Concessão de Empréstimos	8 545	12 01	55 364	94 96	647 92
4323	Transferências a Municípios	17 691	24 87	1 170	2 01	6 61
4324	Transferências a Inst. Multigovernamentais	27 672	38 90			
	TOTAL	71 133	100 00	58 305	100 00	81 97

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A análise do desempenho físico-financeiro das atividades delegadas a CORSAN, referente ao abastecimento de água e saneamento básico, encontra-se no Capítulo III deste Relatório

2.4 - FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE

"Corresponde ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos de Governo, que dizem respeito à infra-estrutura e emprego dos diversos meios de transporte".

No exercício em análise, a Secretaria dos Transportes foi responsável pelo desenvolvimento da Função 16 - Transporte junto à Administração Direta

A execução orçamentária da Função Transporte processou-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997								Em R\$ mil
PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NA								
FUNÇÃO 16 Transporte								
Nº	ÓRGÃO	+	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESA REALIZADA		DR/DI %	
			VALOR	PART %	VALOR	PART %		
18	Secretaria dos Transportes		317 223	100,00	425 111	100 00	134,01	
	TOTAL		317 223	100,00	425 111	100 00	134,01	

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Observa-se que a despesa realizada na Função Transporte alcançou o montante de R\$ 425 111 mil, enquanto a dotação inicial previa recursos no valor de R\$ 317 223 mil, significando, portanto, que a execução da despesa superou em 34,01% ao orçado anteriormente

A evolução da despesa realizada, variação anual e participação da Função Transporte, no total despendido pela Administração Direta Estadual, no período de 1988/1997, demonstra-se a seguir

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR FUNÇÕES - 1988/1997
FUNÇÃO 16 Transporte

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	271 348	100,00		4,75
1989	494 988	182,42	82 42	8,27
1990	662 103	244 00	33 76	9,41
1991	263 650	97 16	60 18	4,59
1992	312 106	115 02	18 38	4,41
1993	245 766	90 57	-21 26	3,54
1994	339 397	125,08	38 10	4,61
1995	252 591	93 09	25 58	3,38
1996	256 688	94 60	1 62	3,05
1997	425 111	156 67	65,61	4,65

Fonte Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Na análise em valores constantes, observa-se que, em 1989, houve um acréscimo do valor despendido de 82,4% em relação ao ano anterior. A tendência crescente manteve-se em 1990 com um incremento na ordem de 33,76% em relação a 1989. No ano de 1991 foi registrada a queda de 60,18% em comparação ao ano anterior, já, em relação ao exercício em análise, constata-se significativa ampliação nas despesas realizadas, sendo 56,67% em relação ao ano-base e 65,61% em relação ao ano anterior.

Com referência à participação na despesa total da Administração Direta, o ano de 1990 apresentou o melhor índice (9,41%). Entretanto, embora, nos últimos anos da série, se verifique queda acentuada no movimento dos gastos direcionados a Função, no exercício em exame, os recursos despendidos representaram um aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, situação que resultou na maior participação após o ano de 1990.

Objetivando a plena execução dos Projetos e das Atividades previstas no orçamento, a Secretaria dos Transportes transferiu a quase totalidade dos recursos à Administração Indireta Estadual, como se demonstra a seguir:

PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NA FUNÇÃO
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE	DESPESA	PARTICIPAÇÃO %
Administração Direta*	16 788	3,95
Transferências à Adm Indireta	408 323	96,05
TOTAL	425 111	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Volume II

*Deduzidas as Transferências à Adm Indireta

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

As Transferências à Administração Indireta, que absorveram 96,05% dos recursos da Função Transporte, foram repassadas em sua totalidade ao DAER, conforme segue:

RECURSOS EMPENHADOS PELA ADM DIRETA E PARTICIPAÇÃO
PERCENTUAL DAS ENTIDADES
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

ENTIDADE	VALOR EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO % NAS TRANSFERÊNCIAS
DAER	408 323	100,00
TOTAL	408 323	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Adm Direta Vol II

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A Função Transporte desenvolveu-se através dos Programas apresentados abaixo, dos quais somente o Programa Administração não é típico da mesma

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NA
FUNÇÃO 16 Transporte

Em R\$ mil

Nº	PROGRAMA	PROJETO PREV/EXEC	DESPESA REALIZADA NO PROJETO	ATIVIDADE PREV/EXEC	DESPESA REALIZADA NA ATIVID	DESPESA REALIZADA TOTAL	PARTIC PERCENT S/TOTAL
7	Administração	/		1 / 1	4 400	4 400	1,03
87	Transporte Aéreo	4 / 3	10 934	1 / 1	574	11 508	2,71
88	Transporte Rodoviário	2 / 2	267 551	5 / 5	141 652	409 203	96,26
90	Transporte Hidroviário	1 /		1 /			0,00
	TOTAL	7 / 5	278 485	8 / 7	146 626	425 111	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

2.4.1 - PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO

"Este Programa envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de implantação da infra-estrutura aeroportuária, do controle e segurança do tráfego aéreo e da exploração dos serviços de transportes aéreos. São classificáveis: o planejamento, a coordenação e o controle necessários ao desempenho dessas ações".

A tabela a seguir demonstra a evolução da despesa do Programa entre 1988/97, bem como a variação anual e a participação no total da Administração Direta

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 87 Transporte Aereo

Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIAÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	6 590	100 00		0 12
1989	14 698	223 06	123 06	0 25
1990	16 574	251 51	12 76	0 24
1991	7 001	106 24	57 76	0 12
1992	9 724	147 57	38 91	0 14
1993	8 924	135 43	8 23	0 13
1994	23 729	360 10	165 90	0 32
1995	6 912	104 90	70 87	0 09
1996	5 688	86 31	17,72	0 07
1997	11 508	174 64	102,34	0 13

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

A série estatística apresentada demonstra uma variada oscilação de recursos aplicados no Programa, onde se destaca o ano de 1994, quando foi registrado o incremento de 165,90% em relação ao ano anterior e 360,10% em relação ao ano-base (1988)

No exercício ora examinado, constata-se que os recursos destinados ao Programa Transporte Aereo alcançaram 74,64% acima do investimento do ano-base e 102,34% em relação ao ano anterior, bem como observa-se que a participação percentual, no total da despesa realizada através Administração Direta, alcançou 0,13%

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
EXERCÍCIO DE 1997

En R\$ mil				
Nº	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DR/DI %
87	Transporte Aéreo	8 299	11 508	138,67
Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE				
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS				

A dotação inicialmente prevista para o Programa Transporte Aéreo era de R\$ 8 299 mil, contudo, a despesa realizada no valor de R\$ 11 508 mil superou em 38,67% os recursos orçados. A execução da despesa, em nível de Projetos e Atividades, apresentou-se como segue:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL - 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 87 - Transporte Aéreo

En R\$ mil						
Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1077	Aquisição de Aeronaves			5 500	47,79	
1460	Reaparelhamento Operacional	24	0,29	508	4,42	2 100,96
1461	Construção de Prédios, Hangares e Terminais de Passageiros	367	4,42			
1462	Construção e Pavimentação de Aeroportos	7 300	87,96	4 926	42,80	67,48
2352	Manutenção de Frota Aérea e Aeroportos	608	7,33	574	4,99	94,37
	TOTAL	8 299	100,00	11 508	100,00	138,67
Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE						
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS						

Na tabela acima, constata-se que o Projeto 1077 - Aquisição de Aeronaves, sem dotação inicial, consumiu R\$ 5 500 mil, ou seja, 47,79% do total dos recursos realizados do Programa Transporte Aéreo. O Projeto 1462 - Construção e Pavimentação de Aeroportos, cuja dotação inicial foi de R\$ 7 300 mil, realizou despesas no valor de R\$ 4 926 mil, sendo 32,52% inferior ao previsto e 42,80% do despendido no Programa.

Ressalta-se, ainda, que o Projeto 1460 - Reaparelhamento Operacional, com dotação inicial de R\$ 24 mil, efetuou despesas no valor de R\$ 508 mil, isto é, 2 100,96% superior ao orçado.

Em 1997, em face da extinção do Departamento Aeroviário do Estado - DAE, disposta na Lei Estadual nº 10 362, de 16 de janeiro de 1995, as despesas decorrentes dos Projetos e Atividades retrocitados foram executadas através da Unidade Orçamentária 18 01 - Gabinete e Órgãos Centrais.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO
PROGRAMA 87 Transporte Aéreo

		Em R\$ mil				
Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3111	Pessoal Civil					
3113	Obrigações Patronais					
3120	Material de Consumo	364	4 38	330	2 86	90 60
3132	Outros Serviços e Encargos	228	2 75	247	2 15	108 15
3192	Despesas de Exercícios Anteriores	16	0 19	10	0 09	63 88
4110	Obras e Instalações	7 667	92 38	4 897	42 56	63 88
4120	Equipamentos e Material Permanente	24	0 29	6 008	52 21	24 828 23
4192	Despesas de Exercícios Anteriores			16	0 14	
	TOTAL	8 299	100 00	11 508	100 00	138 67

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No que se refere à composição da despesa realizada no Programa Transporte Aéreo, observa-se que 52,21% dos recursos destinaram-se ao Elemento 4120 - Equipamentos e Material Permanente e 42,56%, ao 4110 (Obras e Instalações)

Cumprе assinalar que as despesas relativas aos servidores que desempenharam funções ligadas ao Programa 87 - Transporte Aéreo estão em Quadro em Extinção na Secretaria dos Transportes

Do desenvolvimento dos Projetos e Atividades do Departamento, no período 1994/97, resultaram realizações físicas que são analisadas a seguir

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO AERONÁUTICO DO ESTADO DAE
ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO DESENVOLVIDO PELO DAE
PERÍODO DE 1994/1997

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	1994		1995		1996		1997	
		REAL	REL	REAL	REL	REAL	REL	REAL	REL
Terraplenagem	m3	224 205	100	117 177	52	129 688	58	510 000	227
Cerimentamento	m2	660 000	100	262 000	40	768 639	116	643 000	97
Ensaibramento	m2	5 000	100	520	10				
Recuperação de Cercas	m	3 700	100	1 460	39	4 450	120	1 750	47
Balizamentos Casematras	un	64	100					45	70
Pintura	m2	5 534	100			4 779	86		
Regularização de Pistas	m2			53 000					
Construção de Bueiros	m	60	100	25	41	146	243	180	300
Recup de Est de Pas e Hang	un	5	100	1	20				
Pavimentação Asfáltica	m2	30 514	100			50 425	164	47 591	156
Enrievamento	m2	56 114	100	48 000	85	176 622	314	146 497	261
Drenagem	m	4 976	100	1 700	34	4 409	88	4 154	83
EIA/RIMA (Estudo/Relatório Impacto Amb)	un							1	
Demarcação de Pavimento	m2							671	

Fonte: Departamento Aeroportuário Divisão de Infra estrutura Seção de Obras Secretaria dos Transportes
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Observando-se as informações contidas no quadro anterior, depreende-se que, no exercício em análise, a atividade de Terraplenagem executada pelo DAE, junto ao Programa Transporte Aéreo, foi a única que superou as desenvolvidas no ano anterior. No entanto, em comparação ao ano-base (1994), verifica-se que as atividades de Enlèvement e Pavimentação Asfáltica, também apresentam índices positivos, 261 e 156, respectivamente.

De outra forma, cabe registrar que, no exercício de 1997, o DAE realizou duas atividades que não constavam na série examinada - o Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto no Meio ambiente (EIA/RIMA) e Demarcação de Pavimento. O primeiro foi desenvolvido para subsidiar a implementação do aeroporto de Torres, e o segundo ocorreu no aeroporto de Horizontina.

O Departamento Aeroviário do Estado - DAE, desde 1950, foi o principal responsável pela execução das despesas realizadas no Programa Transporte Aéreo. Por iniciativa do Governo do Estado, através da Lei Estadual nº 10.362, de 16 de janeiro de 1995, foi extinto, passando o Poder Executivo, por meio da Secretaria dos Transportes, a incorporar a administração de bens móveis, imóveis, os direitos e as obrigações, bem como pessoal e funções do Departamento.

2.4.2 - PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

"Envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido da implantação e operação da infra-estrutura rodoviária, de terminais rodoviários, vias expressas, estradas vicinais, controle e segurança do tráfego rodoviário e dos serviços de transportes rodoviários. São classificáveis: o planejamento, a coordenação e o controle necessários ao desempenho dessas ações".

De acordo com o Balanço Geral do Estado, a Secretaria dos Transportes transferiu a totalidade dos recursos pertencentes ao Programa Transporte Rodoviário (R\$ 409.203 mil) para que terceiros realizassem as despesas correspondentes. Neste sentido, verificou-se que o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) recebeu R\$ 383.266 mil, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), R\$ 25.057 mil e os Organismos Internacionais, R\$ 880 mil.

No quadro a seguir, verifica-se que, após o declínio registrado nos anos 1995 e 1996, o exercício de 1997 apresentou significativo incremento nas despesas realizadas no Programa 88 - Transporte Rodoviário. Quando comparado em valores constantes, constata-se um aumento de 59,14% em relação ano-base (1998) e uma majoração de 66,08% sobre o ano anterior.

Com relação à participação percentual do Programa na despesa total da Administração Direta Estadual, verifica-se que o menor percentual da série ocorreu no exercício de 1996 (2,92%), enquanto que o maior efetivou-se em 1990, quando atingiu 8,97%. No ano de 1997, a participação atingiu 4,48% da despesa total, o quarto maior índice do decênio

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário
Em R\$ mil

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	257 140	100 00		4 50
1989	471 546	183 38	83 38	7 88
1990	631 523	245 59	33 93	8,97
1991	248 680	96 71	60 62	4 33
1992	298 519	116 09	20 04	4 22
1993	231 342	89 97	22 50	3 33
1994	311 908	121 30	34 83	4 23
1995	222 550	86,55	28 65	2 98
1996	246 387	95 82	10 71	2 92
1997	409 203	159 14	66,08	4,48

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS
*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No âmbito da Administração Direta Estadual, a execução orçamentária referente ao exercício de 1997 do Programa Transporte Rodoviário, desenvolveu-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

Nº	EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DR/DI %
88	Transporte Rodoviário	296 028	409 203	138 23

Fonte Secretaria da Fazenda AFE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A dotação inicial era de R\$ 296 028 mil. Por sua vez, a despesa realizada, no montante de R\$ 409 203 mil, apresentou um acréscimo na ordem de 38,23% em relação à dotação prevista

O Programa Transporte Rodoviário foi implementado pelos Projetos e Atividades a seguir relacionados

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
1466	Contr. ao DAER Para Despesas de Capital	131.450	44,40	266.671	65,17	202,87
1826	Apoio à Constr. da Travessia São Borja(BR) - Santo Tomé(ARG)	800	0,27	880	0,22	110,00
2354	Contribuição ao DAER P/Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	77.030	26,02	83.075	20,30	107,85
2355	Contribuição ao DAER Para Outras Despesas Correntes	24.201	8,18	14.789	3,61	61,11
2356	Contribuição ao DEPRC Para Despesas com Pessoal	34.496	11,65	21.557	5,27	62,49
2361	Contr. ao DAER para Conservação de Rodovias	12.050	4,07	18.731	4,58	155,44
2639	Contr. ao DEPRC - p/Amortização da Dívida	16.000	5,40	3.500	0,86	21,88
	TOTAL	296.028	100,00	409.203	100,00	138,23

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Na tabela acima, verifica-se que o Balanço Geral do Estado contemplou, com recursos do Programa 88 - Transporte Rodoviário, os Projetos 2356 - Contribuição ao DEPRC para Despesas com Pessoal e 2639 - Contribuição ao DEPRC para Amortização da Dívida. Em face deste procedimento equivocado, a utilização dos recursos da Secretaria foi apresentada de forma distorcida. A seguir, apresenta-se o demonstrativo com as modificações necessárias.

DEMONSTRATIVO ALTERADO DEVIDO À RETIRADA DE RECURSOS TRANSFERIDOS AO DEPRC

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário

Em R\$ mil

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI % (*)
1466	Contr. ao DAER Para Despesas de Capital	131.450	53,54	266.671	69,42	202,87
1826	Apoio à Constr. da Travessia São Borja (BR) - Santo Tomé(ARG)	800	0,33	880**	0,23	110,00
2354	Contribuição ao DAER p/Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	77.030	31,37	83.075	21,63	107,85
2355	Contribuição ao DAER para Outras Despesas Correntes	24.201	9,86	14.789	3,86	61,11
2361	Contribuição ao DAER para Conservação de Rodovias	12.050	4,91	18.731	4,88	155,44
	TOTAL	245.531	100,00	384.146	100,00	156,46

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

(*) DR/DI calculado em R\$ 1,00

(**) Valor transferido a Organismos Internacionais

Conforme verificado nos demonstrativos do DAER, a despesa total realizada pela Autarquia no ano de 1997 alcançou R\$ 377.386 mil, que foram aplicados integralmente no Programa Transporte Rodoviário, sendo que, deste total, R\$ 328.987 decorreram de transferências efetuadas pela Administração Direta.

		Em R\$ mil
Despesa Total Executada pelo DAER (Programa 88)		377 386
Transferências Recebidas da Adm Direta		328 987
Fonte: Balanço Geral do Estado 1997 Volume III (pgs 16 e 17)		

Em 1997, a execução da despesa do DAER, em nível de Projetos e Atividades, apresentou-se como segue

DAER PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS/ATIVIDADES NO PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário 1996/1997							Em R\$ mil
ATIVIDADE/PROJETO		1996		1997		Var	
		VALOR*	% S/TOT	VALOR	% S/TOT	+	%
2701	Adm Planej e Controle do Prog Rodoviário	53 682	16 11	43 964	11 65	18 10	
2704	Superv e Serv de Conserv Restaur e Const de Rodovias	24 320	7 30	10 388	2 75	57 29	
2705	Pagamento de Encargos Gerais	49 866	14 96	40 749	10 80	18 28	
2710	Pagamento Despesas Exerc Anteriores	9 698	2 91	578	0 15	94 04	
4000	Programa de Prevenção de Acidentes	5 092	1 53	4 127	1 09	18 95	
4006	Programa de Sinalização de Rodovias	4 605	1 38	9 522	2 52	106 78	
4007	Gerenciamento e Elab de Proj Finais de Engenharia	2 557	0 77	8 065	2 14	215 41	
4009	Supervisão e/ou Fiscalização de Obras Contratadas	2 291	0 69				
4018	Fiscalização Manut e Serv de Rodovias	503	0 15	26	0 01	94 83	
4449	Publicidade Campanha Prev Acidente			2 000	0 53		
TOTAL DAS ATIVIDADES		152 614	45 36	119 419	31 64	21 75	
3000	Restauração de Pavimento e Obra de Arte de Rodovia	531	0 16	2 805	0 74	428 25	
3001	Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada/Asfaltada	159 944	47 03	208 147	55 16	30 14	
3008	Restauração da BR 472						
3009	Reaparelhamento Operacional	106	0 03	233	0 06	119 81	
3013	Constr de Aterros e Pontes em Estr Vicinais						
3014	Construção de Estradas Vicinais	158	0 05	52	0 01	67 09	
3028	Estudos e Pesq de Materiais Altern para Rodovias	127	0 04				
3064	Construção de Rodovias Polidricas	1 077	0 32	454	0 12	57 85	
3065	Melhoria de Rodovias Municipais	211	0 06				
3066	Construção de Rodovias Coletoras	14 370	4 31	20 277	5 37	41 11	
3067	Construção de Obras de Arte Especiais	4 799	1 44	10 628	2 82	121 46	
3068	Ponte do Barracão	2 523	0 76				
3084	Conserv Rotineira de Rodovias			8 462	2 24		
3085	Programa Rede Estadual			6 909	1 83		
3086	Pólos Rodoviários						
TOTAL DOS PROJETOS		183 846	54 64	257 967	68 36	40 32	
TOTAL GERAL		336 460	100 00	377 386	100 00	12 16	

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

* Valores inflacionados pelo IGP DI Médio

As informações contidas no quadro acima evidenciam que, no exercício de 1997, 68,36% do total das despesas da Autarquia foram direcionados a implementação de Projetos e 31,64%, a manutenção de Atividades

Entre as atividades e os projetos realizados no ano em análise verifica-se que o Projeto que movimentou o maior volume de recursos foi o 3001 - Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada/Asfaltada, com 55,16% do total

Em seguida, temos a Atividade 2701 - Administração, Planejamento e Controle do Programa Rodoviário, que absorveu 11,65% do total investido, visando a desempenhar ações deliberativas de fiscalização, orientação e supervisão, planejamento, programação e controle do Programa Rodoviário e, ainda, administração de pessoal, assistência contábil, serviços e utilização de rodovias e a conservação do edifício-sede e prédios anexos

A seguir, são analisadas as metas físicas alcançadas pelo DAER no período 1988/97, relativas a Obras e Serviços, destacando-se os itens mais representativos da atuação da Autarquia

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS 1988/1997

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	SERVIÇOS EXECUTADOS QUANTIDADE									
		1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
-Cons Rodovias (ext. rede)	km	9 116	9 189	9 817	10 158(2)	10 158	10 677	10 854(1)	10 616(2)	10 616	10 616
Petrologiam	m ² x10 ³	517 871	1 064 050	640 794	520 010	533 311	435 862	460 777	367 011	281 030	237 784
-Rodaça Manual e Mecânica	m ² x10 ³	15 030	27 310	17 252	18 230	20 431	16 748(2)	13 495	23 583	11 839	10 944
-Revestimento Primário	m ² x10 ³	249 485	1 052 525	358 424	504 200	423 605	405 917(2)	299 887	448 109	239 983	268 145
-Capa Selante	m ² x10 ³	243 315	462 828	328 902	480 310	330 023	242 761(2)	184 400	342 344	247 876	352 985
-Implantação de Rodovias	km	146	312	625							
Teraplen p/ Bispreadada	m ² x10 ³	3 128 807	7 814 246	15 150 370	1 366 466	5 089 144	5 220 578	7 872 778	4 731 385	1 240 000	1 360 000
Teraplen p/ Adm Direta	m ² x10 ³	1 796 397	1 374 149	181 852	620 220	185 389	312 188	262 490	448 109	52 595	61 188
Constr Obras Arte Espec	m	295	553	690	324	474	583	552	604	877	1 257
Arborização de Rodovias	un	13 246	14 090	14 316	30 020	7 195	9 376	10 049	4 369	4 227	1 240
Sinalização de Rodovias	m ²						(3)	1 765	4 558	3 200	3 697
Sinalização de Rodovias	m						(4)	372 691	837 740	274 697	670 767
Pavimentação de Rodovias	km	232	752	765	139	100	167	227	228	271	232
Proj Obras Arte Espec	m	84	393	2 300	1 130	1 058	4 946	900	3 044	930	2 501
Proj Acesso e Trevos	un	43	23	203	190	16	16	66	20	12	16
Projetos de Sinalização	km	230	383	559	340	101	144	938	129	361	948
-Mapas rodov municipais	un	18	15	11	17	12	13	25	19	14	9
Levantamento rodov munic	km	6 945	5 450	4 654	4 437	4 068	4 068	7 019	6 427	6 219	7 405
Proj geométr de rodovias	km	459	254	1 128	37	62	95	260	127	347	1 742
Neó Ambiente	un					6	11	23	115	30	41

NOTAS

(1) Na rede conservada, não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por empreitada. A composição dos 10 616 km conservados por esta autarquia é a seguinte:

PAV= 4 308 km

REV= 4 147 km

ER MUNC = 658 km

OUTROS= 1 503 km

(2) Dados informados pelo DAER ref. alteração ocorrida em 1995

(3) V= vertical (m)

(4) H= horizontal (m)

a) a extensão da rede rodoviária, cuja manutenção e conservação e desenvolvida pela Autarquia, permaneceu estável nos últimos anos (10 616 km),

b) em 1997, os serviços de Patroagem, Roçada Manual/Mecânica, Arborização de Rodovias e Mapas Rodoviaros Municipais apresentaram reduções nas suas execuções, registrando os menores volumes da serie examinada,

c) o item Pavimentação de Rodovias apresentou decréscimo de 14,39% em relação ao anterior,

d) com exceção das atividades retrocitadas, verifica-se que o ano de 1997 apresentou evolução na quantidade dos demais serviços prestados pelo DAER. Neste sentido, ressalta-se que os de maior acréscimo foram o Projeto Geométrico de Rodovias (402,02 %), o Projeto de Obras e Artes Especiais (168,92%), os Projetos de Sinalização (162,60 %) e o Projeto de Sinalização de Rodovias - Horizontal (144,18%)

Quanto aos elementos, a execução orçamentária da despesa do Programa Transporte Rodoviário apresentou-se como segue

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997 PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS NO PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário						
Em R\$ mil						
Nº	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	PARTIC %	DESPESA REALIZADA	PARTIC %	DR/DI %
3211	Transferências Operacionais	132 080	44 62	137 452	33 59	104 07
3242	Transferências a Organismos Internacionais	800	0 27	880	0 22	110 00
3291	Sentenças Judiciais	15 697	5 30	700	0 17	4 46
4192	Despesas de Exercícios Anteriores					
4311	Auxílios para Despesas de Capital	141 050	47 65	270 171	66 02	191 54
4391	Sentenças Judiciais	5 900	1 99			
4392	Despesas de Exercícios Anteriores	500	0 17			
	TOTAL	296 028	100 00	409 203	100 00	138 23

Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As despesas realizadas no Elemento 4311 - Auxílios para Despesas de Capital foram as que tiveram maior participação no Programa Transporte Rodoviário (66,02% do total). Com relação ao valor previsto no orçamento, constata-se que os dispêndios efetuados superaram o valor orçado em 91,54%

O segundo Elemento que mais gastos efetuou no Programa Transporte Rodoviário foi o 3211 - Transferências Operacionais, que apresentou uma participação de 33,59% do total e superou a dotação inicial em 4,07%

Ressalta-se que o elemento 3291 - Sentenças Judiciais, com despesa realizada de R\$ 700 mil, correspondeu à transferência ao DEPRC para despesa com pessoal e precatórios judiciais a pagar. Tal situação deve ser vista como contabilização equivocada.

Assim, no período em exame, as funções desempenhadas pela CINTEA de projeto e execução de serviços de construção, melhoria e conservação de estradas vicinais ou identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal foram transferidas para o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER.

2.4.3 - PROGRAMA 90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

"Envolve o conjunto de ações desenvolvidas no sentido do planejamento, construção e implantação da infra-estrutura hidroviária, controle e segurança do tráfego e operação dos serviços de transporte marítimo, fluvial e lacustre".

Em consulta ao sistema AFE (Administração Financeira Estadual), que é mantido pela Secretaria da Fazenda do Estado, verificou-se que, no exercício de 1997, não constam transferências de recursos da Administração Direta Estadual para o Programa 90 - Transporte Hidroviário.

Neste sentido, salienta-se que o Orçamento do Estado para o ano de 1997 registrou, para o Programa 90 - Transporte Hidroviário, a dotação inicial de R\$ 322 mil, valor este que não teve sua execução realizada no Programa.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL					Em R\$ mil	
EXERCÍCIO DE 1997						
Nº	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DR/DI %		
90	Transporte Hidroviário	322	0	0,00		
Fonte: Secretaria da Fazenda - AFE						
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS						

Esta situação, caracterizada na tabela que segue, interrompe a possibilidade de realização das análises sobre a evolução das despesas do Programa 90 - Transporte Hidroviário, procedimento efetuado até o ano de 1996.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL
DESPESA REALIZADA POR PROGRAMAS 1988/1997
PROGRAMA 90 Transporte Hidroviário

ANO	EM VALORES CONSTANTES*	RELATIVO BASE FIXA	VARIÇÃO % ANO A ANO	PARTICIPAÇÃO % NA DESPESA TOTAL
1988	6 947	100 00		0 12
1989	7 950	114 43	14 43	0 13
1990	13 105	188 63	64,84	0 19
1991	7 256	104 44	44 63	0 13
1992	2 330	33,54	67 89	0 03
1993	3 981	57 31	70 88	0 06
1994	2 249	32 38	43 50	0 03
1995	21 661	311 79	862 93	0 29
1996	1 817	26 16	91 61	0 02
1997			100 00	

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio) Em R\$ mil

No entanto, conforme citado anteriormente, o Balanço Geral do Estado aponta que a Administração Direta transferiu recursos financeiros para o DEPRC através da Secretaria dos Transportes, registrando, equivocadamente, no Programa 88 - Transporte Rodoviário

Assim sendo, o montante dos recursos que a Administração Direta transferiu para o DEPRC passam a ser considerados como repassados ao Programa 90 - Transporte Hidroviário e não ao Programa Transporte Rodoviário

ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL 1997
PARTICIPAÇÃO DOS PROJETOS E/OU ATIVIDADES NO
PROGRAMA 88 Transporte Rodoviário → PROGRAMA 90 Transporte Hidroviário

Nº	PROJETO E/OU ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA REALIZADA	DR/DI % (*)
2356	Contribuição ao DEPRC Para Despesas com Pessoa	34 496	21 557	62 49
2639	Contr. ao DEPRC p/Amortização da Dívida	16 000	3 500	21 88
	TOTAL	50 496	25 057	49 62

Fonte: Secretaria da Fazenda AFE

(*) DR/DI calculado em R\$ 1 00

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Em relação à Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, verifica-se que a mesma operou sem necessidade de transferências do Governo Estadual, visto que suas receitas portuárias foram suficientes para suportar as despesas orçamentárias

De outra forma, também concorreram para o cumprimento dos objetivos do Programa Transporte Hidroviário as aplicações de recursos próprios do DEPRC e da SUPRG, conforme se demonstra no quadro a seguir

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA PROGRAMA 90 EXERCÍCIO DE 1997			Em R\$ mil
PROGRAMA 90 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	DESPESA REALIZADA	PARTICIPAÇÃO % S/TOTAL	
1 ADMINISTRAÇÃO DIRETA*	25 057	85,56	
2- DEPRC**	16 182		
3- SUPRG**	23 367		
4 (-) Transferências da Admin Direta** (DEPRC)	35 321		
5 DEPRC / SUPRG COM RECURSOS PRÓPRIOS (2+3-4)	4 228	14,44	
6 TOTAL (ADM DIRETA + INDIRETA) (1+5)	29 285	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997

* Valor transferido ao DEPRC, que de forma equivocada, no BGE, foi registrado no Programa 88, Volume II (fls 668 e 669)

** Volume III (fls 45 a 48 e 191)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Para análise do quadro acima, cabe observar que a SUPRG não recebeu recursos da Administração Direta, situação oposta a do DEPRC, que no exercício de 1997 contou com contribuição financeira do Estado para Despesa de Pessoal e para Amortização da Dívida no montante de R\$ 25 057 mil

Constata-se que o DEPRC contou com repasses da Administração Direta no valor de R\$ 35.321 mil, divididos entre Transferências Operacionais (R\$ 32 821 mil) e Transferência de Capital (R\$ 2.500 mil), dos quais comprova-se que R\$ 16 182 mil (45,81% do montante) foram utilizados na despesa que a Autarquia realizou no Programa 90 - Transporte Hidroviário

Verifica-se, também, que, do total de R\$ 29 285 mil aplicados no Programa pela Administração Centralizada e Autárquica, 14,44% tiveram origem nas Autarquias, enquanto que 85,56% foram originários de transferências da Administração Direta

Nesse aspecto, observa-se que o volume de recursos transferidos para o DEPRC, adicionado às despesas realizadas diretamente pela Administração centralizada do Estado, foi o responsável pelo alto índice de dependência do Programa pelos recursos da Administração Direta. A referida situação também está caracterizada na aplicação negativa dos recursos próprios da Autarquia (- R\$ 19 139 mil)

Em termos de Projetos e Atividades, a execução da despesa do DEPRC/SUPRG apresentou-se como segue

DESPESA REALIZADA POR PROJETO E ATIVIDADE		DEPRC E SUPRG		Em R\$ mil	
EXERCÍCIO DE 1997					
PROJETO/ATIVIDADE		DEPRC	SUPRG	TOTAL	% PART S/TOTAL
2731	Administração Geral e Financeira da Autarquia	3 243		3 243	5,99
2732	Pgto Enc Gerais da Autarquia	14 598		14 598	26,96
2735	Adminstr do Porto de Porto Alegre	4 614		4 614	8,52
2738	Administr do Porto de Pelotas	679		679	1,25
4467	Adminstr de Portos Fluviais e Hidrovias	2 149		2 149	3,97
4468	Dragagem e Balizamento das Margens e Hidrovias	4 648		4 648	8,58
4469	Manutenção dos Equip de Navegação Drag e Balizante	849		849	1,57
4470	Administr do Porto e Manut dos Molhes de R Grande		11 834	11 834	21,86
4471	Ressarcimento ao Est de Despesas c/ Pessoal Cedido		11 533	11 533	21,30
TOTAL DAS ATIVIDADES		30 780	23 367	54 147	100,00
Fontes		D G D C DEPRC			
		Chefia da Seção de Contabilidade e Custos SUPRG			
Cálculos		Equipe Técnica TCE/RS			

Conforme se observa no quadro acima, no exercício de 1997, o DEPRC e a SUPRG não efetuaram dispêndios com Projetos, sendo a totalidade dos recursos destinados para despesas em Atividades. Neste aspecto, salienta-se que o DEPRC foi responsável por 56,85% do total da despesa executada, enquanto a SUPRG realizou os restantes 43,15%.

Ressalta-se, também, que a Atividade 2732 - Pagamento de Encargos Gerais, desenvolvida pelo DEPRC, foi a que absorveu maior volume de recursos (26,96%). Seguiram-se a esta, as Atividades 4470 - Administração do Porto e Manut dos Molhes de Rio Grande (21,86%), e 4471 - Ressarcimento ao Estado de Despesas c/Pessoal Cedido (21,30%), ambas realizadas através da SUPRG.

Com a intenção de manter-se as análises realizadas nos exercícios anteriores, com referência ao desempenho do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC, no ano de 1997, novamente, incluiu-se a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG. A tabela a seguir apresenta os indicadores

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS RIOS E CANAIS DEPRC
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA POR PORTO E TOTAL GERAL
PERÍODO DE 1989/1997

Em toneladas

ANO	PORTO DE RIO GRANDE				PORTO DE PORTO ALEGRE(1)				PORTO DE PELOTAS				TOTAL GERAL			
	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC X S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC X S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC X S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC X S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE	PARTIC X S/TOTAL	RELAT BASE FIXA	TOTAL DESEMBARQUE + EMBARQUE
1989	12 518 598	49 48	108	12 278 166	48 53	118	503 976	1 99	110	25 300 740	100 00	113				
1990	11 641 584	48 27	100 4	11 964 925	49 61	115	510 150	2 12	111	24 116 669	100 00	107				
1991	9 211 754	44 34	79 4	11 083 350	53 45	107	438 698	2 11	95	20 733 802	100 00	92				
1992	10 229 546	49 18	88 7	10 320 981	49 33	99 9	312 506	1 49	52	20 923 032	100 00	93				
1993	10 846 899	54 79	93 6	8 655 257	43 77	83 9	284 217	1 44	68 3	19 796 373	100 00	88				
1994	11 397 136	51 59	98 3	10 377 323	46 97	100 4	318 635	1 44	69 7	22 093 094	100 00	98				
1995	11 032 129	63 53	95 2	5 672 644	32 67	54 9	660 198	3 80	144	17 364 971	100 00	77				
1996	9 655 597	51 51	83 3	8 795 719	46 92	85 1	293 268	1 56	64 1	18 744 584	100 00	70				
1997	11 360 870	67 27	98 0	5 315 714	31 14	51 4	211 156	1 25	46 2	16 887 740	100 00	75				

Fontes: Gabinete de Coordenação e Planejamento DEPRC

Superintendência do Porto de Rio Grande SUPRG

(1) Inclui os terminais da Petrobrás em Tramandaí e Copesul em Trunfo
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Nas informações contidas no quadro acima, verifica-se que, após a redução de movimentação de cargas registrada no exercício de 1996, em 1997, as atividades de embarque e desembarque do Porto de Rio Grande cresceram 17,66%

O Porto de Porto Alegre, que no ano de 1996 registrou aumento de atividade, no exercício de 1997, de maneira inversa, retraiu-se 39,56%. Tal situação ganha relevância devido ao fato de ser o mais baixo volume de movimentação de cargas e descargas do período em tela

Da mesma forma, no exercício de 1997, o Porto de Pelotas também apresentou o mais baixo volume de atividades do período em exame. Em relação ao ano anterior, a redução nos embarques e desembarques foi de 27,98%. Salienta-se, então, que, a partir de 1995, ano de maior volume de movimentação (660.198 ton/ano), o Porto registra continuidade na diminuição de suas atividades

A movimentação geral de embarque e desembarque dos três portos analisados apontou redução de 9,91%. Quanto à participação dos portos na movimentação global de cargas, verifica-se que o incremento das atividades do Porto de Rio Grande (SUPRG), aliado às reduções registradas nos Portos de Pelotas e Porto Alegre, proporcionou que o Porto de Rio Grande registrasse o maior índice de participação do período em tela (67,27%)

Observa-se que os dados de movimentação de carga abrangem tanto a movimentada no cais quanto a movimentada na área sob jurisdição do Porto. Por conseguinte, as cargas movimentadas nos terminais da PETROBRÁS, em Tramandaí, e da COPESUL, em Trunfo, foram incluídas nos dados do Porto de Porto Alegre.

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE SUPRG
DEPARTAMENTO DE PORTOS RIOS E CANAIS DEPRC
RELAÇÃO RECEITA x SERVIDORES
PERÍODO DE 1989/1997

Em R\$ mil*

ANO	N ° DE SERV	PORTO DE RIO GRANDE				N ° DE SERV	PORTO DE PORTO ALEGRE				N ° DE SERV	PORTO DE PELOTAS			
		RECEITA TOTAL R\$ (*)	VAR ANUAL %	REC / SERV R\$(**)	VAR ANUAL %		RECEITA TOTAL R\$ (*)	VAR ANUAL %	REC / SERV R\$(**)	VAR ANUAL %		RECEITA TOTAL R\$ (*)	VAR ANUAL %	REC / SERV R\$(**)	VAR ANUAL %
1989	1 081	50 121		46		310	5 352		17		23	730		31	
1990	1 075	42 416 (15 4)		39 (15 2)		306	4 440 (17 0)		14 (17 6)		24	523 (28 4)		22 (29 0)	
1991	1 048	28 893 (31 9)		28 (28 2)		275	4 154 6 5		15 7 1		23	553 5 7		24 9 1	
1992	1 025	37 387 29 4		36 28 5		255	4 269 2 8		17 13 3		31	455 (17 7)		15 (37 5)	
1993	983	35 660 (4 6)		36		218	5 291 24 0		24 41 2		23	333 (26 8)		14 (6 7)	
1994	1 022	36 536 2 5		35 (2 8)		191	7 026 32 8		36 50		30	586 75 9		19 35 73	
1995	931	36 091 (1 2)		39 11 4		175	6 674 (5 0)		38 5 56		19	573 (2 2)		30 57 9	
1996	509	30 344 (15 9)		59 51 3		84	5 545 (16 9)		66 73 7		23	712 24 3		31 3 3	
1997	474	31 524 3 89		66 11 9		57	5 488 (1 7)		96 45 4		42	579 (18 7)		14 (54 8)	
MÉDIA	905	37 191		40		208	5 485		33		26	545		22	

Fontes: DEPRC - Estatísticas Portuárias (Biblioteca Central) Receita Portuária (Diretoria de Contabilidade)

Número de Servidores (Diretoria Administrativa)

Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG

(*) Valores inflacionados pelo IGP DI/RGV (Médio)

(**) Para o cálculo da variação anual da receita p/servidor considerou-se apenas o valor inteiro da receita /servidor

Os dados do quadro acima demonstram que a maior receita auferida pelo Porto de Rio Grande, em valores constantes, foi registrada no ano de 1989 (R\$ 50 121 mil). Neste sentido, o período em análise revela tendência declinante da receita do Porto, sendo que, no exercício de 1997, a receita apresentou um aumento de 3,89% em relação ao ano anterior.

Com relação ao número de servidores alocados nas atividades portuárias, constata-se que o processo de diminuição do contingente, demonstrado nos últimos anos, continuou no exercício em exame. Em relação ao ano anterior, verifica-se uma redução de 6,88%, procedimento que resultou no mais baixo número de servidores do período em exame. Registra-se, aqui, que a redução de pessoal no Porto contou com a efetivação do Plano de Demissão Voluntária - PDV.

Quanto ao Porto de Porto Alegre, o quadro retrodestacado evidencia que, em valores constantes, houve um decréscimo de 1,7% na receita total do exercício de 1997. Neste aspecto, observa-se que o Porto de Porto Alegre apresentou tendência de estabilizar sua arrecadação em torno do valor obtido nos últimos dois anos.

Em oposição a este incremento, constata-se que o número de servidores vem decrescendo progressivamente, atingindo, no exercício ora analisado, 18,39% do existente em 1989 e 67,86% do existente no ano anterior.

A arrecadação do Porto de Pelotas, que, em valores constantes, em 1996, registrou um incremento de 24,13% em relação ao ano anterior, no exercício de 1997, apresentou um declínio de 18,7%, o que correspondeu aos valores auferidos no período 1994/95. No que diz respeito ao número de servidores, o demonstrativo indica que a partir do ano de 1995 houve um crescimento do pessoal, procedimento que culminou no ano em análise, quando registrou o maior número de servidores da série (42).

No exercício de 1997, o confronto da receita por servidor entre os três portos demonstra que a melhor relação foi a obtida pelo Porto de Porto Alegre, cuja arrecadação por servidor alcançou o valor de R\$ 96 mil, seguido pelo Porto de Rio Grande com R\$ 66 mil e pelo de Pelotas com R\$ 14 mil. Da mesma forma, no período em análise, o melhor crescimento da receita x servidor ocorreu no Porto de Porto Alegre com um crescimento de 564,71%, enquanto que a do Porto de Rio Grande cresceu 43,48%.

Entretanto, no que se refere ao Porto de Pelotas, verifica-se que, após o contínuo aumento realizado até o ano de 1996, quando alcançou o mais alto índice (R\$ 31 mil/servidor), houve, em 1997, uma acentuada queda na arrecadação por servidor, situação que ficou caracterizada pelo valor de R\$ 14 mil/servidor, ou seja, 54,8% inferior ao exercício anterior.

A seguir, demonstra-se a produtividade (tonelada/servidor) e a receita por servidor alcançada no período 1989/1997.

SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS - DEPRC RELATÓRIO DE SERVIDORES - MOVIMENTAÇÃO DE CARGA E RECEITAS PERÍODO DE 1989/1997										
ANO	SERVIDORES (1)		MOVIMENT. DE CARGA		PRODUTIVIDADE		RECEITAS PRÓPRIAS* (3)		RECEITA POR SERVIDOR*	
	QUANTIDADE	RELATIVO	TONELADAS	RELATIVO	TON / SERV	RELATIVO	R\$ (2)	RELATIVO	R\$ (2)	RELATIVO
1989	1.414	100	25.300.740	100	17.893.03	100	56.204	100	39	100
1990	1.405	99	24.116.659	95	17.164.88	96	47.380	84	33	85
1991	1.346	95	20.733.802	82	15.404.01	86	33.661	60	24	63
1992	1.311	93	20.923.032	82	15.959.60	89	42.111	75	32	81
1993	1.224	87	19.796.373	78	16.173.51	90	41.285	73	33	85
1994	1.243	88	22.083.094	87	17.774.01	99	44.148	79	36	89
1995	1.125	80	17.364.971	69	15.435.53	86	43.338	77	38	97
1996	616	44	18.744.584	74	30.429.52	170	36.602	65	59	149
1997	573	41	16.874.740	67	29.449.81	165	37.591	67	65	165

Fontes: Superintendência do Porto de Rio Grande/Gabinete de Coordenação e Planejamento
Diretoria de Contabilidade - DEPRC

(1) Servidores Ativos: Total de servidores dos três portos

(2) Valores inflacionados pelo IGP-DI/FGM (Médio), Soma das receitas dos três portos

(3) Soma das receitas dos três portos

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Conforme mencionado anteriormente, em relação ao ano anterior, o exercício de 1997 registrou redução de 9,98% na movimentação total de cargas dos três portos, e, com relação ao número de servidores que realizaram atividades portuárias nas três localidades, constatou-se uma diminuição do pessoal de 6,98%

Em relação ao ano base (1989), o exercício de 1997 apresentou uma redução de 59% nos servidores dos três portos, um decréscimo de 33% nos embarques e desembarques realizados por eles e, da mesma forma, um declínio de 33% nas receitas próprias

No entanto, o ano em exame evidencia aumento na produtividade, que, quando calculada em termos de movimentação de tonelada por servidor, aponta acréscimo de 65%. Em termos de receita por servidor, também foi obtido o mesmo índice(65%)

Diante desta situação, o exercício de 1997 merece destaque por dar continuidade à melhora dos índices de produtividade, procedimento que teve início no ano de 1996, quando foi dado início à redução significativa do quadro de pessoal dos Portos através da implementação do Plano de Demissão Voluntária - PDV

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS

O presente Capítulo tem como objeto a análise econômico-financeira da Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, a qual é constituída por 08 (oito) Autarquias, 17 (dezesete) Fundações, 15 (quinze) Sociedades de Economia Mista e 04 (quatro) Sociedades Controladas

Diversas Funções de Governo são desenvolvidas através dessas Entidades e é por seu intermédio que o Estado intervém supletivamente na economia, buscando o equilíbrio entre os interesses públicos e privados

A análise consolidada dos dados propicia uma verificação, em termos globais, do crescimento ou diminuição dos valores ativos e passivos das instituições, bem como de seus desempenhos em termos operacionais

Salienta-se, ainda, que as Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas foram incluídas para fins de análise sem a aprovação das respectivas Assembléias Gerais Ordinárias, com exceção das da PROCERGS, SULGÁS, CORAG, CRT e BAGERGS, estando, pois, sujeitas a alterações

As empresas controladas que, durante o exercício de 1997, tiveram concluídos os seus processos de liquidação foram as seguintes

- Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO,
- Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA,
- Companhia Riograndense de Turismo - CRTUR

Durante o exercício de 1997, continuaram os processos de liquidação ainda não concluídos, devidamente autorizados em lei, das seguintes companhias

- Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul - COHAB/RS,
- Produtos Gaúchos S A - PROGASA,
- Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC

Autarquias

3.1 - AUTARQUIAS

Em número de oito, as Entidades Autárquicas compreendem a Caixa Econômica Estadual (CEE), o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DAER), o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e a Agência Estadual de Regulamentação dos Serviços Públicos Delegados (AGERGS), com suas atividades voltadas para as áreas Financeira, de Infra-Estrutura, Social, Econômica e Administrativa

A Caixa Econômica Estadual, em vista das características de sua atividade e da forma de apresentação das demonstrações financeiras, está classificada juntamente com as Sociedades de Economia Mista e Empresas Controladas

3.1.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Estimou-se a Receita e fixou-se a Despesa das Autarquias, para o exercício de 1997, em R\$ 912 472 mil, conforme Lei Estadual nº 10 890, de 19 de dezembro de 1996

No exercício de 1997, foi arrecadada uma Receita Orçamentaria de R\$ 1 057 101 mil, representando um acréscimo de 15,85% em relação às previsões iniciais

Deste total, R\$ 902 445 mil correspondem ao IPERGS e ao DAER, que, juntos, arrecadaram 85,37% da Receita Orçamentaria das Autarquias, conforme demonstrado no quadro a seguir

AUTARQUIAS CONSOLIDADO BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS EXERCÍCIO DE 1997								Em R\$ mil
AUTARQUIA	RECEITA			DESPESA			RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
	PREVISÃO INICIAL	RECEITA REALIZADA	DIFERENÇA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	DIFERENÇA		
AGERGS		607	607	845	579	266	28	
DAER	270 031	355 990	85 959	479 374	377 386	101 988	21 396	
DEPRC	58 957	52 173	6 784	62 099	30 781	31 318	21 392	
DETRAN		52 326	52 326	52 122	35 520	16 602	16 806	
IPERGS	529 431	546 465	17 024	586 898	551 766	35 132	5 311	
IRGA	22 533	18 026	4 507	35 063	24 848	10 215	6 822	
SUPRG	31 520	31 524	4	31 520	23 367	8 153	8 157	
TOTAL	912 472	1 057 101	144 629	1 247 921	1 044 247	203 674	12 854	

Fonte: Balanços Orçamentários das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Em 1997, do Resultado Positivo da Execução Orçamentária de R\$ 12 854 mil, constata-se que a AGERGS, o DEPRC, o DETRAN e a SUPRG foram responsáveis pela totalidade desse resultado

As Receitas Correntes representaram, no exercício em exame, 77,17% das Receitas Totais, ficando as Receitas de Capital com uma participação de 22,83%, conforme se demonstra:

AUTARQUIAS RECEITA ORÇAMENTÁRIA												Em R\$ mil*
PERÍODO 1993/1997												
CATEGORIA ECONÔMICA	1993		1994		1995		1996		1997			
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
Receitas Correntes	492 018	78,73	522 566	76,62	625 979	82,46	784 830	81,25	815 718	77,17		
Receitas de Capital	130 213	21,27	159 422	23,38	133 274	17,55	181 087	18,75	241 383	22,83		
TOTAL	612 231	100,00	681 988	100,00	759 253	100,00	965 917	100,00	1 057 101	100,00		

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do montante arrecadado como Receitas de Capital (R\$ 241 383 mil), o DAER foi responsável por R\$ 238 183 mil, ou seja, 98,67%, notadamente por Transferências do Governo do Estado (R\$ 237 822 mil).

Quanto às Receitas Correntes (R\$ 815 718 mil), o IPERGS arrecadou, isoladamente, 66,91%, ou seja, R\$ 545 832 mil, dos quais 74,75% referem-se às Contribuições Sociais (R\$ 408 005 mil) e 25,25%, às Transferências no Âmbito do Estado e outras (R\$ 137.827 mil)

AUTARQUIA	AUTARQUIAS RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 1997						Em R\$ mil
	RECEITAS CORRENTES	%	RECEITAS DE CAPITAL	%	RECEITA TOTAL	%	
AGERGS	576	0,07	31	0,01	607	0,06	
DAER	117 807	14,44	238 183	98,67	355 990	33,68	
DEPRC	49 673	6,09	2 500	1,04	52 173	4,93	
DETRAN	52 326	6,42	-	-	52 326	4,95	
IPERGS	545 832	66,91	623	0,26	546 455	51,69	
IRGA	17 980	2,20	46	0,02	18 026	1,71	
SUPRG	31 524	3,87	-	-	31 524	2,98	
TOTAL	815 718	100,00	241 383	100,00	1 057 101	100,00	

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Recargas oriundas de Transferências realizadas pelo Governo do Estado são analisadas à parte (item 3 1 5 deste Capítulo), em virtude do grau de dependência das Autarquias em relação a tais contribuições

Para o exercício de 1997, foi fixada uma Despesa Orçamentária de R\$ 912 472 mil, alterada, no decorrer do exercício, por meio dos Créditos Adicionais, para R\$ 1 247 921 mil, sofrendo, dessa forma, uma majoração de 36,76%

Do total da Despesa Autorizada (R\$ 1 247 921 mil), realizaram-se, efetivamente, R\$ 1 044 247 mil, ou seja, 83,68% O IPERGS foi responsável por 52,84% da Despesa Total que, somado ao registrado pelo DAER (36,14%), totalizou R\$ 929 152 mil, representando 88,98% da Despesa Orçamentaria Realizada

A seguir, apresenta-se a evolução da Despesa Orçamentária no período 1993/97, segundo as categorias econômicas

AUTARQUIAS - DESPESA ORÇAMENTÁRIA PERÍODO 1993/1997												Em R\$ mil*
CATEGORIA ECONÔMICA	1993		1994		1995		1996		1997			
	+		+		+		+		+			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
Despesas Correntes	500 903	77 41	566 395	69 19	617 277	81 57	838 196	79 38	760 342	72 81		
Despesas de Capital	146 142	22 59	252 186	30 81	139 470	18 43	217 765	20 62	283 905	27 19		
TOTAL	647 045	100 00	818 581	100 00	756 747	100 00	1 055 961	100 00	1 044 247	100 00		

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGJ (Médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Ao longo da série examinada, constata-se que as Despesas Correntes e de Capital, em relação à Despesa Total, mantiveram uma relativa estabilidade, observando-se, em relação ao exercício anterior, um decréscimo das Despesas Correntes com consequente acréscimo das Despesas de Capital em 6,57%

Do total das Despesas de Capital das Autarquias, o DAER respondeu por 94,79% (R\$ 269 105 mil), sendo 88,25% deste montante por conta da rubrica "Prosseguimento e/ou Conclusão de Obras Públicas" (R\$ 237 493 mil)

Quanto as Despesas Correntes, de um total de R\$ 760 343 mil, 71,76% (R\$ 545 624 mil) pertencem ao IPERGS, sendo que, deste montante, R\$ 327 848 mil (60,08%) referem-se as Transferências Correntes, formadas, basicamente, por Transferências a Pensionistas no valor de R\$ 295 658 mil (90,18%)

**AUTARQUIAS DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

AUTARQUIA	DESPESAS CORRENTES	%	DESPESAS DE CAPITAL	%	DESPESA TOTAL	%
AGERGS	572	0,08	7	0,00	579	0,05
DAER	108 281	14,24	269 105	94,79	377 386	36,14
DEPRC	28 587	3,76	2 194	0,77	30 781	2,95
DETRAN	35 508	4,67	12	0,01	35 520	3,40
IPERGS	545 624	71,76	6 142	2,16	551 766	52,94
JRGA	18 565	2,44	6 283	2,21	24 848	2,38
SUPRG	23 205	3,05	162	0,06	23 367	2,24
TOTAL	760 342	100,00	283 905	100,00	1 044 247	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

3.1.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

A tabela a seguir evidencia o fluxo das operações de caráter financeiro realizadas pelas Autarquias no exercício de 1997

**AUTARQUIAS CONSOLIDADO
BALANÇOS FINANCEIROS
EXERCÍCIO DE 1997**

Em R\$ mil

AUTARQUIA	RECEITA		DISPONIB INICIAIS	TOTAL	DESPESA		DISPONIB FINAIS
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA ORÇAM			ORÇAMENTÁRIA	EXTRA ORÇAM	
AGERGS	607	135		742	579	102	61
DAER	355 990	152 210	4 300	512 500	377 386	128 026	7 088
DEPRC	52 173	15 924	527	68 624	30 781	36 973	870
DETRAN	52 326	44 244		96 570	35 520	33 938	27 112
IPE	546 465	306 353	2 818	855 626	551 766	287 367	16 493
JRGA	18 026	8 713	1 029	27 768	24 848	2 242	678
SUPRG	31 524	35 962	4 669	72 155	23 367	32 128	16 660
TOTAIS	1 057 101	563 541	13 343	1 633 985	1 044 247	520 776	68 962

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conjugando-se ao Superávit Orçamentário de R\$ 12 854 mil, ocorrido em 1997, os valores da Receita Extra-Orçamentária (R\$ 563 541 mil) e da Despesa Extra-Orçamentária (R\$ 520 776 mil), constata-se que a Receita Total superou a Despesa em R\$ 55 619 mil, aumentando as Disponibilidades Totais de R\$ 13 343 mil, em 31-12-96, para R\$ 68 962 mil, em 31-12-97

O Quadro I apresenta a evolução dos Balanços Financeiros nos últimos cinco anos

AUTARQUIAS CONSOLIDADO
BALANÇO FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil*

QUADRO I

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR		VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VAR % 97/93
Receita e Disponib Iniciais	6 723 561		3 256 450	52	1 667 943	49	1 658 300	1	1 633 965	1	76
Receita	6 723 146		3 255 829	52	1 665 536	-49	1 642 675	1	1 620 642	1	76
Receita Orçamentária	612 231		681 988	11	759 253	11	965 917	27	1 057 101	9	73
Receita Extra orçamentária	6 110 916		2 573 841	58	906 283	65	676 758	25	563 541	17	91
Disponibilidades Iniciais	414		621	50	2 408	288	15 625	549	13 343	15	3123
Despesas e Disponib Finais	6 723 561		3 256 450	52	1 667 943	49	1 658 300	1	1 633 965	1	76
Despesa	6 707 989		3 252 419	52	1 650 584	49	1 643 900	0	1 595 023	5	77
Despesa Orçamentária	647 047		818 581	27	756 748	8	1 055 961	40	1 044 247	1	61
Despesa Extra orçamentária	6 060 942		2 433 838	60	893 836	63	587 939	34	520 776	11	91
Disponibilidades Finais	15 572		4 032	74	17 359	331	14 400	17	68 962	379	343

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS
* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

A Receita Orçamentária de 1997 apresentou um acréscimo de 9% em relação ao exercício anterior e um acréscimo de 73% em comparação a 1993, ano do início da série

A Despesa Orçamentária, por sua vez, registrou um decréscimo de 1% em relação a 1996 e, em comparação ao exercício de 1993, um acréscimo de 61%

As Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias das Autarquias, em 1997, estavam assim compostas

AUTARQUIAS RECEITAS E DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

AUTARQUIA	RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA			DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA		
	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	FORMAÇÃO DE DÍVIDAS	TOTAL	PAGAMENTO DE DÍVIDAS	FORMAÇÃO DE CRÉDITOS	TOTAL
AGERGS		135	135	102		102
DAER	40 727	111 483	152 210	87 473	40 553	128 026
DEPRC	6 070	9 854	15 924	31 112	5 861	36 973
DETRAN		44 244	44 244	33 938		33 938
IPERGS	248 125	58 228	306 353	23 811	263 556	287 367
IRGA	92	8 621	8 713	2 159	83	2 242
SUPRG	228	35 734	35 962	30 078	2 050	32 128
TOTAL	295 242	268 299	563 541	208 673	312 103	520 776

Fonte: Balanços Financeiros das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Analisando-se o demonstrativo apresentado, constata-se que o recebimento e a formação de créditos foram os elementos mais expressivos na composição da Receita e Despesa Extra-Orçamentárias, respectivamente. O IPERGS contribuiu com a maior parcela de Receitas (54,36%) e Despesas (55,18%).

3.1.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

O quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Financeiro e Permanente das Autarquias, bem como o Saldo Patrimonial resultante

O Saldo Patrimonial Consolidado, em 1997, foi negativo em R\$ 1 465 778 mil. O IPERGS, que apresentou negativos tanto o seu Saldo Patrimonial Financeiro como o Permanente, foi o principal responsável por esse resultado.

AUTARQUIAS CONSOLIDADO BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 1997							
AUTARQUIA	ATIVO			PASSIVO			SALDO PATRIMONIAL
	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	
AGERGS	61	41	102	33		33	69
DAER	9 598	301 096	310 694	88 204		88 204	222 490
DEPRC	2 564	5 997	8 561	32 653	77 857	110 510	101 949
DETRAN	27 112	49	27 161	10 306		10 306	16 855
IPE	42 813	1 338 648	1 381 461	90 141	2 936 171	3 026 312	1 644 851
IRGA	713	35 230	35 943	7 910	290	8 200	27 743
SUPRG	20 946	4 755	25 701	11 836		11 836	13 865
TOTAIS	103 807	1 685 816	1 789 623	241 083	3 014 318	3 255 401	1 465 778

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Centro de Informática TCE/RS

De um Ativo Permanente Consolidado de R\$ 1 685 816 mil, 79,41% (R\$ 1 338 648 mil) correspondem ao IPERGS, sendo que, deste montante, 31,69% (R\$ 424 227 mil) referem-se a Devedores por Financiamentos Habitacionais Concedidos, e 32,69% (R\$ 437 648 mil), à Dívida Ativa de Encargos Previdenciários.

Quanto ao Passivo Permanente, de um total de R\$ 3 014.318 mil, 87,40% (R\$ 2 634 658 mil) correspondem às Reservas Atuariais do IPERGS, que detêm 97,40% do total consolidado no valor de R\$ 2 936 171 mil.

Conforme demonstrado a seguir, a AGERGS, o DETRAN e a SUPRG apresentaram Saldo Patrimonial Financeiro positivo no exercício em exame. Já o Saldo Patrimonial Permanente Consolidado e o Saldo Patrimonial Total resultaram negativos,

devido à expressividade do Saldo Patrimonial Permanente negativo e do Passivo Real a Descoberto apresentados pelo IPERGS nos valores de R\$ 1 597 523 mil e R\$ 1 644 851 mil, respectivamente

AUTARQUIAS SALDO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 1997			
Em R\$ mil			
AUTARQUIA	SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO	SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE	SALDO PATRIMONIAL TOTAL
AGERGS	28	41	69
DAER	78 606	301 096	222 490
DEPRC	30 089	71 860	-101 949
DETRAN	16 806	49	16 855
IPERGS	-47 328	1 597 523	-1 644 851
IRGA	7 197	34 940	27 743
SUPRG	9 110	4 755	13 865
TOTAL	137 276	-1 328 502	1 465 778

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

O Quadro II apresenta a análise comparativa dos Balanços Patrimoniais dos últimos cinco exercícios

AUTARQUIAS CONSOLIDADO BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA PERÍODO DE 1993/1997										
Em R\$ mil*										
GRUPO	1993	1994		1995		1996		1997		
	VALOR	VALOR	VAR 94/93	VALOR	VAR 95/94	VALOR	VAR 96/95	VALOR	VAR 97/96	VAR 97/93
Ativo e Saldo Patrimonial	1 391 047	2 186 618	57	2 799 215	28	3 277 403	17	3 255 401	1	134
Financeiro	18 591	20 236	9	47 913	137	33 673	30	103 807	208	458
Permanente	833 258	1 143 164	37	1 336 453	17	1 518 028	14	1 685 816	11	102
Passivo Real a Descoberto	539 198	1 022 218	90	1 414 850	38	1 725 702	22	1 465 778	15	172
Passivo e Saldo Patrimonial	1 391 047	2 186 618	57	2 799 215	28	3 277 403	17	3 255 401	1	134
Financeiro	30 488	113 006	271	126 282	12	195 034	54	241 083	24	691
Permanente	1 360 560	2 072 611	52	2 672 933	29	3 082 369	15	3 014 318	2	122
Ativo Real Líquido										

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

Em 1997, os valores inscritos no Ativo Permanente sofreram um acréscimo de 11% em relação a 1996 e de 102%, se comparados ao primeiro exercício da série. No Passivo Permanente, houve um decréscimo de 2% sobre o exercício anterior e um acréscimo de 122% em relação a 1993.

O Ativo Financeiro, por sua vez, cresceu 208% em relação a 1996. Já em relação ao primeiro ano da série, apresentou um acréscimo de 458%. No Passivo Financeiro, houve um crescimento de 24% sobre o exercício de 1996 e de 691% em relação a 1993.

AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO
PERÍODO 1993/1997

EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO FINANCEIRO		SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	
1993	18 591	30 488	-11 897
1994	20 236	113 006	92 770
1995	47 913	126 282	78 369
1996	33 673	195 034	-161 361
1997	103 807	241 083	-137 276

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Analisando-se o quadro acima, verifica-se que as Autarquias apresentaram uma Situação Líquida Financeira negativa nos cinco últimos exercícios, ocorrendo uma queda de 680% no exercício de 1994, em relação a 1993, com uma recuperação de 15% em 1995, em relação ao exercício anterior. No exercício de 1996, ocorreu uma queda de 106% em relação a 1995. Já em 1997, ocorreu uma recuperação de 15% em relação ao ano anterior.

AUTARQUIAS - SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE
PERÍODO 1993/1997

EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO PERMANENTE		SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE
	ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE	
1993	833 258	1 360 560	527 302
1994	1 143 164	2 072 611	929 447
1995	1 336 453	2 672 933	-1 336 480
1996	1 518 028	3 082 369	-1 564 341
1997	1 685 816	3 014 318	1 328 502

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (Dezembro)

Ao se analisar o Patrimônio Permanente das Autarquias, devem ser consideradas as diferenças existentes entre elas, uma vez que atuam em áreas distintas, sendo três na área de Infra-Estrutura (DAER, DEPRC e SUPRG), duas na área Social (DETRAN e IPERGS), uma na área Econômica (IRGA) e uma na área Administrativa (AGERGS)

Houve, em 1997, recuperação de R\$ 235 839 mil no Saldo Patrimonial Permanente negativo, equivalendo a 15% sobre o exercício anterior. Dessa recuperação, R\$ 221 731 mil referem-se ao IPERGS

A seguir, apresenta-se o Saldo Patrimonial Total registrado pelas Autarquias no período de 1993 a 1997

AUTARQUIAS SALDO PATRIMONIAL TOTAL PERÍODO 1993/1997						Em R\$ mil*
AUTARQUIA	1993	1994	1995	1996	1997	
AGERGS***						69
DAE*	925	454	263			
DAER	100 996	64 170	169 552	188 357	222 490	
DEPRC	7 941	1 017	60 827	87 686	101 949	
DETRAN****						16 855
IPERGS	637 280	1 128 752	1 557 821	1 864 412	1 644 851	
IRGA	4 102	41 801	33 983	32 401	27 743	
SUPRG**				5 638	13 865	
TOTAL	539 198	1 022 218	1 414 850	1 725 702	1 465 778	

Fonte: Balanços Patrimoniais das Autarquias

Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)

* Extinto em 1995 Lei Estadual nº 10 362 de 16 01 1995

** Criada em 1996 Lei Estadual nº 10 722 de 18 01 1996

*** Criada em 1997 Lei Estadual nº 10 931 de 09 01 1997

**** Criada em 1997 Lei Estadual nº 10 847, de 20 08 1996

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O Saldo Patrimonial Total foi negativo em todos os exercícios da série em estudo, sendo que, em 1997, houve uma diminuição do saldo negativo em torno de 18%, em relação ao ano anterior

Em 1997, as únicas entidades a terem seus resultados negativos foram o DEPRC e o IPERGS, observando-se que o IPERGS apresentou resultados negativos em todos os exercícios da série, os quais foram responsáveis pelos saldos totais negativos verificados

No exercício em análise, houve redução do Passivo Real a Descoberto em R\$ 259 924 mil, sendo o IPERGS o principal responsável por essa redução (R\$ 219 561 mil)

3.1.4 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A partir dos valores apresentados na tabela seguinte, verifica-se que, em conjunto, as Autarquias apresentaram, em 1997, um Superávit Patrimonial de R\$ 139 809 mil

AUTARQUIAS DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 1997										Em R\$ mil
AUTARQUIA	VARIAÇÕES ATIVAS			RESULTADOS PATRIMONIAIS	TOTAL	VARIAÇÕES PASSIVAS			RESULTADOS PATRIMONIAIS	
	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPEN- DA EXEC ORÇAMENT			RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPEN- DA EXEC ORÇAMENT		SUPERÁVIT VERIFICADO
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL				DESPESA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL			
AGERGS	607	7	34		648	579			69	
DAER	365 990	2 862	82 764		441 616	377 386	10 975	6 012	47 243	
DEPRC	52 173	2 670	11 285	20 366	86 494	30 781	15 519	40 094		
DETRAN	52 326	12	37		52 375	35 520			16 855	
IPE	546 465	6 142	3 338 085		3 890 682	551 766	522 646	2 725 477	89 794	
IRGA	18 026	5 259	5 800	2 404	31 489	24 848		6 641		
SUPRG	31 524	153	51 248		82 925	23 367	29 570	21 270	8 618	
TOTALS	1 057 101	17 105	3 489 253	22 770	4 586 229	1 044 247	578 909	2 800 494	162 579	

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Resultado Patrimonial contabilizado pelas Autarquias é resumidamente demonstrado conforme segue

		Em R\$ mil
VARIAÇÕES ATIVAS		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		1 057 101
() Mutuações Patrimoniais		578 909
(=) Receita Orçamentária Efetiva		478 192
(+) Variações Ativas		
Independentes de Execução Orçamentária	3 489 253	3 967 445
VARIAÇÕES PASSIVAS		
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		1 044 247
(-) Mutuações Patrimoniais		17 105
(=) Despesa Orçamentária Efetiva		1 027 142
(+) Variações Passivas		
Independentes de Execução Orçamentária	2 800 494	3 827 636
RESULTADO PATRIMONIAL		139 809

O DEPRC e o IRGA foram as Autarquias que apresentaram déficits, sendo o DEPRC responsável por 89,44% desse resultado

O IPERGS registrou, a título de Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária, o valor de R\$ 3 338 085 mil, o que representou 95,67% do Total Consolidado, sendo este montante composto, na sua maior parte, por Reversão de Reservas Atuariais (R\$ 2 560 642 mil), representando 76,71% do total

Quanto às Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária, o IPERGS foi responsável por R\$ 2 726 477 mil, representando 97,35% do Total Consolidado. Deste montante, 96,63% referem-se à Constituição de Reservas Atuariais (R\$ 2 634 658 mil) inscritas no Passivo Permanente da Autarquia

As Variações Independentes da Execução Orçamentária foram, em 1997, a exemplo de exercícios anteriores, preponderantes na formação do Resultado Patrimonial

Cabe registrar que, ao examinar-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais das Autarquias, constatou-se que o Saldo Patrimonial de 1996, conjugado ao Superávit do Exercício em análise, reflete, de forma correta, o Saldo Patrimonial de 1997

O Quadro III traz essas variações consolidadas, desde 1993, a valores de 1997. Salienta-se o expressivo valor das Variações Ativas e Passivas Independentes da Execução Orçamentária no período 1993/97

AUTARQUIAS CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR		VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VAR % 97/93
Variações Ativas	5 323 841		7 480 724	41	4 639 835	38	4 596 543	1	4 563 459	1	14
Resultantes da Exec Orçam	620 243		692 399	12	760 783	13	981 866	26	1 074 296	3	73
Receitas Correntes	482 017		522 566	8	625 979	20	784 830	25	815 718	4	69
Receitas de Capital	130 213		159 422	22	133 274	16	181 086	36	241 383	33	85
Mutações Patrimoniais	8 012		10 411	30	21 530	107	15 949	26	17 105	7	113
Independ da Exec Orçament	3 103 171		5 334 120	72	3 324 230	38	3 181 513	4	3 489 253	10	12
Déficit Patrimonial	1 600 427		1 454 205	9	534 822	63	433 165	19			
Variações Passivas	5 323 841		7 480 724	41	4 639 835	38	4 596 543	1	4 563 459	1	14
Resultantes da Exec Orçam	928 253		1 183 983	28	1 266 803	7	1 673 586	32	1 623 156	3	75
Despesas Correntes	500 904		566 395	13	617 277	9	838 196	36	760 342	9	52
Despesas de Capital	146 143		252 186	73	139 471	45	217 764	56	283 905	30	94
Mutações Patrimoniais	281 206		365 402	30	510 055	40	617 625	21	578 909	6	106
Independ da Exec Orçament	4 395 589		6 296 741	43	3 373 032	46	2 922 958	13	2 800 494	-4	36
Superávit Patrimonial									139 809		

Fonte: Balanços Gerais das Autarquias

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária que, em 1997, somaram R\$ 3 489.253 mil, apresentaram um acréscimo de 10% em relação a 1996, correspondendo a 76,46% das Variações Ativas Totais (Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária)

Quanto às Variações Independentes da Execução Orçamentária, no exercício em exame, totalizaram R\$ 2 800 494 mil, equivalendo a 61,37% das Variações Passivas Totais (Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária), demonstrando uma queda de 4% em relação a 1996

As Mutações Patrimoniais da Despesa, que registram os acréscimos do Patrimônio Permanente das Autarquias, comparadas ao exercício de 1993, sofreram um acréscimo de 113% Já as Mutações Patrimoniais da Receita, que identificam as reduções no mesmo Patrimônio, apresentaram um acréscimo de 106% em comparação a 1993 Em relação a 1996, as Mutações Patrimoniais da Despesa tiveram um acréscimo de 7%, e as Mutações Patrimoniais da Receita, um decréscimo de 6%

3.1.5 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O total empenhado pelo Governo do Estado, em 1997, em favor das Autarquias, conforme Balanço Geral, foi de R\$ 536.393 mil, dos quais foram efetivamente transferidos R\$ 440.887 mil, ou seja, 82,19%, conforme se demonstra

AUTARQUIAS CONTRIBUIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PERÍODO 1993/1997

	Em R\$ mil*				
VALOR	1993	1994	1995	1996	1997
Empenhados pelo Estado	336 500	441 384	352 877	417 850	536 393
Efetivamente Transferidos	277 602	329 508	333 364	344 045	440 887
Percentual do Repasse (%)	82,50	74,65	94,47	82,34	82,19

Fonte: Balanços Gerais do Estado e Sistema AFE CAGE

* Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGV (médio)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

A seguir, demonstra-se a participação de cada Autarquia no total empenhado e efetivamente repassado pelo Governo do Estado em 1997

AUTARQUIAS PARTICIPAÇÃO NOS REPASSES DO ESTADO EXERCÍCIO DE 1997						Em R\$ mil
AUTARQUIA	EMPENHADO PELO ESTADO 1997	PAGO À AUTARQUIA 1997 (1)	% EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1997	PAGO À AUTARQUIA REF RESTOS A PAGAR (2)	TOTAL PAGO À AUTARQUIA 1997 (1+2)	
AGERGS	641	530	82 68		530	
DAER	383 266	319 055	83 25	9 932	328 987	
DEPRC	24 357	21 368	87 73	10 097	31 465	
DETRAN						
IPERGS	128 129	99 934	77 99	19 418	119 352	
IRGA				530	530	
SUPRG						
TOTAL	536 393	440 887	82 19	39 977	480 864	

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE CAGE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Como se constata, o DAER foi a Autarquia com a maior participação nas Contribuições e Transferências empenhadas pelo Estado (71,45%), recebendo, efetivamente, 83,25% do total empenhado a seu favor, ficando a AGERGS com 0,12% (R\$ 641 mil), ou seja, a menor participação em relação ao total empenhado

As Transferências empenhadas por parte do Governo do Estado destinaram-se a cobertura de Despesas com Pessoal, Investimentos e outras Despesas Correntes realizadas pelas Autarquias, conforme se demonstra

AUTARQUIAS - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE EXERCÍCIO DE 1997					VALOR EMPENHADO
AUTARQUIA	DESPESAS COM PESSOAL	INVESTIMENTOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL	Em R\$ mil
AGERGS	546	31	64	641	
DAER	83 075	266 671	33 520	383 266	
DEPRC	20 857	3 500		24 357	
DETRAN					
IPERGS		-	128 129	128 129	
IRGA	-				
SUPRG		-			
TOTAL	104 478	270 202	161 713	536 393	
%	19 48	50 37	30,15	100	

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE CAGE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Do total empenhado em favor das Autarquias, 50,37% referem-se às Transferências de Capital para a realização de Investimentos, sendo que 98,69% deste montante foi empenhado em favor do DAER, o qual ficou com a maior participação, também, para Despesas com Pessoal (79,51%)

De igual forma, verificam-se contribuições à Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e à Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre que, juntas, somam R\$ 5 070 mil para Despesas com Pessoal, R\$ 625 mil para Outras Despesas Correntes e R\$ 768 mil para Investimentos. As referidas entidades serão analisadas em conjunto com as demais Fundações

A seguir, apresentam-se os percentuais de repasse do Estado às Autarquias segundo a finalidade no período de 1993 a 1997

AUTARQUIAS - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE PERÍODO 1993/1997					
					Em %
FINALIDADE	1993	1994	1995	1996	1997
Desp. com Pessoal	25,33	20,06	26,08	30,22	19,48
Investimentos	37,82	49,21	35,62	37,26	50,37
Outras Desp. Correntes	36,85	30,73	38,30	32,52	30,15
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado - 1993/97
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Estado na Receita das Autarquias

AUTARQUIAS - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA EXERCÍCIO DE 1997				
AUTARQUIA	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	RECEBIDO DO ESTADO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
			ESTADO	PRÓPRIA E OUTROS
AGERGS	607	529	87,15	12,85
DAER	355.990	328.987	92,41	7,59
DEPRC	52.173	31.466	60,31	39,69
DETRAN	52.326			100,00
IPERGS	546.455	119.352	21,84	78,16
JRGA	18.026	530	2,94	97,06
SUPRG	31.524		-	100,00
TOTAL	1.057.101	480.864	45,49	54,51

Fonte: Balanços das Autarquias
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os valores repassados às Autarquias, a título de Contribuições e Transferências, por parte do Tesouro do Estado, constituíram, no exercício de 1997, 45,49% da Receita Orçamentária daquelas Entidades

O DAER, a AGERGS e o DEPRC revelaram uma acentuada dependência dos recursos repassados pelo Estado, com percentuais em torno de 92,41%, 87,15% e 60,31%, respectivamente

O DETRAN, constituído em 1997, não recebeu nenhuma contribuição do Tesouro do Estado, obtendo a maioria dos recursos (99,61%) através de Taxas pela Prestação de Serviços

A SUPRG também não recebeu nenhuma contribuição do Tesouro do Estado, obtendo a maioria dos recursos (78,57%) através de Serviços Portuarios

O percentual de participação do Estado na Receita do IPERGS e do IRGA ficou em torno de 21,84% e 2,94%, respectivamente

A seguir, demonstra-se o grau de dependência das Autarquias, em relação às Transferências do Estado, ao longo do período 1993/97

AUTARQUIAS GRAU DE DEPENDÊNCIA PERÍODO 1993/1997						Em %
AUTARQUIA	1993	1994	1995	1996	1997	
AGERGS						87 15
DAER	96,39	96,85	90,57	92,27	92 41	
DEPRC	8,48	4,30	29,05	36 43	60,31	
DETRAN						
IPERGS	17,39	20,59	22,76	17 75	21 84	
IRGA					2,94	
SUPRG						
TOTAL	45,34	48 32	43,91	41,80	45 49	

Fonte Balanços das Autarquias
Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

O DEPRC, em 1997, registrou um aumento da necessidade de participação do Estado para sua manutenção, saltando, de 36,43% para 60,31%, a sua dependência estatal

Fundações

3.2 - FUNDAÇÕES

A Análise Econômica e Financeira realizada neste item tem como base os Balanços das Fundações, que integram as Contas do Governo do Estado

Arrolam-se, a seguir, as 17 (dezesete) Fundações mantidas pelo Estado para desenvolver atividades de interesse público, identificadas com a respectiva Secretaria de Governo a que se vinculam

Nº	FUNDAÇÃO	SIGLA	SECRETARIA
01	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FAPERGS	SCT
02	FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO DO RS	FADERS	SE
03	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	CIENTEC	SCT
04	FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED E HEUSER	FEE	SCP
05	FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	FETLSVC	SE
06	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	FEPAGRO	SCT
07	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	FEPDS	SSMA
08	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE L ROESSLER	FEPAM	SSMA
09	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM ESTAR DO MENOR	FEBEM	STCAS
10	FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	FGTAS	STCAS
11	FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	FIGTF	SC
12	FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	METROPLAN	SCP
13	FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	FOSPA	SC
14	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	FDRH	SARH
15	FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI RÁDIO E TELEVISÃO	FCP RT	SC
16	FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO	FTSP	SC
17	FUNDAÇÃO ZOOLÓGICA DO RIO GRANDE DO SUL	FZB	SAA

3.2.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

Os Orçamentos Consolidados das Fundações apresentaram, para o exercício financeiro de 1997, uma previsão de Receita de R\$ 230 655 mil (Lei Estadual nº 10 891, de 19-10-1996), dos quais foram arrecadados R\$ 220 317 mil, representando um decréscimo de 4,48% em relação a previsão inicial, conforme se verifica na tabela a seguir

FUNDAÇÕES ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS
EXERCÍCIO DE 1997

FUNDAÇÃO	RECEITA			DESPESA					RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	FIXADA	CRÉDITOS ADICIONAIS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	
FAPERGS	54 379	19 623	34 756	54 379	10 000	64 379	18 128	46 251	1 495
FADERS	2 830	2 957	127	2 830	496	3 326	3 119	207	162
CIENTEC	11 704	13 030	1 326	11 704	2 412	14 116	10 976	3 140	2 054
FEE	16 549	14 075	2 474	16 549	2 624	19 173	17 719	1 454	3 644
FETLSVC	8 646	8 341	304	8 646	1 523	10 168	8 238	1 930	103
FEPAIRO	1 600	1 977	377	1 600	975	2 575	1 992	583	15
FEPPS	6 679	5 516	1 163	6 679	7 689	14 368	3 626	10 742	1 890
FEPAIM	6 252	10 546	4 293	6 252	7 119	13 371	10 161	3 210	384
FEBEM	50 513	49 820	693	50 513	5 029	55 542	47 092	8 450	2 728
FGTAS	20 837	53 018	32 181	20 837	16 621	37 458	34 496	2 962	18 522
FIGITF	1 759	1 108	651	1 759	109	1 868	1 394	474	286
METROPOL	26 427	12 946	13 481	26 427	9 962	36 389	18 532	17 857	5 586
FOSPA	4 852	5 377	525	4 852	1 182	6 034	5 221	813	156
FORH	4 219	5 392	1 173	4 219	2 723	6 942	6 417	525	1 025
FOP RT	7 317	8 583	1 266	7 317	1 007	8 324	7 524	800	1 059
FTSP	713	781	68	713	136	849	779	70	2
FZB	5 380	7 228	1 848	5 380	6 615	11 995	8 371	3 624	1 143
TOTAL	230 655	220 317	10 338	230 655	76 222	306 877	203 785	103 092	16 532

Fonte: Orçamentos e Balanços Orçamentários das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Do total da Receita Realizada, 46,68% foram através da FGTAS e FEBEM, que, juntas, registraram uma arrecadação de R\$ 102.838 mil

No tocante à Despesa, as dotações totais das Fundações, inicialmente fixadas em R\$ 230 655 mil, foram alteradas no decorrer do exercício em 33,04%, mediante a abertura dos créditos adicionais, que somaram R\$ 76.222 mil. Do total da Despesa Autorizada, foram realizados 66,41%

A FGTAS e a FEBEM tiveram, também, na realização da Despesa, uma participação majoritária de R\$ 81 588 mil, respondendo, juntas, por 40,03% da Despesa Orçamentária empenhada no exercício

A seguir, demonstra-se a evolução dos resultados orçamentários consolidados no período 1993/97.

FUNDAÇÕES RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
PERÍODO 1993/97

Em R\$ mil*

RECEITA/DESPESA	1993	1994	1995	1996	1997
Receita Arrecadada	165 068	203 099	186 546	236 516	220 317
Despesa Realizada	194 175	235 157	188 316	282 424	203 785
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	29 107	32 058	1 770	45 908	16 532

Fonte: Balanços Orçamentários das Fundações

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Médio)

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

O Resultado Orçamentário apresentou-se negativo no período 1993/96, sendo o maior déficit constatado, em 1996, no montante de R\$ 45 908 mil. Em 1997, o Resultado Orçamentário apresentou-se positivo no valor de R\$ 16 532 mil.

Individualmente, 59% das Fundações apresentaram Superávit Orçamentário, onde o maior resultado foi obtido pela FGTAS, no valor de R\$ 18 522 mil. Já o maior déficit, foi o da METROPLAN no valor de R\$ 5 586 mil.

As Receitas Correntes representaram, no exercício em exame, 93,87% das Receitas Totais, ficando as Receitas de Capital com uma participação de 6,13%, conforme se demonstra.

FUNDAÇÕES RECEITA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	RECEITAS CORRENTES	%	RECEITAS DE CAPITAL	%	RECEITA TOTAL	%
FAPERGS	19 623	9,49			19 623	8,91
FADERS	2 869	1,39	88	0,65	2 957	1,34
CIENTEC	12 451	6,02	579	4,29	13 030	5,91
FEE	14 075	6,81			14 075	6,39
PETLSVC	8 321	4,02	20	0,15	8 341	3,79
PEPAGRO	1 700	0,82	277	2,05	1 977	0,90
PEPPS	5 366	2,59	150	1,11	5 516	2,50
FEPAIM	10 545	5,10			10 545	4,79
FEDEM	44 220	21,38	5 600	41,49	49 820	22,61
FGTAS	53 018	25,63			53 018	24,06
FIGTF	956	0,46	152	1,13	1 108	0,50
METROPLAN	8 505	4,11	4 441	32,91	12 946	5,88
FOSPA	5 042	2,44	335	2,48	5 377	2,44
FDRH	5 392	2,61			5 392	2,45
FCP RT	7 841	3,79	742	5,50	8 583	3,90
FTSP	779	0,38	2	0,02	781	0,35
FZB	6 118	2,96	1 110	8,22	7 228	3,28
TOTAL	206 821	100,00	13 496	100,00	220 317	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Do montante arrecadado como Receitas Correntes (R\$ 206 821 mil), a FGTAS e a FEBEM foram responsáveis por R\$ 53 018 mil (25,63%) e R\$ 44 220 mil (21,38%), respectivamente

Quanto às Receitas de Capital, 74,40% do total foram arrecadados pela FEBEM (41,49%) e pela METROPLAN (32,91%), nos valores de R\$ 5 600 mil e R\$ 4 441 mil, respectivamente

No tocante à Despesa, como se demonstra no quadro a seguir, observa-se que, do seu total (R\$ 203 785 mil), 89,51% (R\$ 182 411 mil) foram Despesas Correntes e 10,49% (R\$ 21 374 mil) foram Despesas de Capital

Na composição das Despesas Correntes (R\$ 182 411 mil), destacaram-se a FEBEM, com 23,68% (R\$ 43 189 mil) e a FGTAS, com 18,81% (R\$ 34 306 mil)

Em relação às Despesas de Capital (R\$ 21 374 mil), predominaram aquelas realizadas pela METROPLAN, 52,67% (R\$ 11 258 mil) e pela FEBEM, 18,26% (R\$ 3 903 mil)

FUNDAÇÕES DESPESA ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	%	DESPESAS DE CAPITAL	%	DESPESA TOTAL	%
FAPERGS	18 106	9,93	22	0,10	18 128	8,90
FADERGS	3 021	1,66	98	0,46	3 119	1,53
CIENTEC	10 468	5,73	518	2,42	10 986	5,39
FEE	17 668	9,68	61	0,29	17 729	8,69
FETLSVC	8 217	4,50	21	0,10	8 238	4,04
FEPAGRO	1 617	0,89	375	1,76	1 992	0,98
FEPPS	3 301	1,81	325	1,52	3 626	1,78
FEPAM	9 904	5,43	257	1,20	10 161	4,99
FEBEM	43 189	23,68	3 903	18,26	47 092	23,11
FGTAS	34 306	18,81	190	0,89	34 496	16,93
FIGTF	977	0,53	417	1,95	1 394	0,68
METROPLAN	7 274	3,99	11 258	52,67	18 532	9,09
FOSPA	4 926	2,70	295	1,38	5 221	2,56
FDRH	5 854	3,21	563	2,63	6 417	3,15
FOP-RT	6 946	3,81	578	2,70	7 524	3,69
FTSP	775	0,42	4	0,02	779	0,38
FZB	5 882	3,22	2 489	11,66	8 371	4,11
TOTAL	182 411	100,00	21 374	100,00	203 785	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

3.2.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS FINANCEIROS

Demonstram-se, na tabela que segue, as operações de caráter financeiro realizadas pelas Fundações no exercício de 1997

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO BALANÇOS FINANCEIROS EXERCÍCIO DE 1997							
Em R\$ mil							
FUNDAÇÃO	RECEITA		DISPONIB INICIAIS	TOTAL	DESPESA		DISPONIB FINAIS
	ORÇAMENTÁRIA	EXTRA ORÇAM			ORÇAMENTÁRIA	EXTRA ORÇAM	
CIENTEC	13 030	2 048	1 027	16 105	10 976	2 485	2 674
FADERS	2 957	898	88	3 943	3 119	591	233
FAPERGS	19 623	4 101	3 257	26 981	18 128	2 864	5 989
FCP RT	8 563	3 033	563	12 179	7 524	4 077	578
FDRH	5 392	19 963	1 697	27 052	6 417	19 821	814
FEBEM	49 820	44 792	568	95 180	47 092	46 752	1 336
FEE	14 075	6 939	300	21 314	17 719	2 484	1 111
FEPAGRO	1 977	994	18	2 989	1 992	911	86
FEPAM	10 545	2 344	781	13 670	10 161	1 545	1 964
FEPPS	5 516	1 309	1 304	8 129	3 626	1 188	3 315
FETLSVC	8 341	2 209	303	10 853	8 238	2 389	226
FGTAS	53 018	14 657	19 772	87 447	34 496	51 451	1 500
FIGTF	1 108	618	5	1 731	1 394	245	92
FOSPA	5 377	1 373	13	6 763	5 221	953	589
FTSP	781	1 269	86	2 136	779	1 263	94
FZB	7 228	2 816	561	10 605	8 371	1 854	380
METROPLAN	12 946	12 334	108	25 388	18 532	6 195	661
TOTAIS	220 317	121 697	30 451	372 465	203 785	147 038	21 642

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que a CIENTEC, FCP-RT, FEBEM, FETLSVC e FGTAS, juntas, apresentaram um Resultado Extra-Orçamentário negativo de R\$ 40 385 mil, enquanto que as demais Fundações apresentaram, em conjunto, um Resultado Extra-Orçamentário positivo de R\$ 15 044 mil. No Total Consolidado, constata-se um Déficit Extra-Orçamentário de R\$ 25 341 mil.

No Total Consolidado, o Superávit Orçamentário de R\$ 16 532 mil foi conjugado com um Déficit Extra-Orçamentário de R\$ 25 341 mil, formando um Resultado Total Negativo de R\$ 8 809 mil, que, somado as Disponibilidades Iniciais de R\$ 30 451 mil, resultou em R\$ 21 642 mil de Disponibilidades Finais.

A Receita e Despesa Orçamentárias, agregadas aos valores Extra-Orçamentários, provocaram, no exercício de 1997, a seguinte modificação nas Disponibilidades Totais das Fundações:

Em R\$ mil		
Disponibilidades Iniciais		30 451
(+) Receita Orçamentária	220 317	
(+) Receita Extra-Orçamentária	121.697	342 014
(-) Despesa Orçamentária	203 785	
(-) Despesa Extra-Orçamentária	147 038	350 823
Disponibilidades Finais		21 642

O Quadro I apresenta a evolução desses valores nos últimos cinco anos

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO BALANÇO FINANCEIRO DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA PERÍODO DE 1993/1997										
Em R\$ mil**										
GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96
Receita e Disponib Iniciais	251 126		305 130	22	291 646	4	432 241	48	372 465	14
Receita	250 758		304 662	21	287 123	-6	420 917	47	342 014	19
Receita Orçamentária	165 069		204 138	24	186 546	9	236 517	27	220 317	7
Receita Extra-orçamentária	85 690		100 524	17	100 578	0	184 400	83	121 697	34
Disponibilidades Iniciais	367		468	28	4 523	866	11 325	150	30 451	169
Despesas e Disponib Finais	251 126		305 130	22	291 646	-4	432 241	48	372 465	14
Despesa	239 382		297 555	24	279 065	6	399 382	43	350 823	12
Despesa Orçamentária	194 176		236 045	22	188 315	20	282 425	50	203 785	28
Despesa Extra-orçamentária	45 206		61 511	36	90 751	48	116 958	29	147 038	25
Disponibilidades Finais	11 744		7 575	35	12 581	66	32 859	161	21 642	34

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

Ao longo da série examinada, verifica-se que as Receitas e Despesas Totais (Orçamentárias e Extra-Orçamentárias) apresentaram um comportamento decrescente nos exercícios de 1995 e 1997. No exercício de 1997, em relação a 1996, as Receitas e Despesas Totais obtiveram um decréscimo de 19% e 12%, respectivamente.

A evolução dos valores registrados no ano de 1997, comparados ao início da série (1993), demonstra que os aumentos verificados nas Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias (42% e 225%, respectivamente) foram mais significativos do que aqueles obtidos pelas Receitas e Despesas Orçamentárias (33% e 5%, respectivamente).

As Disponibilidades Finais, em 1997, apresentaram um decréscimo de 34% em relação ao exercício anterior e um acréscimo de 84% em relação ao primeiro ano da série. Quanto às Disponibilidades Iniciais, elevaram-se em 169% em 1997, representando um acréscimo de 8 197%, comparado ao valor inicial registrado em 1993.

FUNDAÇÕES	COMPOSIÇÃO DA RECEITA E DESPESA TOTAL					
	PERÍODO 1993/97					
						Em %
GRUPO	1993	1994	1995	1996	1997	
RECEITA	100,00	100,00	100 00	100 00	100,00	
Orçamentária	65 83	66 90	64,97	56 19	64 42	
Extra Orçamentária	34 17	33 10	35 03	43 81	35,58	
DESPESA	100 00	100,00	100,00	100 00	100 00	
Orçamentária	81 12	79 27	67,48	70 72	58 09	
Extra Orçamentária	18 88	20,73	32 52	29 28	41 91	

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Como demonstrado no quadro acima, temos que os recebimentos extra-orçamentários diminuíram, em 1997, a sua participação na formação da Receita Total, atingindo 35,58%, enquanto os pagamentos extra-orçamentários cresceram em 41,91% na composição da Despesa Total

3.2.3 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

O Quadro a seguir demonstra a composição do Patrimônio Financeiro e Permanente das Fundações, assim como o Saldo Patrimonial, no exercício de 1997

FUNDAÇÃO	ATIVO			PASSIVO			SALDO PATRIMONIAL
	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	FINANCEIRO	PERMANENTE	REAL	
CIENTEC	2 805	4 170	6 975		554	554	6 421
FADERS	242	2 170	2 412		552	657	1 755
FAPERSS	5 992	130 120	136 112	3 462		3 462	132 650
FCP RT	578	2 154	2 732		922	322	1 488
FDRH	861	2 653	3 514	1 565		8	1 941
FEBEM	1 404	21 107	22 511	11 233		11 233	11 278
FEE	1 112	29 468	30 580	28 495		28 495	2 085
FEPAGRO	86	24 796	24 792		647	647	24 145
FEPAM	2 028	2 034	4 062	1 434		1 434	2 628
FEPPS	3 438	5 156	8 594	453		453	8 141
FETLSVC	262	1 953	2 215		927	275	1 013
FGTAS	3 561	4 975	8 536	5 123	2 608	7 731	805
FIGTF	92	976	1 068		398		670
FOSPA	590	1 317	1 907	948	164	1 112	795
FTSP	94	228	322		58	6	258
FZB	416	138 597	139 013	1 913	100	2 013	137 000
METROPLAN	661	17 445	18 106	9 524		9 524	8 582
TOTAIS	24 222	389 229	413 451	68 208	3 588	71 796	341 655

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Centro de Informática TCE/RS

Do total do Ativo Permanente das Fundações, 36% correspondem à FZB, sendo 97% deste montante constituído pelo grupo dos Bens Imóveis da Fundação (R\$ 134 692 mil), ficando a segunda maior participação por conta da FAPERGS (33%),

a receber por aquela entidade (R\$ 129 815 mil)

A FZB foi responsável por 40,10% do Saldo Patrimonial Total das

Fundações, ficando a FAPERGS com a segunda maior participação (38,83%), observando-se que, das 17 (dezessete) Fundações em análise, 09 (nove) não tiveram valores registrados como Passivo Permanente

Na tabela seguinte, demonstra-se a composição do Saldo Patrimonial Financeiro, Permanente e Total ao longo do período sob exame

FUNDAÇÕES - SALDOS PATRIMONIAIS PERÍODO 1993/97					
	Em R\$ mil*				
SALDO PATRIMONIAL	1993	1994	1995	1996	1997
Ativo Financeiro	5 095	5 285	12 694	35 231	24 222
Passivo Financeiro	14 855	27 540	33 817	100 275	68 208
SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO (1)	9 760	22 255	21 123	65 044	43 986
Ativo Permanente	270 291	208 710	254 710	387 569	389 229
Passivo Permanente	5 162	4 632	3 954	3 929	3 588
SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE (2)	265 129	204 078	250 756	383 640	385 641
SALDO PATRIMONIAL TOTAL (1+2)	255 369	181 824	229 632	318 596	341 655

Fonte: Balanços Orçamentários das Fundações

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se que o Saldo Patrimonial Financeiro foi negativo em todos os exercícios da série, e o Saldo Patrimonial Permanente, sempre positivo

O Saldo Patrimonial Total decresceu no exercício de 1994, quando atingiu o resultado de R\$ 181 824 mil, representando uma queda de 29% em relação a 1993. No exercício de 1997, constata-se o maior resultado do período (1993/97), ou seja, R\$ 341 655 mil

Conforme demonstrado no Quadro II, ocorreu um aumento de 34% no Ativo Real Líquido, em relação a 1993, e de 7%, se comparado ao exercício de 1996

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Ativo e Saldo Patrimonial	275 386		213 996	22	267 404	25	422 800	58	413 451	2	50
Financeiro	5 095		5 285	4	12 694	140	35 231	178	24 222	31	375
Permanente	270 291		208 710	23	254 710	22	387 569	52	389 229	0	44
Passivo Real a Descoberto											
Passivo e Saldo Patrimonial	275 386		213 996	22	267 404	25	422 800	58	413 451	2	50
Financeiro	14 855		27 540	86	33 817	23	100 275	197	68 208	32	359
Permanente	5 162		4 632	10	3 954	15	3 929	1	3 588	9	30
Ativo Real Líquido	255 369		181 824	29	229 632	26	318 596	39	341 655	7	34

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

Conforme se demonstra a seguir, apresentaram redução do Saldo Patrimonial em 1997, comparativamente a 1996, a FEPPS (83,48%) e a FEPAGRO (6%)

Já as variações positivas mais significativas foram apresentadas pela FEE (908,14%), FIGTF (256,38%) e FOSPA (187,00%)

FUNDAÇÕES SALDO PATRIMONIAL

Em R\$ mil*

FUNDAÇÃO	1996	1997	VARIACÃO %
FAPERGS	101 480	132 650	30 71
FADERS	1 678	1 755	4 59
CIENTEC	4 363	6 421	47 17
FEE	258	2 085	908 14
FETLSVC	563	1 013	79 93
FEPAGRO	25 686	24 145	6 00
FEPPS	49 282	8 141	83 48
FEPAM	2 009	2 628	30 81
FEBEM	8 536	11 278	32 12
FGTAS	18 250	805	104 41
FIGTF	188	670	256 38
METROPLAN	3 456	8 582	148 32
FOSPA	277	795	187 00
FDRH	1 660	1 941	16 93
FCP RT	964	1 488	54 36
FTSP	251	258	2 79
FZB	136 711	137 000	0 21
TOTAL	318 596	341 655	7,23

Fonte: Balanços Patrimoniais das Fundações

* VIs Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

3.2.4 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Quadro a seguir demonstra a movimentação Orçamentária e Extra-Orçamentária das Entidades, bem como seus reflexos no patrimônio das Fundações, no exercício de 1997

FUNDAÇÕES									
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS									
EXERCÍCIO DE 1997									
Em R\$ mil									
FUNDAÇÃO	VARIAÇÕES ATIVAS		RESULTADOS PATRIMONIAIS		TOTAL	VARIAÇÕES PASSIVAS		RESULTADOS PATRIMONIAIS	
	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPEN- DA EXEC ORÇAMENT	DÉFICIT VERIFICADO		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPEN- DA EXEC ORÇAMENT	SUPERÁVIT VERIFICADO
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL				DESPESA ORÇAMENTÁRIA	MUTUAÇÃO PATRIMONIAL		
CIENTEC	13 030	518	3 001		16 549	10 976	2 479	732	2 362
FADERS	2 967	99	641		3 697	3 119	296	88	194
FAPERGS	19 623	23	38.546		58 191	18 128	1 789	42	38 232
FOP-RT	8 583	283	1 086		9 952	7 524	1 582	255	591
FURH	5 392	662	2 462		8 506	6 417	1 690	2	397
FEDEM	49 820	752	8 969		59 541	47 092	8 969	154	3 336
FEE	14 076	65	7 127		21 267	17 719	1 197	26	2 325
FEPIAGRO	1 977	324	670		2 971	1 992	375	357	247
FEPMH	10 546	50	888		11 463	10 161		543	759
FEPPS	5 516	239	4 213	37 711	47 679	3 626		44 053	
FEILSUC	8 341	21	1 480		9 842	8 238	974	141	489
FGTAS	53 018	209	2 720		55 947	34 496	3 369	296	17 786
FIGTF	1 108	417	414		1 939	1 394			495
FOSP	5 377	322	255		5 954	5 221		196	537
FTSP	781	4	72		857	779	50	5	23
FZB	7 228	1 701	10 212		19 141	8 371	472	493	9 805
METROPOLAN	12 946	4 499	9 432		26 877	18 532	2 887	91	5 367
TOTAIS	220 317	10 188	92 157	37 711	360 373	203 785	26 169	47 474	82 946

Fonte: Balanços Gerais das Fundações
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que, das 17 (dezesete) Fundações em análise, apenas a FEPPS apresentou déficit em 1997. Este déficit deve-se, principalmente, à baixa de bens de almoxarifado no valor de R\$ 43 874 mil, parte deste valor (R\$ 35 712 mil) havia sido registrado como Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária no exercício de 1996. Quanto ao superávit verificado, a FAPERGS foi responsável por 46,09%, ficando a FGTAS com a segunda maior participação (21,44%).

No conjunto, as Fundações encerraram o exercício com um Superávit Patrimonial de R\$ 45.234 mil.

Cabe registrar que, ao examinar-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais das Fundações, constata-se que o Saldo Patrimonial de 1996, conjugado ao Superávit do Exercício em análise, reflete, de forma correta, o Saldo Patrimonial de 1997

No Quadro III, consolidam-se os dados relativos as variações ocorridas no patrimônio das Fundações, no período de 1993 a 1997

FUNDAÇÕES CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil)*

QUADRO III

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Variações Ativas	1 010 957	+	488 223	52	305 746	37	436 599	43	322 662	26	68
Resultantes da Exec. Orçam.	169 759		206 957	22	188 559	9	239 381	27	230 505	4	36
Receitas Correntes	161 034		172 061	7	180 668	5	234 776	30	206 821	12	28
Receitas de Capital	4 035		32 077	695	5 878	82	1 741	70	13 496	675	234
Mutações Patrimoniais	4 690		2 819	40	2 014	29	2 865	42	10 188	256	117
Independ. da Exec. Orçament.	841 198		281 266	67	117 187	58	197 218	68	92 157	53	89
Déficit Patrimonial											
Variações Passivas	1 010 957	+	488 223	52	305 746	37	436 599	43	322 662	26	68
Resultantes da Exec. Orçam.	198 620		240 324	21	223 575	7	321 882	44	229 954	29	16
Despesas Correntes	182 724		193 460	6	184 129	5	267 513	45	182 411	32	0
Despesas de Capital	11 452		42 584	272	4 186	90	14 912	256	21 374	43	87
Mutações Patrimoniais	4 643		4 280	8	35 261	724	39 457	12	26 169	34	464
Independ. da Exec. Orçament.	18 483		9 116	51	9 515	4	5 708	40	47 474	732	157
Superávit Patrimonial	793 655		238 782	70	72 656	70	109 009	50	45 234	59	94

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos: Equipe Técnica TOE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

O Resultado Patrimonial Consolidado foi positivo em todos os exercícios da série, apresentando, no exercício de 1997, um decréscimo de 59% em relação ao ano anterior e de 94% em comparação a 1993

Contribuíram decisivamente, para a obtenção do superávit verificado no exercício de 1997 (R\$ 45 234 mil), os resultados patrimoniais apresentados pela FAPERGS, FGTAS e FZB, conforme demonstrado na tabela a seguir

FUNDAÇÕES RESULTADO PATRIMONIAL
PERÍODO 1993/97

						Em R\$ mil*
FUNDAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1997/96 (%)
FAPERGS	30 415	41 067	42 653	40 729	38 232	6,13
FADERS	584	2 482	780	364	194	153,29
CIENTEC	2 154	2 206	1 372	1 909	2 362	23,73
FEE	2 407	5 265	1 609	-4 590	2 325	150,65
FETLSVC	-354	2 289	-694	-33	489	1 581,81
FEPAGRO(1)		173	457	25 284	247	-99,02
FEPPS(2)			9 420	41 000	-37 711	191,98
FEPAM	2 828	2 235	133	634	759	19,72
FEBEM	425	2 741	273	6 840	3 336	51,23
FGTAS	-2 067	-1 310	-3 228	-14 669	17 786	221,25
FIGTF	69	384	63	39	495	1 169,23
METROPLAN	-461	4 264	-1 973	2 962	5 367	81,19
FOSPA	845	-213	57	323	537	66,25
FDRH	747	642	1 869	379	397	204,75
FCP-RT	-345	-768	1 293	226	591	161,50
FTSP	14	128	12	172	23	-86,63
FZB	756 391	177 199	18 685	8 927	9 805	9,83
TOTAL	793 652	238 784	72 655	109 010	45 234	-58,50

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

(1) Criada em 1994 - Lei Estadual nº 10 096/94

(2) Criada em 29/12/94 - Lei Estadual nº 10 349/94

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em relação ao ano anterior (1996), constata-se que a FETLSVC apresentou, dentre as Fundações, a maior variação positiva (1 581,81%), enquanto a FEPPS representou a maior variação negativa (191,98%)

Constata-se também que a FADERS, a CIENTEC, a FEE, a FEPAM, a FGTAS, a FIGTF, a METROPLAN, a FOSPA, a FDRH, a FCP-RT e a FZB melhoraram o seu Resultado Patrimonial em relação ao exercício anterior

Verifica-se que, em 1997, apenas a FEPPS apresentou Resultado Patrimonial negativo

Demonstra-se, a seguir, a evolução da participação percentual dos elementos que compõem as Variações Patrimoniais Ativas ao longo do quinquênio 1993/97

FUNDAÇÕES - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS

PERÍODO 1993/97

	Em %				
VARIAÇÕES ATIVAS	1993	1994	1995	1996	1997
Result da Exec Orçament	16,79	42,27	61,67	54,83	71,44
Receitas Correntes	15,93	35,11	59,09	53,77	64,10
Receitas de Capital	0,40	6,58	1,92	0,40	4,18
Mutações Patrimoniais	0,46	0,58	0,66	0,66	3,16
Independ da Exec Orçament	83,21	57,73	38,33	45,17	28,56
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Na composição das Variações Patrimoniais Ativas, as Variações Orçamentárias, nos 03 (três) últimos exercícios (1995/97), foram maiores que as Variações Independentes de Execução Orçamentária

FUNDAÇÕES - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS

PERÍODO 1993/97

	Em %				
VARIAÇÕES PASSIVAS	1993	1994	1995	1996	1997
Result da Exec Orçament	19,66	49,15	73,12	73,73	71,27
Despesas Correntes	18,07	39,54	60,22	61,27	56,53
Despesas de Capital	1,13	8,73	1,37	3,42	6,63
Mutações Patrimoniais	0,46	0,88	11,53	9,04	8,11
Independ da Exec Orçament.	1,83	1,87	3,11	1,31	14,71
Superávit Patrimonial	78,51	48,98	23,77	24,96	14,02
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanços Gerais das Fundações

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As Variações Passivas resultantes da execução do Orçamento apresentaram praticamente o mesmo percentual na composição do total das variações passivas nos 03 (três) últimos exercícios (1995/97)

3.2.5 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O Governo do Estado empenhou, em 1997, a título de Contribuições e Transferências a crédito das Fundações, o valor de R\$ 196 488 mil, representando um decréscimo real de 13,91% em relação ao total empenhado no exercício anterior

Demonstram-se, a seguir, os valores empenhados pelo Estado em favor de cada Entidade, segundo a finalidade do repasse

FUNDAÇÕES - CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO SEGUNDO A FINALIDADE EMPENHADAS NO EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

FUNDAÇÃO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS DE CAPITAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL	% DO TOTAL
FAPERGS	589		49 625	50 214	25,55
FADERS	2 249	95	577	2 921	1,49
CIENTEC	7 471	31		7 502	3,82
FEE	13 854	-	451	14 305	7,28
FETLSVC	7 518	30	233	7 781	3,96
FEPAGRO	50	300	600	950	0,48
FEPPS	-	796	989	1 785	0,91
FEPAM	5 548	-	786	6 334	3,22
FEBEM	36 840	4 274	7 340	48 454	24,66
FGTAS	16 732	127	1 899	18 758	9,55
FIGTF	861	433	174	1 468	0,75
METROPLAN	6 381	10 798	1 187	18 366	9,35
FOSPA	4 209	335	452	4 996	2,54
FDRH	257		-	257	0,13
FCP RT	5 852	78	686	6 616	3,37
FTSP	373	2	226	601	0,30
FZB	4 945	54	181	5 180	2,64
TOTAL	113 729	17 353	65 406	196 488	100,00
% DO TOTAL	57,88	8,83	33,29	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Estado e Sistema AFE - CAGE

As Fundações mais beneficiadas, em 1997, com as Transferências empenhadas pelo Estado, foram a FEBEM (24,66%) e a FAPERGS (25,55%), que, juntas, somaram R\$ 98 668 mil, representando 50,21% do total

Do valor empenhado para Despesas de Capital, 62,22% foram para a METROPLAN. Quanto às Despesas com Pessoal, os maiores percentuais foram destinados à FEBEM (32,39%) e à FGTAS (14,71%), que, juntas, representaram 47,10% do total

Conforme se demonstra a seguir, verificou-se um decréscimo, na participação percentual das Transferências para Despesas com Pessoal, de 59,41% para 57,88%, bem como um acréscimo, nos auxílios para a realização de Despesas de Capital, de 6,72% para 8,83%, empenhados às Fundações em 1997, em comparação a 1996

FUNDAÇÕES CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO EMPENHADAS PERÍODO 1993/97				
				Em %
ANO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS DE CAPITAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
1993	70 69	2,93	26 38	100,00
1994	57,34	15 52	27,14	100 00
1995	66,43	0 60	32,97	100 00
1996	59 41	6,72	33 87	100,00
1997	57,88	8 83	33,29	100 00

Fonte Balanços Gerais do Estado - 1993/97 e Sistema AFE CAGE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

A tabela a seguir demonstra os valores empenhados pelo Estado e os efetivamente pagos, incluindo Restos a Pagar

FUNDAÇÕES RECEITAS TRANSFERIDAS PELO ESTADO - 1997					
					Em R\$ mil
FUNDAÇÃO	EMPENHADO PELO ESTADO 1997	PAGO À FUNDAÇÃO 1997 (1)	% PAGO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1997	PAGO A FUNDAÇÃO REF RESTOS A PAGAR (2)	TOTAL PAGO À FUNDAÇÃO (1 + 2)
FAPERGS	50 214	9 432	18,78	1 789	11 221
FADERS	2 921	2 534	86,75	295	2 829
CIENTEC	7 502	6 529	87 03	1 081	7 610
FEE	14 305	10 753	75 17	1 049	11 802
FETLSVC	7 781	6 059	77,87	938	6 997
FEPAGRO	950	647	68,10	316	963
FEPPS	1 785	1 235	69,19	146	1 381
FEPAM	6 334	5 077	80,15	390	5 467
FEBEM	48 454	38 099	78,63	8 959	47 058
FGTAS	18 758	15 857	84,53	4 321	20 178
FIGTF	1 468	961	65 46	50	1 011
METROPLAN	18 366	8 488	46,21	3 307	11 795
FOSPA	4 996	4 436	88 79	196	4 632
FDRH	257	100	38,91	96	196
FCP-RT	6 616	5 814	87,88	1 582	7 396
FTSP	601	512	85 19	50	562
FZB	5 180	4 437	85,66	470	4 907
TOTAL	196 488	120 970	61,57	25 035	146 005

Fonte Balanço Geral do Estado e Sistema AFE CAGE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Do total empenhado (R\$ 196 488 mil), foram efetivamente transferidos R\$ 120 970 mil, ou seja, apenas 61,57% do valor empenhado no exercício

No tocante ao total pago no exercício de 1997 (incluindo Restos a Pagar), o total pago às Fundações foi de R\$ 146 005 mil

Quanto à FAPERGS e à FDRH, destaca-se o fato de que grande parte dos valores empenhados pelo Estado, em 1997, não foi transferida. Dessa forma, ficou registrado em Restos a Pagar, respectivamente, o montante equivalente a 81,22% e 61,09% dos totais empenhados para cada Fundação supramencionada

A seguir, apresenta-se a participação percentual do Estado na formação da Receita Total das Fundações em 1997, incluindo-se os valores transferidos relativos a exercícios anteriores, registrados em Restos a Pagar

FUNDAÇÕES - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA RECEITA
EXERCÍCIO DE 1997

FUNDAÇÃO	Em R\$ mil			
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	EFETIVAMENTE TRANSFERIDO PELO ESTADO(1)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
			ESTADO	OUTROS
FAPERGS	19 623	11 221	57,18	42,82
FADERS	2.957	2 829	95,67	4,33
CIENTEC	13 030	7 610	58,40	41,60
FEE	14 075	11 802	83,85	16,15
FETLSVC	8 341	6 997	83,89	16,11
FEPAGRO	1 977	963	48,71	51,29
FEPPS	5 516	1 381	25,04	74,96
FEPAM	10 545	5 467	51,84	48,16
FEBEM	49 820	47 058	94,46	5,54
FGTAS	53 018	20 178	38,06	61,94
FIGTF	1 108	1 011	91,24	8,76
METROPLAN	12 946	11 795	91,11	8,89
FOSPA	5 377	4 632	86,14	13,86
FDRH	5 392	196	3,63	97,37
FCP RT	8 583	7 396	86,17	13,83
FTSP	781	562	71,96	28,04
FZB	7 228	4 907	67,89	32,11
TOTAL	220 317	146 005	66,27	33,73

Fonte: Balanço Geral do Estado - 1997 e Sistema AFE - CAGE

(1) Incluído Restos a Pagar.

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Observa-se uma dependência dos recursos transferidos pelo Estado pela grande maioria das Fundações, sendo que 04 (quatro) delas apresentam dependência acima de 90% FADERS (95,67%), FEBEM (94,46%), METROPLAN (91,11%) e FIGTF (91,24%)

A FDRH e a FEPPS foram as Fundações com os menores índices de participação do Estado na Receita Orçamentaria (3,63% e 25,04%, respectivamente)

Demonstra-se, a seguir, a participação percentual do Estado na formação da Receita Total das Fundações ao longo do período 1993/97

FUNDAÇÕES PARTICIPAÇÃO DO ESTADO PERÍODO 1993/97						Em %
FUNDAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	MÉDIA DO PERÍODO
FAPERGS	74,00	70,56	95,86	76,17	57,18	74,75
FADERS	97,79	95,89	99,44	98,73	95,67	97,50
CIENTEC	63,00	65,97	80,64	70,67	58,40	67,74
FEE	96,96	94,37	97,47	90,56	83,85	92,64
FETLSVC	92,06	85,68	89,07	86,30	83,89	87,40
*FEPAGRO		19,42	35,52	55,17	48,71	39,70
**FEPPS		-	46,45	25,73	25,04	32,41
FEPAM	64,05	70,13	66,58	58,92	51,84	62,30
FEBEM	98,01	96,00	99,09	95,11	94,46	96,53
FGTAS	77,40	51,14	65,25	35,13	38,06	53,40
FIGTF	98,53	98,27	49,35	89,28	91,24	85,33
METROPLAN	25,40	96,96	91,00	92,05	91,11	79,30
FOSPA	84,62	87,74	89,86	87,25	86,14	87,12
FDRH	48,49	42,39	45,21	32,17	3,63	34,38
FCP RT	98,02	97,78	99,22	88,93	86,17	94,02
FTSP	77,93	73,18	77,25	75,87	71,96	75,24
FZB	85,20	85,21	86,53	75,71	67,89	80,11

Fonte: Balanços das Fundações

(*) Criada em 1994 Lei Estadual nº 10 096/94

(**) Criada em 29/12/94 Lei Estadual nº 10 349/94

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

Constata-se, no exercício de 1997, que das 17 Fundações analisadas, 14 reduziram a obtenção de recursos do Estado, e 3 aumentaram a obtenção destes recursos em relação a média do quinquênio. Já no comparativo com o exercício anterior, da totalidade das Fundações, 15 reduziram a obtenção de recursos, e apenas 2 aumentaram levemente a necessidade de recursos transferidos pelo Estado.

*Sociedades de Economia Mista
e Entidades Controladas*

3.3 - SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

As Entidades que figuram na Tabela I formam o universo da análise consolidada pertinente a este tópico. Importa referir que o exame econômico-financeiro foi efetuado com base nos Balanços Gerais apresentados pelas Companhias que integram o Balanço Geral do Estado.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

TABELA I

Nº	SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA	SIGLA
1	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	BANRISUL
2	BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A	BAGERGS
3	BANRISUL PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	BANRISUL PD
4	BANRISUL S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	BANRISUL MERCANTIL
5	BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO	BANRISUL CORRETORA
6	CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A	CADIP
7	CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL	CEE
8	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A	CEASA/RS
9	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	OGTEE
10	COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZPE DO RIO GRANDE	ZOPERG
11	COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	SULGÁS
12	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	COHAB
13	COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS	CIEL
14	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL	PROCERGS
15	COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	CEEE
16	COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS	CESA
17	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS	CORAG
18	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO	ORM
19	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO	CORSAN
20	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES	CRT

A Caixa Econômica Estadual, apesar de seu formato jurídico de Autarquia Econômica, criada pela Lei Estadual nº 3.914, de 06-02-1960, consta no rol das Sociedades de Economia Mista em face de exigência do Banco Central do Brasil quanto à apresentação das Demonstrações Financeiras nos moldes da Lei Federal nº 6.404/76.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, autarquia especial interestadual, instituída sob a forma de convênio celebrado entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e que se constitui em instrumento dos três governos para o fomento às atividades produtivas da região sul, não será analisado neste capítulo, haja vista não integrar o Balanço Geral do Estado, bem como o capital do BRDE pertencer aos três Estados na mesma proporção, sendo a participação do Estado do Rio Grande do Sul de 33,33%.

3.3.1 - ANÁLISE CONSOLIDADA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS

Através da Tabela II, a seguir, pode-se visualizar a composição dos valores Ativos e Passivos das Entidades integrantes do grupo empresarial do Governo do Estado no exercício de 1997

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 1997

Tabela II

Em R\$ mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA	ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	TOTAL	CIRCULANTE	REALIZÁVEL	PERMANENTE	TOTAL	CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
BAHROSUL	15 676	5 787	130	9 759	15 676	1 375	441	42	13.818
BAHROSUL - CORRETO	11 944 731	10 582 971	1 184 592	177 208	11 944 731	11 086 174	484 615	26	363 916
BAHROSUL - HERONIT	16 229	14 922	404	803	16 229	2 281			13 978
BAHROSUL - PD	82 447	27 324		55 323	82 447	45 859	3 912		32 676
COOP	20 119	18 508	623	989	20 119	13.216		2 233	4 670
CEASA/RS	376 650	95 736		279 854	376 650	105 091			271 559
CEE	8 848	2 604	89	6 155	8 848	1 871		159	4 051
CEEE	1 337 120	472 353	835.885	28.882	1 337 120	1 449 657	37 829		150 376
CEEA	4.265 164	1.652 315	371.282	2.342.567	4.265 164	705 914	2.140 184		1.420 056
CESA	70 767	3 773	175	66.819	70 767	25 710	9.346		35 711
CGTEE	882 487	31 117	11 438	839 932	882 487	87 756	454 951		339 770
CIEE	3 487	2.479	88	950	3 487	397			3 100
COFIB	758.488	20 648	735.332	2 518	758 488	145 841	714 922		102 305
CORAG	11.857	10 292	353	1 222	11 857	3 401			8 456
CORSA	1 323 306	134 534	37 100	1 151 672	1 323 306	116 955	570 732		635 619
CRH	142 775	9.872	1 071	131.832	142 775	35 578	62 192		45 005
CRJ	3 011 109	349 806	89 079	2 572 194	3 011.109	755.883	450.546	9.533	1.755 147
PROCEBS	55 089	47 520	1 930	5 639	55 089	16 457	5 583		33 049
SULGÁS	4 314	585	1	3 718	4 314	142			4 172
ZEPERG	6 650	808		5 842	6 650	59			6 591
TOTALS	24.338.373	13.484.854	3.289.562	7.583.957	24.338.373	14.639.627	4 948 070	11.953	4 738.683

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se verifica no demonstrativo acima, a maior parte dos recursos existentes nas entidades do grupo empresarial está aplicada no Ativo Circulante, no montante, em 31-12-97, de R\$ 13 484.854 mil, com uma participação de 55,40% em relação ao Ativo Total. Seguem-se o Ativo Permanente e o Realizável a Longo Prazo com participações de 31,16% e 13,44%, respectivamente.

No próximo quadro, pode-se verificar a evolução desse patrimônio nos últimos cinco exercícios

GRUPO	1993	1994		1995	1996		1997			
	VALOR	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VAR % 97/93
Ativo	17 021 552	17 382 085	2	27 864 430	60	23 930 979	14	24 338 373	2	43
Circulante	3 238 093	6 069 070	87	15 066 211	148	11 605 448	23	13 484 854	16	316
Realizável a Longo Prazo	2 485 731	1 771 858	29	2 324 445	31	2 653 109	15	3 259 562	23	32
Permanente	11 297 728	9 541 158	16	10 473 775	10	9 682 422	8	7 593 957	22	33
Investimentos	166 906	147 490	12	487 360	230	456 115	4	387 390	17	132
Imobilizado	9 389 079	8 213 870	13	9 821 157	20	9 077 656	8	7 104 759	22	24
Diferido	1 741 743	1 179 799	32	165 258	86	118 651	28	91 808	23	95
Passivo e Patrimônio Líquido	17 021 552	17 382 085	2	27 864 430	60	23 930 979	14	24 338 373	2	43
Circulante	5 531 187	7 221 702	31	16 337 482	126	13 042 124	20	14 639 627	12	165
Exigível a Longo Prazo	3 566 404	3 205 562	10	3 962 964	24	4 687 878	18	4 948 070	6	39
Resultado Exerc. Futuros		5		1 190 23700		13 163 1006		11 993	9	
Patrimônio Líquido	7 923 959	6 954 826	12	7 562 794	9	6 187 814	18	4 738 683	23	40

De acordo com o Quadro I, no exercício de 1997, constata-se um crescimento de 316% na concentração de capitais no Ativo Circulante, e um decréscimo de 33% no Permanente das Companhias, comparativamente ao ano-base (1993)

Para uma melhor compreensão do significado e da formação desses valores, é necessário visualiza-los através da participação percentual de cada um dos setores que compõem o grupo de empresas governamentais, quais sejam

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA

FINANCEIRA	INFRA ESTRUTURA	ECONÔMICA	OUTRAS
BANRISUL	BAGERGS	CIEL	BANRISUL PD
BANRISUL MERCANTIL	CEEE	CRM	CEASA
BANRISUL CORRETORA	CRT	SULGÁS	COMAB
CADIP	CORSAN		PROCERGS
CEE	CESA		CORAG
	CGTEE		ZOPERG

Apresentamos, a seguir, os Balanços Patrimoniais Consolidados por área de atuação

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR		VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96
Ativo	4 520 115		6 732 619	49	16 323 697	142	12 881 235	21	13 757 207	7
Circulante	2 482 566		5 375 094	117	14 140 012	163	10 500 382	26	11 194 166	7
Realizável a Longo Prazo	1 685 123		1 008 162	40	1 470 281	46	1 762 821	20	2 020 911	15
Permanente	352 426		349 362	1	713 404	104	618 032	13	542 130	12
Investimentos	118 491		104 975	11	433 176	313	412 517	5	340 438	17
Imobilizado	205 595		219 826	7	197 783	10	156 737	21	164 005	5
Diferido	28 340		24 561	13	82 446	236	48 777	-41	37 687	23
Passivo e Patrimônio Líquido	4 520 115		6 732 619	49	16 323 697	142	12 881 235	21	13 757 207	7
Circulante	2 992 292		5 833 180	95	14 775 850	153	11 387 922	23	12 689 072	11
Exigível a Longo Prazo	697 766		264 690	71	415 468	57	696 958	68	536 356	23
Resultado Exerc. Futuros	1		5	400	15	200	39	160	26	33
Patrimônio Líquido	630 057		634 743	1	1 132 374	78	796 316	30	531 753	33

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO III

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR		VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96
Ativo	11 382 458		9 668 944	15	10 400 133	8	9 906 946	5	9 569 509	3
Circulante	704 669		634 588	10	838 720	32	1 006 161	20	2 177 362	116
Realizável a Longo Prazo	156 223		389 888	21	161 784	14	184 303	14	509 184	176
Permanente	10 521 565		8 846 469	16	9 399 629	6	8 716 481	7	6 882 963	21
Investimentos	43 774		39 600	10	47 460	20	47 058	1	42 440	10
Imobilizado	8 650 670		7 717 780	13	9 336 246	21	8 661 015	7	6 830 930	21
Diferido	1 627 121		1 088 088	33	15 924	99	8 407	47	9 593	14
Passivo e Patrimônio Líquido	11 382 458		9 668 944	15	10 400 133	8	9 906 946	-5	9 569 509	3
Circulante	2 363 489		1 258 095	-47	1 357 926	8	1 438 369	6	1 733 593	21
Exigível a Longo Prazo	1 936 629		2 252 065	16	2 785 656	24	3 217 632	16	3 626 210	13
Resultado Exerc. Futuros							11 583		9 575	17
Patrimônio Líquido	7 082 340		6 158 764	13	6 256 551	2	5 239 361	16	4 200 131	20

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA ECONÔMICA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO IV

Em R\$ mil*

GRUPO	1993	1994	VAR % 94/93	1995	VAR % 95/94	1996	VAR % 96/95	1997	VAR % 97/96	VAR % 97/93
	VALOR	VALOR		VALOR		VALOR		VALOR		
Ativo	403 941	328 998	19	341 163	4	315 261	8	150 586	52	63
Circulante	13 230	9 884	25	9 881	0	13 674	38	12 946	5	2
Realizável a Longo Prazo	314	317	1	474	50	1 044	120	1 140	9	263
Permanente	390 397	318 797	18	330 808	4	300 543	9	136 500	55	65
Investimentos	2 593	2 184	16	2 046	6	1 871	9	120	94	95
Imobilizado	302 985	249 889	18	282 009	5	237 390	9	92 381	61	70
Diferido	84 838	66 725	21	66 753	0	61 282	8	43 999	28	48
Passivo e Patrimônio Líquido	403 941	328 998	19	341 163	4	315 261	8	150 586	52	63
Circulante	100 680	47 079	53	37 858	20	37 100	2	36 117	3	64
Exigível a Longo Prazo	54 512	76 283	40	58 964	23	64 114	9	62 192	3	14
Resultado Exerc. Futuros										
Patrimônio Líquido	248 748	205 636	17	244 341	19	214 048	12	52 277	76	79

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

As Empresas do Setor Financeiro apresentaram, em 1997, comparativamente ao exercício de 1993, acréscimo de 54% no Ativo Permanente, conforme consta no Balanço Patrimonial Consolidado (Quadro II), o que não demonstra uma característica desse tipo de empresa

Constata-se, a partir de 1993, um decréscimo de 35% nas aplicações no Ativo Permanente das Empresas de Infra-Estrutura (Quadro III)

Consequentemente, o Ativo Total Consolidado das Companhias de Infra-Estrutura decresceu 16% em relação a 1993, dada a significativa participação do Ativo Permanente em relação ao Ativo Total nesse tipo de empresa, conforme demonstra o quadro a seguir

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

Em R\$ mil*

PERÍODO	GRUPO	ATIVO PERMANENTE	ATIVO TOTAL	%
1993		10 521 565	11 382 458	92 44
1994		8 845 469	9 668 944	91 48
1995		9 399 629	10 400 133	90 38
1996		8 715 481	9 906 945	87 98
1997		6 882 963	9 569 509	71 92

Fonte: Quadro III

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

A redução do Patrimônio Líquido das Empresas da Área de Infra-Estrutura, observada no exercício de 1997, deveu-se, principalmente, à cisão parcial da CEEE, com redução do seu Capital em R\$ 572 586 mil. Tal cisão resultou na formação da Companhia Rio Grande Energia S.A., que foi alienada pelo Estado no exercício de 1997, e na baixa, por parte da CEEE, da Reserva de Correção Monetária Especial relativa às Usinas Dona Francisca e Candiota III no valor de R\$ 189 416 mil.

Conforme Quadro IV, em comparação a 1993, as Companhias da Área Econômica apresentaram um decréscimo real, em seus valores patrimoniais, de 63%, devido, principalmente, ao decréscimo verificado, no mesmo período, no Ativo Permanente (65%) e no Patrimônio Líquido (79%).

A redução do Patrimônio Líquido das Empresas da Área Econômica, constatada no exercício de 1997, refere-se, principalmente, à reversão, por parte da CRM, da Reserva de Correção Especial (Lei Federal nº 8 200/91, art. 2º) no valor de R\$ 73 376 mil.

Analiticamente, por setor, a estrutura do Ativo Total das sociedades pode ser demonstrada da seguinte forma:

COMPANHIAS - ANÁLISE POR ÁREA											
ATIVO TOTAL											
EXERCÍCIO DE 1997											
Em R\$ mil											
GRUPO	ÁREA	FINANCEIRA		INFRA-ESTRUTURA		ECONÔMICA		OUTRAS		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Circulante		11 194 166	83,01	2 177 362	16,15	12 946	0,10	100 390	0,74	13 484 854	100,00
Realizável a Longo Prazo		2 020 911	61,81	509 184	15,57	1 140	0,04	738 327	22,58	3 269 562	100,00
Permanente		542 130	7,15	6 882 963	90,76	136 500	1,80	22 364	0,29	7 583 957	100,00
ATIVO TOTAL		13 757 207	56,52	9 569 509	39,32	150 586	0,62	861 071	3,54	24 338 373	100,00

Fonte: Tabela II, Quadro II, III e IV
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

De acordo com o demonstrativo acima, constata-se que os valores inscritos no Circulante e no Realizável a Longo Prazo foram formados, majoritariamente, pelas Empresas do Setor Financeiro, visto que estas contribuíram com 83,01% e 61,81%, respectivamente, para a composição dos grupos supracitados.

Tal situação deveu-se, essencialmente, ao fato de que tais Empresas, pelos seus objetivos e peculiaridades operacionais, concentraram os recursos nos grupos de maior liquidez do Ativo.

Em contrapartida, 90,76% dos capitais aplicados no Permanente pertencem às Entidades da Área de Infra-Estrutura, porquanto o registro dos meios (bens)

necessários à manutenção das atividades e realização dos objetivos inerentes ao setor em que essas Empresas operam é feito neste grupo

Conforme o Quadro I - Consolidado, as Exigibilidades de Curto e Longo Prazos das Companhias totalizaram, em 1997, R\$ 19 587 697 mil e estavam assim representadas de acordo com cada área

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA PASSIVO REAL EXERCÍCIO DE 1997												
Em R\$ mil												
GRUPO	ÁREA	FINANCEIRA		INFRA ESTRUTURA		ECONÔMICA		OUTRAS		TOTAL		
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Circulante		12 689 072	86,68	1 733 593	11,84	36 117	0,25	180 845	1,23	14 639 627	100,00	
Exigível a Longo Prazo		536 356	10,84	3 626 210	73,28	62 192	1,26	723 312	14,62	4 948 070	100,00	
Passivo Total		13 225 428	67,52	5 359 803	27,36	98 309	0,50	904 157	4,62	19 587 697	100,00	
Fonte: Tabela II, Quadro II, III e IV												
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS												

As Empresas do Setor Financeiro foram responsáveis por 67,52% das Dívidas Totais

As Empresas de Infra-Estrutura foram responsáveis por 73,28% das Dívidas de Longo Prazo verificadas nos Balanços Patrimoniais do grupo empresarial

De acordo com o Quadro I, no exercício sob análise, verificou-se um significativo aumento de 115%, em comparação a 1993, nos Capitais de Terceiros investidos nas diversas Companhias que compõem o sistema empresarial do Governo do Estado

Em 1997, a participação de cada setor no Patrimônio Líquido Total estava assim representada

COMPANHIAS ANÁLISE POR ÁREA PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 1997		
Em R\$ mil		
ÁREA	VALOR	% TOTAL
FINANCEIRA	531 753	11,22
INFRA ESTRUTURA	4 200 131	88,63
ECONÔMICA	52 277	1,10
OUTRAS	45 478	0,95
TOTAL	4 738 683	100,00

Fonte: Tabela II, Quadro II, III e IV
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Conforme se constata no quadro acima, a maioria dos Capitais Próprios investidos nas Companhias pertence ao Setor de Infra-Estrutura, onde estão alocados 88,63% dos Recursos Próprios Totais existentes no sistema empresarial, sendo que, em 1997, a CEEE e a CRT possuem, juntas, 67% do Patrimônio Líquido Total (Tabela II)

No valor total do Patrimônio Líquido das Companhias (R\$ 4 738 683 mil), encontra-se a redução de 5,33%, ocasionada pelo Passivo Real a Descoberto de R\$ 150 376 mil apresentado pela Caixa Econômica Estadual (CEE) e de R\$ 102 305 mil apresentado pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB)

A CEE, que apresenta Patrimônio Líquido negativo de R\$ 150 376 mil, evidencia um estado de insolvência geral, uma vez que os Capitais de Terceiros, no valor de R\$ 1 487 496 mil, são superiores à totalidade dos valores ativos (R\$ 1 337 120 mil) Em 27 de maio de 1997, o Poder Executivo, através da Lei Estadual nº 10 959, foi autorizado a transformar a Caixa Econômica Estadual em uma instituição de fomento, com a denominação de Caixa Econômica Estadual S/A - Agência de Desenvolvimento

A COHAB, que apresenta Patrimônio Líquido negativo (R\$ 102 305 mil), evidencia também um estado de insolvência geral, uma vez que as Obrigações de Curto e Longo Prazos (Capitais de Terceiros), no valor de R\$ 860 803 mil, são superiores à totalidade dos valores ativos (R\$ 758 498 mil) Em 1995, através da Lei Estadual nº 10 357, de 16-01-95, o Poder Executivo Estadual foi autorizado a promover a extinção desta Companhia

3.3.2 - ANÁLISE CONSOLIDADA DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As atividades desenvolvidas pelas diversas empresas do sistema empresarial do Governo Estadual geraram, em 1997, uma Receita Operacional Líquida de R\$ 4 055 130 mil e uma Despesa Operacional de R\$ 4 966 349 mil, resultando em um Prejuízo Operacional de R\$ 911 219 mil, conforme o Quadro a seguir

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VALOR	VAR % 97/96	VAR % 97/93
Receitas Operacionais	17 527 942		9 056 497	48	4 491 191	50	4 105 058	9	4 055 130	1	77
Despesas Operacionais	27 942 010		12 591 334	55	5 262 530	58	5 070 464	4	4 966 349	2	82
Resultado Operacional	10 414 069		3 534 837	66	771 339	78	965 405	25	911 219	6	91
Receitas Não Operacionais	10 523		38 323	264	10 939	71	13 084	20	1 103 307	8332	10386
Despesas Não Operacionais	52 875		40 963	23	28 972	29	40 196	39	420 450	946	695
Resultado Correção Monetária	9 745 701		3 741 159	62	524 321	86	32 364		101 530	214	
Prov. I R / Contr Social	22 686		135 486	497	52 385	61	48 250		78 878	63	
Participações e Contribuições	11 467		10 724	6	36	100	2 682	7350	1 692	37	85
Lucro/Prejuízo do Exercício	744 871		57 572		317 472		979 314	208	252 706	74	66

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

Em 1997, a Receita e a Despesa Operacional diminuíram 77% e 82%, respectivamente, em relação ao primeiro ano da série (1993)

O Resultado da Correção Monetária das Companhias foi positivo nos três primeiros anos da série, contribuindo, significativamente, para a redução dos prejuízos do exercício no triênio. Já nos exercícios de 1996 e 1997, esse resultado passou a ser negativo, R\$ 32 364 mil e R\$ 101 530 mil, respectivamente, contribuindo para o aumento dos prejuízos desses exercícios

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1997

Tabela III

Em R\$ mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO OPERAC	DESPESAS NÃO OPERAC	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL	PARTIC. E CONTRIB	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
BAGERS	7 636	5 756	1 880	33			588		1 325
BANRISUL	1 126 607	1 232 539	105 932	47 371			16 529		42 032
BANRISUL CORRETORA	6 927	1 793	5 134		153		1 857		3 124
BANRISUL MERCANTIL	29 034	22 681	6 353	145			1 547		4 951
BANRISUL PD	48 205	45 145	3 060				976		2 064
CADIP	74 735	94 561	19 826						19 826
CEASA/RS	4 269	5 301	1 032	329	12				715
CEE	28 823	147 952	119 129		25 300				144 429
CEEE	1 105 143	1 796 083	690 940	997 493	372 949		79 016		12 620
CESA	16 955	27 864	10 909	1 089					9 820
OSTEE	57 945	106 111	-48 166	14	4				48 156
CIEL	4 766	4 232	534	16			65		485
COMAB	34 732	40 085	5 353		697				6 050
CORAG	13 459	10 512	2 947	137	66		437		2 581
CORSAN	403 085	448 667	45 582	6 027	14 607			1 133	55 295
CRM	31 889	35 871	3 982	118	1 920	66 302			72 086
ORT	976 958	861 505	115 453	50 534	4 692	35 228	11 197		114 870
PROCEGAS	82 356	77 641	4 715	1	49			559	4 108
SULGÁS	1 521	1 723	202		1				203
ZOPERS	85	327	242						242
TOTALS	4 055 130	4 966 349	911 219	1 103 307	420 450	101 530	78 878	1 692	252 706

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculo Equipe Técnica TCE/RS

Em relação às atividades setoriais, o quadro a seguir mostra o Resultado Operacional enfrentado pelas Companhias

														Em R\$ mil								
GRUPO	ÁREA	FINANCEIRA		INFRA - ESTRUCTURA		ECONÔMICA		OUTRAS		TOTAL												
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%											
Receita Operacional		1	266	126	31,22	2	567	722	63	32	38	176	0,94	183	106	4,52	4	055	130	100,00		
Despesa Operacional		1	499	526	30,19	3	246	986	65,36		41	826	0,84	179	011	3	61	4	966	349	100,00	
Resultado Operacional			233	400	25,61		678	264	74	43		3	660	0,40		4	095	0	44	911	219	100,00

Fonte: Tabela III
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

De acordo com o demonstrativo anterior, as Empresas do Setor Financeiro e de Infra-Estrutura foram responsáveis por 31,22% e 63,32%, respectivamente, da Receita Operacional Total arrecadada em 1997

Além de contribuírem com 65,36% para a formação das Despesas Operacionais, as Empresas de Infra-Estrutura registraram despesas superiores ao total por elas arrecadado, originando um Resultado Operacional negativo de R\$ 678 264 mil, sendo a CEEE a principal responsável por este resultado

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO-OPERAC	DESPESAS NÃO-OPERAC	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL	PARTIC. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
BANRISUL	1 126 607	1 232 539	106 932	47 371			16 529		-42 032
BANRISUL CORRETORA	6 927	1 793	5 134		153		1 857		3 124
BANRISUL MERCANTIL	29 034	22 681	6 353	146			1 547		4 951
CADIP	74 735	94 561	19 826						19 826
CEE	28 823	147 952	-119 129		25 300				144 429
TOTALS	1 266 126	1 499 526	233 400	47 516	25 453	0	13 125	0	198 212

Em R\$ mil

Constata-se que, na Área Financeira, o BANRISUL, isoladamente, foi responsável por 88,98% da Receita Operacional do setor e por 82,19% da Despesa Operacional

Verifica-se, ainda, que a mencionada instituição teve um Prejuízo Operacional de R\$ 105 932 mil, representando 45,38% do total do Resultado Operacional negativo do Setor. Entretanto, em face do valor das Receitas Não-Operacionais (R\$ 47 371 mil) e da reversão da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ 16 529 mil), houve uma redução no Prejuízo do Exercício, o qual resultou em R\$ 42 032 mil.

As Receitas Não-Operacionais do BANRISUL, no valor de R\$ 47 371 mil, podem ser justificadas pela alienação de parte substancial da participação acionária na Cia União de Seguros Gerais, no valor de R\$ 50 100 mil, apurando um ganho não-operacional de R\$ 49 970 mil, conforme se observa na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis do BANRISUL.

Ja a CEE participou com 51,04% do Prejuízo Operacional e com 72,86% da composição do Prejuízo do Exercício do Setor.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / ENTIDADE CONTROLADA	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO OPERAC	DESPESAS NÃO OPERAC	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV E/OU CONTR SOCIAL	IR	PARTIC E CONTRIB	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
BAGERGS	7 636	5 756	1 880	33			588			1 325
CEEE	1 105 143	1 796 083	690 940	997 493	372 949		79 016			12 620
CESA	16 955	27 864	10 909	1 089						9 820
CGTEE	57 945	106 111	-48 166	14	4					48 156
CORSAN	403 085	448 667	45 582	6 027	14 607				1 133	55 295
CRT	976 958	861 505	115 453	50 534	4 692	35 228	11 197			114 870
TOTALS	2 567 722	3 245 986	678 264	1 055 190	392 252	35 228	67 231		1 133	15 544

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculo: Equipe Técnica TOE/RS

Constata-se que a CEEE, isoladamente, foi responsável por 43,04% das Receitas Operacionais e 55,33% das Despesas Operacionais do Setor de Infra-Estrutura.

As Receitas Não-Operacionais da CEEE são justificadas através da alienação da subsidiária integral denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S A, pelo valor de R\$ 1 510 000 mil, deduzida da baixa do valor do Investimento nesta subsidiária, no valor de R\$ 560 304 mil, gerando um resultado positivo de R\$ 949 696 mil, conforme Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis da CEEE.

As Despesas Não-Operacionais da CEEE referem-se, principalmente, a baixa do Imobilizado relativo à Usina de Candiota III, R\$ 206 112 mil, e Usina Dona Francisca, R\$ 129 063 mil, conforme comentado nas Notas Explicativas nº 9 a 2 até 9 a 4 e 22 desta Companhia.

Verifica-se, também, que, do Lucro do Exercício do Setor de Infra-Estrutura (R\$ 15 544 mil), o BAGERS, a CEEE e a CRT contribuíram com um Lucro de R\$ 128 815 mil, e a CESA, a CGTEE e a CORSAN apresentaram um Prejuízo de R\$ 113 271 mil.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 1997

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	RECEITAS OPERACIONAIS	DESPESAS OPERACIONAIS	RESULTADO OPERACIONAL	RECEITAS NÃO-OPERAC	DESPESAS NÃO-OPERAC	RESULTADO CORREÇÃO MONETÁRIA	PROV. IR E/OU CONTR. SOCIAL	PARTIC. E CONTRIB.	LUCRO/ PREJUÍZO EXERCÍCIO
CIEL	4 765	4 232	534	16			65		485
CRM	31 889	35 871	3 982	118	1 920	66.302			72 086
SULGÁS	1 521	1 723	202		1				203
TOTAIS	38 176	41 825	3 660	134	1 921	66 302	65	0	71 804

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculo: Equipe Técnica TCE/RS

Na Área Econômica, com maior relevância, destaca-se a CRM, que sendo responsável por 83,53% da Receita Operacional do Setor e por 85,76% das Despesas Operacionais, tornou-se responsável em 100,00% pelo Prejuízo do Exercício de 1997.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA FINANCEIRA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

GRUPO	1993			1994			1995			1996			1997		
	VALOR	VAR %	94/93	VALOR	VAR %	94/93	VALOR	VAR %	95/94	VALOR	VAR %	96/95	VALOR	VAR %	97/96
Receitas Operacionais	12 165 123	5 905 013	51	2 215 967	62	1 298 357	-41	1 266 126	2	90					
Despesas Operacionais	11.258 503	5 340 657	53	2 116 354	60	1 602 126	24	1 499 526	-6	-87					
Resultado Operacional	906 620	564 345	38	99 613	-82	303 769		233 400	23						
Receitas Não-Operacionais	984	3 294 235	2 133	35				47 516	29973	4729					
Despesas Não-Operacionais	1 180	10 688 797	10 840	2				25 453	30	2057					
Resultado Correção Monetária	646 667	285 516	56	77 556	73										
Prov. I.R./Contr. Social	21 954	104 982	378	13 517	87	36 821		13 125	64						
Participações e Contribuições	11 467	10 957	4			785									
Lucro/Prejuízo do Exercício	227 337	155 597	32	168		287 051	170770	198 212	31						

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Empresas do Setor Financeiro experimentaram Lucro Operacional no triênio 93/95. Já em 1996 e 1997, ocorreram Prejuízos Operacionais na ordem de R\$ 303 769 mil e R\$ 233 400 mil, respectivamente. Quanto ao Resultado do Exercício, verifica-se que, na Área Financeira, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, ocorreram Prejuízos de R\$ 168 mil, R\$ 287 061 mil e R\$ 198 212 mil, respectivamente.

O Saldo Devedor da Correção Monetária reduziu, no triênio 93/95, o Lucro Líquido das Companhias do Setor, contrariamente ao que ocorreu, no mesmo período, nas empresas da Área de Infra-Estrutura, nas quais o Saldo Credor reduziu sobremaneira o Prejuízo Operacional.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO										
ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA										
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO										
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA										
PERÍODO DE 1993/1997										
GRUPO	Em R\$ mil*									
	1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96
Receitas Operacionais	3 197 692		2 190 823	31	2 088 781	5	2 611 548	25	2 567 722	2
Despesas Operacionais	13 908 943		6 052 190	56	2 908 989	52	3 262 853	12	3 245 996	1
Resultado Operacional	10 711 250		3 861 367	64	820 208	79	661 305	21	678 264	4
Receitas Não Operacionais	8 262		32 922	298	7 943	76	11 553	45	1 056 190	9033
Despesas Não Operacionais	41 476		27 878	33	16 325	41	19 194	18	392 252	1944
Resultado Correção Monetária	10 002 165		3 826 311	62	570 426	85	32 331		35 228	9
Prov. I.R./Contr. Social	618		30 367	4814	36 535	20	11 808		67 231	469
Participações e Contribuições							634		1 133	79
Lucro/Prejuízo do Exercício	742 917		60 379	92	294 700	388	680 104	131	15 544	

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos: Equipe Técnica TOE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Empresas de Infra-Estrutura apresentaram Prejuízo Operacional em todo o período examinado (1993/1997), bem como Prejuízo Líquido do Exercício, à exceção do exercício de 1997.

No exercício em análise, o lucro apurado foi de R\$ 15 544 mil.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E CONTROLADAS CONSOLIDADO
ÁREA ECONÔMICA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
período de 1993/1997

	1993	1994	1995	1996	1997
GRUPO	+	+	+	+	+
	VAR	VAR	VAR	VAR	VAR

	VALOR	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	%
		94/93		95/94		96/95		97/96		97/93
Receitas Operacionais	46 066	36 333	22	30 269	14	33 470	11	38 176	14	15
Despesas Operacionais	417 656	159 960	62	47 928	70	43 886	-8	41 826	5	90
Resultado Operacional	372 591	124 626	67	17 660	86	10 416	-41	3 650	66	99
Receitas Não Operacionais	557	1 800	223	331	82	30	91	134	347	76
Despesas Não Operacionais	8 658	860	90	904	5	473	-48	1 921	306	78
Resultado Correção Monetária	271 510	117 831	57	11 524	90			-66 302		
Prov. I R / Contr. Social	17					175		65	63	282
Participações e Contribuições		241								
Lucro/Prejuízo do Exercício	109 199	5 614	96	6 709	20	11 033	64	71 804	551	34

Fonte: Balanços Gerais das Sociedades

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

As Empresas da Área Econômica apresentaram Prejuízo Operacional em toda a série examinada, conforme se constata no demonstrativo acima. De igual forma, o Resultado do Exercício também se apresentou negativo em todo o período (1993/1997).

Comparativamente ao exercício anterior (1996), o Prejuízo do Exercício aumentou em 551% e, na série examinada, sofreu uma diminuição de 34%

Constata-se, também, na série (1993/1997), que as Receitas e Despesas Operacionais sofreram reduções na ordem de 15% e 90%, respectivamente, contribuindo para a diminuição do Prejuízo Operacional ocorrido ao longo da série

3.3.3 - RECURSOS TRANSFERIDOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

No Balanço Geral do Estado, estão registrados, como Despesa do Exercício, recursos no total de R\$ 4 838 mil, empenhados às Sociedades de Economia Mista e Outras Entidades nos seguintes elementos: 3212 - Subvenções Econômicas, no total de R\$ 3 995 mil, 3292 - Despesas de Exercícios Anteriores, no total de R\$ 270 mil, 4260 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras, no total de R\$ 573 mil. Entre os recursos transferidos para as empresas, foram

TRANSFERÊNCIAS ÀS COMPANHIAS 1997

Em R\$ mil

COMPANHIA	EMPENHADO PELO ESTADO 1997 (1)	PAGO À COMPANHIA 1997	% EM RELAÇÃO AO EMPENHADO 1997 (2)	PAGO À COMPANHIA REF RESTOS A PAGAR (1 + 2)	TOTAL PAGO À COMPANHIA 1997
01 CEASA	550		0 00		0
02 CEDRO	68	68	100 00	20	88
03 CINTEA	2 168	2 087	96 26	520	2 607
04 CORLAC	1 421	1 394	98,10	75	1 469
05 CRT	23	23	100 00	6	29
06 CR TUR	485	485	100,00	48	533
07 PROCERGS	123	123	100 00		123
TOTAIS	4 838	4 180	86 40	669	4 849

Fonte Sistema AFE CAGE
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Destaca-se que a empresa mais beneficiada foi a CINTEA, sendo destinatária de 44,81% dos valores empenhados

3.3.4 - DESTAQUES

O Sistema Empresarial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul estava constituído, em 31-12-97, por 19 (dezenove) Empresas e 01 (uma) Autarquia, que atuaram dentro das Áreas Financeira, de Infra-Estrutura, Econômica e Outras

Por apresentarem uma posição de destaque dentro do setor em que operam, foram escolhidas 04 (quatro) Entidades para serem analisadas detalhadamente no que se refere às suas demonstrações contábeis, situação econômico-financeira e realizações

Da Área Financeira, foi analisado o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL

Já na Área de Infra-Estrutura, foram escolhidas, para serem analisadas isoladamente, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, a Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT e a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, em virtude do importante papel que desempenham na economia do Estado, uma vez que são responsáveis pela implementação dos grandes projetos na área de energia, telecomunicações e saneamento

3.3.4.1 - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL, atuando sob a forma de banco múltiplo, foi criado pelo Decreto nº 18 374, de 28-08-28, com Carta Patente nº 1.262 do Banco Central do Brasil. É uma Instituição Financeira com personalidade jurídica de Direito Privado sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Aberto. Está autorizado a operar nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, desenvolvimento e crédito mobiliário, bem como atuar como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado.

O Capital Social do BANRISUL, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.076 937 384 ações sem valor nominal, sendo 538 468 692 ações ordinárias e 538 468 692 ações preferenciais. O Estado é detentor de 422 338 492 ações ordinárias e 42 490 789 ações preferenciais.

O Banco é o administrador do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, sendo responsável pela liquidação das operações do Fundo junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, utilizando, inclusive, recursos próprios quando necessário.

B - FATOS RELEVANTES

B.1 - Em 20-11-97, o BANRISUL procedeu à venda, por meio de oferta pública, de 68 302.811 ações ON da Cia União de Seguros Gerais, representando 71,457% das ações ON da referida Companhia, da qual era acionista majoritário (89% da participação). A venda foi feita à Bradesco Seguros, proporcionando ao Banco um ganho de R\$ 49 970 mil. O BANRISUL permanece detentor de 17% das ações e, conforme o previsto em acordo de parceria, continua a operar produtos no mercado de seguros.

B.2 - Registra-se, também, que, em 27-05-97, o Poder Executivo do Estado promulgou a Lei nº 10 959, que define a transformação da Caixa Econômica Estadual (CEE) em Agência de Desenvolvimento e a manutenção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A como banco múltiplo. Assim sendo, em 01-08-97, o Conselho Monetário Nacional, com base no dispositivo legal, autorizou a abertura de 92 agências do BANRISUL, mediante o correspondente fechamento de igual número de unidades da CEE.

A reestruturação, abreviadamente comentada, determinou a assunção completa das contas ativas e passivas da CEE, a qual, em 31-12-97, demonstrava um Passivo a Descoberto de R\$ 150 376 mil, bem como a implementação de medidas contábeis, financeiras, patrimoniais e administrativas, conforme previsto na MP 1612-21, de 1998 e Resoluções nºs 63 e 64 do Senado Federal

B.3 - Por fim, ressalta-se que em 20-03-97, foi assinado pelos Governos Federal e Estadual Protocolo de Intenções que estabelece as condições para a reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, com base no Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a interveniência do Estado do Rio Grande do Sul

Subsequentemente, em 01-07-98, o Senado Federal aprovou a Resolução nº 63, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito firmado entre a União, o Estado do Rio Grande do Sul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A e a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 1 987 500 mil. Os recursos do financiamento destinam-se, exclusiva e obrigatoriamente, a propiciar a redução da presença do setor público na atividade financeira bancária. A operação de crédito terá as seguintes condições

* ate R\$ 562 500 mil para saneamento e modernização tecnológica do BANRISUL,

* o BANRISUL se compromete a complementar a provisão para perdas em operações de crédito em R\$ 62 500 mil, totalizando R\$ 430 000 mil, no momento em que o Estado assumir a dívida do referido Banco junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou capitalizar o mesmo em igual valor,

* até R\$ 1 425 000 mil para a transformação da Caixa Econômica Estadual em agência de fomento

Os valores serão atualizados pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil de 01-01-98 até a data das liberações

C - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

1 Demonstrações Financeiras

1 1 - Balanço Patrimonial

1 2 - Demonstração do Resultado do Exercício

1 3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

2. Relatório da Administração
- 3 Notas Explicativas de Balanço
- 4 Parecer dos Auditores Independentes
- 5 Balanço Geral do Governo do Estado

D - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-93 a 31-12-97

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação

A análise levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares e vinculação com outros organismos governamentais. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados.

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

D.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO I

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR		VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VAR % 97/93
Ativo	3 281 661		5 380 051	64	14 290 374	166	10 609 743	26	11 944 731	13	264
Circulante	2 070 121		4 853 688	134	13 339 277	175	9 416 821	29	10 582 971	12	411
Realizável a Longo Prazo	965 180		299 851	69	702 731	134	970 409	38	1 184 552	22	24
Permanente	256 360		226 512	12	248 365	10	222 513	10	177 208	20	31
Investimentos	114 439		101 560	11	70 194	31	90 264	29	58 677	35	49
Imobilizado	134 576		117 055	13	113 824	3	83 473	27	80 844	3	40
Diferido	7 346		7 896	7	64 348	715	48 777	24	37 687	23	413
Passivo e Patrimônio Líquido	3 281 661		5 380 051	64	14 290 374	166	10 609 743	26	11 944 731	13	264
Circulante	1 920 550		4 744 278	147	13 462 420	184	9 682 484	28	11 086 174	14	477
Exigível a Longo Prazo	897 166		216 177	76	310 560	44	478 448	54	494 615	3	45
Resultado Exerc. Futuros	1		5	400	15	200	39	160	26	33	2500
Patrimônio Líquido	463 944		419 591	10	517 379	23	448 773	13	363 916	19	22

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) - FGV

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 1993 a 1997, constata-se que os valores ativos patrimoniais cresceram até 1995, quando foi atingido o percentual de acréscimo de 166%, sendo o mais elevado da série. Em 1996, houve uma redução de 26% e, em 1997, um acréscimo de 13% em relação ao exercício anterior e de 264%, comparativamente ao primeiro ano da série.

Analisando-se a composição do patrimônio do BANRISUL, no exercício de 1997, temos que o investimento total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 11 944 731 mil, encontra substância no valor dos Capitais Próprios (R\$ 363 916 mil), financiando, em 3,05%, o Ativo Total, e o restante, em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na Instituição.

Considerando-se, também, que o Ativo Circulante apresenta o maior volume de recursos, propiciando uma participação de 88,60% no Ativo Total, verifica-se um comportamento adequado às instituições financeiras, sendo que, no caso de um Banco Comercial, a quase totalidade de seu Ativo e de seu Passivo é exatamente composta por valores circulares. Também, via de regra, os Ativos Permanentes das empresas do setor financeiro não são expressivos quando confrontados com o total das aplicações, o que se verifica neste caso, onde o Ativo Permanente do BANRISUL, no valor de R\$ 177 208 mil, representa apenas 1,48% do total das aplicações. Quanto aos recursos adquiridos a longo prazo, referentes, notadamente, a repasses de outras instituições oficiais de crédito e a valores aplicados no longo prazo, podemos constatar que representam, respectivamente, 4,14% e 9,92% do Ativo Total.

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Capitais, conforme quadro a seguir, constata-se que os Recursos Próprios da Empresa (Patrimônio Líquido) financiaram a totalidade do Ativo Permanente e 16% das Operações de Longo Prazo. Os restantes 84% do Ativo Realizável a Longo Prazo foram custeados pelo Passivo Exigível a Longo Prazo (42%) e pelo Passivo Circulante (42%).

Quanto aos 42% dos valores aplicados a longo prazo, que foram financiados com recursos de curto prazo, cabe ressaltar que o referido investimento utilizou 4,75% dos recursos circulantes, o que, entretanto, foi suficiente para comprometer a capacidade do Banco no pagamento das suas obrigações de curto prazo.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

APLICAÇÃO	ORIGEM	PASSIVO CIRCULANTE		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Circulante		10.582.971	100							10.582.971	100
Ativo Realizável a Longo Prazo		503.203	42	494.615	42	26	0	186.708	16	1.184.552	100
Ativo Permanente								177.208	100	177.208	100
TOTAL		11.086.174	93	494.615	4	26	0	363.916	3	11.944.731	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Cabe destacar, a seguir, as contas de maior relevância na composição dos grupos do Balanço Patrimonial responsáveis pela maior movimentação financeira no exercício de 1997:

1 - Ativo Circulante - 73,54% dos valores nele registrados está formado pelo subgrupo

1.1 - Títulos e Valores Mobiliários 73,54%
(onde 96,06% são vinculados ao Bacen)

2 - Passivo Circulante - 95,09% dos valores nele registrados são formados pelos subgrupos

2.1 - Obrigações por Empréstimos 67,67%
(onde 99,32% são obrigações p/aquisição de títulos federais)

2.2 - Depósitos 27,42%
(onde 53,64% são depósitos a prazo)

3 - Ativo Realizável a Longo Prazo - 84,49% dos valores nele registrados é formado pelo subgrupo "Operações de Crédito", em maior parte (97,84%) do Setor Privado

4 - Passivo Exigível a Longo Prazo - 86,66% dos valores nele registrados é formado por "Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais", em maior parte (67,16%) do BNDES

Ressalta-se que o Banco possui registrado, na conta "Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados ao Bacen" do Ativo, o montante de R\$ 7 512 454 mil, e na conta "Obrigações por Empréstimos - Obrigações por Aquisições de Títulos Federais" do Passivo, o montante de R\$ 7 451 306 mil, referente às operações de troca de Letras Financeiras do Tesouro do Estado por Letras do Banco Central do Brasil (LBC)

Através da Resolução nº 2 081, de 24 de junho de 1994, o Banco Central do Brasil criou a possibilidade de troca de Títulos Estaduais por Letras do Banco Central, como forma de reduzir os custos adicionais de financiamentos para os Estados e facilitar a rolagem pelos Bancos Estaduais. O Banco passou a fazer uso dessa faculdade, sendo que o mecanismo de troca impõe que o Banco adquira as Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTE) do Fundo de Liquidez da Dívida Mobiliária do Estado (FLDME) e as contabilize no seu Ativo, registrando, dessa forma, uma dívida cujo financiamento apenas intermediava

No demonstrativo a seguir, tem-se a composição percentual do patrimônio do BANRISUL

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

GRUPO	Em %				
	1993 (%)	1994 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)
Ativo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	63,08	90,22	93,34	88,76	88,60
Realizável a Longo Prazo	29,11	5,57	4,92	9,15	9,92
Permanente	7,81	4,21	1,74	2,10	1,48
Investimentos	3,49	1,89	0,49	0,85	0,49
Imobilizado	4,10	2,18	0,80	0,79	0,68
Diferido	0,22	0,15	0,45	0,46	0,32
Passivo e Patrimônio Líquido	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Circulante	58,52	88,18	94,21	91,26	92,81
Exigível a Longo Prazo	27,34	4,02	2,17	4,51	4,14
Resultado Exerc. Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	14,14	7,80	3,62	4,23	3,05

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Analisando-se o comportamento dos percentuais apresentados ao longo da série, temos que, nos últimos quatro anos, os valores circulantes (Ativo e Passivo) representaram, em média, em torno de 90% do total dos valores patrimoniais, os valores ativos a longo prazo representaram uma média de 7,4%; os valores passivos situaram-se em torno de 3,7%, o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido atingiram 2,3% e 4,6%, respectivamente

A seguir, desdobram-se os saldos dos grupos "Circulante" e "de Longo Prazo" para uma melhor análise do comportamento da Empresa:

BANRISUL SALDO DO ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO EXCETO RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS PERÍODO DE 1993/1997

ESPECIE	ANO 1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Disponibilidades	55 868	2	31 920	1	51 025		35 490		56 413	
Oper. Crédito	1 579 328	54	1 306 526	27	1 617 283	12	1 814 748	18	2 181 029	20
Aplic. Merc. Aberto	1 053 114	36	413 578	8	5 743 374	42	992 360	10	737 529	7
Tít. Val. Mobil.	148 797	5	3 041 701	62	6 184 491	45	6 876 806	69	7 819 026	70
Outros	96 238	3	82 985	2	186 578	1	264 668	3	324 427	3
TOTAL	2 933 346	100	4 876 710	100	13 782 751	100	9 984 072	100	11 118 424	100

Fonte: Balanços do BANRISUL

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários deram um salto de 5% (1993) para 62% (1994) do montante das aplicações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo. Em 1995, houve uma queda de 17 pontos percentuais nessa participação. Entretanto, em 1996, houve novo salto para 69%, e, em 1997, essa participação foi de 70%. Tal fato, como já mencionado anteriormente, deve-se à rolagem da Dívida Mobiliária do Estado que, a partir de 1994, é feita através da troca de Letras Financeiras do Tesouro do Estado, adquiridas pelo Banrisul, por Letras do Banco Central do Brasil.

Em comparação ao primeiro ano da série, as Aplicações no Mercado Aberto decresceram suas participações em 30%, já as Operações de Crédito cresceram 38 pontos percentuais.

Quanto aos saldos relativos às origens dos capitais, constata-se que houve alteração nas fontes de financiamento, como se demonstra a seguir.

BANRISUL FONTES DE RECURSOS SALDO DO PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
EXCETO RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS

Em R\$ mil*

ORIGEM	1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Depósitos à Vista	134 663	5	293 348	6	325 966	2	536 772	5	478 783	4
Depósitos de Poupança	371 324	13	519 399	11	560 004	4	644 469	6	877 466	8
Depósitos a Prazo	864 061	30	839 392	17	1 174 217	9	1 581 090	16	1 652 643	14
Dep. Interfinanceiros	89 397	3	189 881	4	153 742	1	148 976	2	53 193	1
Cap. Merc. Aberto	62 878	2	74 427	1	5 428 231	40	132 832	1	145 581	1
Obrig. por Empréstimos	1 048 710	36	2 521 709	51	5 531 287	40	6 457 063	64	7 502 048	65
Outras Obrigações	336 080	11	493 986	10	586 878	4	617 961	6	837 611	7
TOTAIS	2 907 113	100	4 932 142	100	13 760 325	100	10 119 153	100	11 547 325	100

Fonte: Balanços do BANRISUL

* Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Destaca-se que as Obrigações por Empréstimos representaram os meios de pagamentos mais significativos ao longo da série, atingindo a maior participação, em 1997, com 65%. Em 1997, tais meios representaram, juntamente com os Depósitos a Prazo, ambos com percentuais respectivos de 65% e 14%, as duas principais fontes de recursos, atingindo 79% do montante captado pelo Banco a curto e a longo prazo

D 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6.404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997		
	VALOR		VALOR	VAR. % 94/93	VALOR	VAR. % 95/94	VALOR	VAR. % 96/95	VALOR	VAR. % 97/96	VAR. % 97/93
Receitas Operacionais	8 745 835		4 197 831	52	1 577 173	62	1 160 088	26	1 126 607	3	87
Despesas Operacionais	8 048 292		3 816 002	53	1 498 671	61	1 220 954	19	1 232 539	1	85
Resultado Operacional	697 544		381 829	45	78 502	79	60 896		105 932	74	
Receitas não Operacionais	894		3 244	263	2 022	38			47 371		5199
Despesas não Operacionais							3 978				
Resultado Correção Monetária	-492 259		224 591	54	52 299	77					
Prov. F.R./Conto Social	21 752		104 667	381	13 412	87	35 194		16 529	53	
Participações e Contribuições	11 467		10 957	4							
Lucro/Prejuízo do Exercício	172 960		44 859	74	14 814	67	29 679		42 032	42	

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período.

No exercício que está sendo examinado, o BANRISUL apresentou um Prejuízo Operacional de R\$ 105.932 mil, resultante da diferença entre as Receitas Operacionais de R\$ 1 126 607 mil e as Despesas Operacionais de R\$ 1 232 539 mil

A Reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 16.529 mil) e as Receitas Não-Operacionais (R\$ 47.371 mil) reduziram em aproximadamente 60% o resultado negativo do exercício

O Resultado Operacional e Não-Operacional, considerando-se as Reversões e as Receitas Não-Operacionais, pode ser evidenciado da seguinte forma

	Em R\$ mil
Prejuízo Operacional	105 932
Receitas Não Operacionais	+47 371
Prov I R /Contrib Social	<u>+16 529</u>
Prejuízo do Exercício	-42.032

As principais receitas e despesas do BANRISUL são oriundas da intermediação financeira, destacando-se as Operações de Crédito que representam 70,10% das mencionadas receitas. Quanto às despesas, as mesmas estão compostas, em 69,13%, por Operações de Captação no Mercado.

Analisando-se o comportamento dos valores apresentados no Quadro II, verifica-se que as Receitas e as Despesas Operacionais apresentaram sensíveis reduções a partir de 1994, culminando, em 1997, com os decréscimos de 87% na Receita e 85% na Despesa, em relação ao primeiro ano da série (1993). Tais fatos ocorreram no período de atuação do Plano Real implantado a partir de 01-07-94.

Cabe destacar o fato de que as Receitas Operacionais, a partir de 1994, decresceram mais do que as Despesas Operacionais, salientando-se, em especial, o exercício de 1997, onde as despesas tiveram um acréscimo de 1% contra uma receita a menor de 3%, em relação ao exercício anterior, o que tem reflexo direto no Resultado do Exercício.

Conforme explicitado no Parecer dos Auditores Independentes (Nota Explicativa nº 5), o Banco deixou de reconhecer, como despesa do exercício de 1995, o montante de R\$ 46 577 mil referente ao Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário - PIAV, diferindo o mesmo, conforme faculta a Circular nº 2 582/85 do BACEN, com amortização linear em até 10 (dez) semestres a partir de janeiro/96.

Desta importância, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997, foi apropriado como amortização o valor de R\$ 9 316 mil, sendo que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996, já havia sido amortizada importância de igual valor (R\$ 9 316 mil). Assim sendo, os resultados dos exercícios findos em 1997 e 1996 estão demonstrados a menor em R\$ 18 632 mil e R\$ 9 316 mil e, em consequência, o Patrimônio Líquido está demonstrado a maior em R\$ 27 948 mil e R\$ 37 262 mil, respectivamente (R\$ 46 577 mil em 1995).

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do resultado em relação as Receitas Operacionais

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

GRUPO	Em %									
	1993		1994		1995		1996		1997	
	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
		%		%		%		%		%
Receitas Operacionais		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00
Despesas Operacionais		92,02		90,90		95,02		105,25		109,40
Resultado Operacional		7,98		9,10		4,98		5,25		9,40
Receitas Não Operacionais		0,01		0,08		0,13				4,20
Despesas Não Operacionais								0,34		
Resultado Correção Monetária		5,63		5,35		3,32				
Prov. I.R./Contr. Social		0,25		2,49		0,85		3,03		1,47
Participações e Contribuições		0,13		0,26						
Lucro/Prejuízo do Exercício		1,98		1,07		0,94		2,56		3,73

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Quanto ao gerenciamento das receitas e despesas, o pior Resultado Operacional do período 1993/1997 (-9,40%) foi obtido em 1997, quando as Despesas representaram o maior percentual em relação as Receitas Operacionais. Entretanto, as Receitas Não-Operacionais e a Reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social contribuíram significativamente para que o Prejuízo do Exercício fosse reduzido em 60,32%.

No exercício sob análise, as Despesas Operacionais representaram 109,40% e, conseqüentemente, o Resultado Operacional resultou negativo em 3,73%.

E - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

E.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

E.1.1 - Capital Circulante

As modificações da posição financeira de uma empresa são representadas pelo aumento ou redução do Capital Circulante Líquido determinado pela diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BARRISUL										
DISPONIBILIDADES										
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997										
Em R\$ mil*										
ANO	1993	1994	1995	1996	1997					
	+	+	+	+	+					
GRUPO	VALOR	VALOR	VARIACÃO	VALOR	VARIACÃO	VALOR	VARIACÃO	VALOR	VARIACÃO	VARIACÃO
			% 94/93		% 95/94		% 96/95		% 97/96	% 97/93
Disponibilidades	55 868	31 132	44,27	51 025	63 90	35 501	30,43	56 413	58 90	0 97
Fonte: Balanço Geral da Sociedade										
Valores Inflacionados pelo IGP DI/FGV (Dezembro)										
Cálculos Equipe Técnica TOE/RS										

A análise do quadro demonstra que, no exercício em análise, as Disponibilidades aumentaram 58,90% em relação ao exercício anterior (1996) e, em relação ao primeiro exercício da série (1993), a variação positiva foi de somente 0,97%.

E.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL
ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997
Liquidez Corrente	1 08	1 02	0 99	0,97	0 95
Solvência Geral	1,16	1,08	1,04	1 04	1 03
Endividamento	0 86	0 92	0 96	0 96	0 97
Garantia do Capital de Terceiros	0 16	0 08	0 04	0,04	0 03
Imobilização do Capital Próprio	0,55	0,54	0 48	0 50	0 49
Liquidez Geral	1 07	1 04	1 02	1 02	1 02

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O cálculo dos índices da análise financeira, obtidos dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/1997, indica que o Banco não apresenta capacidade para o pagamento das suas Obrigações de Curto Prazo. Para cada R\$ 100,00 de Dívida de Curto Prazo, tem-se, aproximadamente, R\$ 95,00 de moeda circulante.

Considerando-se os cinco anos, verifica-se que o cálculo da Liquidez Corrente (em que são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante) apresentou, até 1994, uma situação satisfatória entre os valores positivos e os valores negativos dos seus bens numerários, isto é, entre a conversibilidade de seus créditos em moeda corrente para saldar seus débitos de curto prazo. Já a partir de 1995, este índice manteve-se abaixo de 1.

O Nível de Endividamento, no período examinado, aumentou nos quatro últimos exercícios, comparado com o índice de 0,86 apresentado no ano de 1993. O endividamento da Entidade, em 31-12-97, demonstrado pela relação estabelecida entre o Total dos Capitais de Terceiros aplicados no valor de R\$ 11 580 789 mil e o Ativo Total no valor de R\$ 11 944 731 mil, foi de 0,97. Portanto, o Grau de Endividamento do Banco, em 1997, foi de 97%, significando que, para cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 97,00 foram adquiridos com Recursos de Terceiros. Esta situação pode ser considerada normal, em se tratando de um Banco comercial.

A Liquidez Geral, que mede a capacidade de pagamento no curto e longo prazos, apresentou, em 1997, o índice de 1,02. Esta situação pode ser considerada satisfatória, tendo em vista o tipo de atividade da Empresa.

A garantia oferecida pelos Capitais Próprios aos de Terceiros esteve, no ano de 1993, em torno de 16%. No exercício sob exame, esta garantia diminuiu para 3%, o que implica que, para cada R\$ 100,00 de Capitais de Terceiros, o Banco dispunha de R\$ 3,00 de Capitais Próprios.

Quanto à Imobilização do Capital Próprio, verifica-se que o Ativo Permanente absorveu, em 1997, uma parcela menor do Patrimônio Líquido (49%), se comparado com os exercícios anteriores à data de 1995.

Em geral, os indicadores demonstraram uma queda na posição financeira da Empresa

Economicamente, também, verificou-se, em 1997, um decréscimo na situação apresentada pelo BANRISUL, conforme analisado a seguir

E.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir da Demonstração do Resultado do Exercício. A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa numa análise de tendência dos últimos cinco exercícios

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL
ANÁLISE ECONÔMICA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997
Lucratividade					
Operacional	7,98	9,10	4,98	-	-
Líquida	1,98	1,07	0,94	-	-
Rentab. do Capital Próprio					
Operacional	48,11	61,14	14,87		
Líquida	11,93	7,18	2,81		
Taxa de Retorno de Investimentos	1,69	0,56	0,10		
Fonte: Balanço Geral da Sociedade					
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS					

O Cálculo da Lucratividade Operacional e da Lucratividade Líquida estabelece a relação entre o Lucro Operacional e o Lucro Líquido com a Receita Operacional

A Rentabilidade do Capital Próprio estabelece o retorno dos Recursos Próprios investidos na Empresa, e a Taxa de Retorno de Investimento demonstra a capacidade que os ativos apresentam de gerar lucros, medindo a eficiência com que os

No exercício em exame (1997), tendo em vista o Resultado Operacional e do Exercício terem sido negativos, deixamos de calcular os índices econômicos retromencionados

A Taxa de Retorno de Investimentos atingiu, em 1993, 1,69%, sendo que, nos exercícios de 1994/1995, foi inferior a 1% Nos exercícios de 1996 e 1997, tendo em vista o resultado negativo, não há perspectiva de retorno

F - REALIZAÇÕES

O quadro a seguir evidencia a evolução dos saldos de empréstimos e financiamentos realizados pelo BANRISUL no período de 1993 a 1997

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BANRISUL												
APLICAÇÕES SALDOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR SETORES												
PERÍODO DE 1993/1997												
SETOR	Em 31.12.93		Em 31.12.94		Em 31.12.95		Em 31.12.96		Em 31.12.97		Em R\$ mil)*	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
PRIVADO	667.575	46	895.400	74	1.168.387	79	1.474.239	81	1.849.152	85		
Industrial	276.076	19	417.088	35	555.395	38	677.133	37	800.063	37		
Comercial	100.846	7	192.431	16	264.469	18	235.461	13	273.371	13		
Rural	107.567	7	93.477	8	140.069	9	166.196	9	272.493	12		
Outros	183.086	13	182.404	15	208.454	14	395.389	22	503.235	23		
PÚBLICO	682.116	47	63.963	5	60.278	4	84.256	5	54.392	2		
Governo Federal	18.916	1	12.071	1	9.688	1	7.955	1	5.169			
Governo Estadual	600.106	42	33.364	3	22.200	1	57.280	3	5.148			
Governo Municipal	63.078	4	17.479	1	27.956	2	19.021	1	44.075	2		
Empresas	16		1.049		422							
Outros												
PESSOAS FÍSICAS	96.009	7	249.546	21	250.507	17	256.253	14	277.485	13		
TOTAL	1.445.700	100	1.198.909	100	1.479.172	100	1.814.748	100	2.181.029	100		

Fonte: Departamento de Inspeção e Auditoria - BANRISUL

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (dezembro)

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Verifica-se que, na série examinada (93/97), a maior parte dos saldos de Empréstimos e Financiamentos, em 1993, está concentrada no Setor Público (especialmente no Governo Estadual) Já a partir de 1994, houve preponderância significativa destes saldos no Setor Privado, os quais representam percentuais acima de 70% na composição total Em 1997, o referido Setor deteve 85%, enquanto o Setor Público e as Pessoas Físicas situaram-se em 2% e 13%, respectivamente

No Setor Privado, destaca-se o segmento industrial que representou 37% (R\$ 800.053 mil) do montante registrado (R\$ 2 181 029 mil).

No Setor Público, o governo Municipal deteve 2% do referido montante, e os governos Federal e Estadual detiveram pequenos valores que nada representam percentualmente, em relação ao montante

A diminuição da participação do Setor Público nos Empréstimos e Financiamentos deve-se à Lei Federal nº 8 727, de 05 de novembro de 1993, que autorizou a rolagem das dívidas dos Estados, Municípios, Empresas Públicas e de Economia Mista, sendo dispensada a intermediação do Banco em tais operações

Dessa forma, o saldo das Operações de Crédito concentrou-se, a partir de 1994, no Setor Privado, sendo que as Operações de Crédito, acrescidas ao segmento pessoas físicas, representaram percentuais em torno de 98% do total dos saldos de Empréstimos e Financiamentos

3.3.4.2 - COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, criada pela Lei Estadual nº 4 356, de 13-09-61, é uma sociedade anônima de capital aberto e uma concessionária do serviço público de energia elétrica, com Capital Social representado por 380 669 270 000 de ações ordinárias e 8 000 684 000 de ações preferenciais, totalizando R\$ 580 874 mil de Capital Social Integralizado, conforme Ata de AGE nº 142, de 11/08/97. O seu acionista controlador é o Estado do Rio Grande do Sul que detém 244 328 869 012 ações ON, equivalentes a 64,18% do Capital Social Integralizado, com direito a voto da Companhia. São objetivos da CEEE a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem à idêntica finalidade.

B - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

O processo de reestruturação da Companhia teve suas etapas preliminares iniciadas em 1996, em decorrência da aprovação da Lei Estadual nº 10 607, de 28 de dezembro de 1995, que instituiu o Programa de Reforma do Estado - PRE.

A Lei Estadual nº 10 900, de 26 de dezembro de 1996, aprovou a criação de seis empresas, sendo duas sociedades anônimas de geração de energia elétrica, a Companhia de Geração Hídrica de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, uma sociedade anônima de transmissão de energia elétrica, a Companhia Transmissora de Energia Elétrica, três sociedades anônimas de distribuição de energia elétrica, a Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, além de uma sociedade controladora "Holding" das sociedades de energia elétrica sob controle acionário do Estado, a CEEE - Participações.

A Lei Estadual nº 10 900 autoriza, ainda, a privatização das distribuidoras Centro-Oeste e a Norte-Nordeste (art. 6º), assegurando ao Estado o controle acionário da Distribuidora Sul-Sudeste, da Geração Hídrica, da Rede Básica de Transmissão e da "Holding" (art. 2º).

Das seis empresas idealizadas, três foram formalmente constituídas em 1997: a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica (posteriormente denominada Rio Grande Energia S/A), a Companhia de Geração Térmica de Energia

Elétrica, que ficaram sob controle acionário do Governo do Estado e a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (posteriormente denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S/A), que ficou sob controle acionário da CEEE

Das três empresas criadas, foram efetivamente alienadas, no mês de outubro de 1997, as duas distribuidoras, ficando a empresa de geração térmica a ser repassada à União como parte do processo de renegociação da dívida estadual.

A Assembléia Geral Extraordinária de 11 de agosto de 1997, aprovou a redução de capital da CEEE no valor de R\$ 960 330 mil (R\$ 352 163 mil de Capital Social e R\$ 608 167 mil de Reservas de Capital), tendo sido entregues em pagamento ao Governo Estadual os ativos e passivos da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, conforme segue

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

		R\$ mil	
Ativo Circulante	10	Passivo Circulante	63 158
Realizável a longo prazo	-	Exigível a longo prazo	423 079
Permanente	873 971	Patrimônio Líquido*	387 744
Total		Total	
	873 981		873 981

(*) Capital Inicial de R\$ 10 mil (AGE nº 141, de 10 06 97) e integralização de R\$ 387 734 mil (AGE nº 142, de 11 08 97), através de Bens e Obrigações

COMPANHIA NORTE-NORDESTE DE DISTRIBUIÇÃO (RGE)

		R\$ mil	
Ativo Circulante	26 010	Passivo Circulante	33 919
Realizável a longo prazo	-	Exigível a longo prazo	127 014
Permanente	707 509	Patrimônio Líquido*	572 586
Total		Total	
	733 519		733 519

(*) Capital Inicial de R\$ 10 mil (AGE nº 141, de 10 06 97) e integralização de R\$ 572 576 mil (AGE nº 142, de 11 08 97), através de Bens e Obrigações

A mesma Lei Estadual nº 10 900/96, aprovou a alienação de 100% (subsidiária integral) do Capital Social da Companhia Centro-Oeste de Distribuição, que apresentava a seguinte composição:

COMPANHIA CENTRO-OESTE DE DISTRIBUIÇÃO (AES SUL)

		R\$ mil	
Ativo Circulante	6 940	Passivo Circulante	18 339
Realizável a longo prazo	299	Exigível a longo prazo	51 623
Permanente	598 709	Patrimônio Líquido*	536 344
Total		Total	
605 947		605 947	

(*)Capital Inicial de R\$ 10 mil (AGE nº 141, de 10 06 97) e integralização de R\$ 536 334 mil (AGE nº 142, de 11 08 97), através de Bens e Obrigações

A Receita Total gerada pela alienação da participação detida pela CEEE na Companhia Centro-Oeste de Distribuição (AES Sul), através do leilão especial promovido pela Bolsa de Valores do Extremo Sul, em 21 de outubro de 1997, foi de R\$ 1 510 000 mil, integralmente liquidado em 28 de outubro

A permanência da concessão de distribuição da área Sul-Sudeste do Estado, através da Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, assegurou à CEEE uma parcela de, aproximadamente, 33% do mercado, com 1 112 770 consumidores, sendo que 957 430 são residenciais, atendendo a 68 municípios, abrangendo uma área de 73 363 km²

A Receita Líquida gerada pelo fornecimento de energia foi de R\$ 1 105 143 mil, no exercício de 1997, na distribuição de 5 337 GWh, sendo correspondente a 9 meses da antiga CEEE (todo o Estado como mercado) e a 3 meses da nova CEEE (área sul-sudeste como mercado) do exercício de 1997

A Rede Básica, responsável pelo escoamento da energia recebida nas conexões com o Sistema Interligado (Itaipu e Eletrosul) e nas conexões com as usinas existentes no Estado, atingiu o montante de 18 962 GWh. Deste montante, a CEEE foi responsável pelo atendimento de 4 690 GWh (3 450,3 Hidro e 1 239,7 Térmico), representando 24,73%

B.1 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de março de 1998, conforme Assembléia Geral Extraordinária, foi iniciado o processo de aumento de Capital Social da Companhia no valor de R\$ 450 000 mil, mediante incorporação da parcela de Reserva de Capital

Nesta mesma Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital no valor de R\$ 415 000 mil, visando ao cumprimento da Lei Estadual nº 11 076, de 06 de janeiro de 1998, bem como solicitação do acionista majoritário, expressa no ofício nº 075/98-GSF, de 23 de janeiro de 1998, da restituição aos acionistas da parte do valor de suas ações.

A partir de 01 de janeiro de 1998, a Companhia, conforme Resolução nº 01 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 23 de dezembro de 1997, escriturará suas contas de acordo com o novo Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, efetuando a segregação dos gastos e receitas por atividade de produção, transmissão, distribuição e por unidade de negócio

C - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA ANÁLISE

- 1 Demonstrações Financeiras
 - 1 1- Balanço Patrimonial
 - 1 2- Demonstração do Resultado do Exercício
 - 1 3- Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos
- 2 Relatório de Administração
- 3 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial
- 4 Parecer dos Auditores Independentes
- 5 Balanço Geral do Estado
- 6 Demonstrações Financeiras
 - 6 1- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
 - 6 2- Companhia Norte-Nordeste de Energia Elétrica
 - 6 3- Companhia Centro-Oeste de Energia Elétrica
- 7 Leis Estaduais nº 10 607, de 28-12-95 e nº 10 900, de 26-12-96
- 8 . Ata da Assembléia Geral Extraordinária nº 142, de 11-08-97

D - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período de gestão de 01-01-1997 a 31-12-1997

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação

O trabalho levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997 (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício)

D.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos cinco exercícios

BALANÇO PATRIMONIAL DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA PERÍODO DE 1993/1997										
QUADRO I										Em R\$ mil*
GRUPO	1993	1994	1995	1996	1997					
	VALOR	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VAR % 97/93
Ativo	7 250 552	6 040 250	17	6 525 886	8	6 039 657	7	4 266 164	29	41
Circulante	463 020	385 370	17	522 586	36	569 298	9	1 652 315	190	257
Realizável a Longo Prazo	12 915	21 364	65	55 975	162	93 137	66	371 262	299	2775
Permanente	6 774 617	5 633 516	17	5 947 325	6	5 377 233	10	2 242 587	58	67
Investimentos	39 401	35 918	9	46 636	27	45 058	1	36 848	18	6
Imobilizado	5 446 013	4 512 965	17	5 889 773	31	5 327 163	10	2 198 645	59	60
Diferido	1 289 203	1 084 632	16	11 915	99	5 012	58	7 094	42	99
Passivo e Patrimônio Líquido	7 250 552	6 040 250	17	6 525 886	8	6 039 657	7	4 266 164	29	41
Circulante	1 605 536	831 512	-48	899 789	8	925 411	3	705 914	24	56
Exigível a Longo Prazo	1 313 634	1 485 528	13	2 076 129	40	2 405 787	16	2 140 184	11	63
Resultado Exerc. Futuros										
Patrimônio Líquido	4 331 383	3 723 210	14	3 549 968	5	2 708 459	24	1 420 066	48	67

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Dezembro) - FGV

A significativa redução do Patrimônio Líquido no exercício deveu-se, principalmente, aos seguintes fatos

- Cisão parcial com redução de Capital Social, relativo à criação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica R\$ 387 744 mil
- Cisão parcial com redução de Capital Social, relativo à criação da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica R\$ 572 586 mil
- Reversão de parte da Reserva de Correção Monetária Especial - Lei Federal nº 8 200/91, referente às Usinas Dona Francisca e Candiota III R\$ 189 416 mil

Assim, nota-se que, a preços de 1997, o Ativo Total teve um decréscimo de 29% em relação ao exercício anterior e de 41% em relação ao exercício de 1993. Semelhantemente, o Ativo Permanente demonstra um decréscimo de 58% em relação ao exercício anterior e de 67% em relação ao exercício de 1993.

O Ativo Imobilizado está subdividido em "Imobilizado em Serviço" e "Imobilizações em Curso" e representa 98,04% do Ativo Permanente e 51,54% do Ativo Total.

Dentre o Imobilizado em Serviço, cuja soma é de R\$ 3 016 749 mil, desprezada a parcela relativa à depreciação, destaca-se a conta "Máquinas e Equipamentos" no valor de R\$ 2 341 465 mil (77,62%).

A dívida da Companhia, em 31-12-97, referente aos Empréstimos e Financiamentos, estava assim constituída

Em R\$ mil				
MOEDA	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	SOMA	%
Nacional	91 835	355 128	446 963	49,43%
Estrangeira	113 005	344 233	457 238	50,57%
TOTAL	204 840	699 361	904 201	100,00%

Verificou-se, dessa forma, que 50,57% do total dos Empréstimos e Financiamentos constituem-se em moeda estrangeira.

As garantias oferecidas para os Empréstimos e Financiamentos foram as seguintes

GARANTIA	Em R\$ mil	%
Caução arrec rec oper junto ao BANRISUL	217 237	24,03
Bens Próprios	202 570	22,40
Gov Est do RS e BRDE	96 566	10 68
Sem garantia ou fiança	46 654	5 16
Outras/sem identificação	341 174	37 73
TOTAL	904 201	100,00

Estes Empréstimos e Financiamentos representavam

GRUPO	TOTAL DO GRUPO EM R\$ MIL	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONSTANTES NOS GRUPOS EM R\$ MIL	% S/ TOTAL DO GRUPO
Passivo Circulante	705 914	204 840	29 02
Passivo Exigível a Longo Prazo	2 140 184	699 361	32 68
Passivo Total	2 846 098	904 201	31 77

O Passivo da Companhia estava constituído por 24,80% de Obrigações de Curto Prazo e 75,20% de Longo Prazo

Comparando a relação destes capitais com o Ativo da Empresa, tem-se a seguinte situação

ANO	Em %		
	CAPITAIS DE TERCEIROS	CAPITAIS PRÓPRIOS (PATRIMÔNIO LÍQUIDO)	TOTAL
1993	40,26	59 74	100 00
1994	38 36	61 64	100 00
1995	45,66	54,34	100 00
1996	55 16	44 84	100,00
1997	66,71	33,29	100,00

A participação dos Capitais de Terceiros no financiamento do Ativo da Empresa esteve na média de 44,86% até 1996, atingindo o índice de 66,71% no exercício em análise (1997), o mais elevado da série

D.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6.404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

Em R\$ mil*

GRUPO	1993	1994	VAR %	1995	VAR %	1996	VAR %	1997	VAR %	VAR %
	VALOR	VALOR	94/93	VALOR	95/94	VALOR	96/95	VALOR	97/96	97/93
Receitas Operacionais	1.388.556	1.304.058	6	1.167.298	10	1.403.219	20	1.105.143	21	20
(-) Despesas Operacionais	9.151.012	3.931.726	57	1.723.738	56	1.968.565	14	1.796.083	9	-80
(=) Resultado Operacional	7.762.466	2.627.668	66	556.440	79	565.335	2	690.940	22	91
(+) Receitas Não Operacionais	6.577	7.201	9	4.994	31	6.818	37	997.493	14630	15066
(-) Despesas Não Operacionais	37.513	21.539	43	8.965	58	12.126	35	372.949	2976	894
(=) Resultado Correção Monetária	6.488.755	2.756.853	-58	431.607	84	-	-	-	-	-
(-) Prov. I.R./Contr.Social	-	-	-	6.950	-	-	-	79.016	-	-
(=) Lucro/Prejuízo do Exercício	1.304.638	114.847	-	135.753	-	570.644	320	12.620	-	-

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Médio) FGV

A Receita Operacional, no exercício em análise, apresentou um decréscimo de 21,24% em relação ao exercício anterior, devido, em parte, à reestruturação societária, com a privatização de duas das três distribuidoras criadas pela Lei Estadual nº 10.900/96, que reduziu sua receita em 2/3 no último trimestre de 1997, limitando a distribuição à região Sul-Sudeste do Estado

A Companhia sempre apresentou Resultado Operacional negativo na série apresentada no Quadro II. Também apresentou Prejuízos Líquidos nos exercícios de 1993, 1995 e 1996. As exceções ocorreram nos anos de 1994 e 1997.

No exercício de 1997, a Receita Não-Operacional Líquida, proveniente da alienação da distribuidora centro-oeste, no valor de R\$ 949.696, equivalente a 85,93% da Receita Líquida Anual, proporcionou um Resultado Líquido no Exercício de R\$ 12.620 mil. Excluindo-se esta operação, o resultado restaria negativo em R\$ 937.076 mil, superior em 64,21% ao prejuízo apurado no exercício anterior.

Cabe ressaltar que os registros contábeis da baixa do investimento alienado pela Companhia ocorreram indevidamente na própria conta de Receita Não-Operacional, no valor de R\$ 560 304 mil (R\$ 536 344 mil, adicionado de R\$ 23 960 mil, relativo à equivalência patrimonial do período de 11-08 a 21-10-97). Em vista disso, na referida conta figurou o líquido da operação, ou seja R\$ 949 696 mil (R\$ 1 510 000 mil, diminuídos de R\$ 560 304 mil). Além disso, a conta Despesas Não-Operacionais também restou reduzida de R\$ 560 304 mil.

No exercício sob exame, os itens componentes da Despesa tiveram a seguinte participação na Receita Líquida:

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil	%
Receita Operacional Líquida	1 105 143	100,00
Despesas Operacionais		
Pessoal	746 229	67,52
Material	13 466	1,22
Serviço de Terceiros	64 077	5,80
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	291 580	26,38
Depreciação e amortização	185 050	16,74
Prov p/complem Aposent Ex Autárq	60 187	5,45
Outras Despesas	288 226	26,08
Despesas Financeiras Líquidas	147 268	13,33
Total Despesas Operacionais	1 796 083	162,52
Despesa Não Operacional		
Candiotá III	206 112	18,65
Dona Francisca	129 063	11,68
Outras Despesas	37 774	3,42
Total Despesa Não Operacional	372 949	33,75
Total da Despesa	2 169 032	196,27

Os Gastos com Pessoal atingiram índice de 67,52% da Receita Operacional Líquida, com acréscimo real de 64,13% em relação à Receita Operacional Líquida.

A participação das Despesas Não-Operacionais, em relação a Receita Operacional Líquida, registrou um acréscimo de 32,89 pontos percentuais em relação ao exercício anterior e representaram 33,75% da Receita Operacional Líquida.

Em decorrência do Contrato nº CEEE/9702955, celebrado em março/97, referente à implantação e exploração compartilhada da concessão do potencial energético da Usina de Dona Francisca, a CEEE estornou, do Ativo Imobilizado em curso, o valor de R\$ 251 129 mil relativo a custos e correção monetária apropriados anteriormente. Em contrapartida, foram registrados R\$ 18 828 mil como valor recebível, no Ativo Realizável a Longo Prazo, e R\$ 232.301 mil como Despesa Não-Operacional, havendo a reversão da Reserva de Correção Monetária Especial (Lei Federal nº 8 200/91) de R\$ 103 238 mil, restando um saldo como Despesa Não-Operacional no valor de R\$ 129 063 mil.

O Congresso Nacional, em outubro de 1997, autorizou a União Federal à assunção das dívidas referentes à Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I, que a CEEE detinha junto aos bancos franceses. Consequentemente, a Companhia registrou como Despesa Não-Operacional a diferença entre o saldo das imobilizações, que superou o saldo da dívida existente em 30 de setembro de 1997, no valor de R\$ 292 290 mil. Posteriormente, devido à Deliberação nº 235, de 30-09-1997, registrou-se a reversão da Reserva de Correção Monetária Especial (Lei Federal nº 8 200/91) no valor de R\$ 86 178 mil, restando um saldo como Despesa Não-Operacional no valor de R\$ 206 112 mil.

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do Resultado em relação às Receitas Operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

GRUPO	Em %									
	1993		1994		1995		1996		1997	
	+	×	+	×	+	×	+	×	+	×
Receitas Operacionais	100	00	100	00	100	00	100	00	100	00
Despesas Operacionais	659	03	301	50	147	67	140	29	162	52
Resultado Operacional	559	03	201	50	47	67	-40	29	62	52
Receitas Não-Operacionais	0	47	0	56	0	43	0	49	90	26
Despesas Não-Operacionais	2	70	1	65	0	77	0	86	33	75
Resultado Correção Monetária	467	30	211	41	36	97				
Prov. I.R./Contr. Social					0	60			7	15
Lucro/Prejuízo do Exercício	93	96	8	81	11	63	40	67	1	14

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Verifica-se que as Despesas Operacionais tiveram variação a maior em 15,85%, em relação a 1996, ultrapassando, em 62,52%, a Receita Operacional do exercício de 1997.

D 3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido (CCL), no exercício de 1997, em relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV, alínea "d" do artigo 188 da Lei Federal nº 6 404/76

ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 1997

GRUPO	Em R\$ mil		
	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FINAL DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO
	+	+	+
Ativo Circulante	529 664	1 652 315	1 122 651
Passivo Circulante	861 000	705 914	155 086
	+	+	+
Ativo Circulante Líquido	331 336	946 401	1 277 737

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No exercício de 1997, ocorreu um aumento do Capital Circulante Líquido na ordem de R\$ 1 277 737 mil, uma vez que as origens foram superiores às aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 4 009 624 mil, enquanto que as aplicações de recursos totalizaram R\$ 2 731 887 mil, ou seja, 31,87% a menor que o total das origens.

Embora a baixa de Investimentos tenha sido de R\$ 560 304 mil, na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos a redução de Investimento foi apresentada pelo valor de R\$ 530 263 mil, ou seja, com diferença de R\$ 30 041 mil.

Incorporando-se à presente análise os valores tabulados do Quadro III, verifica-se que a estrutura de capital da Empresa, que estava financiando o Ativo Total, apresentava a seguinte situação:

QUADRO III

QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

APLICAÇÃO	ORIGEM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Permanente		1 420 066	63	822 521	37			2 242 587	100
Ativo Realizável a Longo Prazo				371 262	100			371 262	100
Ativo Circulante				946 401	57	705 914	43	1 652 315	100
TOTAL		1 420 066	33	2 140 184	50	705 914	17	4 266 164	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Os Capitais Próprios e a totalidade dos recursos obtidos com Empréstimos de Longo Prazo financiaram, respectivamente, 63% e 37% do Ativo Permanente da CEEE

Se todas as dívidas inscritas no Passivo fossem cobradas, o Ativo Circulante seria suficiente para fazer frente a 100% dos compromissos de curto prazo e de 44,22% dos compromissos de longo prazo, ou ainda de 58,06% dos compromissos totais

E - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

E.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

E.1.1 - Capital Circulante

O acréscimo de 190,24% verificado no Ativo Circulante sobre o exercício anterior teve origem na alocação de recursos provenientes da alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição

Referida alienação, adicionada da criação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, gerou redução de 58% no Ativo Permanente e de 48% no Patrimônio Líquido, pela reestruturação societária.

Com base no Quadro I e examinando o demonstrativo a seguir, constatou-se que, até o exercício de 1996, as disponibilidades a curto prazo não foram suficientes para cobrir os compromissos no mesmo período, o que fez com que a Companhia viesse operando sem Capital de Giro Próprio, alterando esta situação no exercício de 1997

O montante do Capital Circulante Líquido passou de negativo, em R\$ 356 123 mil em 1996, para positivo, em R\$ 946 401 mil em 1997

CAPITAL DE GIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

	Em R\$ mil*
1993	-1 142 517
1994	-446 142
1995	377 203
1996	356 123
1997	946 401

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Dezembro) FGV

E.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997
Liquidez Corrente	0,29	0,46	0,58	0,62	2,34
Solvência Geral	2,48	2,61	2,19	1,81	1,50
Endividamento	0,40	0,38	0,46	0,55	0,67
Garantia do Capital de Terceiros	1,48	1,61	1,19	0,81	0,50
Imobilização do Capital Próprio	1,56	1,51	1,68	1,99	1,58
Liquidez Geral	0,16	0,18	0,19	0,20	0,71

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

O cálculo dos índices da análise financeira, obtido dos valores apresentados no Balanço Patrimonial encerrado em 31-12-1997, propiciou um entendimento de que a Empresa não apresentava capacidade para o pagamento das suas obrigações de curto prazo até o exercício de 1996, alterando sua posição em 1997

A Liquidez Corrente, obtida pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, que apresentaram até o exercício anterior coeficientes inferiores à unidade, passou a apresentar, no exercício de 1997, coeficiente de 2,34, em decorrência do ingresso de recursos provenientes da privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição

Neste último exercício, para cada R\$ 100,00 de Dívida a Curto Prazo, a Companhia possuía R\$ 234,00, entre Disponibilidades e Créditos de Curto Prazo, para o seu resgate

Já o Índice de Liquidez Geral, resultante da relação entre as disponibilidades, bens e direitos realizáveis do Ativo Circulante, bem como os valores do Realizável a Longo Prazo, demonstrou que os recursos disponíveis, somados à totalidade dos créditos, são insuficientes quando confrontados com os compromissos da CEEE Para o exercício de 1997, os recursos disponíveis e os créditos demonstram que para cada R\$ 100,00 de compromissos a curto e longo prazos a Companhia dispunha de R\$ 71,00 em moeda ou em bens e direitos conversíveis em moeda a curto e longo prazos

O Grau de Endividamento da Companhia, medido através da relação entre os Recursos de Terceiros nela aplicados e o Ativo Total, acusou um percentual de 67%, significando que, em cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 67,00 correspondiam a Capitais de Terceiros que, se comparados com os anos anteriores, apresentaram sensível acréscimo

A reestruturação societária da Companhia, que melhorou os Índices de Liquidez pelo ingresso de recursos da privatização, também foi responsável pela elevação do Índice de Endividamento, à medida que ocorreu a redução dos Capitais Próprios

A Garantia dos Capitais de Terceiros, apurada através do quociente entre o total dos Capitais Próprios e o resultante das Dívidas da Empresa, acusou uma margem de garantia de 50% Assim, para cada R\$ 100,00 de Dívida, os Recursos Próprios da Companhia cobrem apenas R\$ 50,00

O Grau de Imobilização do Capital Próprio sofreu redução em relação a 1996, tendo atingido, no exercício sob análise, 158%, mostrando que a totalidade dos Recursos Próprios não foi suficiente para financiar todo o Ativo Permanente

E.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

ANÁLISE ECONÔMICA DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997
Lucratividade Operacional Líquida		8 81			1 14
Rentab do Capital Próprio Operacional Líquida		2 07			0 89
Taxa de Retorno de Investimentos		1 28			0 30
Fonte: Balanço Geral da Sociedade					
Calculos Equipe Técnica TCE/RS					

Tendo em vista os Resultados Operacionais e Líquidos negativos nos exercícios de 1993, 1995 e 1996, deixamos de calcular os índices econômicos retromencionados. Verifica-se, entretanto, nos exercícios de 1994 e 1997, índices bastante modestos.

F - CONSUMO DE ENERGIA

As privatizações das empresas que passaram a atender as áreas de concessão Norte-Nordeste e Centro-Oeste reduziram o mercado de distribuição de energia da CEEE para a área Sul-Sudeste, correspondendo a 33% do mercado, aproximadamente.

Desse modo, a análise operacional-física da CEEE, para o exercício de 1997, restringe-se ao mercado remanescente.

CEE - EVOLUÇÃO DO CONSUMO POR CLASSE PERÍODO 1993/1997												Em MWh
ANO	RESIDENCIAL	VAR	INDUSTRIAL	VAR	COMERCIAL	VAR	RURAL	VAR	OUTROS	VAR	TOTAL	VAR
		%		%		%	(1)	%	(2)	%		%
1993	3 631 519		5 142 727		1 731 821		1 336 913		1 484 856		13 267 836	
1994	3 808 000	4 85	5 409 000	5 17	1 806 000	4 27	1 434 000	7 26	1 474 000	3 57	13 931 000	5 00
1995	4 193 000	10 10	5 623 000	3 90	2 000 000	10 70	1 536 000	7 10	1 561 000	5 76	14 913 000	7 05
1996	4 498 311	7 28	5 663 015	0 71	2 153 054	7 65	1 494 016	(2 73)	1 633 953	4 67	15 442 349	3 55
1997(3)	2 058 000	(54 25)	1 247 000	(77 98)	1 186 000	(44 92)	274 000	(81 66)	572 000	(64 99)	5 337 000	(66 44)

FONTE: COP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Rural Pastoral + Rural Cooperativa Rural + Outras Coletividades Rurais + Indústria Rural

(2) Poder Público + Iluminação Pública + Serviços Públicos + Consumo Próprio + Cantelão de Obras + Fornecimento a Concessionários

(3) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente.

Do mercado remanescente, os segmentos que tiveram maior redução participativa no total de consumo de energia por classe de consumidores do Estado foram os setores industrial, com percentual de 77,98%, e o rural, com 81,66 %. Considerando todos os segmentos, a redução geral foi de 65,44%

G - NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores da região Sul-Sudeste representam 40,75% do total de consumidores do Estado, conforme se demonstra a seguir

Quadro V

CEEE EVOLUÇÃO DOS CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO PERÍODO 1993/1997

Em Unidades

ANO	RESIDENCIAL	VAR	INDUSTRIAL	VAR	COMERCIAL	VAR	RURAL	VAR	OUTROS	VAR	TOTAL	VAR
		%		%		%	(1)	%	(2)	%		%
1993	2 019 356		42 467		201 131		220 448		21 689		2 505 081	
1994	2 088 351	3,42	44 838	5,61	210 027	4,42	225 966	2,50	22 233	2,51	2 591 415	3,45
1995	2 137 642	2,36	47 650	6,27	218 576	4,07	229 979	1,78	22 692	2,07	2 656 539	2,51
1996	2 210 735	3,42	49 134	3,11	226 912	3,81	220 468	4,14	23 347	2,89	2 730 596	2,79
1997(3)	957 430	56,69	10 949	77,72	94 352	58,42	43 929	80,07	6 110	73,83	1 112 770	59,25

Fonte: CDP - Coordenadoria de Programação e Acompartamento

(1) Rural Agro Pastoral + Rural Cooperativa Rural + Outras Coletividades Rurais + Indústria Rural

(2) Poder Público + Iluminação Pública + Serv. Públicos + Consumo Próprio + Cantelão de Obras + Fornecimento a Concessionários

(3) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

Em 1997, a participação percentual de cada classe de consumidores no total teve o seguinte comportamento:

Residencial	86,04%
Industrial	0,98%
Comercial	8,48%
Rural	3,95%
Outros	0,55%

Num comparativo envolvendo a relação Mwh/consumidor, referente à série 1993/1997 temos

CONSUMO/CLASSE

ANO	RESID	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	OUTROS	TOTAL
1993	1 80	121 13	8,61	6 06	65 69	5 30
1994	1 82	120 63	8,60	6 34	66 39	5 37
1995	1 96	118 01	9 15	6,68	68 79	5 61
1996	2 03	115,25	9 48	6 77	69,98	5 65
1997(1)	2 15	113 89	12,57	6 24	93 62	4 80

Nota: Dados obtidos segundo a relação entre os Quadros IV e V

(1) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul Sudeste do Estado, sob responsabilidade da CEEE remanescente

Verificou-se que a média de consumo por consumidor, em cada classe, que crescia no quinquênio, decresceu no total, com a redução do mercado de atuação

H - GERAÇÃO

No período compreendido entre 1993 e 1997, observa-se que a geração de energia para o atendimento da demanda do Estado, tem apresentado redução, ao mesmo tempo em que tem aumentado a dependência da Companhia em relação ao fornecimento de energia por terceiros, conforme se demonstra

CEEE DISPONIBILIDADE DE ENERGIA GERAÇÃO PERÍODO 1993/1997

Em Gwh

ANO	HIDRO	VAR	TÉRMICA	VAR	TOTAL	VAR	RECEBIDA	VAR	TOTAL	VAR
		%		%	PRÓPRIA	%		%		%
1993	4 308 1		1 148 15		5 456 2		9 668 3		15 124 5	
1994	4 987 1	15 75	1 406 0	22 46	6 393 0	17 17	9 641 0	0 28	16 034 0	6 01
1995	3 427 0	31 28	1 493 0	6 19	4 920 0	23 04	12 289 0	27 47	17 209 0	7 33
1996	3 500 8	2 15	1 209 4	19 00	4 710 2	4 26	13 136 9	6 90	17 847 2	3 71
1997(1)	3 450 3	1 44	1 239 7	2 51	4 690 0	0 43	14 271 9	8 64	18 961 9	6,25

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) As informações acima referem-se à geração total dos 12 meses do ano de 1997 da CEEE antes de sua reestruturação

NÚMEROS RELATIVOS (BASE 1993) E PERCENTUAL NO TOTAL
PERÍODO 1993/1997

ANO	HIDRO	% S/ TOTAL	TÉRMICA	% S/ TOTAL	TOTAL PRÓPRIA	% S/ TOTAL	RECEBIDA	% S/ TOTAL	% TOTAL
1993	100	28,48	100	7,59	100	36,07	100	63,93	100 00
1994	116	31,10	122	8,77	117	39,87	100	60 13	100 00
1995	80	19,91	130	8,68	90	28 59	127	71 41	100 00
1996	81	19 62	105	6 78	86	26 40	136	73,60	100,00
1997(1)	80	18 20	108	6 54	86	24,74	148	75,26	100 00

Fonte: Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) As informações acima referem-se à geração total dos 12 meses do ano de 1997 da CEEE antes de sua reestruturação

A Companhia detinha uma participação de 36,07% sobre o total da disponibilidade bruta de energia em 1993, baixando esta participação para 24,74% em 1997, percentual este que é o menor da série sob exame

Em vista disso, em 1993, a oferta total era atendida em 63,93%, com energia adquirida de terceiros, enquanto que, em 1997, esta dependência atingiu a parcela de 75,26%, sendo esta a maior dependência no quinquênio

I - DISTRIBUIÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E TRANSMISSÃO

As redes de distribuição da região Sul-Sudeste representaram, em 1997, 27,77% do total do exercício de 1996, conforme se demonstra

CEEE - REDES DE DISTRIBUIÇÃO
PERÍODO 1993/1997

ANO	URBANA	VAR %	RURAL	VAR %	TOTAL	VAR %
1993	30 477	0 70	94 435	2 32	124 912	1 92
1994	30 953	1 56	96 855	2 56	127 808	2 32
1995	31 481	1,71	99 142	2,36	130 623	2 20
1996	37 340	18,61	100 492	1,36	137 832	5,52
1997(1)	12 436	66 70	25 835	74 29	38 271	72 23

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) As informações acima são relativas à posição de dezembro de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

O número de transformadores instalados na região Sul-Sudeste representou, em 1997, 30,10% do total do exercício de 1996

CEEE NÚMERO DE TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO (1)
PERÍODO 1993/1997

Em Unidades

ANO	INSTALADOS	VAR	RESERVAS	VAR	AVARIADOS	VAR	TOTAL	VAR	RES
		%		%		%		%	INST %
1993	81 183		1 380		5 105		87 668		
1994	85 112	4 83	1 668	20 87	3 629	28 92	90 409	3 13	1 95
1995	88 767	4 29	1 545	7 3	3 671	1 16	93 983	3 95	1 74
1996	91 616	3 21	1 943	25 76	3 495	4 79	97 054	3 27	2 12
1997(2)	26 839	70 70	1 022	47 40	1 355	61 23	29 216	69 90	3 81

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Foram considerados os transformadores de distribuição avariados no estoque da Superintendência de Suprimentos

(2) As informações acima são relativas à posição de dezembro de 1997 e referem-se à área de concessão Sul-Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

Os transformadores mantidos em reserva experimentaram uma margem de segurança operacional de 3,81%, que é a maior da série examinada (1993/1997). Quanto aos transformadores avariados, os mesmos representaram 5,05% do total instalado.

TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO POTÊNCIA TOTAL (MONO + TRIFÁSICOS) MVA
PERÍODO 1993/1997

Em MVA

ANO	+	INSTALADOS	+	RESERVAS	+	AVARIADOS (1)	+	TOTAL	+	%
		POTÊNCIA	VAR	%	POTÊNCIA	VAR	%	POTÊNCIA	VAR	RESERVA/INSTALADO
1993		2 898 0			39 99			149 2		1 38
1994		3 021 8	4 27	73 18	82 99	119 6	19 84	3 214 6	4 12	2 42
1995		3 152 9	4 33	61 00	16 65	126 0	5 35	3 339 9	3 90	1 93
1996		3 279 8	4 02	74 10	21 54	126 2	0 16	3 479 1	4 17	2 26
1997(1)		651 7	80 13	121 60	64 10	50 7	59 83	824 0	76 32	18 66

Fonte: CCP - Coordenadoria de Programação e Acompanhamento

(1) Considerados os transformadores de distribuição avariados no estoque da Superintendência de Suprimentos

Em termos de potência, a taxa de reservas sobre os transformadores instalados atingiu 18,66% em 1997.

Considerada a potência total, os transformadores instalados, no exercício em exame, tiveram uma redução percentual anual de 80,13%.

Já os transformadores em reserva tiveram acréscimos, em termos percentuais, da ordem de 64,10%, e os avariados, uma redução de 59,83%.

No total, em termos de potência, houve, no exercício em exame, um decréscimo anual de 76,32%

CEEE LINHAS ENERGIZADAS
PERÍODO 1993/1997

ANO											Em Km	
	44 KV	VAR %	69 KV	VAR %	138 KV	VAR %	230 KV	VAR %	TOTAL	VAR %		
1993	461,2		3 800,3		1 335,9		3 983,5		9 570,9			
1994	461,2	0,00	3 819,0	0,49	1 335,9	0,00	3 983,5	0,00	9 589,6	0,20		
1995	461,2	0,00	3 841,0	0,58	1 404,0	5,10	3 997,0	0,34	9 693,2	1,08		
1996	461,2	0,00	3 901,2	1,57	1 404,3	0,02	3 996,5	0,01	9 753,2	0,62		
1997 (1)	0,0	100,00	1 328,46	66,95	1 229,51	12,45	3 983,07	0,34	6 541,04	32,93		
VAR % ANUAL		25,00		15,83		1,83				7,76		

Fonte: Coordenadoria Central de Planejamento - Setor de Estatística Geral

(1) As informações são relativas ao total dos 12 meses de 1997 e referem-se à área de concessão Sul Sudeste do Estado sob responsabilidade da CEEE remanescente

Verifica-se, ainda, que, enquanto a participação da CEEE remanescente, no consumo de energia, reduziu em 65,44%, conforme dados expostos no Quadro IV, as linhas energizadas tiveram um decréscimo de apenas 32,93%

3.3.4.3 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVOS

A Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT é uma Sociedade Anônima de Economia Mista de Capital Autorizado, criada pela Lei Estadual nº 4 073, de 30 de dezembro de 1960. A empresa é supervisionada pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, e o Estado do Rio Grande do Sul detém, em 1997, a maioria das ações Ordinárias da Companhia.

A CRT tem por objetivo a instalação, operação e exploração, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, dos Serviços Públicos de Telecomunicações e atividades afins.

O Capital Social Subscrito e Integralizado, atualizado, é de R\$ 706 994 mil e está constituído de 749 012 806 ações ordinárias e 1 201 867 728 ações preferenciais. Todas as ações são do tipo nominativo, sendo o valor nominal, em 31 de dezembro de 1997, de R\$ 0,36.

O quadro acionário da CRT está assim composto em 31-12-97

ESTRUTURA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/1997

ACIONISTA	AÇÕES ON		 +	AÇÕES PN		 +	TOTAL (ON+PN)	
	QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%
ESTADO DO RS	406 024 791	54,2		352 290	0,0		406 377 081	20,8
CONSÓRCIO	262 352 653	35,0			0,0		262 352 653	13,5
TELEBRÁS	59 966 889	8,0		955 182	0,1		60 922 071	3,1
EMPREGADOS	15 553 000	2,1			0,0		15 553 000	0,8
OUTROS	5 115 473	0,7		1 200 560 256	99,9		1 205 675 729	61,8
TOTAL	749 012 806	100,0		1 201 867 728	100,0		1 950 880 534	100,0

No tocante ao processo de privatização da Companhia, convém alguns comentários

- em dezembro de 1996, a Telefônica do Brasil Holding (Telefônica de España e Grupo RBS) comprou 35% do capital votante da empresa, tornando-se responsável pela gestão da mesma,

- em 19 de agosto de 1997, foi promulgada a Lei Estadual nº 11 004, autorizando a alienação integral da participação acionária do Estado na CRT,

- em junho de 1998, a CRT foi vendida à Telefônica do Brasil Holding pelo valor de R\$ 1,176 bilhão, correspondente a 50,12% do capital votante da Companhia;

- a Telefônica do Brasil Holding, que já detinha 35% das ações ordinárias, com o leilão de 19 de junho de 1998, ficou com 85,12% do capital votante da empresa

B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

1. Demonstrações Financeiras

1.1 - Balanço Patrimonial

1.2 - Demonstração do Resultado do Exercício

1.3 - Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

2 Relatório da Administração

3 Notas Explicativas de Balanço

4 Parecer dos Auditores Independentes

5 Balanço Geral do Governo do Estado

C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-1997 a 31-12-1997

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes a sua área de atuação

A análise levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais e referentes aos exercícios de 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997 (Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados)

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos cinco exercícios sociais da Entidade

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - ORT										
BALANÇO PATRIMONIAL										
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA										
PERÍODO DE 1993/1997										
Em R\$ mil*										
GRUPO	1993		1994		1995		1996		1997	
	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96	VALOR	VAR % 97/96
Ativo	2 250 466	7	2 089 596	7	2 296 060	10	2 469 206	8	3 011 109	22
Circulante	131 222	31	171 282	16	198 784	16	300 842	51	349 836	16
Realizável a Longo Prazo	101 611	28	130 535	28	69 202	47	56 415	18	89 079	58
Permanente	2 017 633	11	1 787 779	13	2 028 074	13	2 111 949	4	2 572 194	22
Investimentos	3 055	16	2 572	79	541	38	747	1	1 551	108
Imobilizado	1 680 916	6	1 784 692	6	2 027 459	14	2 111 201	4	2 570 643	22
Diferido	333 662	100	515	75	85	1	99			53
Passivo e Patrimônio Líquido	2 250 466	7	2 089 596	7	2 296 060	10	2 469 206	8	3 011 109	22
Circulante	470 543	56	209 114	32	275 228	43	393 865	30	795 883	102
Exigível a Longo Prazo	236 412	34	316 924	20	252 875	30	329 356	460	346	37
Resultado Exerc. Futuros							11 540	9 533	17	
Patrimônio Líquido	1 543 510	1	1 563 558	13	1 767 956	2	1 734 445	1 755	147	1

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

No exercício que está sendo examinado, o valor do Investimento Total, representado pelo Ativo no valor de R\$ 3 011 109 mil, encontra substância no valor dos Capitais Próprios, que somavam R\$ 1 755.147 mil. O Ativo Total foi financiado em 58,29% por Capitais Próprios (R\$ 1 755 147 mil), sendo o restante financiado por Capitais de Terceiros.

Ao longo da série analisada, verifica-se um crescimento dos valores registrados no Ativo Circulante (Disponibilidades e Créditos de Curto Prazo) da ordem de 167% em relação a 1993, sendo que este grupo respondeu por 11,62% do Ativo Total.

O Realizável a Longo Prazo, no total de R\$ 89 079 mil, estava constituído, majoritariamente, por créditos tributários relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social, que, juntos, representaram 82,12% do Grupo.

Em 31-12-1997, estava registrado, no Ativo Permanente, o maior volume de recursos, R\$ 2 572 194 mil, propiciando uma participação de 85,42% no Ativo Total.

Do total registrado no Ativo Permanente, 99,94% referem-se ao Imobilizado, onde os principais itens são os equipamentos de transmissão, cabos aéreos, equipamentos de comutação automática e aparelhos telefônicos avaliados em R\$ 1 574 600 mil, já deduzida a Depreciação Acumulada.

As Dívidas de Curto Prazo, inscritas no Passivo Circulante, no valor de R\$ 795 883 mil, estavam representadas basicamente por Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Recursos de Autofinanciamento, que, juntos, representaram 76,48% do Grupo (R\$ 608 700 mil).

Verificou-se que este Grupo teve um crescimento, neste exercício, de 102%, em comparação a 1996 e um aumento de 69% em relação a 1993 (Quadro I).

Como consequência, sua participação no Passivo Real aumentou de 53,61% em 1996 para 63,37% em 1997, conforme se demonstra a seguir:

PASSIVO REAL PERÍODO DE 1993/1997					
	Em %				
GRUPO	1993	1994	1995	1996	1997
Circulante	66,56	39,75	52,11	53,61	63,37
Exigível a Longo Prazo	33,44	60,25	47,89	44,82	35,87
Resultado de Exercícios Futuros		-	-	1,57	0,76
PASSIVO REAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial - CRT
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

As Obrigações de Longo Prazo somavam R\$ 450 546 mil, representando 35,87% do total das Obrigações

O Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 1 755 147 mil, apresentou um acréscimo de 14% comparativamente ao primeiro ano da série, e um acréscimo de 1% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no Quadro I

A seguir, demonstra-se um quadro comparativo da estrutura de capitais da Companhia nos últimos cinco exercícios

Em %		
ANO	PASSIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1993	31,41	68,59
1994	25,18	74,82
1995	23,00	77,00
1996	29,76	70,24
1997	41,71	58,29
Fonte: Balanço Patrimonial - CRT		
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS		

Conforme se observa, em 1997, houve um aumento da participação dos Capitais de Terceiros em detrimento dos Capitais Próprios

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6 404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento as disposições sociais

O Quadro II contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - ORT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

QUADRO II

GRUPO	Em R\$ mil*								
	1993	1994		1995		1996		1997	
	VALOR	VALOR	VAR % 94/93	VALOR	VAR % 95/94	VALOR	VAR % 96/95	VALOR	VAR % 97/96
Receitas Operacionais	1.172.781	564.008	52	591.521	5	798.968	35	976.958	22
Despesas Operacionais	2.567.412	917.147	64	608.872	-34	799.639	31	861.505	8
Resultado Operacional	1.394.631	353.139	75	17.351	95	671	96	115.453	
Receitas Não Operacionais	1.045	25.066	2299			2.879		50.534	1655
Despesas Não Operacionais				1.352				4.692	4736
Resultado Correção Monetária	1.945.788	523.036	73	55.123	-89	32.331		35.228	
Prov. I.R./Contr. Social		29.521		29.011	2	11.808		11.197	
Participações e Contribuições									
Lucro/Prejuízo do Exercício	552.203	165.442	70	7.409	96	18.316		114.870	79

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (médio) FGV

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do resultado do período, quer positivos ou negativos

O melhor desempenho nos Resultados Operacionais deve-se, basicamente, à redução do valor das Despesas Operacionais, que apresentaram um declínio de 66% em 1997, em relação ao primeiro ano da série, embora tenha ocorrido um acréscimo de 8% em relação a 1996

As Receitas Operacionais tiveram desempenho ascendente no período de 1994/97, apresentando um acréscimo de 22%, no exercício em análise, em relação ao anterior

Quanto ao saldo da Correção Monetária do Balanço, constatou-se que, na situação credora, absorveu totalmente os prejuízos de 1993 a 1995, revertendo a posição deficitária da Empresa. Já no exercício de 1996, por ter apresentado resultado devedor (R\$ 32.331 mil), proporcionou um prejuízo de R\$ 18.316 mil, conforme evidenciado no Quadro II, cabendo destacar que a Reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social no valor de R\$ 11.808 mil, reduziu o Prejuízo do Exercício em, aproximadamente, 34%. Já no exercício de 1997, o resultado negativo da correção monetária, no valor de R\$ 35.228 mil, foi totalmente absorvido pelo Lucro do Exercício

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1993/1997

GRUPO	Em %				
	1993	1994	1995	1996	1997
	+	+	+	+	+
	%	%	%	%	%
Receitas Operacionais	100 00	100 00	100 00	100 00	100 00
Despesas Operacionais	218 92	162 61	102 93	100 08	88 18
Resultado Operacional	118 92	62 61	2 93	0 08	11 82
Receitas Não Operacionais	0 09	4 44		0 36	5 17
Despesas Não Operacionais			0 23		0 48
Resultado Correção Monetária	165 91	92 74	9 32	4 05	3 60
Prov. I.R./Contr. Social		5 23	4 90	1 48	1 15
Participações e Contribuições					
Lucro/Prejuízo do Exercício	47 08	29 33	1 25	2 29	11 76

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Nos exercícios de 1993 a 1995, os Resultados Líquidos foram positivos, apresentando, porém, tendência à redução, tendo em vista que o Lucro Líquido de 1994 apresentou um declínio de 70% em relação ao de 1993 e que o de 1995 apresentou um decréscimo na ordem de 96% em relação ao resultado apurado no exercício anterior. Em 1996, a Companhia apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 18 316 mil. Já no exercício de 1997, constatou-se um Lucro Líquido de R\$ 114 870 mil, revertendo a situação do exercício anterior.

C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido, no exercício de 1997, em relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV do artigo 188 da Lei Federal nº 6 404/76.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT
ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 1997

GRUPO	Em R\$ mil		
	INÍCIO DO	FINAL DO	VARIAÇÃO DO
	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	+	+	+
Ativo Circulante	279 903	349 836	69 933
Passivo Circulante	366 451	795 883	429 432
	+	+	+
Ativo Circulante Líquido	86 548	446 047	359 499

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Por sua vez, a Análise das Origens e Aplicações de Recursos revelou que o Patrimônio Líquido, o Resultado de Exercícios Futuros e o Passivo Exigível a Longo Prazo não foram suficientes para financiar o Ativo Permanente. A Companhia utilizou-se, ainda, de Capital de Terceiros de Curto Prazo no valor de R\$ 356 968 mil, o que representa 44,85% do total do grupo.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - ORT
QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS
EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

APLICAÇÃO	ORIGEM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Permanente		1 755 147	68	9 533	0	460 546	18	356 968	14	2 572 194	100
Ativo Realizável a Longo Prazo								89 079	100	89 079	100
Ativo Circulante								349 836	100	349 836	100
TOTAL		1 755 147	58	9 533	0	460 546	15	795 883	26	3 011 109	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Circulante, no montante de R\$ 438 915 mil, foram inteiramente financiados por Capitais de Terceiros de Curto Prazo.

Ainda que apenas 14% do Ativo Permanente tenha sido financiado pelo Passivo Circulante, deve-se ressaltar que a imobilização do Capital de Terceiros de Curto Prazo constitui-se em um procedimento que oferece sérios riscos, porquanto o retorno do capital investido dá-se de forma lenta, em oposição aos prazos imediatos impostos para a devolução dos recursos tomados.

D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

D.1.1 - Capital Circulante

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulante, em 31-12-1997, evidenciou uma análise financeira de curto prazo desfavorável para a Empresa.

O calculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar

No caso específico da Entidade, e utilizando-se os valores do Quadro I, emerge uma situação negativa na condução da aplicação dos capitais de giro no processo produtivo

Pela análise dos valores a seguir especificados, obtidos pela diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pode-se avaliar a modificação dos capitais empregados no ciclo operacional da Empresa

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT	
CAPITAL DE GIRO	
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA	
1993/1997	
	Em R\$ mil*
1993	339 322
1994	37 832
1995	76 444
1996	93 023
1997	446 047

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP/DI (Dezembro) FGV

Conforme se verifica, houve crescimento no Capital de Giro negativo da Companhia, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, em relação aos respectivos exercícios anteriores

Na série examinada, houve a predominância de Capitais de Terceiros em circulação no final de todos os exercícios

D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT					
ANÁLISE FINANCEIRA					
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997					
INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997
Liquidez Corrente	0,28	0,82	0,72	0,76	0,44
Solvência Geral	3,18	3,97	4,35	3,41	2,42
Endividamento	0,31	0,25	0,23	0,29	0,41
Garantia do Capital de Terceiros	2,18	2,97	3,35	2,40	1,41
Imobilização do Capital Próprio	1,31	1,14	1,15	1,22	1,47
Liquidez Geral	0,33	0,57	0,51	0,49	0,35
Fonte: Balanço Geral da Sociedade					
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS					

No cálculo da Liquidez Corrente, são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante.

Este índice, que identifica a capacidade da Empresa de saldar seus compromissos a curto prazo, não tem sido satisfatório. Em 1997, a Empresa apresentou condições de pagar apenas 44% das dívidas assumidas a curto prazo, inferior em 32 pontos percentuais ao verificado no exercício anterior. Tal índice apresentou-se melhor apenas em relação a 1993 (pior ano da série), quando a Companhia possuía apenas R\$ 0,28 de Disponibilidades e Créditos para cada R\$ 1,00 de Dívidas.

O Índice Médio de Liquidez Corrente, no quinquênio, foi de 0,60, tendo sido ultrapassado nos exercícios de 1994 a 1996.

O Índice de Solvência Geral mede a proporção do Ativo Total da Empresa em relação aos Recursos de Terceiros nela aplicados. Em 1997, a CRT possuía, para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiros utilizados, R\$ 2,42 em seu Ativo Total.

O Índice Médio de Solvência Geral, no período, foi 3,47. Tal índice foi superior ao verificado nos exercícios de 1993, 1996 e 1997.

O Nível de Endividamento, no período examinado, manteve-se na média de 30%. Em 1997, este índice ficou em 41%, ou seja, para cada R\$ 1,00 aplicado no Ativo, R\$ 0,41 correspondiam a Capitais de Terceiros. Ressalta-se que o menor Grau de Endividamento da série sob análise foi verificado no exercício de 1995.

A Garantia do Capital de Terceiros indica a proporção do Capital Próprio em relação aos Recursos de Terceiros investidos na Empresa. A análise da série apresentada evidencia que, nos primeiros três anos, este indicador apresentou tendência crescente com uma média de 2,83, ou seja, para cada R\$ 1,00 de Capital de Terceiros existente na CRT, havia R\$ 2,83 de Capital Próprio para garanti-lo. Em 1995, registrou-se o índice mais positivo do quinquênio (3,35). Nos exercícios de 1996 e 1997, os índices caíram, ficando em torno de 2,40 e 1,41, respectivamente.

O Grau de Imobilização do Capital Próprio apresentou um acréscimo de vinte e cinco pontos percentuais em relação ao exercício anterior (1996). O índice *continua em níveis elevados, tendo atingido o percentual de 147% em 1997*.

Isto significa que, além da totalidade dos Recursos Próprios, parte dos Recursos de Terceiros (47%), inclusive dos de curto prazo, foi utilizada no financiamento do Ativo Permanente.

O Índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade total da Empresa (Disponibilidades e Créditos de Curto e Longo Prazos) de saldar seus compromissos integralmente.

Em 1997, o referido índice foi de 0,35, apresentando uma redução de quatorze pontos percentuais em relação ao exercício anterior (1996).

Sendo assim, para cada R\$ 1,00 de exigibilidades existentes, a CRT possuía, apenas, R\$ 0,35 de recursos habéis para suportá-lo.

Cabe registrar que, em 1994, registrou-se o índice mais positivo do quinquênio (0,57).

D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir dos resultados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício.

A seguir, demonstram-se os indicadores econômicos considerados relevantes para a Empresa no exercício sob análise

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES CRT					
ANÁLISE ECONÔMICA					
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA - 1993/1997					
INDICADOR	1993	1994	1995	1996	Em R\$
Lucratividade Operacional					11,82
Líquida	47,08	29,33	1,25		11,76
Rentab. do Capital Próprio Operacional				-	6,58
Líquida	11,45	7,11	0,41		6,54
Taxa de Retorno de Investimentos	7,85	5,32	0,32		3,81
Fonte: Balanço Geral da Sociedade					
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS					

Informa-se que, no exercício de 1996, a Entidade não obteve Resultado Líquido positivo, prejudicando a análise comparativa dos indicadores econômicos

No exercício de 1997, o exame dos índices, que compõem a análise econômica, evidencia um aumento significativo nos resultados obtidos pela Empresa.

A Lucratividade Líquida que, em 1993, foi de 47,08%, caiu para 29,33% em 1994 e para 1,25% em 1995. Em 1996, tendo em vista o resultado negativo, não houve lucratividade. Já no exercício em análise (1997), a Lucratividade Líquida foi de 11,76%, ou seja, de cada R\$ 100,00 de Receita Líquida auferida pela Companhia, R\$ 11,76 resultaram em Lucro Líquido.

A Rentabilidade do Capital Próprio, ou seja, o Lucro Líquido obtido confrontado com o Patrimônio Líquido, que, em 1993, foi de 11,45%, ficou reduzido para 0,41% em 1995. Em 1996, não houve esta Rentabilidade. No exercício em análise, a Rentabilidade Líquida ficou em 6,54 pontos percentuais, indicando serem necessários 15 anos para recuperação do patrimônio investido.

A Taxa de Retorno de Investimentos, obtida através do Lucro Líquido em relação ao Ativo Total da Empresa, após um período de acentuadas reduções (1993/1995), apresentou, em 1997, uma taxa de 3,81%, ou seja, a esta taxa, o Ativo Total seria reposto em 26 anos.

E - TERMINAIS TELEFÔNICOS

No período de 1993 a 1997, a CRT teve um crescimento contínuo na planta instalada, chegando, neste último exercício, a 1 521 584 terminais telefônicos

Em 1997, foram instalados 398 896 novos terminais, apresentando um acréscimo de 49,74% ao que foi instalado no exercício anterior (1996), como se demonstra no quadro a seguir

ANO	TERMINAIS TELEFÔNICOS INSTALADOS
1993	40 543
1994	67 839
1995	108 479
1996	266 383
1997	398 896

Fonte: Gerência de Planejamento
Empresarial (PPE) - CRT
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

No quinquênio examinado, a média anual de Terminais Instalados foi de 176 428. Portanto, em 1997, foram instalados mais que o dobro de telefones em comparação com a média histórica

CRT		TERMINAIS INSTALADOS E EM SERVIÇO		TAXA DE UTILIZAÇÃO		
PERÍODO DE 1992/1996						
ANO	TERMINAIS EXISTENTES		TERMINAIS EM SERVIÇO		TAXA DE UTILIZAÇÃO	
	Nº	VARIAÇÃO %	Nº	VARIAÇÃO %	%	VARIAÇÃO %
1993	679 987	6 34	607 113	8 67	89 28	2 19
1994	747 826	9 98	681 574	12 26	91 14(1)	2 08(1)
1995	856 305(1)	14 51(1)	759 627	11 45	88 71(1)	2 67(1)
1996	1 122 688	31 11	952 226	25 35	84 82	4 39
1997	1 521 584	35 53	1 391 150	46 09	91 43	7 79

Fonte: Gerência de Planejamento Empresarial (PPE) - CRT
(1) Valores retificados, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE 11/97 CRT
de 29.04.97
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Quanto aos Terminais em Serviço, observa-se que a taxa de crescimento anual, ocorrida em 1997, obteve um desempenho melhor em relação a 1996, atingindo 46,09% de acréscimo

Constatou-se, ainda, que, no exercício em análise, o número de Terminais Telefônicos em Serviço e Instalados apresentou acréscimos, em relação a 1996, na ordem de 46,09% e 35,53%, respectivamente. Tal fato resultou em um aumento de 7,79% na Taxa de Utilização.

Cabe ressaltar que, no exercício de 1996, registrou-se a menor Taxa de Utilização do quinquênio, uma vez que, também neste ano, foi registrada a maior variação negativa do período (4,39%).

DENSIDADE TELEFÔNICA (100 hab) (*)				
1993	1994	1995	1996	1997
7,50	8,11	9,22(1)	12,09	14,80

Fonte: CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

(*) Excluídos os Municípios de Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo e Turucu (atendidos pela CTMR).

(1) Valor retificado, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE 11/97-CRT, de 29-04-97

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

A tabela acima demonstra a evolução da densidade telefônica no Estado no período 1993/1997, onde se verifica que a mesma vem aumentando gradativamente.

No exercício em exame, o número de terminais telefônicos para cada 100 habitantes foi de 14,80, apresentando um crescimento de 22,41%, relativamente ao exercício anterior (1996), e de 97,33%, relativamente ao primeiro ano da série (1993).

Salienta-se que, no período sob exame, a densidade telefônica média foi de 10,34 aparelhos para cada cem habitantes.

F - EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO TELEFÔNICO

Considerando-se os quadros "Terminais Instalados e em Serviço" e "Evolução do Tráfego Telefônico", verifica-se que, no período de 1993 a 1995, a variação do número de chamadas totais e dos pulsos registrados (chamadas locais) cresceu em taxas maiores do que as ocorridas com o número de Terminais em Serviço.

Já nos exercícios de 1996 e 1997, constatou-se que a CRT apresentou níveis crescentes de chamadas locais e totais, com um correspondente crescimento nos Terminais em Serviço. A tabela a seguir demonstra a evolução das chamadas totais e pulsos registrados no período de 1993 a 1997.

CRT EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO TELEFÔNICO
PERÍODO DE 1993/1997

ANO	Nº CHAMADA TOTAIS * Em Mlhões	VAR %	RELATIVO BASE FIXA (1993=100)	PULSOS REGISTRADOS Em Mlhões	VAR %	RELATIVO BASE FIXA (1993=100)
1993	253,6	-	100	3 061,51		100
1994	295,2	16,40	116	3 101,54	1,31	101
1995	373,0(1)	26,36(1)	147	3 339,62	7,68	109
1996	441,0	18,23	174	3 294,13	-1,36	107
1997	585 0	32,65	231	3 339,00	1,36	108

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

(1) Valores retificados, tendo em vista solicitação contida no Ofício PPE 11/97 CRT, de 29-04-97

* Em 1997, inclui as unidades de fixo-móvel e móvel fixo (IU + locais)

Calculos Equipe Técnica TCE/RS

No exercício de 1997, especificamente, as taxas de crescimento do número de Terminais Existentes (35,53%) e de Terminais em Serviço (46,09%) foram compatíveis com a variação do número de chamadas totais (32,65%) e de chamadas locais (1,36%)

G - RECEITA DE EXPLORAÇÃO POR TERMINAL MÉDIO EM SERVIÇO

A Receita de Exploração por Terminal Medio em Serviço constitui indicador fundamental na avaliação do desempenho das Companhias fornecedoras de serviços de telefonia. A tabela seguinte demonstra a evolução da Receita de Exploração Total e por Terminal em Serviço no período de 1993 a 1997

CRT RECEITA DE EXPLORAÇÃO(*) TOTAL E POR TERMINAL EM SERVIÇO
PERÍODO DE 1993/1997

ANO	DESCRIÇÃO	Em R\$		
		RECEITA DE EXPLORAÇÃO	Nº MÉDIO DE TERMINAIS EM SERVIÇO	RECEITA DE EXPL ORAÇÃO P/TERMINAL MÉDIO EM SERVIÇO
1993		676 925 980	583 749	1 159 62
1994		554 558 594	640 088	866 38
1995		552 912 843	709 573	779 22
1996		786 172 436	839 781	936,16
1997		938 083 000	1 102 280	851 04

(*) Receita líquida dos serviços = receita bruta dos serviços de telecomunicações menos impostos e encargos sobre serviços por legislação societária

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

Calculos Equipe Técnica TCE/RS

Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

As variações na Receita de Exploração e na Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço estão relacionadas com o valor da tarifa praticada pela Companhia, conforme se verifica no quadro a seguir

CRT - TARIFA x OUTROS INDICADORES			
ANO	VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	TARIFA	IGP/DI-FGV (Dezembro)	BTN/TR (Dezembro)
1993	3 524,37	2 708,55	2 474,74
1994	516,82	1 093,85	985,94
1995	22,57	14,77	31,60
1996	13,53	9,34	9,59
1997	5,97*	7,48	9,78

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)

Cálculos Equipe Técnica - TCE/RS

* Fornecido pela CRT em termos de estimativa

No exercício de 1994, a Receita de Exploração apresentou, em relação ao exercício anterior, uma redução de 18,08%. A variação da tarifa, em 1994, foi de 516,82%, percentual inferior ao IGP-DI do período (1 093,85%). O fato de a tarifa telefônica não ter sido corrigida de acordo com o índice inflacionário do período, fez com que a Receita de Exploração apresentasse uma queda no exercício

Em 1995, a Receita de Exploração permaneceu praticamente inalterada, apresentando uma redução de 0,30%. Observa-se uma tendência de recomposição de tarifa, já que a mesma variou 22,57%, enquanto que o IGP-DI variou 14,77% no período

Em relação ao exercício de 1996, constata-se um aumento da Receita de Exploração no patamar de 42,19%. Neste ano, a variação da tarifa (13,53%) foi superior a do IGP-DI (9,34%)

Em 1997, embora a variação da tarifa (5,97%) fosse menor que a do IGP-DI (7,48%), ocorreu um crescimento de 19,32% na Receita de Exploração. Tal crescimento deveu-se, em sua maior parte, ao crescimento médio dos Terminais em Serviço no exercício em análise (31,25%)

No tocante à Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço, verifica-se, em 1997, uma redução de 9,09% em relação ao exercício anterior, ocasionada, em grande parte, pelo fato de que os Terminais em Serviço foram instalados, principalmente, no último trimestre do exercício, não gerando receita em todo o período

H - QUADRO DE PESSOAL

No período 1993/1997, a CRT apresentou uma tendência decrescente no que se refere ao número de empregados por 1 000 terminais, conforme segue

CRT NÚMERO DE EMPREGADOS POR TERMINAIS INSTALADOS		
ANO	TOTAL DE EMPREGADOS	Nº DE EMPREGADOS P/1 000 TERMINAIS
1993	5 901	8,68
1994	6 218	8,31
1995	5 846	5,96
1996	4 451	3,57
1997	4 640	3,00
MÉDIA ANUAL	5 411	5,90

Fonte CRT - Gerência de Planejamento Empresarial (PPE)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

Em 1994, houve uma elevação no número de empregados, período em que se atingiu o maior quantitativo da série sob exame. Entretanto, em 1995, verificou-se uma redução de 6% no quadro de pessoal da CRT, sendo que, em 1996, registrou-se o menor número de empregados no quinquênio. Já em 1997, houve um aumento de 4,25% no número total de empregados, em relação ao exercício anterior.

Os Gastos com Pessoal participaram da seguinte forma na Receita Operacional da Companhia no quinquênio analisado:

CRT - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS
GASTOS COM PESSOAL NA RECEITA DE EXPLORAÇÃO
Em %

	RECEITA DE EXPLORAÇÃO
1993	70,0

1994	57,1
1995	51,8
1996	34,2
1997	26,4

.....
Fonte CRT - Gerência de Planejamento Em
presarial (PPE)
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No período 1993/1997, a maior participação percentual dos Gastos com Pessoal na Receita de Exploração foi de 70,00% no exercício de 1993. No exercício sob exame (1997), esta participação foi melhor, atingindo 26,40%, com uma diminuição de 7,80 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

3.3.4.4 - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

A - QUALIFICAÇÃO E OBJETIVO

A CORSAN, criada pela Lei Estadual nº 5 167, de 21-12-65, e uma Sociedade de Economia Mista de Direito Privado vinculada a Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação Tem como objetivo estudar, projetar e executar obras novas, reformas, ampliações e manutenção de instalação de água e esgoto sanitário, assim como explorar industrialmente tais serviços, fixar e promover a arrecadação das respectivas tarifas e taxas

O Capital Autorizado, no valor de R\$ 657 350 608,00, e dividido em R\$ 149 567 627 ações ordinárias nominativas e 149 567 627 ações preferenciais, ambas sem valor nominal O Capital Realizado, em 31/12/97, era de R\$ 352 385 605,48

O acionista majoritário é o Estado do Rio Grande do Sul, com uma participação acionária em torno de 99,99%

B - FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE

- 1 Demonstrações Financeiras
 - 1 1 - Balanço Patrimonial
 - 1 2 - Demonstração do Resultado do Exercício
 - 1 3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
- 2 Ata da Assembléia Geral dos Acionistas
- 3 Relatório da Administração
- 4 Notas Explicativas de Balanço
- 5 Parecer dos Auditores Independentes
- 6 Balanço Geral do Governo do Estado

C - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A presente análise tem como objetivo a avaliação do estado patrimonial, econômico e financeiro da Entidade, considerando o período da gestão de 01-01-1997 a 31-12-1997

De acordo com o artigo 235 e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 6 404/76, a Entidade ora examinada enquadra-se nos preceitos da Lei Comercial para fins de apuração de resultados, sem prejuízo de outras disposições legais pertinentes à sua área de atuação

O exame levará em consideração, além dos resultados apresentados, o desenvolvimento das atividades peculiares e vinculação com outros organismos governamentais. A partir dos dados das demonstrações contábeis, será processada a análise financeira e econômica através de indicadores selecionados

A análise retrospectiva terá como base os dados informatizados trazidos a valores atuais

C.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Quadro I apresenta os valores dos Grupos Patrimoniais, de que trata o artigo 178 da Lei Federal nº 6 404/76, referentes aos últimos quatro exercícios sociais da Entidade

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1994/1997

QUADRO I

Em R\$ mil*

GRUPO	1994	1995	1996	1997
	VALOR	VALOR VAR % 95/94	VALOR VAR % 96/95	VALOR VAR % 97/96
Ativo	1.444.939	1.480.956	1.304.946	1.323.306
Circulante	71.653	109.989	126.539	134.534
Realizável a Longo Prazo	36.770	36.377	34.522	37.100
Permanente	1.336.516	1.334.590	1.143.885	1.151.672
Investimentos	968	1.033	949	3.725
Imobilizado	1.332.676	1.329.737	1.139.573	1.145.467
Diferido	2.872	3.821	3.362	2.480
Passivo e Patrimônio Líquido	1.444.939	1.480.956	1.304.946	1.323.306
Circulante	200.065	162.108	100.322	116.955
Exigível a Longo Prazo	449.631	456.651	476.529	570.732
Resultado Exerc. Futuros				
Patrimônio Líquido	795.243	862.197	728.095	635.619

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS
* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (dezembro) FGV

Considerando-se os valores inflacionados dos Balanços Patrimoniais do período 1994/1997, verifica-se que, em termos reais, ocorreu um aumento nos valores patrimoniais em 1997. Nota-se que, no exercício de 1996, ocorreu uma diminuição nos valores patrimoniais da Auditada, originados, em parte, pela falta de reconhecimento dos efeitos inflacionários decorrentes da Lei Federal nº 9.249/95. Pode-se observar, através da variação do Ativo Permanente, o decréscimo dos valores registrados neste grupo, na ordem de R\$ 190.705 mil, no exercício de 1996.

No exercício de 1997, o Ativo Permanente apresentou crescimento positivo, em decorrência, principalmente, do significativo volume dos investimentos realizados (R\$ 149.186 mil), embora esteja ausente a Correção Monetária. Observa-se que o investimento de R\$ 149.186 mil provocou o incremento do Ativo Imobilizado, principalmente, porque as imobilizações em formação passaram a superar a depreciação no exercício de 1997, conforme se visualiza abaixo:

Em R\$ mil*

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997
Obras em andamento	62.063	206.125
Depreciação	89.208	82.423

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
* Valores não inflacionados

Conforme visto no quadro anterior, o investimento de R\$ 149 186 mil constitui-se no fator essencial do crescimento das obras em andamento. Para que ocorra o crescimento do Ativo Imobilizado, na ausência de correção monetária, é necessário que os investimentos anuais sejam, no mínimo, superiores à Depreciação Anual. Exige, ainda, que o Investimento seja maior que a Depreciação Anual acrescida das baixas do Imobilizado.

A reintrodução da Correção Monetária, através do reconhecimento da variação ocorrida, produziria alterações significativas nos valores patrimoniais, pois uma inflação na ordem de 7%, como a ocorrida no exercício de 1997 (IGP-FGV), geraria uma variação nos valores patrimoniais em torno de R\$ 70 000 mil (7% de R\$ 1 000 000 mil). Existe uma forte tendência para que ocorra, a partir de 1996, declínio dos valores patrimoniais, em decorrência da ausência da Correção Monetária, do significativo valor das Depreciações (e por conseguinte do Imobilizado) e pelo histórico dos investimentos realizados. Observa-se, no entanto, que o significativo investimento realizado, no exercício de 1997, levou a uma evolução positiva dos valores patrimoniais. Com a ausência de Correção Monetária, existe a necessidade de que os Investimentos, no mínimo, superem a Depreciação Anual, que girou ao redor de R\$ 85 000 mil, no triênio 95/97, para que ocorra crescimento do Imobilizado, principal grupo do Ativo da Companhia. Ressalta-se, conforme será exposto adiante, no item E - Investimentos Efetuados, que, na série 1988/1997, apenas no exercício de 1997, os Investimentos ultrapassaram o patamar de R\$ 80 000 mil, incrementando os valores deste Grupo.

No exercício que está sendo examinado, o valor do Investimento Total, representado pelo Ativo, no valor de R\$ 1 323 306 mil, encontra contrapartida nos Capitais Próprios, que somam R\$ 635 619 mil, financiando em 48,03% o Ativo Total, e o restante, em valores representativos dos Capitais de Terceiros em giro na Empresa.

O Ativo Permanente, como se pode visualizar ao longo de toda a série, constitui-se no Grupo onde se encontra o maior volume de recursos alocados pela Companhia (acima de 87,5% em todos os anos da série).

Nas Dívidas de Curto Prazo inscritas no Passivo Circulante, dentre as de maior representatividade, destacam-se Impostos e Contribuições a Recolher no valor de R\$ 29.291 mil, Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo no valor de R\$ 21 559 mil e Serviços Prestados por Terceiros no valor de R\$ 38 973 mil, que representam, respectivamente, 25,00%, 18,43% e 33,32% do Total das Obrigações de Curto Prazo.

A Empresa, em 1997, apresentava Obrigações de Longo Prazo, que somavam R\$ 570 732 mil, correspondendo a 82,99% do Total das Obrigações (curto e longo prazos). No Grupo, a parcela que apresentava maior participação (75,34%) referia-se a Empréstimos e Financiamentos no valor de R\$ 429 999 mil.

Vale dizer que, no exercício em análise, foram contratados financiamentos com a CEF, no valor de R\$ 55 553 mil, com o BID - Projeto Pro-Guaíba, no valor de R\$ 40 820 mil e BANRISUL/FUNDOPIMES, no valor de R\$ 6 641 mil, totalizando um incremento de R\$ 103 014 mil na conta Empréstimos e Financiamentos (Nota Explicativa nº 9)

Em 1997, o Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 635 619 mil, apresentou um decréscimo de 13% comparativamente ao ano de 1996 (vide Quadro I)

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN					
BALANÇO PATRIMONIAL					
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA					
PERÍODO DE 1994/1997					
QUADRO II	Em %				
GRUPO	1994	1995	1996	1997	
	%	%	%	%	
Ativo	100,00	100,00	100,00	100,00	
Circulante	4,96	7,43	9,70	10,17	
Realizável a Longo Prazo	2,54	2,46	2,65	2,80	
Permanente	92,50	90,12	87,66	87,03	
Investimentos	0,07	0,07	0,07	0,28	
Imobilizado	92,23	89,79	87,33	86,56	
Diferido	0,20	0,26	0,26	0,19	
Passivo e Patrimônio Líquido	100,00	100,00	100,00	100,00	
Circulante	13,85	10,95	7,69	8,84	
Exigível a Longo Prazo	31,12	30,83	36,52	43,13	
Resultado Exerc. Futuros	-	-	-	-	
Patrimônio Líquido	55,04	58,22	55,80	48,03	

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

O subgrupo Créditos de Contas a Receber, compreendido, em maior montante, pelo Faturamento dos Serviços de Água e Esgoto deduzido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, no montante de R\$ 75 532 mil, contribuiu com a parcela mais significativa dos direitos a receber a curto prazo, representando, na composição do Ativo Circulante, o percentual de 56,14%

O subgrupo Almoxarifado apresentou, no período 1995/97, significativo incremento, passando de R\$ 5 491 mil em 1995 para R\$ 23 648 mil no exercício de 1996 e alcançando o valor de R\$ 47 511 mil no exercício de 1997 (crescimento de 765% no período 95/96 e de 101% no período 96/97). No exercício de 1997, o subgrupo Almoxarifado passou a representar 35,32% do Ativo Circulante.

Além disso, a Auditada comenta, em sua Nota Explicativa nº 4, não ter concluído o levantamento físico dos itens do Imobilizado e seu cotejamento físico-contábil, aspecto que resultará no registro de ajustes cujo impacto no Resultado do Exercício não foi dimensionado

Verifica-se, pelo exame do Demonstrativo retromencionado, que a participação do Ativo Permanente, em decorrência da variação da participação do Imobilizado, passou a declinar a partir do exercício de 1994. Tal declínio tem como uma de suas causas a ausência de Correção Monetária determinada pela Lei Federal nº 9.249/95. Verifica-se que o Ativo Imobilizado apresentou, ao longo da série, percentuais de participação no Ativo Total acima de 85%.

Ao longo do período sob exame, o Passivo Circulante apresentou uma participação decrescente até o exercício de 1996, onde registrou a participação de 7,69% do total dos capitais aplicados. No exercício de 1997, a participação do Passivo Circulante aumentou para 8,84%.

A participação relativa dos Capitais Próprios, na formação dos Capitais Totais aplicados na CORSAN, sofreu oscilações, conforme se observa no Quadro II. No exercício de 1997, a participação de Capitais de Terceiros incrementou sua participação na formação dos Capitais Totais aplicados na Companhia. Por sua vez, os Recursos Próprios, representados pelo Patrimônio Líquido, reduziram sua participação em 7,8 pontos percentuais.

Neste Grupo, encontra-se inclusa a Reserva de Reavaliação, registrada nos exercícios de 1990, 1993 e 1994, a qual possui como saldo o valor de R\$ 501.305 mil (Nota Explicativa nº 16), que representa 78,87% do Patrimônio Líquido.

C.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício, de que trata o artigo 187 da Lei Federal nº 6.404/76, evidencia, através da composição da Receita e Despesa Operacional, o Resultado Econômico obtido pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades primordiais e em cumprimento às disposições sociais.

O Quadro III contém, de forma resumida, os grandes grupos que representam o Resultado Operacional e Não-Operacional da Empresa, bem como o Lucro ou Prejuízo do Exercício (observa-se que, a partir de 1996, o Resultado do Exercício sofreu influência da ausência de Correção Monetária).

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1994/1997

QUADRO III

Em R\$ mil*

GRUPO	1994	1995	1996	1997
	VALOR	VALOR VAR % 95/94	VALOR VAR % 96/95	VALOR VAR % 97/96
Receitas Operacionais	288 877	296 569	379 002	403 085
Despesas Operacionais	1 154 641	536 576	457 927	448 667
Resultado Operacional	865 765	240 007	78 925	45 582
Receitas Não Operacionais	654	1 598	940	6 027
Despesas Não Operacionais	6 338	6 008	6 917	14 607
Resultado Correção Monetária	533 301	81 025		112
Prov. I.R./Contr. Social				
Participações e Contribuições				1 133
Lucro/Prejuízo do Exercício	338 148	163 392	84 902	55 295

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

* Valores Inflacionados pelo IGP/DI (medo) - FGV

A série histórica estabelece um comparativo de valores, mostrando a tendência dos itens formadores do Resultado do Exercício, quer positivos ou negativos

No exercício que está sendo examinado, a Entidade apresentou um Prejuízo Operacional de R\$ 45 582 mil e Prejuízo Líquido do Exercício de R\$ 55 295 mil

O resultado negativo obtido originou-se da diferença entre a Receita Operacional Líquida de R\$ 403 085 mil e a Despesa Operacional de R\$ 448 667 mil, contribuindo, para este resultado, a Variação Monetária Passiva Líquida, no montante de R\$ 29 919 mil, inclusa como Despesa Operacional

O Resultado Operacional e Não-Operacional pode ser evidenciado da seguinte forma

	Em R\$ mil
Prejuízo Operacional	45 582
Resultado Não-Operacional	8 580
Participações e Contribuições	1 133
Prejuízo do Exercício	-55 295

Torna-se oportuno destacar que a Entidade apresentou um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 67 020 mil, assim originado

	Em R\$ mil
Receitas Financeiras	1 214
(-) Despesas Financeiras	-38 315
(+) Variações Monetárias Ativas	4 117
(-) Variações Monetárias Passivas	-34 036
(=) Resultado Financeiro	-67 020

A seguir, é demonstrada a participação percentual dos componentes do Resultado em relação às Receitas Operacionais

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
PERÍODO DE 1994/1997

	Em %			
GRUPO	1994	1995	1996	1997
	+	+	+	+
	%	%	%	%
Receitas Operacionais	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas Operacionais	399,70	180,93	120,82	111,31
Resultado Operacional	299,70	80,93	-20,82	11,31
Receitas Não Operacionais	0,23	0,54	0,25	1,50
Despesas Não Operacionais	2,19	2,03	1,83	3,62
Resultado Correção Monetária	184,61	27,32		
Prov. I.R./Contr. Social				
Participações e Contribuições				0,28
Lucro/Prejuízo do Exercício	117,06	55,09	22,40	13,72
Fonte: Balanço Geral da Sociedade				
Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS				

As Receitas Operacionais apresentaram crescimento durante toda a série (a taxa de crescimento, em relação ao ano-base, alcançou o percentual de 39,5%) As Despesas Operacionais, sempre superiores às Receitas Operacionais, ao longo da série, declinaram durante o período (durante todos os anos da série) O incremento da Receita e o declínio da Despesa levaram a uma gradativa redução do déficit (Resultado Operacional), na ordem de 42%, no período de 1996/1997

Cabe registrar que a Variação Monetária Líquida, que representou 44,64% do Resultado Financeiro, participou, em 1997, com 6,67% da Despesa Operacional. Observa-se, no entanto, a tendência ao declínio, manifestada nos últimos exercícios, da participação da Variação Monetária Líquida na Despesa Operacional (participação de 22,55%, 8,92% e 6,67%, nos exercícios de 1995, 1996 e 1997, respectivamente)

A Despesa Administrativa, por sua vez, apresentou significativo crescimento, em relação ao ano anterior, na ordem de 52,46%, destacando-se como a

despesa que apresentou crescimento real mais significativo. Tal crescimento deveu-se, principalmente, a Provisão para Perdas na Realização de Ativos - Projeto Rio Guaíba, no valor de R\$ 11 453 mil (Nota Explicativa nº 6) e Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, no valor de R\$ 7 876 mil (Nota Explicativa nº 13), constituídas no exercício e incluídas dentre as Despesas Administrativas.

Por sua vez, o Custo dos Serviços somou, em 1997, R\$ 291 569 mil, absorvendo 72,33% da Receita Operacional Líquida. Em relação ao exercício de 1996, esta participação diminuiu 7,71 pontos percentuais.

A CORSAN apresentou prejuízos ao longo do período 1994/1997. Porém, observou-se uma tendência à redução deste prejuízo: 35% do exercício de 1996 para 1997 e 84% na série (1994/97). Esta redução, no exercício de 1997, advém do incremento da Receita Operacional e do declínio da Despesa Operacional (em valores reais). A Despesa Operacional, como pode-se visualizar no Quadro III, fica reduzida em decorrência do decréscimo dos custos dos serviços, das variações monetárias líquidas e dos encargos financeiros. Observa-se que o Resultado do Exercício apresentou redução do prejuízo, embora o impacto da constituição da Provisão para Contingências, Ações Trabalhistas, Cíveis e a Provisão para Perdas na Realização de Ativos (Projeto Pro-Guaíba), contidas nas Despesas Administrativas.

O demonstrativo que segue evidencia a participação das despesas na composição da Despesa Operacional.

CORSAN - DESPESAS OPERACIONAIS				
PERÍODO DE 1996/1997				
Em R\$ mil*				
DISCRIMINAÇÃO	1996		1997	
	VALOR	% S/TOTAL	VALOR	% S/TOTAL
Custo dos Serviços	303 407	66,26	291 569	64,99
Despesas Comerciais	19 750	4,31	21 544	4,80
Desp. Administrativas	42 479	9,28	64 766	14,43
Despesas Fiscais	6 592	1,44	3 768	0,84
Encargos Financeiros Líquidos	44 852	9,79	37 101	8,27
Despesas Operacionais	417 080	91,08	418 748	93,33
Variações Monetárias Líquidas	40 847	8,92	29 919	6,67
TOTAL	457 927	100,00	448 667	100,00

Fonte: Balanços da Companhia.

*Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio).

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS.

C.3 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

A seguir, é demonstrada a variação ocorrida no Capital Circulante Líquido, no exercício de 1997, com relação ao exercício anterior, de acordo com o inciso IV, alínea "d" do artigo 188 da Lei Federal nº 6 404/76

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 1997

Em R\$ mil

GRUPO	INÍCIO DO EXERCÍCIO (RECLASSIFICADO)	FINAL DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO
Ativo Circulante	112 436	134 534	22 098
Passivo Circulante	86 772	116 955	30 183
Ativo Circulante Líquido	25 664	17 579	8 085

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No exercício de 1997, ocorreu uma diminuição do Capital Circulante Líquido de R\$ 8 085 mil, uma vez que as Origens de Recursos foram inferiores às Aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 283 575 mil, enquanto que as Aplicações de Recursos totalizaram R\$ 291 660 mil, ou seja, 2,85 % maior que o total das Origens de Recursos.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN QUADRO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE CAPITAIS EXERCÍCIO DE 1997

QUADRO IV

Em R\$ mil

ORIGEM	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		PASSIVO CIRCULANTE		TOTAL	
APLICAÇÃO	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativo Permanente	635 619	55			516 053	46			1 151 672	100
Ativo Realizável a Longo Prazo					37 100	100			37 100	100
Ativo Circulante					17 579	13	116 955	87	134 534	100
TOTAL	635 619	48			570 732	43	116 955	9	1 323 306	100

Fonte: Balanço Geral da Sociedade
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Incorporando-se à presente análise os valores tabulados do Quadro IV, verifica-se que a estrutura de capital da Empresa, que estava financiando o Ativo Total, apresentava a seguinte situação

- do total dos recursos em utilização na Companhia, em 1997, 48% representam Capital Próprio e 52%, Capitais Alheios, sendo que destes, 43% correspondem ao Exigível a Longo Prazo e 9%, aos recursos tomados a curto prazo,
- o Ativo Permanente foi financiado em 55% com Recursos Próprios Os restantes 45% foram financiados com Recursos de Terceiros a Longo Prazo,
- para saldar suas Dívidas a Curto Prazo, a Empresa precisaria dispor de 87% de seu Ativo Circulante

D - ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

D.1 - ANÁLISE FINANCEIRA

D.1.1 - Capital Circulante

A conjugação dos valores inscritos no Ativo e Passivo Circulantes, em 31-12-1997, evidenciou uma análise financeira de curto prazo favorável para a Empresa

O cálculo do Capital de Giro da Empresa é base para a avaliação da eficiência na condução da gestão econômica e financeira, tendo em vista os prazos que devem ser administrados entre os valores a receber e os valores a pagar

Pela análise dos valores a seguir especificados, obtidos pela diferença absoluta entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pode-se avaliar a modificação dos capitais empregados no ciclo operacional da Empresa

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
CAPITAL DE GIRO
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA
1993/1997

	Em R\$ mil*
1993	166 330
1994	-128 412
1995	-52 119
1996	26 217
1997	17 579

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

*Valores Inflacionados pelo IGP-DI/FGI (dezembro)

A Empresa apresentou uma situação negativa na condução da aplicação do Capital de Giro no processo produtivo até o exercício de 1995. A partir de 1996, a situação inverte-se, passando o Capital de Giro da Empresa a ser positivo. No exercício de 1997, ocorreu uma redução no Capital de Giro da Empresa, na ordem de 33%.

D.1.2 - Outros Indicadores Financeiros

A capacidade da Empresa de pagar seus compromissos de curto e longo prazos é medida através da avaliação dos índices de solvabilidade ou liquidez. A Lei Federal nº 6.404/76, ao disciplinar a estrutura das contas do Ativo por ordem de liquidez e as contas do Passivo por ordem de exigibilidade, procurou evidenciar, já no Balanço Patrimonial, a capacidade da Empresa em saldar suas obrigações. Dessa forma, utilizando-se os dados do Quadro I, demonstram-se, a seguir, os principais indicadores para a análise financeira da Entidade ora examinada.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
ANÁLISE FINANCEIRA
DEMONSTRATIVO PARA FINS DE ANÁLISE COMPARATIVA 1993/1997

INDICADOR	1993	1994	1995	1996	1997
Liquidez Corrente	0,39	0,36	0,68	1,26	1,15
Solvência Geral	2,69	2,22	2,39	2,26	1,92
Endividamento	0,37	0,45	0,42	0,44	0,52
Garantia do Capital de Terceiros	1,69	1,22	1,39	1,26	0,92
Imobilização do Capital Próprio	1,46	1,68	1,55	1,57	1,81
Liquidez Geral	0,22	0,17	0,24	0,28	0,25

Fonte: Balanço Geral da Sociedade

Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

Os calculos dos índices da análise financeira, obtidos através dos valores apresentados no Balanço Patrimonial, encerrado em 31-12-1997, propiciaram o entendimento de que a Empresa apresentava capacidade para o pagamento das suas Obrigações de Curto Prazo

Considerando-se os cinco anos, verifica-se que o cálculo da Liquidez Corrente, em que são considerados os valores do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, apresentou, até o exercício de 1995, uma situação desfavorável entre os valores positivos e os valores negativos dos seus bens numerários, isto é, a conversibilidade de seus créditos em moeda corrente para saldar seus débitos de curto prazo

A partir do ano de 1996, a situação torna-se favorável, embora, no ano de 1997, ocorra um decréscimo de 11 pontos percentuais em relação ao exercício de 1996, alcançando o índice de 1,15, o que corresponde a dizer que, para cada R\$ 100,00 de Dívida a Curto Prazo, a Companhia dispunha de R\$ 115,00 de cobertura no seu Ativo Circulante

O Índice de Solvência Geral permaneceu, em toda a série, acima da unidade, revelando, portanto, que a CORSAN tem capacidade de solver os compromissos assumidos com terceiros, ou seja, possui bens e direitos em valor contábil suficiente para cobertura de todas as Exigibilidades a Curto e Longo Prazos

O Nível de Endividamento, ao longo do período 1993/1996, oscilou, preponderando sempre os capitais próprios na aplicação de recursos da Companhia (indicador abaixo de 0,50). A partir do exercício de 1997, a dependência de Capitais de Terceiros passa a ser preponderante (52,00%), sendo este endividamento demonstrado pela relação estabelecida entre o Total de Capitais de Terceiros, no valor de R\$ 687 687 mil, e o Ativo Total, no valor de R\$ 1 323 306 mil

Assim, o Grau de Endividamento da Empresa, em 1997, foi de 52%, significando que, para cada R\$ 100,00 aplicados, R\$ 52,00 correspondiam a Capitais de Terceiros e R\$ 48,00 a Capitais Próprios

A Liquidez Geral, que mede a capacidade de pagamento no curto e longo prazos, apresentou, ao longo do quinquênio, quocientes muito baixos. No ano de 1997, para cada R\$ 100,00 de compromissos totais (a curto e longo prazos), a Empresa dispunha de apenas R\$ 25,00 de bens e direitos conversíveis em moeda a curto e longo prazos

O Grau de Imobilização do Capital Próprio aumenta no exercício de 1997, incrementando o nível de imobilização observado na série, alcançando, no exercício em análise, 181%

Isso significa que, além da totalidade dos Recursos Próprios, parte dos Recursos de Terceiros foram utilizados no financiamento do Ativo Permanente (Recursos de Terceiros na ordem de 81% do Capital Próprio)

Em 1997, a Garantia dos Capitais de Terceiros registrou uma redução de 34 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Assim, os Capitais Próprios, no valor de R\$ 635 618 mil, deixam de dar cobertura aos Capitais Alheios, que totalizaram R\$ 687 687 mil

D.2 - ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica evidencia o rendimento obtido pela Empresa no emprego dos Capitais Próprios e de Terceiros, avaliado a partir dos resultados apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício

O cálculo da Lucratividade Operacional e da Lucratividade Líquida estabelece a relação entre a Receita Operacional, Resultado Operacional e Lucro do Exercício

Busca-se, igualmente, a rentabilidade trazida ao Capital Próprio empregado na atividade operacional

Em virtude da CORSAN, de 1994 a 1997, ter apresentado Prejuízos Operacionais e Líquidos, não foram apurados os indicadores econômicos

Observa-se, no entanto, que a relação entre a Receita Operacional Líquida e os Custos dos Serviços vem apresentando uma evolução positiva, como se pode observar abaixo

Em R\$ mil*							
DISCRIMINAÇÃO	1995	%	1996	%	1997	%	
Receita Operacion LÍq	247 378	100,00	351 214	100,00	403 084	100 00	
Custos dos Serviços	245 554	99,20	281 162	80,05	291 569	72,33	
Lucro Bruto	1 823	0,76	70 052	19,95	111 515	27,67	

Fonte: Balanços da Companhia

* Valores não inflacionados

Os Custos dos Serviços, que representavam 99,26% da Receita Operacional Líquida em 1995, declinaram para 80,05% em 1996, alcançando, em 1997, o percentual de 72,33% da Receita. Tal situação evidencia a evolução positiva ocorrida no período,

pois embora a Companhia tenha apresentado prejuízo no exercício de 1997 (após dedução das demais despesas do Lucro Bruto), ele foi menor em relação aos exercícios anteriores. Em reforço a esta constatação, deve-se ressaltar que a Companhia efetuou provisões, no exercício de 1997, não efetuadas em exercícios anteriores, com repercussão no Resultado do Exercício, através do aumento das Despesas Administrativas, sem que afetasse a tendência ao declínio do prejuízo.

E - INVESTIMENTOS EFETUADOS

No exame da série 1988/1997, constata-se que a totalidade dos investimentos da CORSAN mostrou-se oscilante, destacando-se o ano de 1997 como o ano de maior investimento da série. O Nível de Investimento do exercício pode ser evidenciado pelo fato de que este é 90,48% superior, em valores inflacionados, ao segundo maior investimento da série (ocorrido no ano de 1991 - na ordem de R\$ 78 318 mil). O volume de investimentos realizados, no exercício de 1997, pode ser observado a seguir:

ATIVIDADE	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
En R\$ mil*										
ÁGUA										
Produção	27.377	21.281	22.121	17.636	16.192	6.592	1.543	6.220	23.477	58.930
Evol. Relativa	100,00	77,73	80,80	64,42	59,14	24,08	5,64	22,72	85,76	215,25
Distribuição	33.076	40.233	27.848	20.788	14.409	33.068	17.383	6.411	13.847	38.529
Evol. Relativa	100,00	121,64	84,19	62,85	43,56	99,97	52,55	19,38	41,86	116,49
Total de Água	60.453	61.514	49.969	38.424	30.601	39.660	18.926	12.631	37.325	97.459
Evol. Relativa	100,00	101,76	82,66	63,56	50,62	65,61	31,31	20,89	61,74	161,21
ESGOTO	7.566	7.838	11.382	39.894	1.356	4.275	12.534	622	3.066	51.727
Evol. Relativa	100,00	103,60	150,44	527,29	17,92	56,50	165,66	8,22	40,52	683,68
TOTAL GERAL	68.019	69.352	61.351	78.318	31.957	43.935	31.460	13.253	40.390	149.186
Evol. Relativa	100,00	101,96	90,20	115,14	46,98	64,59	46,25	19,48	59,38	219,33

Fonte: Assessoria de Planejamento - CORSAN
* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (método)
Cálculos: Equipe Técnica - TCE/RS

No que se refere à Produção de Água, o biênio 1996/1997 caracterizou-se como um período de elevado investimento. O investimento em Produção de Água acompanha, no exercício de 1997, a evolução do investimento total (água e esgoto), apresentando o maior investimento da série (R\$ 58 930 mil contra R\$ 27 377 mil ocorrido no ano de 1988). Por sua vez, o investimento, no ano de 1996, constituiu-se, em volume de recursos, no terceiro maior investimento da série, após 1997 e 1988, caracterizando o biênio 1996/1997 como um período de expressiva aplicação na Produção de Água.

Quanto à Distribuição de Água, verificou-se que os investimentos apresentaram significativo incremento, na ordem de 178%, em relação ao ano de 1996

No que se refere ao Esgoto (coleta, tratamento, lançamento e esgoto industrial), verificou-se o excepcional crescimento dos volumes alocados na ordem de 1 587% A participação dos investimentos em esgoto no total dos investimentos aumentou de 7,59%, em 1996, para 34,67%, em 1997.

O investimento na Produção e Distribuição de Água apresentou significativo crescimento em consequência do forte incremento dos investimentos realizados No entanto, ocorreu redução na participação sobre os recursos totais alocados em detrimento dos investimentos com Esgoto, como se pode visualizar no quadro abaixo:

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS POR ÁREA

Em R\$ mil

	1996	%	1997	%	Var 96/97
Produção	23 477	58,13	58 930	39,50	151
Distribuição	13 847	34,28	38 529	25,83	178
Total de água	37 324	92,41	97 459	65,33	166
Total de esgoto	3 066	7,59	51 727	34,67	1 587

Considerando a análise dos Investimentos, cumpre fazer comentários em relação aos serviços prestados, arrolados nas tabelas a seguir

CORSAN - PRINCIPAIS VARIÁVEIS
PERÍODO DE 1988/1997

VARIÁVEL	UNIDADE	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
População Atendida	Água	hab x10 ³	4 175	4 362	4 495	4 651	4 824	4 535	4 784	4 978	5 141
População Atendida	Esgoto	hab x10 ³	411	416	419	431	449	406	422	453	468
Localidades Atendidas	Água	unidade	273	273	279	290	300	330	330	342	346
Localidades Atendidas	Esgoto	unidade	20	20	20	20	22	22	22	41	46
Economias Atendidas	Água	unidade x10 ³	1 224	1 272	1 313	1 388	1 438	1 489	1 548	1 620	1 676
Economias Atendidas	Esgoto	unidade x10 ³	116	119	121	128	133	138	143	155	165
Rede Cadastrada	Água	km	14 342	14 748	15 432	15 954	16 537	16 945	17 609	18 162	19 079
Rede Cadastrada	Esgoto	km	917	956	1 006	999	1 017	1 035	1 076	1 081	1 124
Capacidade de Reservação		1000m ³	291	293	296	304	319	323	335	337	353
Produção de Água		1000m ³	328 070	348 686	361 347	367 004	411 188	425 886	446 102	477 330	494 366
Hidrometros Instalados		unidade	633 700	611 819	634 650	706 822	788 433	886 909	897 543	755 143	792 067
Consumo medido		1000m ³	132 922	132 776	131 422	140 396	143 192	157 922	156 872	138 343	157 313

Fonte: Diretoria Comercial Superintendência de Comercialização Divisão de Estatística CORSAN

CORSAN - PRINCIPAIS VARIÁVEIS
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
PERÍODO DE 1988/1997

VARIÁVEL	VAR. % 88/89	VAR. % 89/90	VAR. % 90/91	VAR. % 91/92	VAR. % 92/93	VAR. % 93/94	VAR. % 94/95	VAR. % 95/96	VAR. % 96/97
População Atendida Água	4 24	3 28	3 47	3 72	5 99	5 49	4 06	3 27	0 33
População Atendida Esgoto	5 58	0 72	2 86	4 18	9 58	3 94	7 35	3 31	3 63
Localidades Atendidas Água		2 19	3 94	3 45	10 00		3 64		1 17
Localidades Atendidas Esgoto				10 00			86 36		9 76
Economias Atendidas Água	3 92	3 22	5 71	3 60	3 55	3 96	4 65	8 27	3 70
Economias Atendidas Esgoto	2 58	1 68	5 78	3 91	3 76	3 62	8 39	6 45	3 64
Rede Cadastrada Água	2 83	4 63	3 82	3 65	2 47	3 92	3 14	5 05	1 33
Rede Cadastrada Esgoto	4 25	5 23	0 69	1 80	1 77	3 96	0 46	3 98	18 51
Capacidade de Reserva	0 68	1 02	2 70	4 93	1 25	3 72	0 60	4 75	1 42
Produção de Água	6 28	3 63	1 56	12 03	3 57	4 75	7 00	3 57	1 87
Hidrômetros Instalados	3 45	3 73	11 37	11 65	12 49	1 20	15 87	4 89	4 15
Consumo Medido	0 11	1 01	6 83	1 99	10 29	0 66	11 81	13 71	6 29

Fonte: Diretoria Comercial Superintendência de Comercialização Divisão de Estatística CORSAN
Cálculos Equipe Técnica TCE/RS

No que se refere ao item Água, no ano de 1997, sobressaiu-se a variável Consumo Medido, com taxa de crescimento de 6,29%, e a variável Economias Atendidas, que apresentou crescimento de 3,70%. A variação da População Atendida manteve-se no patamar do exercício anterior, em torno de 3,5%, alcançando, no período, 5 158 000 habitantes

A variação do consumo controlado (hidrometrado) pode ser visualizada pela tabela abaixo

	1994	1995	1996	1997
Ligações controladas	897 543	755 143	792 067	824 888
Ligações totais	1 246 878	1 288 159	1 327 963	1 345 087
Ligações contr/Ligações totais	71 98%	58 62%	59 64%	61 32%
Economias controladas	1 135 037	1 029 163	1 088 676	1 149 329
Economias totais	1 482 691	1 619 016	1 675 482	1 737 677
Economias contr/economias totais	76 55%	63 57%	64 98%	66 14%

Fonte: GPO Gabinete de Planejamento e Orçamento Unidade de Estudos e Planejamento

A Auditada, no biênio 1994/1995, apresentou índices de hidrometração decrescentes, como se pode observar pela variação das ligações e economias controladas em relação à variação do total destas economias e ligações. A partir do exercício de 1996, estes índices passam a crescer, alcançando, no exercício de 1997, o índice de 66,14%, das economias controladas sobre o total de economias, e de 61,32%, das ligações controladas sobre o total de ligações

No que concerne a Esgoto, o crescimento mais significativo ocorreu nas variáveis Localidades Atendidas (41 para 45 localidades) e Rede Cadastrada, que apresentou crescimento de 18,50%

CORSAN ESTRUTURA DE CONSUMO POR CATEGORIAS ECONÔMICAS
PERÍODO 1993/1997

Em 1 000 m³

CATEGORIA	1993		+	1994		+	1995		+	1996		+	1997	
	Consumo	%		Consumo	%		Consumo	%		Consumo	%		Consumo	%
Residencial "A"	36 711	15,46		44 402	18 51		58 031	19 42		56 717	21 22		57 924	21 63
Residencial "B"	153 546	64 66		148 226	61 80		178 840	59 84		161 663	60 49		162 815	60,79
Pública	9 720	4 10		11 215	4,67		10 817	3 62		10 360	3 87		10 043	3 75
Comercial	22 102	9,31		21 613	9 01		31 090	10 40		24 269	9 08		24 452	9 13
Industrial	15 372	6,47		14 411	6 01		20 084	6 72		14 263	5 34		12 591	4,70
TOTAL	237 461	100,00		239 867	100 00		298 862	100 00		267 272	100 00		267 825	100 00

Fonte: GPO Gabinete de Planejamento e Orçamento Unidade de Estudos e Planejamento

Com base nas informações supracitadas, verifica-se que o consumo, no exercício de 1997, manteve-se no nível do exercício anterior, tendo um crescimento de 0,21%. No exercício em exame, houve uma diminuição nas categorias pública e industrial, destacando-se a queda no consumo industrial, na ordem de -11,72%

Considerando-se a participação das categorias na estrutura de consumo, constata-se que o Residencial "B" detém os maiores percentuais ao longo da série, situando-se acima da soma das demais, representando, no exercício em análise, 60,79% do total

A tabela a seguir apresenta a evolução das tarifas Mínimas/Básicas e do Volume Consumido no período 1988/1997

CORSAN DEMONSTRATIVO
PERÍODO DE 1988/1997

Em R\$ 1 00*

ANO	TARIFAS MÍNIMAS/BÁSICAS					+	VOLUME CONSUMIDO				
	RESIDENCIAL		COML	INDL	PÚBLICA		RESIDENCIAL		COML	INDL	PÚBLICA
	A	B					A	B			
1988	2 34	10 89	15 39	23 34	12 28		0 36	1 91	2,31	2 61	2 01
1989	2 75	10 07	14 23	21 65	11 34		0 48	1 74	2,12	2 42	1 89
1990	3 40	12 41	17 46	26 61	13 92		0 59	2 12	2 65	2 99	2 34
1991	4 05	14 27	20 38	31 25	15 86		0 67	2 29	2,87	3 19	2 53
1992	4 44	12 54	18 91	28 04	14 05		0 78	1 67	2 37	2 35	1 87
1993	1 49	2 99	4 47	5 97	5 97		1 40	2 00	2 71	2 65	2 37
1994	1 46	2 93	5 83	5 83	5 83		0 66	1 33	1,51	1 70	1 51
1995	2 40	5 06	9 02	18 01	18 01		0 50	1 07	1,21	1 21	1 38
1996	2 67	5 61	10 00	19 99	19 99		0 56	1 19	1 35	1 35	1 53
1997	2 64	5 56	9 91	19 80	19 20		0 56	1 18	1,34	1 34	1 52

Fonte: Assessoria de Planejamento CORSAN

* Valores inflacionados pelo IGP DI/FGV (médio)

Cálculos: Equipe Técnica TCE/RS

Deve-se ressaltar que, até novembro de 1992, as tarifas obedeciam ao critério do consumo mínimo (Residencial A = 10 m³, Residencial B = 15 m³, Comercial = 20 m³ e Industrial = 30 m³)

A tarifa de R\$ 4,11 para a categoria "A", por exemplo, era cobrada do usuário até o consumo de 10 m³, a partir deste volume, era cobrada uma tarifa a título de excesso por m³ consumido, no valor de R\$ 0,72. Posteriormente, é introduzida a denominada tarifa consumo, ou seja, adoção de uma tarifa básica independente do volume consumido, mais uma tarifa pelo serviço medido. Dos usuários sem hidrômetros, é cobrada uma tarifa básica, mais uma tarifa por volume, m³ consumido (no caso imputado, Cat A = 10 m³, B = 15 m³, C = 20 m³ e Ind = 30 m³)

No exercício de 1997, pode-se observar que o valor das tarifas básicas e o valor do volume consumido (medido ou imputado) não apresentaram variações significativas (ao redor de 1% em valores reais)

Observa-se que o valor médio, efetivamente cobrado por m³ de água dos diversos usuários (categorias), depende do volume consumido, do reflexo da variação da hidrometração no valor faturado e etc. Observa-se, ainda, que estes valores não estão disponíveis na Auditoria. No entanto, as tarifas constantes da tabela anterior permitem verificar que não ocorreu significativa variação nos preços previstos (embora o valor médio cobrado dos usuários dependa, também, de variações nas quantidades, pois estas alteram o preço médio efetivamente cobrado por m³ dos usuários)

SÍNTESE DO RELATÓRIO

RELATIVA AO CAPÍTULO 1

DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL

DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Diretrizes Orçamentárias para 1997), orientou a elaboração da proposta orçamentária da Administração Direta, consubstanciada na Lei Estadual nº 10 889, de 19-12-96, que alocou recursos na ordem de R\$ 6 374 822 mil, a preços de julho de 1996

A Despesa Geral do Estado, a preços de julho de 1996, foi fixada em R\$ 6 365 967 mil, resultando no superávit de previsão de R\$ 8 855 mil, decorrente de emendas parlamentares parcialmente vetadas pelo Governador, reduzindo dotações cujos recursos não foram realocados. A Despesa Autorizada (Dotação Inicial mais Créditos Especiais e Suplementares e Reduções) importou em R\$ 10 649 041 mil

O Programa de Reforma do Estado (Receita de Alienação de Participações Societárias - Recurso nº 0133 e Receita de Alienação de Direitos de Subscrição - Recurso nº 0167), cujas operações geraram um resultado positivo, no exercício, de R\$ 885 202 mil, contribuiu, decisivamente, para a geração do Superávit Orçamentário do Exercício no valor de R\$ 432 913 mil

Assim, caso não houvesse as referidas alienações, o Superávit transformar-se-ia em Déficit Orçamentário do Exercício no montante de R\$ 452 289 mil

Repetiu-se, neste exercício, a utilização de Recursos Vinculados, denominados componentes do Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado, correspondentes a R\$ 2 010 120 mil, para suprir insuficiências de caixa do Tesouro. Tais recursos deveriam ser depositados em contas próprias vinculadas que, por força de lei, possuem finalidade específica. Entretanto, foram utilizados no pagamento de despesas ordinárias

DO PATRIMÔNIO PERMANENTE

ATIVO PERMANENTE

Este grupo, que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, atingiu R\$ 6 107.027 mil em 31-12-97, apresentando um crescimento real de R\$ 1 235 902 mil, equivalente a 25,37%, em relação a 1996.

Na composição do Ativo Permanente, destacam-se as subcontas de Dívida Ativa, com percentual de 49,02% (R\$ 2 993 891 mil), e das Participações, com 34,28% (R\$ 2 093.337 mil), no total

DAS PARTICIPAÇÕES

As Participações do Estado somaram R\$ 2 093 337 mil, apresentando acréscimo de 13,28% em relação ao exercício anterior

Destaca-se, neste exercício, a redução da participação do Estado no Capital Social da CEEE, concretizada no mês de agosto, no valor de R\$ 960 330 mil. Tal redução deveu-se à cisão parcial e conseqüente formação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a ser repassada à União) e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia (atual RGE), objeto de posterior alienação

A alienação efetivada no mês outubro, arrecadou recursos, no valor de R\$ 1 635 000 mil, a serem aplicados no Fundo de Reforma do Estado - FRE

Por sua vez, a CEEE alienou sua subsidiária integral, Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia (AES Sul), pelo valor de R\$ 1 510 000 mil

DA DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa apresentou, no exercício, saldo de 2.993.891 mil.

A movimentação da Dívida Ativa, no exercício, em termos nominais, ocorreu através de inscrições no valor de R\$ 1 003.623 mil, de baixas por cobrança da ordem de R\$ 105 061 mil, e de baixas por cancelamentos, no valor de R\$ 193 513 mil

ICMS, que atingiu R\$ 329 138 mil, equivalente a 7,86%, aspecto que ocasionou a continuidade do déficit corrente, prejudicial às finanças do Estado

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O montante previsto inicialmente e indicado à Assembléia Legislativa para cobertura do déficit orçamentário era de R\$ 187 786 mil (2,94% do Orçamento) Em 1996, esta participação era de 11,04% Entretanto, em 1997, estas operações atingiram o montante de R\$ 1 596 601 mil, incluindo as receitas efetivamente recebidas (R\$ 274 495 mil) e as das rolagens de títulos da Dívida Pública (R\$ 1 322 106 mil)

Salienta-se, ainda, que as Operações de Crédito responderam, em 1997, por 42,67% das Receitas de Capital e por 16,67% da Receita Total

DAS ALIENAÇÕES SOCIETÁRIAS

Parcela substancial das Receitas de Capital refere-se às Receitas de Alienações Societárias, as quais fazem parte do "Programa de Reforma do Estado", atingindo, no exercício, R\$ 1 809 392 mil, equivalentes a 48,35% das Receitas de Capital, enquanto que o montante previsto no orçamento era de apenas R\$ 400 000 mil No exercício anterior, tais receitas totalizaram R\$ 848 128 mil

As alienações ocorridas em 1997 foram as seguintes

DISCRIMINAÇÃO	EM R\$ MIL
JANEIRO	
- Pagamento efetuado pela CADIP do saldo referente à alienação de 76 320 000 ações ON da CEEE	101 784
MAIO	
- Alienação de 24 300 000 ações ON da CRT	23 539
AGOSTO	
- Diversas alienações de ações da CRT a seus funcionários	7 822
OUTUBRO	
- Alienação de 519 628 011 ações da Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica ao consórcio vencedor da licitação	1 635 000
- Alienação de ações da CRT a seus funcionários	2
DEZEMBRO	
- Diversas alienações de ações da CEEE a seus funcionários	41 245
TOTAL	1 809 392

DA DESPESA

A Despesa Realizada, efetivamente empenhada pela Administração Direta, no exercício de 1997, atingiu o montante de R\$ 9.143.412 mil, representando um acréscimo de 43,63% sobre os R\$ 6 365 967 mil inicialmente fixados

DOS GASTOS COM PESSOAL

Dentre as Despesas Correntes, destacam-se as Despesas com Pessoal que representaram, em 1997, 63,08% da sua totalidade. Em relação à Despesa Total, os gastos com pessoal representaram apenas 42,78%

A Despesa com Pessoal Inativo teve sua participação aumentada em 2,03%, em relação ao total das despesas com pessoal, comparativamente ao ano anterior

Embora a Receita Corrente Líquida (Receita Corrente deduzida das transferências constitucionais e legais aos Municípios), que importou em R\$ 4 591 805 mil, tenha decrescido 2,03% em relação ao ano anterior, a Despesa Líquida com Pessoal (Despesa Total com Pessoal e Encargos deduzida do valor das Diárias e Ajudas de Custo), que totalizou R\$ 3 911 586 mil, apresentou uma redução de 3,38% em relação ao exercício anterior

A Despesa com Pessoal Ativo da Administração Direta, em 1997 (R\$ 2 014 153 mil), teve uma redução de 5,99% em relação a 1996 e participou com 22,03% na Despesa Total (R\$ 9 143 412 mil)

O dispêndio com inativos, em 1997, no valor de R\$ 1 484 355 mil, representou 16,23% da Despesa Total e 37,95% da Despesa Líquida com Pessoal

A relação entre o número de inativos (95.477) por ativos (162 038) encontra-se em constante crescimento, atingindo, no exercício, 58,92%, ou seja, para cada 100 (cem) servidores ativos, já existem, no Estado, quase 59 (cinquenta e nove) servidores inativos

Como já foi apontado na análise do exercício anterior, a Contribuição Previdenciária Suplementar, instituída pela Lei Complementar Estadual nº 10.588, de 28 de novembro de 1995, correspondente ao desconto mensal de 2% sobre a remuneração líquida dos servidores públicos estaduais, destinada a custear proventos de inatividade, revelou-se como medida ineficaz, visto que a importância arrecadada não foi depositada em conta bancária vinculada. Também não foi constituído e regulamentado o Fundo a que se referia a Lei retromencionada, constituindo-se, da forma como vem ocorrendo, em desvio de finalidade

DA DESPESA COM PESSOAL - ANÁLISE SEGUNDO A LEI ESTADUAL Nº 10 844, DE 05-08-96

A Lei Complementar Federal nº 82, de 27-03-95, conhecida como Lei Camata, estabeleceu limites para os gastos com pessoal ativo e inativo, em relação à Receita Corrente Líquida

No âmbito do Estado, a Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96 (Lei das Diretrizes Orçamentárias), introduziu, para o exercício de 1997, modificações *significativas para o cálculo do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os gastos com pessoal*, definindo, em seu artigo 26, o que segue

- despesas totais com pessoal e encargos - o somatório das despesas da administração direta, autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, referentes a pessoal ativo e inativo, pensionistas, abono-família, encargos patronais e contribuição ao IPERGS para assistência médica,

- receita corrente líquida - o somatório da receita corrente da administração direta, das autarquias (exceto a Caixa Econômica Estadual) e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, deduzidas as transferências por participações constitucionais e legais dos Municípios na arrecadação de tributos de competência do Estado e as transferências intragovernamentais

Dentro dessa nova definição, a relação entre a Despesa Líquida com Pessoal (Despesa Total com Pessoal e Encargos deduzida do valor das Diárias e Ajudas de Custo) e a Receita Corrente Líquida atingiu o percentual de 79,49%

DAS DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital, no decênio 1988/1997, tiveram uma participação média de 24,92% na Despesa Total. Em 1997, esta participação foi de 32,18%, uma vez que o valor total das mesmas foi de R\$ 2 942 591 mil, o que representou um acréscimo de 49,39% em relação a 1996

Dentre as Despesas de Capital, destacam-se as Transferências Intragovernamentais, a Amortização da Dívida Interna e as Inversões Financeiras, cujas participações no total da Despesa, no exercício de 1997, foram de, respectivamente, 3,21%, 15,64% e 10,09%

PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO

Em decorrência do Programa de Reforma do Estado, ocorreram, em 1997, as seguintes alienações:

- alienação de 519 628 011 ações ordinárias da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, pelo valor de R\$ 1 635 000 mil;

- alienação de 536 344.395 ações ordinárias, representativas de 100% do Capital votante, da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, de propriedade da Companhia de Energia Elétrica remanescente, pelo valor de R\$ 1 510 000 mil,

- alienação de 68 302 811 ações ordinárias nominativas da Companhia União de Seguros Gerais, correspondentes a 71,45% do Capital Social da Companhia, de propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), pelo valor de R\$ 50 100 mil

Os recursos financeiros do Programa de Reforma do Estado, contabilizados no Balanço, sofreram um incremento significativo no exercício de 1997, em decorrência da alienação da Companhia Norte-Nordeste (valor de venda de R\$ 1 635 000 mil) Estes recursos permitiram a aplicação de R\$ 564 561 mil em diversos Projetos, com destaque para:

PROJETO/ATIVIDADE	EM R\$ MIL
2292- Atração de investimentos *	307 778
1466- Contribuição ao DAER para Despesas de Capital	160 881

(*) Em destaque, o financiamento à GM no valor de R\$ 253 296 mil

Observou-se, ainda, que os recursos financeiros do Programa de Reforma do Estado, contabilizados no Balanço Geral do Estado, foram utilizados para financiar despesas não vinculadas ao referido Programa e que estes recursos possibilitaram um resultado orçamentário superavitário, como se demonstra a seguir

EFEITO DO PROGRAMA DE REFORMA DO ESTADO		Em R\$ mil
Resultado Orçamentário, incluído o PRE		432 913
(-) Resultado das Operações do PRE		885 202
= Resultado Orçamentário, excluído o PRE		452 289

Enfatiza-se que o valor de venda da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e da Companhia União de Seguros Gerais não foi considerado no efeito do Programa de Reforma do Estado (Administração Centralizada), visto que estes recursos são de propriedade da CEEE e do BANRISUL, respectivamente

A alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica foi realizada por R\$ 1 510 000 mil, pertencendo tais recursos à CEEE remanescente. Parte destes recursos, no montante de R\$ 351 786 mil, foram utilizados no pagamento de compromissos e obrigações desta Companhia (destacando-se o resgate da 7ª emissão de Debêntures). O restante dos recursos foram aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) e utilizados no Fundo de Garantia para Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual (FGLTDPE).

Os recursos aplicados pela CEEE no SIAC serão utilizados pela Companhia de acordo com suas necessidades ou conforme as determinações do Conselho de Reforma do Estado. O Governo do Estado, para utilizar de forma permanente os recursos da CEEE, ou parte deles, deverá efetuar retiradas de recursos financeiros da Companhia através de reduções do Capital Social desta, juntamente com os acionistas minoritários.

Registra-se, como evento subsequente, que, na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04-03-98, foi aprovada a redução de Capital no valor de R\$ 415.000 mil, visando ao cumprimento da Lei Estadual nº 11 076, de 06 de janeiro de 1998, bem como à solicitação do acionista majoritário, expressa no Ofício nº 075/98-GSF, de 23 de janeiro de 1998, de restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul vendeu 68 302 811 ações ordinárias nominativas, representativas de cerca de 71,45% do Capital Social da Companhia União de Seguros Gerais, por R\$ 50 100 mil ao Bradesco Seguros S A.

Destacam-se como fatos relevantes, relacionados à reestruturação e privatização da Companhia União de Seguros Gerais, os seguintes:

- o BANRISUL responsabilizou-se, perante o novo grupo de controle, pelas obrigações remanescentes assumidas pela Companhia União, na qualidade de membro integrante do Grupo de Empresas Seguradoras Brasileiras - GESB (conforme item 4.4 do Edital de Licitação),

- o Acordo Operacional, realizado em 01-10-97, com vigência de cinco anos, cujo objeto é a venda de produtos de seguros, previdência e capitalização próprios, ou de terceiros conveniados com a Companhia União na rede e custos de serviços do

DA GESTÃO FINANCEIRA

DA GESTÃO FINANCEIRA

A Receita Arrecadada (R\$ 9 576 325 mil) superou em R\$ 3 201 503 mil os valores previstos, sendo suficiente para dar suporte aos gastos de competência do exercício, que alcançaram R\$ 9 143 412 mil

O Superávit Financeiro de R\$ 432 913 mil, absorveu, em parte, o Saldo Patrimonial Financeiro negativo anterior de R\$ 594 771 mil, reduzindo o Saldo Financeiro negativo atual para R\$ 161 858 mil

DA GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, demonstra os efeitos das variações sofridas pelo Patrimônio do Estado em consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Com a exclusão dos bens de uso comum, que não são incorporados ao Patrimônio do Estado, todos os fatos de natureza econômico-financeira concorrem para alterar a substância e a contra-substância patrimoniais, sejam estes fatos originados da Execução Orçamentária ou Extra-Orçamentária

O Patrimônio do Estado é representado por componentes Ativos e Passivos, estruturados de forma a dividi-lo em duas áreas Financeira, que compreende o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, e Permanente, subdividida em Ativo Permanente e Passivo Permanente. O Ativo Financeiro apresenta os valores numerários, os créditos e os valores realizáveis, enquanto o Passivo Financeiro representa os compromissos exigíveis, cuja movimentação independe de autorização orçamentária. A movimentação de valores na área do Patrimônio Permanente depende de prévia autorização legislativa.

DO PATRIMÔNIO FINANCEIRO

O Patrimônio Financeiro do Estado, em 31-12-7, segundo o Balanço

pelo Passivo Financeiro no valor de R\$ 2 525 522 mil. Os valores passivos superaram os valores ativos em R\$ 161 858 mil, ou seja, em 6,85%

DO ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro apresentou um acréscimo percentual de 120,58% em relação ao exercício anterior, sendo que o subgrupo Realizável obteve o maior crescimento, que foi de 327,01%

O elevado crescimento observado no Ativo Financeiro Realizável, na conta FGLTDPE, proveio, principalmente, do recebimento e posterior aplicação dos recursos oriundos da privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (BGE, vol IV, p 85)

O subgrupo Vinculado, em contas correntes bancárias, indica R\$ 591 762 mil, resultando, assim, em um crescimento substancial em relação ao exercício anterior. Entretanto, o BGE informa recursos vinculados não aplicados "a empenhar" no total de R\$ 2 010 120 mil, ou seja, não estão depositados em contas bancárias vinculadas R\$ 1 418 358 mil, constituindo-se, dessa forma, realização de gastos com desvio de finalidade

DO PASSIVO FINANCEIRO

A Dívida Flutuante aumentou, em 1997, 47,62% em relação ao exercício anterior, em decorrência, basicamente, do aumento de Depósitos (72,69%), que inclui Depósitos do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), os quais apresentam saldo, no exercício, de R\$ 1 426 992 mil

DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA

O Balanço Patrimonial demonstrou um Passivo Financeiro superior em R\$ 161 858 mil ao Ativo Financeiro. Logo, comparativamente ao exercício anterior, o Déficit Financeiro do exercício decresceu 72,79% a preços constantes

Destaca-se, no entanto, que, se forem imputados ao Passivo Financeiro os R\$ 2 010 120 mil relativos aos recursos vinculados a empenhar, a Situação Líquida Financeira negativa atingiria a quantia de R\$ 2 171 978 mil

DO PATRIMÔNIO PERMANENTE

ATIVO PERMANENTE

Este grupo, que registra os Bens Permanentes do Estado, assim como os Créditos e Valores, atingiu R\$ 6 107.027 mil em 31-12-97, apresentando um crescimento real de R\$ 1 235 902 mil, equivalente a 25,37%, em relação a 1996.

Na composição do Ativo Permanente, destacam-se as subcontas de Dívida Ativa, com percentual de 49,02% (R\$ 2 993 891 mil), e das Participações, com 34,28% (R\$ 2 093.337 mil), no total

DAS PARTICIPAÇÕES

As Participações do Estado somaram R\$ 2 093 337 mil, apresentando acréscimo de 13,28% em relação ao exercício anterior

Destaca-se, neste exercício, a redução da participação do Estado no Capital Social da CEEE, concretizada no mês de agosto, no valor de R\$ 960 330 mil. Tal redução deveu-se à cisão parcial e conseqüente formação da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a ser repassada à União) e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia (atual RGE), objeto de posterior alienação

A alienação efetivada no mês outubro, arrecadou recursos, no valor de R\$ 1 635 000 mil, a serem aplicados no Fundo de Reforma do Estado - FRE

Por sua vez, a CEEE alienou sua subsidiária integral, Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia (AES Sul), pelo valor de R\$ 1 510 000 mil

DA DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa apresentou, no exercício, saldo de 2.993.891 mil.

A movimentação da Dívida Ativa, no exercício, em termos nominais, ocorreu através de inscrições no valor de R\$ 1 003.623 mil, de baixas por cobrança da ordem de R\$ 105 061 mil, e de baixas por cancelamentos, no valor de R\$ 193 513 mil

Do montante inscrito em Dívida Ativa, apenas R\$ 244 679 mil referem-se à receita lançada e não-arrecadada, sendo os restantes R\$ 758 944 mil oriundos de correção monetária, juros e multas

Do saldo da subconta Dívida Ativa, 200 (duzentos) devedores concentram o valor de R\$ 1 550 571 mil, representando 51,79% do total

Correlacionando-se o saldo da Dívida Ativa com outros dados do Balanço, observa-se sua expressividade, e conclui-se que somente a intensificação da **atuação preditiva** propiciará um maior e melhor monitoramento dos devedores inadimplentes, evitando, tanto quanto possível, que os créditos do Estado tornem-se vultosos em relação aos contribuintes, prejudicando ou até impossibilitando sua posterior realização

Destaca-se, ainda, ter havido, no exercício, cancelamentos da Dívida Ativa no valor de R\$ 193 512 mil. Tais cancelamentos equivaleram a 8,45% do saldo inicial inscrito em Dívida Ativa, contra 4,34% do ano anterior. Entretanto, o BGE omite quaisquer informações sobre os motivos preponderantes que determinaram os referidos cancelamentos

DO PASSIVO PERMANENTE

A Dívida Fundada teve um crescimento nominal de R\$ 2 140 020 mil decorrente, quase que integralmente, do reajustamento da dívida. Observa-se, dessa forma, que houve, no exercício, um crescimento percentual substancial, na ordem de 15,48%, a preços constantes, ou seja, um acréscimo real, visto que considera a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, o qual atingiu 7,91% no mesmo período

Assim, o montante da Dívida Fundada, constituído por Empréstimos de origem Interna e Externa, cujos prazos de vencimento vão além do exercício seguinte, era, em 31-12-97, de R\$ 11 013 370 mil, de acordo com o Balanço Patrimonial. Este valor, o mais alto verificado no último decênio, ocorreu, principalmente, pelo elevado custo do financiamento da Dívida Fundada Interna em títulos

A Dívida Fundada Interna apresentou saldo de R\$ 10 761 096 mil, e a Dívida Fundada Externa, o valor de R\$ 252 274 mil

Tendo em vista que, em 1997, as Receitas de Impostos tiveram um decréscimo de 6,32% a valores constantes, e que a Dívida Pública cresceu em 20,37% a

preços constantes, o período de arrecadação necessário para resgatá-la aumentou de 31 meses, no exercício de 1996, para 39 meses no presente exercício. Caso a arrecadação fosse integralmente carregada para pagamento da Dívida Pública, este seria o tempo necessário para o pleno resgate.

DO RESULTADO PATRIMONIAL E DO PASSIVO A DESCOBERTO

O Estado encerrou o exercício de 1997 com um Déficit Patrimonial na ordem de R\$ 132.162 mil. Esta situação é resultado das variações que provocaram uma melhoria da Situação Líquida Financeira, no valor de R\$ 432.913 mil, conjugada ao decréscimo de R\$ 565.075 mil na Situação Líquida Permanente.

Assim, o Passivo Real a Descoberto, que, em 31-12-96, era de R\$ 4.936.039 mil, passou a ser de R\$ 5.068.201 mil em 31-12-97.

Considerando que o Resultado Patrimonial do Exercício e o Passivo Real a Descoberto do Estado, retroinformados, agregaram os resultados e patrimônios pertencentes aos Fundos Estaduais, e que, dos Recursos Vinculados, R\$ 2.010.120 mil não foram empenhados no exercício (BGE, vol. IV, p. 124), o Déficit Patrimonial do Exercício passaria a ser de R\$ 2.142.282 mil e o Passivo Real a Descoberto aumentaria para R\$ 7.078.321 mil.

Diante disso, os controles internos relativos aos Fundos Especiais e aos Recursos Vinculados revelaram-se insuficientes, não permitindo a transparência necessária a um adequado Sistema de Controle Interno.

RELATIVA AO CAPÍTULO 2

DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA

FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Os recursos orçamentários direcionados a Função Defesa Nacional e Segurança Pública pela Administração Direta Estadual, no último decênio, registraram um movimento que revelou períodos com ocorrência de crescimentos e reduções

No exercício de 1997, tem-se que as despesas efetivadas na Função mostraram-se inferiores em 36,17%, confrontando-se com o ano-basilar da série (1988) Em relação ao ano anterior (1996), observou-se um decréscimo de 8,68%

Na soma total dos gastos efetivados pela Administração Direta Estadual, a participação das despesas executadas na Função alcançou 5,40% Tal fração, entretanto, proporcionalmente ao atingido em 1996, demonstrou uma diferença percentual a menor de 1,02%

PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA

O Programa Segurança Pública foi executado pela Secretaria da Justiça e da Segurança, através da Brigada Militar e Polícia Civil

Os gastos realizados por conta deste Programa compreenderam 98,91% do total dos recursos destinados à Função, sendo que, no total das despesas executadas pela Administração Direta Estadual, a participação do Programa alcançou 5,34%

Dentre os 51 (cinquenta e um) Programas orçados pela Administração Direta Estadual, o Programa Segurança Pública posicionou-se em sexto lugar, no que diz respeito ao total de despesas realizadas Por outro lado, a análise demonstrou que os recursos alocados ao Programa foram superiores em 35,07% ao aplicado no ano-basilar da série (1988) Todavia, confrontando-se com o ano anterior (1996), verificou-se um decréscimo de 8,86%

Das 12 (doze) atividades previstas para o Programa, foram executadas 8 (oito), concentrando, conjuntamente, recursos equivalentes a 99,60% do total investido no mesmo

No entanto, há que se salientar que, do total de 07 (sete) Projetos constantes no Orçamento, que visavam à manutenção e ao reaparelhamento operacional da Polícia Civil, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros e à renovação e ampliação da frota de viaturas da BM e PC, apenas 02 (dois) foram implementados, reunindo recursos que alcançaram tão-somente 0,40% do total alocado ao Programa

Quanto à frota de veículos, tanto da Brigada Militar como da Polícia Civil, verificou-se que mais de 50% situavam-se em faixa etária superior a 6 (seis) anos de utilização, havendo necessidade de que parte significativa da frota fosse desativada, uma vez que contava com data de fabricação anterior ao ano de 1987, sendo 4 anos de vida útil o limite técnico recomendado para veículos que atuam nesse tipo de atividade

Constatou-se que a relação número de policiais por mil habitantes é decrescente, o que revela que, anualmente, cada policial obtém maior carga de responsabilidade por pessoas

Na Brigada Militar, em 1997, o efetivo total sofreu uma redução na ordem de 2,98% (766 policiais) em relação a 1996, sendo que a atividade-fim concentrou 82,52% do total da Corporação. A Capital concentrou o maior número de policiais militares na atividade-meio, ou seja, 58,93%, de um total existente no Estado, nesta atividade, que soma 4 371 policiais

Relativamente ao efetivo total da Polícia Civil, verificou-se uma diminuição de 4,54% (284 policiais) em relação a 1996. A Capital absorveu 37% do efetivo, a Área Metropolitana, 12% e o Interior, 50%.

Convém ressaltar que a Polícia Civil contou apenas com 54% dos cargos previstos em lei, e a Brigada Militar, com 74%, havendo, portanto, uma defasagem de, respectivamente, 46% e 26% na quantidade de policiais

Observou-se que, para cada policial civil lotado na Capital, foram registradas 104 (cento e quatro) ocorrências. Na Área Metropolitana, a relação chegou a 246 (duzentas e quarenta e seis) e no Interior, a 144 (cento e quarenta e quatro)

No exercício de 1997, como no de 1996, houve significativa utilização de estagiários no desempenho de atividades administrativas da Polícia Civil. O custo anual apurado, pela utilização de quase 900 (novecentos) estagiários (FDRH e FGTAS), alcançou um montante que superou em 166% o total investido em obras e instalações pelo Programa Segurança Pública

Tal circunstância impede um maior e melhor desempenho administrativo na Polícia Civil, afetando, inclusive, a indispensável contigüidade desses trabalhos

FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Durante o decênio examinado (1988/97), a participação da Função 08 - Educação e Cultura na despesa total da Administração Direta oscilou entre 10,08% e 18,74%. No ano de 1997, o percentual alcançado foi de 10,42%, sendo o segundo menor índice do período e 0,63 pontos percentuais a menos que o do ano anterior. Porém, na análise das despesas em valores constantes, verificou-se que os gastos cresceram 1,41% em relação ao exercício anterior.

A Constituição Federal (art. 212) dispõe que a aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino público não pode ser inferior a 25% da receita líquida de impostos. Já, a Constituição Estadual (art. 202) determina o mínimo de 35%. No exercício ora examinado, o Estado aplicou R\$ 1.318.066 mil na manutenção e desenvolvimento do ensino público, valor que correspondeu a 34,72% da receita líquida de impostos. Assim, o percentual aplicado foi de 9,72% acima do estabelecido pela Constituição Federal e 0,28% abaixo do determinado pela Carta Estadual.

Ressalta-se, também, que a Lei Magna do Estado, art. 202, parágrafo 2º, aponta que não menos de dez por cento dos recursos destinados ao ensino, previsto no "caput" do artigo retrocitado, devem ser aplicados na manutenção e conservação das Escolas Públicas Estaduais. Em 1997, a Função 08 - Educação e Cultura, elemento 4110 - Obras e Instalações registrou despesa no montante de 22.863 mil, 17,2% do valor que o regramento Constitucional dispõe como obrigatório.

Ainda no âmbito constitucional, constatou-se que o Executivo Estadual não atendeu ao disposto no artigo nº 201, parágrafo 3º da Lei Maior do Estado (aplicação de 0,5% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário - Lei Complementar Estadual nº 10.713, de 16 de janeiro de 1996 - PROCRED), pois as despesas realizadas através da Atividade nº 2371 - Integração com o Ensino Superior somaram apenas R\$ 6.555 mil, 34,53% do necessário para o atendimento à legislação citada.

PROGRAMA 42 - ENSINO FUNDAMENTAL

No Programa Ensino Fundamental, foi canalizado o maior volume de recursos despendidos na Função, ou seja, 62,05%. A Atividade 2365 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental destacou-se com uma participação de 99,98% no total dos recursos do Programa, onde o elemento Pessoal Civil representou 83,62%.

As matrículas iniciais registradas no Ensino Fundamental, em dependências do Estado, totalizaram 954.287, apresentando uma redução de 0,79% em relação ao ano anterior. Já o número total de matrículas iniciais no Ensino Fundamental, englobando todos mantenedores (Estado, Municípios, União e Entidades Privadas), atingiu 1 743 913, o que significou um acréscimo de 0,34% em relação ao ano de 1996.

Nesse aspecto, verificou-se que o aumento do número total de matrículas no Ensino Fundamental deveu-se ao incremento de 3,57% nas dependências municipais.

As informações acerca do Ensino Fundamental, quando analisadas em série de comportamento histórico, demonstram que não ocorreram excedentes no exercício sob análise, mas sim uma pequena migração de matrículas do ensino particular e estadual para os municipais. Esta situação deve ser intensificada nos próximos anos em virtude da implementação das Reformas no Ensino (Leis Federais nº 9 394 e 9 424, e Emenda Constitucional nº 14).

PROGRAMA 43 - ENSINO MÉDIO

No Programa Ensino Médio, foi despendido 11,30% do total dos recursos da Função A. A Atividade 2368 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Médio foi responsável por 92,77% da despesa total do Programa, no qual o elemento Pessoal Civil absorveu 83,30%.

As matrículas iniciais registradas nas dependências estaduais totalizaram 286 144, apresentando um incremento de 9,46% em relação ao ano de 1996. Quanto ao número total de matrículas iniciais no Ensino Médio (387 416), somando todas as mantenedoras, constatou-se um acréscimo de 8,34%.

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

Salienta-se que os estabelecimentos/salas de aula estaduais de ensino existentes, em que pese desconhecer-se as condições de utilização e distribuição geográfica, comportam a demanda atual. Sabe-se, ainda, que existe capacidade disponível, pois, quando computados todos os níveis e turnos, aproximadamente 36% das salas de aula não foram utilizadas em 1997.

No que se refere ao corpo docente da rede Estadual, ressalta-se que desde 1995 a Secretaria de Educação não identifica o número de professores em exercício que

atuam no Ensino Fundamental e no Ensino Medio, preferindo, apenas, registrar o numero total de professores em exercicio em todos os niveis (Pré-Escola, 1º grau e 2º grau) Da mesma forma, a Secretaria não apresenta a quantidade de professores que não possuem regência, ou seja, os que estão exercendo atividades administrativas fora das salas de aula

REFORMA DO ENSINO

Com as promulgações das Leis Federais nº 9 394 e 9 424 e da Emenda Constitucional nº 14, o exercicio de 1997 transformou-se no ano de definição das novas normas da Educação Nacional

No entanto, no ano em exame, constatou-se que o Estado não realizou as modificações estruturais necessárias ao processo de adequação ao novo regramento

Tal situação ficou evidenciada na inclusão dos proventos dos inativos da Secretaria de Educação entre as despesas que o Executivo efetuou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Publico (art 212 da CF e art 202 da CE) Este procedimento, que era realizado com fulcro legal no Parecer nº 8 648/91 - PGE e na Lei Federal nº 7 348/95, com a entrada em vigor da Lei Federal nº 9 394 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), deixou de estar contemplado entre os dispêndios possíveis de inserção na referida despesa

Verificou-se, também, que o Estado não promoveu a realização de Lei regulamentando a distribuição das quotas do salário-educação, procedimento determinado na Medida Provisória nº 1 565 A inexistência desta Lei contribuiu para que o saldo vinculado a empenhar no proximo exercicio registrasse R\$ 133 425 mil, ou seja, mais de 10% do total das despesas realizadas pelo Estado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Publico

FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

Registra-se que a Lei Estadual nº 10 844, de 05 de agosto de 1996, tratou das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercicio de 1997

No art 20, estabeleceu que o montante de recursos alocados na Secretaria da Saúde e Meio Ambiente não deveria ser inferior a 10% da Receita Tributária Líquida, desconsideradas as transferências da União, relativas a convênio com o SUS e aos pagamentos dos prestadores de serviços de Saúde

Dessa forma, salienta-se que no final de 1997 as despesas executadas na Secretaria da Saúde atingiram tão-somente 7,16% da Receita Tributária Líquida, e não 10% como legalmente determinado

Quanto aos recursos destinados à Função Saúde e Saneamento, em 1997, verificou-se que procederam da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente - SSMA (80,56%), da Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH (0,83%) e da Secretaria de Coordenação e Planejamento - SCP (18,61%)

Levando em conta o comportamento das despesas realizadas na Função, neste decênio (1988-1997), tem-se que a menor aplicação de recursos ocorreu em 1988 e a maior em 1997, representando, na totalidade das despesas executadas pela Administração Direta Estadual, participações relativas de 1,62% e 3,65%, respectivamente

Igualmente, constatou-se que neste exercício os recursos alocados à Função mostraram-se superiores em 41,68% ao aplicado no ano anterior (1996). Todavia, não chegaram a alcançar o previsto no Orçamento, posicionando-se aquém em 27,09%

Tem-se, ainda, que, dos 28 (vinte e oito) Projetos orçados, apenas 20 (vinte) foram executados. Estes, reunidos, computaram recursos da Função que significaram 24,82% do total investido

No entanto, é necessário registrar que deixaram de ser implementados Projetos de grande interesse para a saúde pública do Estado, mencionando-se, principalmente, os seguintes

- 1774 - Ampliação de Hospitais Públicos - objetivava ofertar leitos e consultas ambulatoriais nos hospitais públicos de Cachoeirinha e Alvorada, para reduzir os encaminhamentos de pacientes para Porto Alegre;

- 1777 - Plano de Erradicação do Vetor do Dengue no RS - visava a evitar ocorrência de casos autóctones no Estado;

- 1858 - Implementação do Programa de Doações de Órgãos - pretendia apoiar e incentivar a retirada de órgãos e a realização de transplantes no Estado, conforme Lei Estadual nº 8 750/88,

- 9012 - Reestruturação do Hospital Sanatório do Partenon, em Porto Alegre - previa reformar sua estrutura física, transformando-o em hospital especializado para tratamento de doenças infecto-contagiosas, AIDS e tuberculose

Dos Projetos executados, destacam-se pela finalidade social que desempenham os Projetos 9105 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos Cachoeirinha/Gravataí - CORS e o 9207 - Desenvolvimento de Projetos de Saneamento e de Proteção ao Meio Ambiente, absorvendo, conjuntamente, 15,83% do aplicado na Função

PROGRAMA 75 - SAÚDE

O Programa Saúde, no exercício de 1997, movimentou recursos que atingiram o montante de R\$ 383 623 mil. Deste total, 68,49% foram investidos na Função Saúde e Saneamento, e o restante (31,51%), nas Funções Assistência e Previdência e Educação e Cultura.

Assim, dos recursos movimentados na Função Saúde, iguais a R\$ 333 477 mil, o Programa participou com R\$ 262 730 mil, fração esta que significou 78,78% das despesas da Função.

Os gastos realizados no Programa, em 1997, foram inferiores em 14,78% do previsto no Orçamento. No entanto, confrontando-se com os dispêndios efetivados no ano anterior (1996), constatou-se crescimento de 33,06%.

No período de 1988/1997, o Programa Saúde registrou participações entre 1,51% e 4,20% na despesa total executada pela Administração Direta Estadual. Em 1997, esta participação chegou a 4,20%, apresentando-se como a maior da série estudada.

No entanto, torna-se necessário informar que a inclusão de gastos das Funções Educação e Cultura e Assistência e Previdência no Programa Saúde, que é próprio da Função Saúde e Saneamento, elevou a sua participação para mais 1,33% no global dos gastos da Administração Direta Estadual. Excluindo-se o valor pertinente àquela Função, a participação de 4,20% baixa para 2,87%.

Cabe mencionar, levando-se em conta os leitos/SUS disponíveis (24 388) e população total (9 718 154), que, em 1997, o Estado/RS apresentou um coeficiente de 2,51 leitos para cada grupo de 1 000 habitantes, sendo muito inferior ao exigido pela Organização Mundial da Saúde - OMS, que é de 05 (cinco) leitos para cada grupo de 1 000 habitantes.

PROGRAMA 76 - SANEAMENTO

O Programa Saneamento foi integralmente executado na Função Saúde e Saneamento, contribuindo com 17,48% no total das despesas da Função

Dos órgãos que participaram da execução das despesas do Programa, a Secretaria da Coordenação e do Planejamento (Fundo Pró-Guaíba e FUNDOPIMES), a Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação e a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente implementaram atividades que atingiram 94,96%, 4,79% e 0,25%, respectivamente, do total das despesas realizadas

Concernentemente à participação do Programa na despesa executada pela Administração Direta Estadual, no último decênio (1988-1997), tem-se que, em nenhum dos exercícios, os dispêndios com saneamento apresentaram participação anual igual ou superior a 1,00%. Em 1997, as despesas do Programa alcançaram 0,64%, enquanto que no ano anterior (1996) chegaram a 0,37% de participação nos gastos totais efetivados pela Administração Direta Estadual.

FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE

Em 1997, o volume de recursos despendidos na Função foi de R\$ 425 111 mil, montante 34,01% superior à dotação inicial. Em valores constantes, observou-se acréscimo de 56,67% sobre o empregado no ano-base (1988), e, quando comparado ao ano anterior, constatou-se um aumento de 65,61%

A participação da Função 16 - Transporte na despesa total realizada pela Administração Direta do Governo oscilou nos últimos dez anos (1988/97). Entretanto, no exercício de 1997, verificou-se uma retomada no aumento da participação.

A Secretaria dos Transportes transferiu à Administração Indireta a quase totalidade dos recursos empregados na Função (96,15%), procedimento que visou à execução dos Programas vinculados ao Transporte Aéreo, Rodoviário e Hidroviário

PROGRAMA 87 - TRANSPORTE AÉREO

O Programa Transporte Aéreo absorveu 2,71% do total dos recursos da Função 16, sendo integralmente realizado através do Departamento Aeroportuário, o qual, no exercício em exame, esteve ligado diretamente ao Gabinete da Secretaria dos Transportes

O volume de recursos utilizados no Programa (R\$ 11 508 mil), em valores constantes, registrou um aumento de 74,64% em relação ao ano-base (1988) e 102,34% em comparação ao ano anterior (1996) De outro modo, as despesas superaram a dotação inicial em 38,67%

Com relação à despesa total realizada pela Administração Direta, a participação percentual do Programa representou 0,13% Nesse aspecto, destacaram-se os Projetos 1077 - Aquisição de Aeronaves e 1462 - Construção e Pavimentação de Aeroportos, que somados consumiram 90,69% dos recursos do Programa

Dentre as realizações físicas desenvolvidas, no exercício em análise, pelo Departamento Aeroportuario - DAE, próprias do Programa Transporte Aereo, apenas Terraplenagem apresentou acréscimo em relação ao ano anterior Entretanto, ressalta-se que o DAE executou duas novas atividades - EIA/RIMA (Estudo / Relatório de Impacto Ambiental) e Demarcação de Pavimento

PROGRAMA 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Programa 88 - Transporte Rodoviário foi o responsável pelo consumo de 96,26% do total realizado na Função 16 - Transporte Nesse sentido, cumpre observar que as despesas realizadas com recursos da Administração Direta, no montante de R\$ 409 203 mil, superaram a dotação inicial (R\$ 296 028 mil) em 38,23%

Da mesma forma, em valores constantes, as despesas realizadas no Programa superaram as efetuadas no ano anterior em 66,08% Quanto a participação do Programa no total das despesas realizadas pela Administração Direta, constatou-se que foi a quarta maior nos últimos dez anos (1988/97) e a mais significativa após o exercício de 1990, quando foi alcançada a maior participação do período

No exame da participação dos Projetos/Atividades nas despesas do Programa 88 - Transporte Rodoviário, detectou-se que o total dos dispêndios incluiu, equivocadamente, os Projetos 2356 - Contribuição ao DEPRC para Despesa com Pessoal e 2639 - Contribuição ao DEPRC para Amortização da Dívida

Os Projetos/Atividades que mais consumiram recursos do Programa foram o 1466 - Contribuição ao DAER para Despesa com Capital (69,42%) e o 2354 - Contribuição ao DAER para Despesas com Pessoal (21,63%)

Em termos de realizações físicas, no ano de 1997, o DAER mostrou crescimento na grande maioria dos serviços Nesse aspecto, destacaram-se os serviços de Projeto Geométrico de Rodovias, Projeto de Obras e Artes Especiais, Projetos de

Sinalização e Sinalização de Rodovias, cujos crescimentos, em relação ao ano anterior, foram de 402,02%, 168,92%, 162,60 e 144,18%, respectivamente

PROGRAMA 90 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Embora o Orçamento Anual contemplasse o Programa 90 - Transporte Hidroviário com dotação inicial de R\$ 322 mil, o Balanço Geral do Estado não registrou despesas realizadas com estes recursos. No entanto, a Secretaria dos Transportes utilizou verbas do Programa 88 - Transporte Rodoviário para efetuar transferências ao DEPRC.

Assim, impropriamente, a Administração Direta registrou o montante de R\$ 25 057 mil na Função Transporte Rodoviário. Tais recursos foram despendidos através das atividades 2356 - Contribuição ao DEPRC - para Despesas com Capital e 2639 - Contribuição ao DEPRC - para Amortização da Dívida.

Por sua vez, a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) operou sem necessidade de Transferências do Governo Estadual devido suas Receitas Portuárias terem sido suficientes para suportar as Despesas Orçamentárias.

Cumprе salientar que a análise do Programa Transporte Hidroviário foi realizada unificando os dados apresentados pelo DEPRC e pela SUPRG, tendo como finalidade a não interrupção do processo de análise praticado nos trabalhos anteriores.

Nesse sentido, ressalta-se que o DEPRC recebeu da Administração Direta R\$ 35 321 mil (R\$ 32 821 mil em Transferências Operacionais e R\$ 2 500 mil em Transferências de Capital), valor que somado aos R\$ 25 057 mil, registrados impropriamente no Programa Transporte Rodoviário, demonstram a dependência da Autarquia pelos recursos do Tesouro do Estado.

No DEPRC, destaca-se que a Atividade 2732 - Pagamento de Encargos Gerais da Autarquia foi responsável pela maior participação na despesa. Já na SUPRG, coube à Atividade 4471 - Ressarcimento ao Estado de Despesas com Pessoal Cedido a participação mais significativa.

De outro modo, cabe destacar que a melhora dos índices de produtividade, processo que teve seu início no ano anterior, continuou no exercício de 1997, quando, mesmo com a redução de 6,98% no movimento de cargas, obteve incremento de 65%, em relação ao ano-base (1989), nos índices de produtividade ton/servidor e receita/servidor.

RELATIVA AO CAPÍTULO 3

DAS GESTÕES ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E SOCIEDADES CONTROLADAS

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DAS AUTARQUIAS

O total empenhado pelo Governo do Estado, em 1997, em favor das Autarquias, foi R\$ 536 393 mil, representando um acréscimo real de 28,37%, em relação ao total empenhado, no exercício anterior. Deste montante empenhado, 19,48% destinaram-se a despesas com pessoal, 50,37%, a investimentos e 30,15%, a outras despesas correntes.

Ressalta-se que, do valor empenhado, foram efetivamente transferidos 82,19%, sendo o restante (R\$ 95 506 mil) inscrito em Restos a Pagar.

Os Balanços das Autarquias indicaram como receitas oriundas das Transferências do Estado o montante de R\$ 480 864 mil, incluindo, portanto, Transferências de Exercícios Anteriores inscritas em Restos a Pagar. O referido montante constituiu 45,49% da Receita Orçamentária daquelas Entidades.

O DAER foi a Autarquia com maior grau de dependência dos recursos repassados pelo Estado, que representaram 92,41% de sua Receita Orçamentária.

O Resultado Orçamentário Consolidado das Autarquias apresentou-se negativo nos exercícios de 1993, 1994 e 1996. Já os exercícios de 1995 e 1997 apresentaram resultados positivos, em valores constantes, de R\$ 2 506 mil e R\$ 12 854 mil, respectivamente.

Referentemente às Receitas Correntes, o IPERGS arrecadou o total de R\$ 545 832 mil, o que representou 66,91% do total. Já nas Receitas de Capital, o DAER foi responsável por R\$ 238 183 mil, que representaram 98,67% da totalidade.

No que se refere às Despesas Correntes, de igual forma, o IPERGS contribuiu com 71,76% do total (R\$ 545 624 mil), e, nas Despesas de Capital, também, o DAER participou do maior percentual, que foi de 94,79% (R\$ 269 105 mil).

Quanto ao resultado, verifica-se, no conjunto, que as Autarquias apresentaram, em 1997, um superávit patrimonial de R\$ 139 809 mil, tendo sido o IPERGS responsável por 64,23% (R\$ 89.794 mil) deste resultado líquido

DAS FUNDAÇÕES

O Governo do Estado empenhou, em 1997, a título de contribuições e transferências a crédito das Fundações, o valor de R\$ 196 488 mil, representando um decréscimo real de 13,91% em relação ao total empenhado no exercício anterior. Deste montante empenhado, 57,88% destinaram-se a Despesas com Pessoal. Ressalta-se que foi efetivamente transferido apenas 61,57% do referido valor empenhado, sendo a diferença (R\$ 75 518 mil) inscrita como Restos a Pagar do exercício.

Os Balanços das Fundações indicaram, como receitas oriundas das Transferências do Estado, o montante de R\$ 146 005 mil, incluindo, portanto, Transferências de Exercícios Anteriores inscritas em Restos a Pagar.

A FADERS, FEBEM, FIGTF e METROPLAN apresentaram uma dependência acima de 90% dos recursos transferidos pelo Estado. A FGTAS, FEPPS e FDRH foram as Fundações com os menores índices de participação do Estado na Receita Orçamentária (38,06%, 25,04% e 3,63%, respectivamente).

O Resultado Orçamentário Consolidado das Fundações apresentou-se negativo nos exercícios da série 1993/1996, à exceção do exercício em análise, que apresentou um resultado positivo no valor de R\$ 16.532 mil.

Quanto ao Resultado Patrimonial Consolidado, foi positivo em toda a série 1993/1997, apresentando, em 1997, um superávit de R\$ 45 234 mil. Contribuíram decisivamente para a obtenção deste resultado a FAPERGS e a FGTAS, que, juntas, representaram 123,84% do total consolidado.

DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ENTIDADES CONTROLADAS

DAS COMPANHIAS

A seguir, apresentam-se as considerações sobre as empresas eleitas que atuam nas áreas financeira (BANRISUL) e de infra-estrutura (CEEE, CRT e CORSAN).

ÁREA FINANCEIRA

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

No exercício de 1997, ocorreram alguns fatos relevantes

- em 20-03-97, foi assinado pelos Governos Federal e Estadual Protocolo de Intenções que estabeleceu as condições para a reestruturação do Sistema Financeiro Estadual, com base no Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e a intervenção do Estado do Rio Grande do Sul Subsequentemente, em 01-07-98, o Senado Federal aprovou a Resolução nº 63, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito consubstanciada no contrato de abertura de crédito firmado entre a União, o Estado do Rio Grande do Sul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A e a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 1 987 500 mil Os recursos do financiamento destinam-se, exclusiva e obrigatoriamente, a propiciar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária,

- em 27-05-97, o Poder Executivo do Estado promulgou a Lei Estadual nº 10 959, que define a transformação da Caixa Econômica Estadual (CEE) em Agência de Desenvolvimento e a manutenção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL) como banco múltiplo,

- em 20-11-97, o BANRISUL procedeu à venda, por meio de oferta pública, da Cia União de Seguros Gerais, proporcionando ao Banco um ganho de R\$ 49 970 mil O BANRISUL permanece detentor de 17% das ações e, conforme o previsto em acordo de parceria, continua a operar produtos no mercado de seguros

As Receitas Não-Operacionais (R\$ 47 371 mil) e a reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 16 529 mil) reduziram em aproximadamente 60% o resultado negativo do exercício

Cabe mencionar, ainda, o explicitado na Nota Explicativa nº 5 do Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do BANRISUL a Instituição deixou de reconhecer, como despesa do exercício de 1995, o montante de R\$ 46 577 mil, referente ao Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário - PIAV, diferindo o mesmo, conforme faculta a Circular nº 2582/85 do BACEN, com amortização linear em até 10 (dez) semestres a partir de janeiro/96 No exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997, foi apropriado como amortização o valor de R\$ 9 316 mil, sendo que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1996, já havia sido amortizada

importância de igual valor Assim sendo, os resultados dos exercícios findos em 1997 e 1996 estão demonstrados a menor em R\$ 18 632 mil e R\$ 9 316 mil e, em consequência, o Patrimônio Líquido está demonstrado a maior em R\$ 27 948 mil e R\$ 37 262 mil, respectivamente (R\$ 46 577 mil em 1995)

No conjunto das empresas da área financeira, constatou-se que o BANRISUL foi responsável por 88,98% das Receitas Operacionais do Setor (R\$ 1 126 607 mil), bem como também por 82,19% das Despesas Operacionais (R\$ 1 232 539 mil)

Conjugando-se o somatório de Receitas e Despesas Operacionais e Não-Operacionais, mais a reversão da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social, o resultado do exercício, neste Setor, apresentou-se negativo no total de R\$ 198 212 mil, sendo o BANRISUL, a CADIP e a CEE responsáveis por 100% deste prejuízo, apresentando prejuízos de R\$ 42 032 mil, R\$ 19 826 mil e R\$ 144 429 mil, respectivamente.

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

A Companhia, ao longo de toda a série 1993/1996, e desde 1978, vem apresentando Prejuízo Operacional Em 1997, este prejuízo foi de R\$ 690 940 mil, que, acrescido ao Resultado Não-Operacional positivo de R\$ 624 544 mil, resultou, após a dedução de R\$ 79 016 mil relativos à Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, em Lucro Líquido do Exercício de R\$ 12 620 mil

O processo de reestruturação da Companhia, iniciado em 1996, teve continuidade no exercício de 1997, conforme a Lei Estadual nº 10 607, de 28 de dezembro de 1995, que instituiu o Programa de Reforma do Estado - PRE

A Lei Estadual nº 10 900, de 26 de dezembro de 1996, autorizou a criação de seis empresas, sendo duas sociedades anônimas de geração de energia elétrica, a Companhia de Geração Hidrica de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, uma sociedade anônima de transmissão de energia elétrica, a Companhia Transmissora de Energia Elétrica, três sociedades anônimas de distribuição de energia elétrica, a Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, além de uma sociedade controladora "Holding" das sociedades de energia elétrica sob controle acionário do Estado, a CEEE - Participações

Das seis empresas idealizadas, três foram formalmente constituídas em 1997 a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, que ficaram sob controle acionário do Governo do Estado ao reduzir sua participação no capital da CEEE em R\$ 960 330 mil, e a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, que ficou sob controle acionário da CEEE

A Lei Estadual nº 10 900 autorizou, ainda, a privatização da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, posteriormente denominada AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S/A, e da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, posteriormente denominada Rio Grande Energia S/A (art 6º), assegurando ao Estado o controle acionário da Distribuidora Sul-Sudeste, da Geração Hidrica, da Rede Básica de Transmissão e da "Holding" (art 2º)

Das três empresas criadas, foram efetivamente alienadas, no mês de outubro de 1997, as duas distribuidoras, ficando a empresa de geração térmica a ser repassada à União como parte do processo de renegociação da dívida estadual

A privatização da Companhia Norte-Nordeste rendeu, aos cofres do Estado, receita de R\$ 1 635 000 mil destinados ao Fundo de Reforma do Estado. A transferência ao Governo Federal da Companhia de Geração Térmica ainda não foi efetivada

Da alienação da Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, subsidiária integral da CEEE, ingressaram recursos na ordem de R\$ 1 510 000 mil, responsáveis pelo Resultado Não-Operacional positivo de R\$ 624 544 mil, representando 41,36% do total da receita da alienação. Excluindo-se a Receita Líquida proveniente da alienação, no valor de R\$ 949 696 mil, o resultado final do exercício passaria de Lucro do Exercício, no valor de R\$ 12.620 mil, para Prejuízo do Exercício, na ordem de R\$ 937 076 mil, superior em 64,21% ao resultado apresentado no ano anterior

Cabe ressaltar que os registros contábeis da baixa do investimento alienado pela Companhia ocorreram indevidamente na própria conta de Receita Não-Operacional, no valor de R\$ 560 304 mil (R\$ 536 344 mil, adicionados de R\$ 23 960 mil, relativos à equivalência patrimonial do período de 11-08 a 21-10-97). Em vista disso, na referida conta figurou o líquido da operação, ou seja, R\$ 949 696 mil (R\$ 1 510 000 mil, diminuídos de R\$ 560 304 mil). Além disso, a conta Despesas Não-Operacionais também restou reduzida de R\$ 560 304 mil

A permanência da concessão de distribuição da área Sul-Sudeste do Estado, através da Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, assegurou a CEEE uma parcela de, aproximadamente, 33% do mercado, com 1 112 770

consumidores, sendo que 957 430 são residenciais, atendendo a 68 municípios, abrangendo uma área de 73 363 km²

A Receita Líquida gerada pelo fornecimento de energia foi de R\$ 1 105 143 mil, no exercício de 1997, na distribuição de 5 337 Gwh, sendo correspondente a 9 meses da antiga CEEE e a 3 meses da nova CEEE, apresentando um decréscimo de Receita de 21,24%, em relação ao exercício anterior, e de 65,43% nos Gwh consumidos

No exercício de 1997, ocorreu um aumento do Capital Circulante Líquido na ordem de R\$ 1 277 737 mil, uma vez que as origens foram superiores às aplicações. As transações que influíram positivamente somaram R\$ 4 009 624 mil, enquanto que as aplicações de recursos totalizaram R\$ 2.731 887 mil, ou seja, 31,87% a menor que o total das origens

Os índices financeiros do exercício indicaram Liquidez Corrente de 2,34 (0,62 em 1996) e Liquidez Geral de 0,71 (0,20 em 1996). Em contrapartida, o Grau de Endividamento passou de 0,55 para 0,67, enquanto que a Imobilização de seu Capital Próprio reduziu de 1,99 para 1,58

Subsequentemente ao exercício de 1997, por solicitação do Estado, através de Assembléia Geral Extraordinária, de 04-04-1998, ocorreu a redução do Capital Social da Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica em R\$ 415 000 mil, em cumprimento também à Lei Estadual nº 11 076, de 06-01-98

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES - CRT

Inicialmente, merece referência o processo de privatização da Companhia

- em dezembro de 1996, a Telefônica do Brasil Holding comprou 35% do capital votante da empresa, tornando-se responsável pela gestão da mesma,

- em 19 de agosto de 1997, foi promulgada a Lei Estadual nº 11 004, autorizando a alienação integral da participação acionária do Estado na CRT,

- subsequentemente ao exercício examinado, em 19 de junho de 1998, a CRT foi vendida à Telefônica do Brasil Holding pelo valor de R\$ 1,176 bilhão, correspondente a 50,12% do capital votante da Companhia;

- a Telefônica do Brasil Holding, que já detinha 35% das ações ordinárias, com o leilão de 22 de junho de 1998, ficou com 85,12% do capital votante da empresa

Na área de Infra-Estrutura, cabe destacar o fato de que a CRT foi a companhia que apresentou o maior Resultado Operacional positivo e Lucro do Exercício nos valores de R\$ 115 453 mil e R\$ 114 870 mil, respectivamente

Em 1997, cerca de 14% do Ativo Permanente da Companhia foi financiado pelo Passivo Circulante, evidenciando uma posição mais desconfortável do que a verificada em 1996, quando tal percentual situava-se em torno de 2%. Por outro lado, o Ativo Realizável a Longo Prazo foi inteiramente financiado por capitais de terceiros tomados a curto prazo. Tais situações oferecem riscos, porquanto o retorno do capital investido ocorre de forma lenta, em oposição aos prazos imediatos impostos para a devolução dos recursos tomados.

A Companhia apresentou, em 1997, condições de pagar apenas 44% das dívidas assumidas a curto prazo. Este índice foi pior que o verificado no exercício anterior (76%).

O Índice de Liquidez Geral, que demonstra a capacidade total da empresa de saldar seus compromissos integralmente, situou-se em torno de 35%, tendo uma redução de quatorze pontos percentuais, em 1997, em comparação a 1996.

Quanto ao desempenho da Companhia em termos físicos, em 1997, foram instalados 398 896 novos terminais, o que significou um acréscimo de 35,53% na planta instalada até o exercício anterior e um acréscimo de 49,74% em relação aos terminais instalados no exercício anterior.

Verificou-se, em 1997, o melhor desempenho do quinquênio 1993/1997 no número de terminais telefônicos que efetivamente entraram em serviço (438 924), correspondendo a 110,03% do número de terminais instalados (398 896). Enquanto os terminais existentes em 1997 tiveram um acréscimo de 35,53%, os terminais em serviço aumentaram 46,09%, o que resultou em um aumento da taxa de utilização, na ordem de 7,79%, em relação a 1996.

A densidade telefônica do Estado vem aumentando gradativamente. No período 1993/1997, alcançou uma média de 10,34 terminais telefônicos para cada 100 habitantes. Em 1997, registrou-se o maior índice com 14,80 aparelhos para cada 100 habitantes.

Outro fator a ser considerado é que o número de chamadas totais e dos pulsos registrados (chamadas locais) cresceu, no exercício de 1997, a taxas menores que as ocorridas com o número de terminais em serviço. Tal circunstância diminuiu o congestionamento existente, tendo em vista, principalmente, a ampliação dos sistemas de telefonia.

Em 1997, a Receita de Exploração apresentou um crescimento de 19,32% em relação a 1996, enquanto o IGP/DI variou 7,48%. No tocante à Receita de Exploração por Terminal Médio em Serviço, verificou-se, em 1997, uma redução de 9,09% ocasionada, em grande parte, pelo fato de que os terminais foram instalados, principalmente, no último trimestre do exercício, não gerando receita em todo o período.

Ainda em 1997, registrou-se o menor número de empregados por 1 000 terminais (3,00) e o menor comprometimento da Receita de Exploração com gastos com pessoal no mesmo período (26,40%).

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Ressalta-se como fato relevante, no exercício de 1997, o elevado volume dos investimentos realizados, constituindo-se no maior da série analisada (1988/1997).

A significância dos recursos investidos pela Companhia pôde ser evidenciada pelo fato de que o montante dos recursos investidos, em 1997, foi 90,48% superior, em valores reais, ao segundo maior investimento da Companhia, ocorrido no exercício de 1991 (na série 1988/97).

Destaca-se, também, que a CORSAN, no exercício de 1997, deixou de receber recursos a título de transferência do Estado, demonstrando uma evolução favorável da situação econômico-financeira da Companhia. O Estado do Rio Grande do Sul permaneceu honrando avais junto ao Banco do Brasil, como em anos anteriores, por conta de financiamentos tomados pela CORSAN.

Por outro lado, no exercício de 1997, aumentou o Nível de Endividamento da Empresa. A dependência de capitais de terceiros passou a ser preponderante na aplicação de recursos. O incremento deste Nível sofreu influência direta do grande acréscimo nos Investimentos, visto que grande parte destes são financiados com recursos de terceiros, num total de R\$ 103 014 mil, a saber:

- Caixa Econômica Federal (R\$ 55.553 mil),
- BID - Pró-Guaíba (R\$ 40.820 mil); e,
- BANRISUL - PIMES (R\$ 6 641 mil)

A CORSAN manteve a tendência à redução dos prejuízos observada nos exercícios anteriores (94/96). Esta redução ocorreu, embora a empresa tenha constituído a provisão para contingências, relativa a diversas causas judiciais nas áreas trabalhista, cível e de outras naturezas, bem como a provisão para perdas referente a parte do saldo a receber do DMAE, relativo a repasses de verbas do Projeto Pró-Guaíba. A evolução favorável da empresa, nesse aspecto, decorreu do incremento da Receita Operacional e concomitante declínio da Despesa Operacional, em especial dos Custos dos Serviços, das Variações Monetárias Líquidas e dos Encargos Financeiros.

O exame dos Índices de Liquidez indicou que, no curto prazo, a Companhia possuía, em 31-12-97, posição favorável. Em termos de Liquidez Geral, para cada R\$ 100,00 de compromissos totais, a empresa dispunha de apenas R\$ 25,00. Entretanto, considerando-se o Índice de Solvência Geral, a CORSAN possuía bens e direitos suficientes, em valor contábil (R\$ 1.323.306 mil), para a cobertura de todas as exigibilidades de curto e longo prazos (R\$ 687.687 mil).

A CORSAN efetuou investimentos em água e esgoto no valor de R\$ 149.186 mil, o que significou um acréscimo de 269% em relação ao que foi investido em 1996. Em decorrência deste significativo incremento, o investimento em produção e distribuição de água aumentou 166% no período 96/97. O destaque, no entanto, é o incremento do investimento em esgoto, que alcançou o percentual de 1.587%, a saber, de R\$ 3.066 mil, em 1996, passou a R\$ 51.727 mil no exercício de 1997, aumentando sua participação de 7,59% para 34,67% no investimento realizado no ano.

CONCLUSÃO E VOTO



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

CONCLUSÃO

O presente processo analisa de maneira global o desempenho das ações do Governo do Estado em seus aspectos financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, referente ao exercício de 1997. Analisaram-se os grandes programas desenvolvidos ou em desenvolvimento no Estado, bem como suas implicações econômicas e sociais.

Salienta-se que o Controle Externo exercido por este Tribunal não se restringe ao exame da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, visando também à preservação das finanças e do patrimônio público e ao aperfeiçoamento das instituições administrativas. Tal circunstância ocorre, de modo especial, quando do exame das Contas do Chefe do Poder Executivo.

Por isso, a Resolução nº 518, de 04-09-98 (Regimento Interno deste Tribunal), no parágrafo 1º do seu artigo 75, normatiza que o Relatório sobre as Contas do Governador do Estado pode *"conter recomendações quanto às medidas necessárias para a defesa do interesse público"*, numa clara medida de colaboração administrativa da Corte com o Poder Público.

Assim, tendo em conta os resultados obtidos na análise efetuada, algumas constatações são merecedoras de avaliação por parte das Autoridades Governamentais, a saber:

a) a ocorrência de déficit orçamentário corrente repetiu-se, resultando na continuidade dos déficits financeiro e patrimonial;

b) o Superávit Orçamentário Global dependeu fundamentalmente das receitas atípicas geradas pelo Programa de Reforma do Estado,

c) as despesas com desvio de finalidade, principalmente aquelas despendidas por conta de recursos vinculados, repetiram-se em 1997,

Assinatura manuscrita, provavelmente do relator, localizada no canto inferior direito da página.

d) os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais dos Fundos Especiais não foram demonstrados, de forma clara e detalhada, no Balanço Geral do Estado,

e) a cobrança da Dívida Ativa ocorreu de modo ineficiente, sem apresentar resultados significativos em relação ao seu volume,

f) os motivos e embasamentos dos cancelamentos de créditos inscritos em Dívida Ativa não constaram no Balanço Geral do Estado,

g) a ausência de constituição e regulamentação do Fundo de Assistência e Previdência, instituído através da Lei Complementar Estadual nº 10 588, de 28-11-95, para a administração da Contribuição Previdenciária Suplementar, possibilita desvio de finalidade no emprego dos recursos arrecadados,

h) os recursos do Programa de Reforma do Estado não foram geridos em sua totalidade através do Fundo de Reforma do Estado, conforme dispõe a Lei Estadual nº 10 607, de 28-12-95, e Decreto Estadual nº 36 756, de 27-06-96,

i) o incremento no montante de recursos aplicados na Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente - SSMA, ocorrido no exercício, não foi suficiente para atender ao disposto no *caput* do artigo 20 e parágrafo único da Lei Estadual nº 10 844, de 05-08-96

VOTO

Pelo exposto, em face dos elementos analisados e que constam no presente Relatório, os quais espelham a avaliação econômico-financeira da Gestão Governamental, sintetizada nas conclusões dos principais tópicos do trabalho, ressaltadas as situações acima especificadas, voto pela aprovação das Contas do Governo do Estado, relativas ao exercício de 1997.

Porto Alegre, 07 de outubro de 1998

Conselheiro  HELIO SAUL MILESKI
Relator

PARECER



Estado do Rio Grande do Sul
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Palácio Flores da Cunha

PARECER Nº 9082/98

**SÚMULA: Contas do Governo do Estado
do Rio Grande do Sul, relativas
ao exercício de 1997.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, reunido nesta data, em Sessão Especial, dando cumprimento ao disposto no inciso I, artigo 71 da Constituição Federal, consoante o referido pelos artigos 70 e 71 da Constituição Estadual, apreciou o Processo nº 4128-02 00/98-3 e, tendo examinado e discutido a matéria, acolheu o Relatório e Voto do Senhor Conselheiro-Relator, aprovando-os, e considerando:

que o Balanço Geral da Administração Estadual, ressalvados os aspectos destacados pelo Conselheiro-Relator, está escriturado conforme preceitos da Contabilidade Pública e expressa os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Operacional e Econômica no exercício de 1997;

que este Parecer não condicionará o julgamento das contas dos demais Administradores do Setor Público Estadual, inclusive das Entidades da Administração Indireta e Fundações;

que as situações destacadas no final do Relatório, embora, isoladamente, não constituam motivo que impeça a aprovação das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador, devem merecer atenção, a fim de que não venham a acarretar prejuízos às finanças públicas ou ao cumprimento dos objetivos do Estado,

é de Parecer que as Contas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Gestão do Excelentíssimo Senhor Antônio Britto Filho, com os ajustes recomendados na Conclusão e Voto do Senhor Conselheiro-Relator, oferecem, sob os aspectos legais e contábeis, condições de serem aprovadas pela Egrégia Assembléia Legislativa

O Senhor Conselheiro Algir Lorenzon não assina o presente Parecer por ter declarado sua suspeição nos termos do artigo 135, parágrafo único do Código de Processo Civil

PLENÁRIO GASPAS SILVEIRA MARTINS, 07 de Outubro de 1998

Presidente


CONSELHEIRO PORFÍRIO PEIXOTO

Relator


CONSELHEIRO HÉLIO SAUL MILESKI


CONSELHEIRO GLENO RICARDO SCHERER


CONSELHEIRO VICTOR JOSÉ FACCIANI


CONSELHEIRA SUBSTITUTA ROZÂNGELA MOTISKA BERTOLO


CONSELHEIRA SUBSTITUTA ROSANE HEINECK SCHMITT

Fui presente


PROCURADOR-GERAL, junto a este Órgão, CELESTINO GOULART

